



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Rodrigo Fernandes

**Parque do Flamengo revisitado: uma investigação geográfica através do  
pensamento de Henri Lefebvre**

Rio de Janeiro

2022

Rodrigo Fernandes

**Parque do Flamengo revisitado: uma investigação geográfica através do pensamento de  
Henri Lefebvre**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses da Silva Fernandes

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Regina Helena Tunes

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

F363 Fernandes, Rodrigo.  
Parque do Flamengo revisitado: uma investigação geográfica através do pensamento de Henri Lefebvre / Rodrigo Fernandes. – 2022.  
303 f. : il.

Orientador: Ulisses da Silva Fernandes.  
Coorientadora: Regina Helena Tunes.  
Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Parque do Flamengo – Rio de Janeiro – Teses. 2. Lefebvre, Henri, 1901-1991 - Teses. 3. Espaço urbano – Teses. 4. Arquitetura paisagística – Teses. 5. Geografia urbana – Teses. I. Fernandes, Ulisses da Silva. II. Tunes, Regina Helena. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. IV. Título.

CDU 712.253(815.3)

Bibliotecária responsável: Priscila Freitas Araujo / CRB-7: 6390

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Rodrigo Fernandes

**Parque do Flamengo revisitado: uma investigação geográfica através do pensamento de  
Henri Lefebvre**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Aprovada em 15 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ulisses da Silva Fernandes (Orientador)  
Instituto de Geografia - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Regina Helena Tunes (Coorientadora)  
Instituto de Geografia - UERJ

---

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva  
Universidade Federal do Ceará - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Regina Chaves Drach  
Escola Superior de Desenho Industrial – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sandra Maria Fonseca da Costa  
Universidade do Vale do Paraíba

---

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

Essa vai para os meus pais, como sempre;  
Para Amora, por tudo;  
Para Meg, que manda em mim.

## AGRADECIMENTOS

Deixe Nenhuma tese – mesmo que prole legítima – é filha somente de seu autor. Quem já pariu obra desse tipo sabe que a dívida contratada ao longo do caminho é larga. Tento quitar mínima parte do montante agradecendo ao meu orientador, Ulisses Fernandes, pela paciência e sabedoria de sempre. E lá se vai década e meia de uma parceria que só me enriquece. Salamaleque estendido à minha coorientadora Regina Tunes, intelectual do mais fino trato e agudo pensamento, que iluminou trilhas nem sempre sinalizadas do pensamento lefebvriano. Constante e inabalável é a presença de meus pais. Elaine Medeiros foi a melhor das companheiras no período de exceção na qual se escreve uma tese. Obrigado, obrigado, obrigado. Vocês são rochedos.

Sem a bolsa de doutorado ofertada pela FAPERJ esse trabalho seria menor em todos os sentidos. Menor e mais trabalhoso não fosse a disponibilidade e presteza habituais dos servidores do PPGeo-UERJ. Vocês têm o meu reconhecimento profundo.

Por fim, devo agradecer aos professores doutores José Borzacchiello da Silva, Patrícia Regina Chaves Drach, Sandra Maria Fonseca da Costa e Floriano José Godinho de Oliveira, que mui gentilmente cederam seus tempos e conhecimentos para ler, avaliar e tecer comentários sobre esse trabalho em uma banca julgadora. Doação que não é pouca. A todos esses estendo o meu agradecimento mais sincero.

O máximo de confusão somado ao máximo de ordem: parece-me um cálculo sublime.

*Umberto Eco*

## RESUMO

FERNANDES, Rodrigo. *Parque do Flamengo revisitado: uma investigação geográfica através do pensamento de Henri Lefebvre*. 2022. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A tese ora apresentada investiga, a partir de uma perspectiva geográfica, o Parque do Flamengo (1961-1965), monumental espaço espraiado entre a Zona Central e a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Para o objetivo central aqui proposto – responder à pergunta mais básica e mais vital: o que é essencialmente esse espaço, o Parque do Flamengo? – invocamos o conceito de de espaço urbano e o método dialético regressivo-progressivo de autoria do pensador francês Henri Lefebvre. Procedimento baseado em Karl Marx que estabelece que para a compreensão crítica de um espaço devemos retroceder ao momento da produção de seus principais elementos (datação). Outro passo é identificar as continuidades e descontinuidades que produzem e reproduzem (n)este espaço ao longo do tempo. Seguindo essa lógica, somos levados a dois grupos de “coordenadas”. O primeiro formado por dois *loci* públicos que em muitos aspectos – concretos e simbólicos, arquitetônicos e paisagísticos – antecedem o Parque do Flamengo: o Passeio Público, erigido em tempos coloniais (1783), e a republicana Avenida Beira-mar (1906). O segundo conjunto de “pontos cardeais” nos conduz a duas aniquilações e a um aterramento. As demolições do Morro do Castelo (iniciada em 1904) e do Morro de Santo Antônio (durante os anos 1950 e 1960). Ações urbanas polêmicas que demandaram altos custos econômicos, históricos e socioculturais. Com os despojos desses acidentes geográficos será aterrada parte da Baía de Guanabara dando origem ao Aterro do Flamengo, chão sobre qual será erguido o Parque do Flamengo e outros fixos. Um deles é o MAM – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, que também guarda ligações genéticas com nosso objeto. É pois, a partir da datação e de regressões e progressões receitadas pelo método lefebvriano, que enfrentamos as complexidades e contradições espaciais que incidem sobre o Parque do Flamengo. Entre esses, sua flagrante degradação estrutural e a privatização de certas áreas. Processos que colocam em risco sua condição de espaço público e tombado.

**Palavras-chave:** Parque do Flamengo. Rio de Janeiro. Aterramentos. Espaço Urbano. Método Regressivo-Progressivo. Henri Lefebvre.



## ABSTRACT

FERNANDES, Rodrigo. *Parque do Flamengo revisited: a geographical investigation through the thought of Henri Lefebvre*. 2022. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The thesis presented here investigates, from a geographical perspective, the Parque do Flamengo (1961-1965), a monumental space spread between the Central Zone and the South Zone of the city of Rio de Janeiro. For the central objective proposed here – to answer the most basic and most vital question: what is essentially this space, Parque do Flamengo? – we invoke the concept of urban space and the regressive-progressive dialectical method authored by the french philosopher Henri Lefebvre. Procedure based on Karl Marx that establishes that for the critical understanding of a space we must go back to the moment of production of its main elements (dating). Another step is to identify the continuities and discontinuities that produce and reproduce (in) this space over time. Following this logic, we are led to two groups of “coordinates”. The first consists of two public loci that in many aspects – concrete and symbolic, architectural and landscape – predate Flamengo Park: o Passeio Público, built in colonial times (1783), and the republican Avenida Beira-mar (1906). The second set of “cardinal points” leads us to two annihilations and a grounding. The demolitions of Morro do Castelo (started in 1904) and Morro de Santo Antônio (during the 1950s and 1960s). Controversial urban actions that demanded high economic, historical and sociocultural costs. With the remains of these landforms, part of the Baía da Guanabara will be filled up, giving rise to the Aterro do Flamengo, ground on which the Parque do Flamengo and other landmarks will be built. One of them is MAM – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, which also has genetic links with our object. It is therefore, based on dating and regressions and progressions prescribed by the Lefebvrian method, that we face the complexities and spatial contradictions that affect Flamengo Park. Among these, its flagrant structural degradation and the privatization of certain areas. Processes that jeopardize its status as a public and listed space.

**Keywords:** Parque do Flamengo. Rio de Janeiro. Groundings. Urban Space. Regressive-Progressive Method. Henri Lefebvre.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Parque do Flamengo.....	25
Figura 2 – Vista aérea do Parque do Flamengo.....	25
Figura 3 – Vista parcial do Parque do Flamengo.....	26
Figura 4 – Manifestação de taxistas no Parque do Flamengo.....	28
Figura 5 – Um complexo em quatro bairros.....	32
Figura 6 – Henri Lefebvre.....	49
Figura 7 – Primeira edição de <i>Critique de la vie quotidienne I: Introduction</i> .....	53
Figura 9 – Primeira edição de <i>Le droit à la ville</i> .....	59
Figura 10 – Paris, 1968.....	61
Figura 11 – Lefebvre em 1968 sendo entrevistado pela revista L`Express.....	62
Figura 12 – Entrada do Passeio Público. Litografia de 1835.....	66
Figura 13 – Vista da Lagoa do Boqueirão em óleo de 1790.....	73
Figura 14 – Praia de Botafogo.....	75
Figura 15 – O mar e as montanhas do Rio de Janeiro.....	76
Figura 16 – Alameda do Passeio Público.....	82
Figura 17 – Ponte.....	82
Figura 18 – Riacho artificial.....	83
Figura 19 – Chafariz dos Jacarés.....	83
Figura 20 – Fonte do Menino.....	84
Figura 21 – Sombras verdes.....	84
Figura 22 – Quiosque.....	85
Figura 23 – Busto do Mestre Valentim.....	86
Figura 24 – Passeio Público (circa de 1817-1818).....	88
Figura 25- Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	94
Figura 26 – Bonde da Companhia de Carris Urbanos.....	95
Figura 27 – Do Leme ao Leblon. A “costa dourada” .....	98
Figura 28 – Copacabana.....	100
Figura 29 – Pedra do Arpoador e trilho de bonde.....	102
Figura 30 – Leblon em 1919.....	102
Figura 31 – Moda praia .....	107
Figura 32 – Casa de Banho na Rua Santa Luzia.....	107

Figura 33 – Revista Careta, 1913.....	108
Figura 34 – Anúncio do jornal O Paiz.....	110
Figura 35 – Copacabana em 1930.....	111
Figura 36 – Quiosque na Rua da Saúde.....	114
Figura 37 – Quitandeiras, 1875.....	116
Figura 38 – O comprador de ratos.....	116
Figura 39 – Estalagem localizada na Rua do Senado (1906).....	120
Figura 40 – Morro do Senado.....	125
Figura 41 – Infraestrutura portuária.....	127
Figura 42 – Avenida Central: trabalhos de pavimentação.....	132
Figura 43 – Flâneurs.....	132
Figura 44 – Paveurs.....	138
Figura 45 – Escravo tigre.....	138
Figura 46 – A urgência do Capital.....	140
Figura 47 – Prefeito inspeciona as obras da Av. Beira-mar.....	145
Figura 48 – Av. Beira-mar na área central da cidade.....	147
Figura 49 – Largo da Glória e seus jardins.....	148
Figura 50 – Avenida Beira-mar e Praça Paris.....	149
Figura 51 – Esquina onde a Av.Rio Branco com Av.Beira-mar.....	150
Figura 52 – Jornal O Malho comemora a inauguração Av. Beira-mar.....	151
Figura 53 – Disposição dos pavilhões no projeto da Exposição Internacional.....	155
Figura 54 – “Exposição de 1922 - Portão do Norte” .....	156
Figura 55 – Avenida da Exposição.....	156
Figura 56 – Vista noturna da Exposição.....	157
Figura 57 – Morro do Castelo na segunda metade do século XIX.....	159
Figura 58 – The Public Gardens, Convent da Ajuda .....	163
Figura 59 – Av. Central. Na Encosta do Morro do Castelo.....	165
Figura 60 – O Morro do Castelo nos anos 1920.....	166
Figura 61 – Início da segunda rodada de demolição do Morro do Castelo.....	170
Figura 62 – Máquinas subjagam o outeiro histórico.....	172
Figura 63 – Jatos de água disparados de mangueiras hidráulicas.....	172
Figura 64 – O desmonte alcança o complexo dos jesuítas.....	173
Figura 65 – Transporte dos escombros.....	173
Figura 66 – Esplanada do Castelo, 1936.....	177

Figura 67 – Ladeira da Misericórdia nos dias atuais.....	179
Figura 68 – Igreja de Santa Luzia.....	183
Figura 69 – 1650.....	183
Figura 70 – 1723.....	183
Figura 71 – 1824.....	183
Figura 72 – Morro de Santo Antônio em 1952.....	188
Figura 73 – “Fonte de água no Morro de Santo Antônio (RJ)”.....	188
Figura 74 – “A maior festa da cristandade.....	190
Figura 75 – O desmonte.....	191
Figura 76 – O outeiro se aplaina.....	191
Figura 77 – Vista aérea da esplanada do Morro de Santo Antônio.....	192
Figura 78 – Aterro do Flamengo em 1959: possibilidades.....	195
Figura 79 – Enrocamento na paisagem.....	196
Figura 80 – Técnica da barragem de enrocamento.....	197
Figura 81 – Carlos Lacerda.....	201
Figura 82 – Esquina das avenidas Presidente Vargas com Rio Branco.....	207
Figura 83 – Only a dream in Rio.....	208
Figura 84 – Transportes fixam topônimos no espaço.....	211
Figura 85 – Affonso Reidy e o presidente Juscelino Kubistchek.....	214
Figura 86 – Croqui da secção transversal do Bloco de Exposições.....	215
Figura 87 – O MAM-RJ em construção (1963) .....	215
Figura 88 – Escada helicoidal do Bloco de Exposições – MAM-RJ, 1961.....	217
Figura 89 – Pilotis. Modernidade iluminada.....	220
Figura 90 – Entrada do MAM – RJ.....	220
Figura 91 – O MAM-RJ, hoje.....	221
Figura 92 – Palmeiras imperiais ( <i>Roystonea oleracea</i> ) .....	222
Figura 93 – Espelho de água nos jardins do MAM-RJ.....	223
Figura 94 – Jardim mineral.....	223
Figura 95 – Carlota “Lota” de Macedo Soares.....	226
Figura 96 – Barracão montado no Aterro do Flamengo.....	230
Figura 97 – Perspectiva geral do Parque do Flamengo.....	232
Figura 98 – Pavilhão Japonês, sede da Administração do Parque do Flamengo.....	234
Figura 99 – Passarela projetada por Affonso Reidy.....	234
Figura 100 – Campo de futebol Society.....	235

Figura 101 – Posto de combustíveis.....	235
Figura 102 – Estacionamento: estabelecimento privado em um espaço.....	236
Figura 103 – As duas pistas da Av. Infante Dom Henrique.....	237
Figura 104 – Passarela.....	237
Figura 105 – Conjunto arbóreo da seção central do Parque do Flamengo.....	238
Figura 106 – Pista de ciclismo e caminhada.....	239
Figura 107 – Aleia.....	239
Figura 108 – Coreto Estrela.....	240
Figura 109 – Deck sobre o Rio Carioca.....	240
Figura 110 – Academia de ginástica ao ar-livre.....	241
Figura 111 – Praia do Flamengo.....	241
Figura 112 – <i>On the rocks</i> . Piscina natural.....	242
Figura 113 – Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra.....	244
Figura 114 – Vista aérea da Marina da Glória.....	245
Figura 115 – Monumento À Estácio de Sá.....	245
Figura 116 – Croqui de Burle Marx para o Parque do Flamengo.....	249
Figura 117 – Conjunto de coqueiros-da-Bahia ( <i>Cocos nucifera</i> ).....	250
Figura 118 – A <i>Pithecellobi umtortum</i> destaca-se por suas formas barrocas.....	250
Figura 119 – Figueira microcarpa.....	251
Figura 120 – Exemplares da palmeira <i>Corypha umabraculifera</i> .....	251
Figura 121 – Detalhe do abricó-de-macaco ( <i>Couropita guianensis</i> ).....	252
Figura 122 – Iluminação do Parque.....	255
Figura 123 – Rio Carioca.....	264
Figura 124 – Árvore pichada.....	264
Figura 125 – Bancos destruídos.....	265
Figura 126 – Escultura interdita.....	265
Figura 127 – Recreio Infantil Lota Macedo Soares.....	266
Figura 128 – Apesar dos perigos.....	266
Figura 129 – Padrão original do Jardim de ondas.....	267
Figura 130 – Jardim de ondas hoje.....	267
Figura 131 – Caminho para pedestres.....	268
Figura 132 – Lago em frente ao MAM-RJ.....	268
Figura 133 – Acesso controlado à Marina da Glória.....	275
Figura 134 – Gradis.....	276

Figura 135 – Tapumes segregam a Marina da Glória.....276

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Do presente (espaço atual) ao futuro (espaço-virtual) e de volta ao presente.....	38
Gráfico 2 –	Do presente (espaço-atual) ao passado (espaço-passado).....	39
Gráfico 3 –	Do passado (espaço-passado) ao presente (espaço-atual).....	40
Gráfico 4 –	Do presente (espaço-atual) ao futuro (espaço-virtual).....	41
Gráfico 5 –	Visão geral do procedimento regressivo-pogressivo.....	41
Infográfico 1-	Início da demolição do Morro do Castelo.....	165
Infográfico 2 -	Sentido que tomou o desmonte do monte.....	171
Infográfico 3 -	Junho de 1921. Morro do Castelo e seus principais fixos.....	175
Infográfico 4 -	Outubro, 1921.....	175
Infográfico 5 -	Julho, 1922.....	176
Infográfico 6 -	Janeiro, 1924.....	176

## **LISTA DE DIAGRAMAS**

Diagrama 1 – Diagrama simplificado de uma barragem de enrocamento.....	196
------------------------------------------------------------------------	-----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento CEASA Central Estadual de Abastecimento CETEL Companhia Telefônica da Guanabara CNRS *Centre National de la Recherche Scientifi* COBRA Copenhague, Bruxelas e Amsterdã COCEA Companhia Central de Abastecimento COCEG Companhia Central de Abastecimento COPEG Companhia Progresso do Estado da Guanabara COSIGUA Companhia Siderúrgica do Estado da Guanabara DPHAN Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ENSBA École normale supérieure des Beaux-Arts EBTE Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia bFAPERJ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. IAB Instituto dos Arquitetos do Brasil IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional MAM-RJ Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro MAM-SP Museu de Arte Moderna de São Paulo MÊS Ministério da Educação e Saúde MoMA Museum of Modern Art ONG Organização Não Governamental PPGeo-UERJ Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. PCF Partido Comunista Francês. RDF Radio-diffusion Française SPHAN Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional SURSAN Superintendência de Urbanização e Saneamento

SPU Secretaria de Patrimônio da União

UDN União Democrática Nacional

UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro UFMG – Universidade Federal de Minas

Gerais

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP Universidade de São Paulo

UTR Unidade de Tratamento de Rios

## LISTA DE SÍMBOLOS

- ∞ Lemniscata de Bernoulli
- % Porcentagem

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1 PREÂMBULO</b> .....	44
<b>2 PRIMEIRO ANTECEDENTE: O PASSEIO PÚBLICO</b> .....	60
2.1 <b>Pioneirismo colonial</b> .....	60
2.2 <b>Passeio Público e Parque do Flamengo: afinidades espaciais</b> .....	68
<b>3 SEGUNDO ANTECEDENTE: AVENIDA BEIRA-MAR</b> .....	85
3.1 <b>Ares marinhos</b> .....	90
3.2 <b>A desigual reforma de Pereira Passos</b> .....	115
3.3 <b>Régua e compasso</b> .....	132
<b>4 O FIM DOS MORROS</b> .....	144
4.1 <b>Morro do Castelo: um espaço sub judice</b> .....	144
4.2 <b>O fim do Morro de Santo Antônio: o ciclo se fecha</b> .....	172
<b>5 ATERRO DO FLAMENGO E O MAM-RJ: O PARQUE DO FLAMENGO SE INSINUA</b> .....	184
5.1 <b>O Aterro do Flamengo</b> .....	184
5.2 <b>Museu de Arte Moderna: ensaio no espaço</b> .....	202
<b>6 ENFIM, O PARQUE DO FLAMENGO</b> .....	214
6.1 <b>Projeto e edificação</b> .....	226
6.2 <b>Inauguração, tombamento e depois</b> .....	246
<b>CONCLUSÃO</b> .....	266
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	289
<b>ANEXO A</b> Croquis da Cidade das crianças.....	318
<b>ANEXO B</b> Relação dos elementos arquitetônico.....	320

## INTRODUÇÃO

Primeiro, as primeiras coisas. Dentre os muitos tópicos aqui abordados, o primeiro, inescapável, diz respeito à questão toponímica. Afinal, é comum referirem-se a nosso objeto de pesquisa como “Parque do Flamengo”, “Aterro do Flamengo”, ou, simplesmente, “Aterro”. Nomenclaturas com largo uso pela população, pela mídia, em documentos e/ou na literatura acadêmica (livros, artigos, palestras etc.). “Parque IV Centenário” é um nome bastante veiculado na época da inauguração, em 1965, e “Parque do Flamengo” foi como o espaço foi tombado pelo Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional (SPHAN).

Em 1978, mais lenha. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro altera o nome do Parque do Flamengo para Parque Carlos Lacerda<sup>1</sup> e em 1981 um decreto nomeia o espaço como Parque Brigadeiro Eduardo Gomes<sup>2</sup>. A Lei nº 1219, de 11 de abril de 1988, por sua vez, busca um meio-termo, dividindo o Parque em duas seções, dois “parques”: Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (área compreendida entre o Aeroporto Santos Dumont e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial) e Parque Carlos Lacerda (trecho que vai do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial até o início da Praia de Botafogo). Segundo pesquisa empreendida por Costa (1997, p. 94):

o nome mais citado para o parque foi Parque do Flamengo (48,53%), seguido por Aterro do Flamengo (26,19%) e Aterro (20,09%). Muitas poucas pessoas citaram os nomes oficiais, Parque Carlos Lacerda (1,58%) ou Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (0,23%). Além disso, muitas pessoas citaram dois nomes pelos quais conheciam o parque, normalmente Parque do Flamengo ou Aterro. Em todas as entrevistas, seja com moradores locais ou com profissionais relacionados ao parque, as pessoas conversavam sobre o parque usando seus nomes populares. As poucas pessoas que conheciam os nomes oficiais do parque não os utilizavam. O mesmo se dá em relação à mídia. Todas as reportagens referentes ao Parque do Flamengo em jornais, revistas ou TV jamais se referiam a ele usando seus nomes oficiais, sob pena da população não conseguir ligar o nome à área na cidade. Isto ilustra como as pessoas prestam pouca atenção ou mesmo ignoram as denominações oficiais, e quão pouco essas denominações representam o parque no imaginário das pessoas.

Pois, no decorrer desta tese, optamos pela denominação “Parque do Flamengo”. Escolha arbitrária, que atende às necessidades referentes à fluidez do texto e ao reconhecimento imediato de um espaço já demasiadamente complexo. Os termos “Aterro do Flamengo” e “Aterrado do Flamengo” são aqui utilizados para designar o que lhe é de

<sup>1</sup> Lei Municipal Nº 65, 17 de julho de 1978 (Rio de Janeiro, 1978).

<sup>2</sup> Decreto Municipal Nº 3.122, 26 de Julho de 1981 (Rio de Janeiro, 1981).

direito: aquela extensa área aterrada da Baía de Guanabara, que vai do Aeroporto Santos-Dumont até a Praia de Botafogo. Ou seja, o Parque do Flamengo é “apenas” um dos fixos construídos sobre o Aterro do Flamengo. Ambiguidades minimamente esclarecidas, sigamos.

## O objeto

No dia 5 de dezembro de 1960, em seu apartamento na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, o jornalista Carlos Lacerda celebra, em uma reunião festiva, sua posse como Governador do Estado da Guanabara. Entre os convidados encontramos a arquiteta e paisagista autodidata Maria Carlota Costallat de Macedo Soares e sua companheira, a poetisa norte-americana Elisabeth Bishop. Como narra Carmen Oliveira, na obra dedicada à história desse casal, *Flores raras e banalíssimas*, em dado momento do evento,

Lacerda aproximou-se e, afetuoso, repetiu à Lota que ela teria que fazer parte do seu governo. *Precisava* dela. Que informasse naquele instante que cargo lhe agradaria. Lota argumentou que Lacerda não poderia nomeá-la, porque não tinha curso superior. Lacerda fez com a mão que aquilo eram ninharias e insistiu.

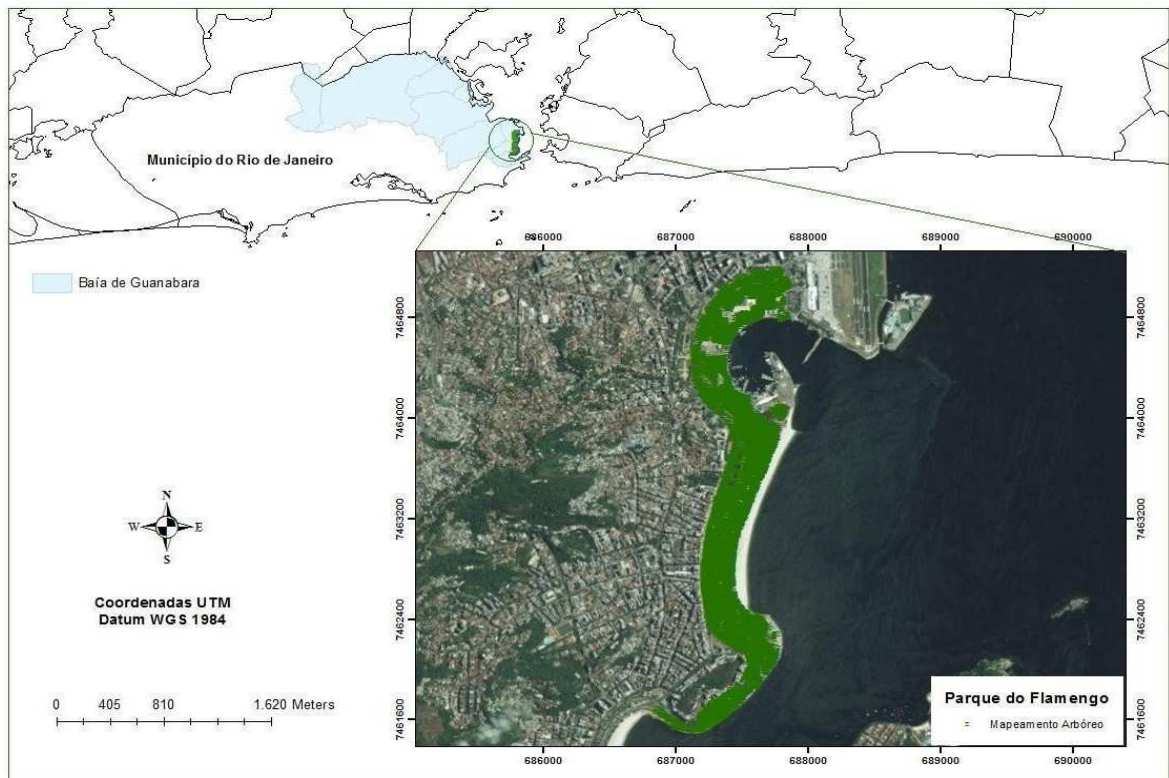
\_ Diga o que quer.

Lota apontou para um entulho exatamente em frente ao apartamento do governador. Era a continuação do aterro da Glória.

\_ Dê-me este aterro. Vou fazer ali um Central Park. (OLIVEIRA, 1995, p. 95. itálico da autora).

Situado às margens da Baía de Guanabara, entre a Zona Central e a Zona Sul da capital fluminense (22° 55' de lat. Sul e 43° 10' de long. W), a concretização desse diálogo, o Parque do Flamengo (imagens 1, 2 e 3), surge com inegável presença na paisagem. Estendendo-se por 1.251.244, 20 m<sup>2</sup> (mais de 120 hectares) – com 930 mil m<sup>2</sup> destinados ao Parque propriamente dito e o restante ocupados por pistas, rótulas e retornos – trata-se do maior parque urbano do mundo à beira-mar. Reconhecido em 2012, pela UNESCO, como Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria “Paisagem Cultural Urbana”.

Figura 1 - Localização do Parque do Flamengo



Fonte: BIOVERT FLORESTAL E AGRÍCOLA, 2016.

Figura 2 - Vista aérea do Parque do Flamengo



Fonte: GOOGLE MAPS, 2022.

Figura 3 - Vista parcial do Parque do Flamengo



Fonte: VEJA RIO, 2019.

Para além da ostentação de um visual assinado por arquitetos e paisagistas de renome internacional – como Affonso Reidy e Roberto Burle Marx – esse espaço é também um complexo inovador. Encontram-se, ali, integrados: jardins, aleias, conjunto escultórico e estatuário, *parterres de broderie*, espelhos d'água, ciclovia, pista para caminhada, passarelas, passagens subterrâneas, pistas de skate, patinação e bicicross, campos de “pelada” e de futebol *society*, quadras poliesportivas, áreas para piquenique, pista de aerodelismo e tanque para nautimodelismo. A recreação infantil é contemplada com um teatro de marionetes, *playgrounds* e o Recreio Infantil Lota Macedo Soares, ainda muito conhecido pelo seu nome original, Cidade das Crianças.

Junta-se a esse acervo: teatro de arena, coreto, pavilhões, monumentos, o deck sobre o Rio Carioca, a praia do Flamengo, postos de gasolina, estacionamentos, restaurantes e a Marina da Glória. A sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM- RJ) e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, são anteriores ao Parque, mas a ele estão perfeitamente incorporados.



Em termos paisagísticos, o Parque do Flamengo apresenta um conjunto não menos superlativo. Quando inaugurado, em 1965, possuía 17 mil árvores, divididas em 240 espécies advindas de diferentes rincões e ecossistemas brasileiros, além de exemplares das Américas, Ásia e África, distribuídas de acordo com suas formas, tons de cores e época de floração (ALECRIM, 2015, p. 34; OLIVEIRA, 2015, p. 69-70). Composição sazonal engenhosa, que permite um ambiente com diferentes formas e cores em todas as estações do ano, formando o mais extenso jardim arborizado da América Latina (MOTTA, 2015). Experimento botânico único entre os parques públicos do país.

A presença de equipamentos culturais, esportivos, recreativos e sensoriais dotam o Parque do Flamengo de uma inegável função educativa. É o que reitera Cêça Guimaraens, diretora cultural do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), ao comparar este espaço “a um grande museu a céu aberto”. Dado que, “além da diversidade de plantas e árvores, que podem ter um papel didático em relação à flora tropical, as obras arquitetônicas são exemplares de grandes nomes do modernismo brasileiro” (ALECRIM, 2015, p. 24).

Museu de tudo, João-cabralino. Museu longe do sentido clássico – que impõem uma participação passiva do visitante – e mais próximo de um espaço interativo, em permanente convite à invenção. Foi pensando nisso, nessa liberdade de apropriação lúdica, que áreas do Parque foram deixadas sem equipamentos ou atividades preestabelecidas (VIDEIRA, 2010, p. 84).

Para além de um “instrumento de planejamento urbano, articulando áreas da cidade e gerando novas contribuições de espaços públicos, no caso, de recreação e lazer” (PEREIRA, 2015, p. 34), o Parque do Flamengo contempla, ainda, outros usos. Atores sociais como professores, estudantes, profissionais de saúde, bombeiros, taxistas, motoristas de aplicativos, militantes políticos e outros cidadãos, com demandas em comum, têm elegido o Parque como palco de alta visibilidade para manifestações (imagem 4). Palco e também cenário, pois é comum essa área servir de locação para filmagens, ensaios de moda, álbuns de formatura etc. Aos domingos, as pistas da Av. Dom Henrique que lhe cortam o traçado – maculam, diriam alguns – o traçado :de cabo a rabo são interditadas (das 7 às 18h) e os sonhos de seus realizadores é completo: o Parque torna-se uma área de lazer integral, sem senões, sem eclipses.

Figura 4 - Manifestação de taxistas no Parque do Flamengo



Fonte: Rêgo, Tania, 2016.

O gigantismo desse espaço, porém, não camufla seus problemas. Antes, o fermentam. Na época da escrita dessa tese – 2019/2022 – seus jardins encontram-se abandonados, espécies arbóreas pedem poda corretiva, outras foram decepadas e precisam ser repostas. Os espelhos d’água defronte ao MAM-RJ apresentam águas estagnadas e fétidas – o que não impede que uma imensa população em situação de rua os utilize como local para banhos.

Esculturas e monumentos estão vandalizados, equipamentos esportivos idem. Espaços destinados à recreação infantil carecem de manutenção em larga escala. A Praia do Flamengo – a ancestral Uruçu-mirim, “a praia da abelha miúda” – segue, há décadas, imprópria para banho. Ela recebe, *in natura*, o esgoto carreado pelo Rio Carioca. Há lixo espalhado por todo Parque. Apesar de algum policiamento, o clima de insegurança é inequívoco.

A privatização de parcelas do Parque do Flamengo – projetado, construído e tombado como *bem público* – também coloca em risco sua existência como originalmente concebida. Uma breve caminhada nos coloca em contato com gradis, tapumes e cancelas que impedem o acesso de visitantes a certas áreas do Parque, disponíveis somente aos que podem pagar pelo ingresso de um espetáculo ou por um título de sócio da Marina da Glória. Espaço monumental, em franca degradação. Patrimônio público, mas vedado a todos os públicos.

Tais contradições apenas reafirmam as contradições desse *locus*. A lista de interrogações sobre o Parque pode ser extensa, com variadas formas de enfrentamento. Da

arquitetura à história, passando pelas artes plásticas, o paisagismo, o urbanismo, a economia, a biologia, a botânica e a sociologia, muitos ramos do saber têm aí um potencial campo de estudos. Com cada profissional laçando e apropriando-se de um Parque do Flamengo. Assim também é para a Geografia.

Como geógrafo carioca, que busca através da sua aldeia encontrar respostas para questões amplas, e, por que não, universais, o espaço em pauta revelou-se um objeto de análise extremamente atrativo. Se o conhecemos de ir lá, passear, tirar fotografias, fazer piqueniques e assistir shows musicais, também há a distância salutar de não conhecê-lo *muito*. Nem muito, nem criticamente. O que procuramos fazer nesse estudo.

### **Fundamentos conceituais, teóricos e metodológicos**

Desde nossos primeiros passos na ciência geográfica, desenvolvemos especial curiosidade pelos espaços urbanos capitalistas. Interesse recheado por dúvidas.

a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, pp.14,15)

Dúvidas acadêmicas e não-acadêmicas. Algumas bastante antigas, pré-acadêmicas. Questionamentos também elementares: por que as cidades são assim, não assado? Por que são, ao mesmo tempo, tão diferentes e tão similares? Como as áreas pobres tornaram-se pobres e as ricas, ricas? Por quê sentimos um não-pertencimento em certos espaços, mesmo sendo esses espaços públicos?

Frente a esses questionamentos nos dedicamos, já no bacharelado, à investigação das urbes e dos processos que vivificam esses espaços. Levada que continuou no mestrado acadêmico, onde analisamos a o município em que vivemos, o Rio de Janeiro – Rio notavelmente urbano e integralmente dominado pelo capital – a partir das lentes da Sociedade do Espetáculo. Princípio de inspiração marxista, formulado nos anos 1960 pelo pensador francês Guy Debord, a Sociedade do Espetáculo (teoria, conceito e livro), oferece uma crítica contundente às sociedades ocidentais contemporâneas, onde a realidade faz-se fortemente mediada por imagens e outros artifícios sensoriais. Ou seja, por espetáculos.

Não se trata, contudo, de uma denúncia meramente midiológica. Debord nos fala de uma espetacularização mais alta e mais profunda. Espetacularização, que, “maquiada” pela banalidade do cotidiano e pelo consenso generalizado do senso comum, é um agente alienante potentíssimo. Insidioso, encontra-se infiltrado tanto nas relações sociais diárias mais comezinhas, quanto nos grandes condicionantes econômicos, culturais e políticos.

Sempre para Debord (2013 [1967]), a função primeira do espetáculo, seja aquele em macro ou micro escala, é lubrificar a máquina do grande capital em sua obsessão pelo lucro sem limites. Lucro que pode ser aferido comercializando-se produtos-fetiche na cidade-mercado, mas igualmente comercializando *a própria cidade*, tomada como mercadoria das mais valiosas. O resultado final desse processo é a transformação de cidadãos em consumidores-mais-que-perfeitos (SANTOS, 1987, p. 40), sendo os direitos do consumidor mais comumente evocados que os direitos do cidadão.

O trabalho aqui apresentado não é outra coisa senão um desdobramento dessas elucubrações. Nosso conceito norteador continua sendo o *espaço*, mais especificamente o *espaço urbano*, ambos com um longo histórico de reflexões geográficas e vasta produção bibliográfica. No interior desse sólido escopo conceitual, nos filiamos à corrente da geografia crítica e colocamo-nos particularmente simpáticos ao conceito de espaço urbano alcançado por Roberto Lobato Corrêa. Como reza seu sucinto tratado, *O espaço urbano*:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 1995, p. 11).

Situados conceitualmente<sup>3</sup>, cabe-nos esclarecer a escolha pelo Parque do Flamengo como objeto de investigação. O “revisitado” no título da tese não vem como mero ornamento retórico. Embora sejamos frequentadores deste espaço, usufruindo-o de diferentes maneiras, tal vocábulo sinaliza nosso interesse de observá-lo com outros olhos. Nesse contexto, elegemos três outros termos com o prefixo “re”: retrogradação, repetição, reforço<sup>4</sup>:

a) A *retrogradação*, como sinônimo de recuo, faz-se necessária à revisão de

<sup>3</sup> Mesmo sendo nossa legenda norteadora, a conceituação de Corrêa não será a única aqui utilizada. No entanto, citar *ipsis litteris* autores e obras que nos serviram – muitos autores e muitas obras – tornaria essa introdução mais longa do que já é (e já o é bastante). Acreditamos que as citações ao longo da tese e as referências bibliográficas ao fim da mesma cumprem bem a função de apresentar ao leitor nossa sustentação epistemológica.

<sup>4</sup> Ver Almeida (2009 [1990], p. 389).

nossas percepções e conceituações pretéritas – rasas, descompromissadas, relaxadas, sensoriais, não-acadêmicas e acríticas – sobre o Parque do Flamengo;

b) *Repetição*: é aqui usada no sentido de repisar/revisar os passos investigativos daqueles que nos precederam na análise desse espaço e outros espaços análogos. Daí, abrem-se duas veredas possíveis: revalidar tais interpretações ou negá-las, buscando, então, novos caminhos de entendimento;

c) *Reforço*, pois à medida que elegemos dado espaço como tema e objeto de uma tese, estamos reiterando sua importância social, cultural, econômica e acadêmica (geográfica, histórica, arquitetônica etc.).

Revisitamos este recorte também movidos pela percepção de certa carência de investigações sobre o mesmo. Existe alguma bibliografia sobre o Parque do Flamengo, mas é baixo o número de visadas geográficas. Principalmente se levarmos em conta o potencial do Parque do Flamengo como objeto de estudos espaciais. Está para se fazer o Estado da Arte sobre o Parque do Flamengo – lacuna, aliás, que pode ser estendida, de modo geral, às pesquisas em ciências humanas.

Falta-nos essa prática enriquecedora comum nas ciências médicas e biológicas. Não obstante, em nossa limitada varredura bibliográfica, buscamos publicações que apresentassem o termo “Parque do Flamengo” em seu título e/ou subtítulo. Além dos rotores de pesquisa *lato sensu* (Google, Microsoft Edge, Opera, Firefox etc.), focamos em bases de dados voltadas à pesquisa acadêmica. Assim, obtivemos um panorama bibliográfico, que se não é exato e completo, é menos aleatório. Segue o nome dos sites e o número de publicações encontradas (não distinguimos artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado): Academia.edu (20); Google Acadêmico (18, todos os itens também presentes em Academia.edu); Redalyc.org (2, exibidos igualmente em Academia.edu); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (2); Biblioteca digital de teses e dissertações da Rede Sírius/UERJ (0); Banco de teses e dissertações do Departamento de Geografia da UFRJ (0); Base Minerva – acervo das bibliotecas do Sistema de Bibliotecas e informações da UFRJ (5); Scientific Electronic Library Online – SciElo (1); LUME – Repositório Digital da UFRGS (1); Portal de Periódicos CAPES (1 resultado, que surge no Google Acadêmico); Dédalus (1); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (0); Science.gov (0); Agência de bibliotecas e coleções digitais da Universidade de São Paulo – ABCD USP (0). Dessas 30 publicações – que abordam os mais variados aspectos do Parque do Flamengo, de

questões jurídicas às características poéticas e sexuais de seu acervo botânico – somente 4 são assinadas por geógrafos.

É esse déficit, relativo, mas sensível, que norteia e justifica nosso empreendimento. No entanto, temos ciência do desafio que o Parque impõe a quem pretende decifrá-lo. Espaço público concreta e simbolicamente multifacetado e contraditório, que integra uma complexidade ainda maior, uma metrópole (imagem 5).

Figura 5 - Um complexo em quatro bairros: Centro, Botafogo, Glória e Flamengo



Fonte: INSTITUTO PARQUE DO FLAMENGO, 2015.

Ao que se refere à nossa problemática de pesquisa, tomamos a liberdade de retomarmos Santo Agostinho e seu des-entendimento sobre o Tempo: “Se ninguém me perguntar, eu sei; mas, se quiser explicar a alguém que me pergunte, não sei” (2017, XI, 14, 17). No mesmo espírito de ignorância relativa – sabemos, mas não sabemos *exatamente* – procuraremos responder à questão central dessa tese. Questão central que, em uma moldura geográfica, é também a mais básica e urgente: qual a natureza espacial<sup>5</sup> do Parque do Flamengo?

Dessa indagação advém todas as outras: o que lhe singulariza esse espaço frente a outros *loci* da urbe carioca? Há algo a ser ofuscado por sua inequívoca magnificência estética desse espaço? Em que contextos políticos, socioculturais e econômicos (ou seja, geo-históricos) o Parque é edificado? Quais agentes sociais o conceberam e produziram? Com que objetivos? Como foi ele construído? Com quais técnicas? Para enfrentar essas interrogações,

<sup>5</sup> Clarificamos que o vocábulo “natureza” é utilizado aqui não como sinônimo de “mundo natural”, estando mais próximo de três significados encontrados no **Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa** (NATUREZA, 2015, online): 1. aquilo que constitui um ser em geral; 2. essência ou condição própria de um ser ou de uma coisa; 3. conjunto das propriedades de um ser organizado.

convocamos o já citado conceito de espaço urbano e nos aproximamos das reflexões teórico-metodológicas elaboradas pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1901-1991).

Francês, marxista e radical, durante sua longa atividade intelectual, Lefebvre passara do estudo do mundo rural ao exame das cidades modernas. Se nos anos 1950 dedica-se ao estudo dos espaços rurais – ele mesmo oriundo desse meio – a partir da década de 1960 suas meditações migram para as cidades modernas. Pois, do vasto repertório teórico-metodológico utilizado (e por vezes elaborado) por Henri Lefebvre na decifração espacial, nos ocuparemos com o método regressivo-progressivo.

### **Primeiras noções do método**

A proposta de uma arqueologia dessa metodologia, encontra, contudo, um obstáculo de saída: não encontramos, por parte do seu autor, explicações detalhadas. O que há são filetes e fiapos de explicação. Henri Lefebvre não é um pensador propriamente didático, sistemático. Ou, antes, obedece ele uma sistematização peculiar, de um filósofo de meditações polimáticas e escrita *jazzy* (FERNANDES, 2022a). O próprio Lefebvre confessa trabalhar em estado de "improvisação perpétua" (HESS, 1988, p.179). Como desenvolve seu biógrafo e comentador Remi Hess:

Lefebvre possui um método de trabalho bastante irregular, bastante improvisado. Esse método difere do dos filósofos sistemáticos com uma orientação fixa como Kant ou Spinoza. Lefebvre está convencido de que não é mais possível pensar dessa maneira clássica. É o que ele indica na oposição que constrói entre filosofia e metafilosofia. Para Lefebvre, a tarefa do filósofo não é mais integrar o que se apresenta em um sistema, mas, ao contrário, é submeter o pensamento filosófico ao que surge. É um método? Talvez. Lefebvre prefere falar de procedimento (HESS, 1988, p. 180, na tese todas as traduções são nossas, salvo quando indicado).

O método regressivo-progressivo não escapa desse desleixo epistemológico. A primeira e mais completa referência de Lefebvre a este procedimento está no artigo *Perspective de sociologie rurale*, publicado na França em 1953, no *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Exposição tímida, rala e não manualística. Só básica. Logo retornaremos a ela. Por ora, cabe dizer que nem quando Lefebvre faz uso ostensivo do método, apresentamos uma fundamentação do mesmo.

É o que ocorre quando escreve *La Vallée de Campan, études de sociologie rurale* (publicado em 1963 e escrito uma década antes), um estudo da comunidade rural do Vale do

Canpam, nos Pirineus franceses. Nesse ensaio, que lhe facultará o título de doutor em sociologia rural, não encontramos qualquer menção ao método regressivo-progressivo. Mas ele está lá, conduzindo a investigação. Portanto, querendo nos aprofundar no entendimento dessa ferramenta, devemos empreender uma “sistematização reversa” – ou seja, partir do resultado para chegar a algumas particularidades do método explorativo.

Nessa tese, Lefebvre empreende a análise “da história de uma aldeia dos Pirineus franceses para reencontrar nela persistências revolucionárias e o sentido de confrontos políticos centenários, concepções da vida e da História” (MARTINS, 1996, p. 21). De fato, ainda que se concentre nas transformações desse espaço entre os séculos XII e XVIII – uma “comunidade agropastoril de fato” (mais próxima das leis da natureza) a tornar-se uma “comunidade de direito” (racionalizada, institucionalizada, formalizada) (LEFEBVRE, 2011 [1963]). – sua análise do Vale do Campan se estende a passados geológicos tremendamente mais longínquos. Fala dos efeitos das glaciações e dos degelos. Dos dobramentos milenares. Dos afloramentos de rochas hercínias. Dos granitos. Dos xistos que deram origem a “mediócras pastagens” e das calcárias devonianas a formatar “pradarias magníficas” (LEFEBVRE, 2011 [1963], pp. 112-116).

Mesmo que tal investigação seja também uma mirada retrospectiva nos moldes interdisciplinares da Escola dos Annales (aspectos geológicos, sociais, culturais, políticos, tecnológicos e econômicos não foram escamoteados) e que esteja de certo modo incompleta (Lefebvre não medita sobre o futuro do Vale), há aí uma característica especialmente regressivo-progressiva: a pesquisa extensa e profunda, que denota uma práxis multitemporal e multitemática. Ou seja, não se circunscreve à interpelação dos espaços em compartimentos temporais estanques – aquele espaço ou no passado, ou no presente, ou no futuro. Ao invés disso, comete-se uma análise “pendular” – ou melhor, “circular” - que procura desnudar como os espaços foram produzidos e reproduzidos no passado, no presente e como provavelmente o serão no futuro. Elos de uma corrente. Partes de um todo e não um todo fatiado em partes.

Em última instância o método apresenta o espaço não como algo dado, acabado, completo, mas como um processo. Processo que é um termo caríssimo à Lefebvre. Mais revelador que tentar analisar um espaço – cuja forma, função e simbolismos (enfim, sua totalidade) são sempre abertos, transitórios – é compreender seu movimento.

Um outro vislumbre do método regressivo-progressivo vem de Jean Paul-Sartre, filósofo *superstar* dos anos 1950-1960. Com ele Lefebvre trocara mordazes farpas intelectuais ao criticar o existencialismo sartreano em seu livro *L'Existentialisme* (1946). A



despeito desse episódio, Sartre não se furta a utilizar o método regressivo-progressivo em seu texto *Questão de método* (1957), onde discorre sobre qual seria o papel do existencialismo no âmbito do pensamento marxista mais canônico. A parte 3 do ensaio chama-se, sintomaticamente, “O método progressivo-regressivo” (Sartre aqui inverte os termos). Citando o estudo de Lefebvre sobre o Vale do Campan, Sartre não poupa elogios ao método. A citação abaixo reflete a reverência.

Foi um marxista, entretanto, Henri Lefebvre, que deu um método, na minha opinião, simples e irreprochável para integrar a sociologia e a história na perspectiva da dialética materialista. A passagem merece ser citada integralmente. Lefebvre começa observando que a realidade camponesa se apresenta de início com uma complexidade horizontal: trata-se de um grupo humano de posse de técnicas e de uma produtividade agrícola definida, com relação com estas técnicas mesmas, com a estrutura social que determinam e que volta sobre elas para condicioná-las. Este grupo humano, cujos caracteres dependem largamente dos grandes conjuntos nacionais e mundiais (que condicionam por exemplo as especializações na escala nacional), apresenta uma multiplicidade de aspectos que devem ser descritos e fixados (aspectos demográficos, estrutura familiar, habitat, religião, etc.).

Mas Lefebvre se apressa em acrescentar que esta complexidade horizontal se duplica de uma “complexidade vertical” ou “histórica”: no mundo rural, com efeito, descobre-se “a coexistência de formações de idade e de datas diferentes”. As duas complexidades “reagem uma sobre a outra”. Ele nota, por exemplo, o fato marcante de que só a história (e não a sociologia empírica e estatística) pode explicar o fato rural americano: o povoamento se operou em terra livre e a ocupação do solo se efetuou a partir das cidades (enquanto a cidade na Europa se desenvolveu em meio camponês).

Explicar-se-á assim o fato de que a cultura camponesa seja propriamente inexistente nos Estados Unidos ou seja uma degradação da cultura urbana. Para estudar, sem aí se perder, uma tal complexidade (ao quadrado) e uma tal reciprocidade de inter-relações, Lefebvre propõe “um método muito simples”, utilizando as técnicas auxiliares e comportando vários momentos:

- a) Descritivo – Observação, mas com um olhar informado pela experiência e por uma teoria geral...
- b) Analítico-regressivo – Análise da realidade, Esforço no sentido de datá-la exatamente...
- c) Histórico-genético – Esforço no sentido de reencontrar o presente, mas elucidado, compreendido, explicado.

A este texto tão claro e tão rico, nada temos a acrescentar senão que este método, com sua fase de descrição fenomenológica e seu duplo movimento de regressão depois de progressão, nós o cremos válido – com as modificações que podem impor seus objetos – em todos os domínios da antropologia. É ele, aliás, que aplicaremos, como se verá adiante, às significações, aos próprios indivíduos e às relações concretas entre os indivíduos. Só ele pode ser heurístico; só ele destaca a originalidade do fato embora permitindo comparações. Resta lamentar que Lefebvre não tenha encontrado imitadores entre os outros intelectuais marxistas (SARTRE, 1973 [1957], p.140. *itálicos do autor*).

Ainda que saudado por sua originalidade, Lefebvre não aceita a paternidade da metodologia. Em suas palavras,

Jean Paul Sartre decidiu em sua *Crítica da razão dialéctica* tomar um dos artigos aqui reproduzidos (dedicado, concreta, ainda que modestamente, às questões

campeãs e de sociologia rural) como primeiro modelo (metodológico) de um procedimento “regressivo-progressivo” que integra a sociologia e a história em uma perspectiva dialética.

O texto citado por Jean-Paul Sartre infelizmente é demasiado curto. Data de uma época em que para todas as partes (tanto pelo lado “capitalista” como pelo lado “socialista” e “comunista”) se exercia um terrorismo implacável. Para evitar a pressão, não havia outra alternativa senão prolongar o pensamento de Marx sem citar a fonte. Procedimento “analítico-regressivo”? É o preceito formulado por Marx quando declara que o homem explica o macaco e o adulto o menino; que o presente nos permite entender o passado e as sociedades capitalistas anteriores, por que *esmiúça* as categorias essenciais destas. Assim, a renda da terra capitalista nos permite compreender a renda feudal, as rendas do solo na Antiguidade etc. (LEFEBVRE, 1978 [1970], p. 16-17. Itálicos do autor).

Divergências genéticas à parte, nesse ponto podemos já destacar do método regressivo-progressivo:

- a) Sua amplitude analítica, a contemplar grandes extensões temporais, sem, contudo, compartimentá-las. Em outras palavras, o método não produz somente a leitura do passado e a confirmação do presente. Ele também prospecta o futuro, posicionando-se, assim, em constante modo de descoberta a produzir resultados vivos e sempre novos;
- b) A versatilidade apontada por Sartre, que o coloca como uma ferramenta de investigação adaptável a variados domínios das ciências humanas (*rol*, que, re-defendemos, inclui a geografia);
- c) Seu entendimento da natureza mudadiça do espaço: para o método regressivo-progressivo o espaço não é algo realizado, absoluto, concluído, mas um processo. Concepção valiosa na abordagem de objetos complexos e mutantes como as urbes e campos contemporâneos.

Muito úteis como panorama geral, as propriedades listadas acima não explicam, porém, o funcionamento do método dialético em pauta. Para isso devemos adentrar nos três movimentos que o compõem.

### Os três momentos

É no período entre 1968 e 1974 que Henri Lefebvre publica os 6 livros onde expõem seus principais *insights* sobre a natureza dos espaços – também os espaços rurais, mas, sobretudo, o espaço urbano. São eles: *Le droit à la ville*<sup>6</sup> (1968), *Du rural à l'urbain* (1970), *La révolution urbaine*<sup>7</sup> (1970), *La pensée marxiste et la ville*<sup>8</sup> (1972), *Espace et*

<sup>6</sup> Publicado no Brasil como **O direito à cidade** (Centauro, 2001c).

<sup>7</sup> Publicado no Brasil como **A revolução urbana** (UFMG, 2002).

<sup>8</sup> Publicado no Brasil como **A cidade do capital** (DP&A, 2001a).

*politique: le droit à la ville II*<sup>9</sup> (1972). *La production de l'espace* é de 1974 e considerado por Lefebvre como um livro-síntese de suas meditações espaciais.

Por todos esses volumes, de forma mais ou menos explícita, transpassa-se um princípio lavrado em granito: se pretendemos desvelar a natureza (essência) de um espaço é preciso retornar à produção desse espaço e daí datar (investigar) seus elementos constituintes. A isso – somado a sondagem do espaço-devir – aspira o método regressivo-progressivo. Procedimento que se desenrola em três momentos (*moments*, no original, em francês): “Descritivo”, “Analítico-regressivo” e “Histórico-genético” (LEFEBVRE, 2001 [1970], p. 73-74). Sendo:

*a) Momento Descritivo*

Momento inicial, de aproximação e inventariamento. É quando o investigador, munido de alguma “teoria geral” e um conhecimento mínimo do seu objeto de estudo – seja este um fixo, um bairro, uma comunidade ou uma sociedade – identifica e descreve seus elementos estruturantes (LEFEBVRE, 2001[1970], p. 73-74). Visada onde o “pesquisador procede mais como um etnógrafo”, afinal, “o tempo de cada relação social ainda não está identificado” (MARTINS, 1996, p. 21).

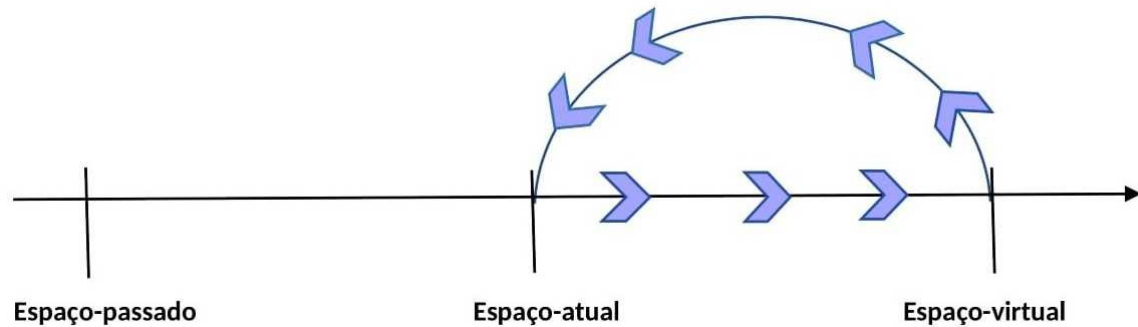
Com essa informação elementar sobre o objeto no presente, procuramos antevê-lo no futuro, em uma prospecção, que parte do atual ao virtual e de volta ao atual (gráfico 1). Esse movimento – incomum e contraintuitivo – de pensar o hoje a partir não do ontem, mas de um amanhã possível, nos força um olhar mais atento ao presente. A prestar redobrada atenção às possibilidades de superação e/ou continuidades dos processos espaciais atuais. (LEFEBVRE, 2002 [1970], p.33). T

raduzindo em questões: como apreendo o espaço hoje? Como estará ele no futuro? O que ficará? O que pode se modificar? De que maneira? As respostas, quais forem, reiteram que o espaço não é algo concluído, mas um devir.

---

<sup>9</sup> Publicado no Brasil como **Espaço e política** (UFMG, 2008).

Gráfico 1 - Do presente (espaço atual) ao futuro (espaço-virtual) e de volta ao presente.



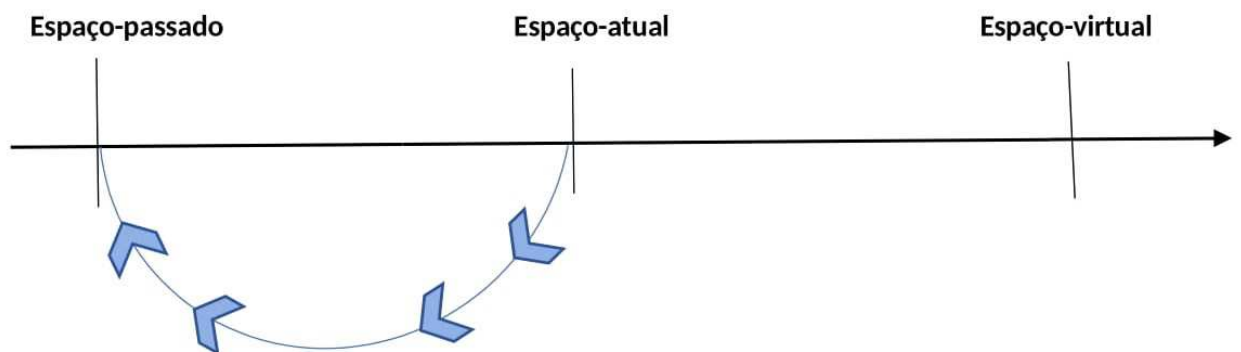
**Sentido da investigação:** ➤

Fonte: LEFEBVRE; MARTINS; SATRE, [1970]. Adaptado pelo autor.

*b) Momento Analítico-regressivo*

De volta ao presente, empreende-se o segundo momento. Este vai do hoje ao ontem (gráfico 2) e explora a noção de que o espaço-atual ilumina esse mesmo espaço no passado, dado que o contém. Quase como o Aleph de Jorge Luis Borges (1957, p.161) – “uno dos puntos del espacio que contiene todos los puntos (...) lugar donde están, sin confundirse, todos os lugares” – ou como as cidades duplas Beszél/UI Qoma de China Mieville, que ocupam o mesmíssimo lugar no mundo. E mais exatamente como reflete Unger (2001, p.13), heideggerianamente: “um rio, por e para ser rio, traz sua fonte em cada fluxo de sua corrente. A fonte está presente em toda passagem de suas águas”.

Gráfico 2 - Do presente (espaço-atual) ao passado (espaço-passado)



**Sentido da investigação:** ➤

Fonte: LEFEBVRE; MARTINS; SATRE, [1970]. Adaptado pelo autor.

Encontramos incrustados no espaço-atual todas as relações, os agentes sociais, os contextos socioculturais, políticos e econômicos, assim como os modelos pretéritos e as influências que concorreram para sua produção. Informações que podem estarem ocultas ou ocultadas por variados motivos: pela falta de registros, falta de memória (crônica e endêmica em alguns setores da sociedade brasileira) ou pela necessidade dos agentes produtores de permanecerem na obscuridade.

Como já dito, se pretendemos desvelar a essência de um espaço é preciso retornar ao momento mesmo de sua produção. Apenas aí é possível iluminar todas as forças espacializantes envolvidas e analisá-las criticamente, dialeticamente (FERNANDES, 2022b). É o que Lefebvre nomeia como “datação”. Com o adendo que os processos em atividade no passado e seus elementos resultantes podem apresentar temporalidades próprias. O que nos carrega a diferentes pretéritos dentro do pretérito. Como esclarece Martins (1996, pp. 15, 21),

tais relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas. (...) cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica (...).

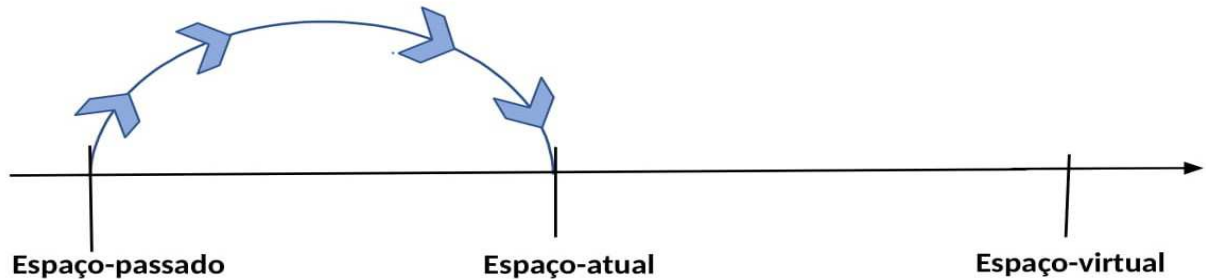
Para compreensão do Vale do Canpam, por exemplo, Lefebvre retorna não apenas ao estabelecimento da ocupação humana desse espaço. Ao invés disso, volta-se ele a própria *nisus formativus*, à própria tórmina geomorfológica do Vale – remotíssima – dado que a configuração espacial da aldeia ali estabelecida é condicionada às formas naturais forjadas à milênios (um determinismo geográfico que é quase um fatalismo). Lefebvre exagera na profundidade de seu mergulho temporal? O método em si, não receita limites. Tudo, no fim das contas, depende do objeto a ser investigado e daqueles elementos estruturantes que se pretende iluminar.

### 3) *Momento Histórico-genético*

Após a datação do objeto e seus elementos, progredimos para o presente (gráfico 3). É quando efetuamos uma interpelação comparativa entre o ontem e o hoje. Aqui o investigador deve ser capaz de determinar e descrever as permanências e impermanências, as continuidades e as discontinuidades das relações sociais cotidianas (o micro) e dos processos socioculturais, políticos e econômicos (o macro), que resultaram no atual estado de coisas do espaço sob escrutínio (LEFEBVRE, 2001 [1970], p. 70.). Também as

identidades dos agentes sociais envolvidos e as técnicas e tecnologias utilizadas nesses processos precisam estar desveladas.

Gráfico 3 - Do passado (espaço-passado) ao presente (espaço-atual)



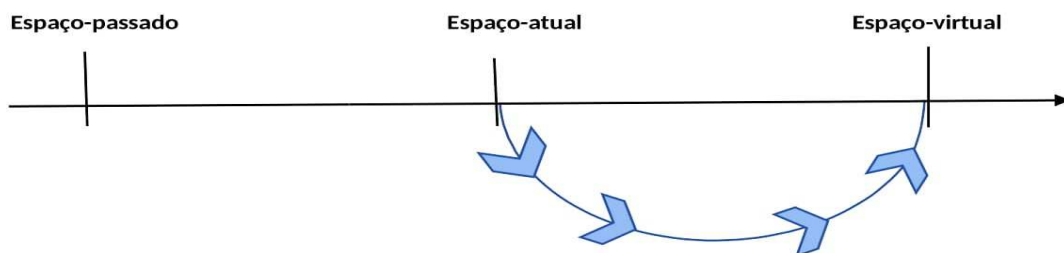
**Sentido da investigação:** ➤

Fonte: LEFEBVRE; MARTINS; SATRE, [1970]. Adaptada pelo autor.

O presente “elucidado, compreendido: *explicado*” (LEFEBVRE, 2001 [1970], p. 74. itálico do autor) proporciona visões extras. Mesmo que os espaços-no-futuro permaneçam em semibruma, mapear a gênese e a continuidade de padrões ou a negação dos mesmos (ruptura que gera paradigmas novos), tornam o espaço-devir menos enevoado e fantasmado e mais realista, mais aberto e suscetível a intervenções.

De volta, para o futuro (gráfico 4), troca-se a adivinhação pelo prognóstico. Esse último *momento*, contudo, não significa o término da investigação – a menos que, evidentemente, o estudioso o queira. O procedimento não busca obter totalizações, a palavra definitiva sobre um objeto qualquer. Antes disso, ao espírito da Lemniscata de Bernoulli ( $\infty$ ), o método regressivo-progressivo conserva-se em movimento dinâmico permanente (gráfico 5).

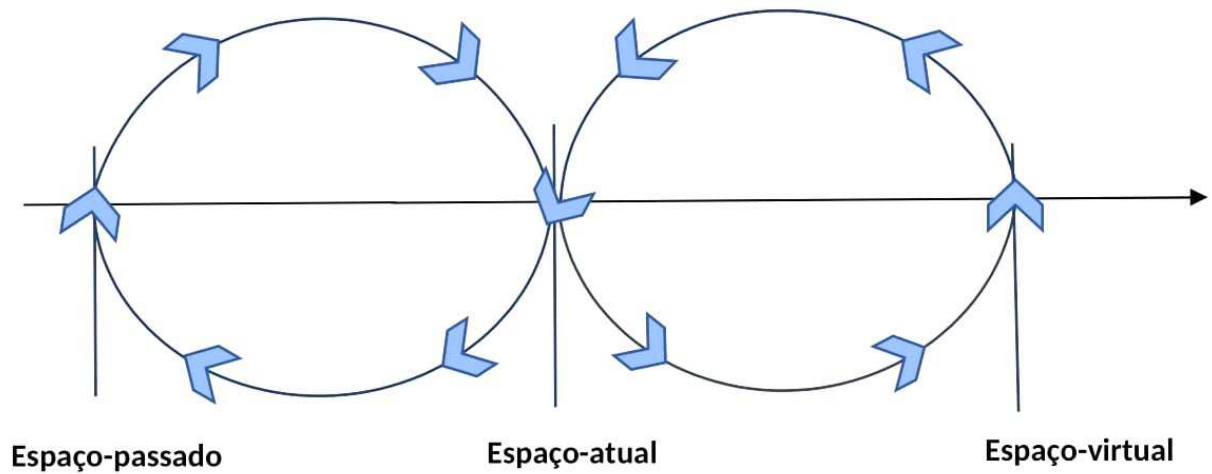
Gráfico 4 - Do presente (espaço-atual) ao futuro (espaço-virtual)



**Sentido da investigação:** ➤

Fonte: LEFEBVRE; MARTINS; SATRE, [1970]. Adaptada pelo autor.

Gráfico 5 - Visão geral do procedimento regressivo-progressivo: um *processo* contínuo ( $\infty$ ) de desvelamentos e “previsões”



**Sentido da investigação:** ➤

Fonte: LEFEBVRE; MARTINS; SATRE, [1970]. Adaptada pelo autor.

Com o presente tornando-se passado e o futuro sempre empurrado para o horizonte, um espaço analisado hoje, em pouco tempo pode apresentar outras perspectivas. Um processo que torna o próprio método regressivo-progressivo um processo. O Vale do Canpam examinado por Lefebvre, hoje, certamente renderia uma tese sociológica senão toda diferente, certamente bem mais extensa e parruda que aquela apresentada por esse teórico em 1953. O que era presente para Lefebvre é para nós passado, e o que era passado para o sociólogo francês, foi deslocado ainda mais para o pretérito. O futuro é ou já foi presente – citando o poeta: não é mais o que era antigamente.

Mesmo o leitor menos atento há de ter percebido que um termo se repete com insistência: processo. Vale repetir – monotonamente mesmo: o espaço é um processo, o método regressivo-progressivo é um processo e o próprio pensamento lefebvrino é um processo. Ininterruptas adições, revisões e reelaborações de conhecimentos, teorias e métodos.

Dito isso, fica claro do por que Henri Lefebvre não ter investido mais tempo nem no desenvolvimento, nem no refino do método regressivo-progressivo: tal sumaridade é menos um exercício arrojado de síntese e mais ansiedade e desejo de explicar sociedades e espaços de outras maneiras, muitas maneiras, diferentes maneiras. Digna de nota é sua coleção de sistemas investigativos/explicativos baseados em três termos. Além do método aqui exposto, centrado na mobilidade entre presente, futuro e passado, Henri Lefebvre elabora tríades compostas por “espaço percebido, espaço vivido, espaço concebido”; “forma, estrutura, função” ou ainda “espaço, tempo, energia”.

Apesar de um sociólogo-filósofo assumidamente intuitivo, não há nenhuma numerologia místico-cabalística nesses esquemas triangulares. O pensamento lefebvriano é erigido sobre a dialética. Sobre um alicerce tridimensional, constrói-se métodos trinos. Mas cabe esclarecer que o pensador não se guia pelas canônicas tríades de Hegel (tese-antítese-síntese) ou de Marx (afirmação-negação-negação da negação):

Em oposição, Lefebvre avança a sua própria versão de dialética, “triádica” ou “ternária”, que é uma análise triplamente avaliada. Ela postula três momentos de igual valor que se relacionam entre si por meio de relações variadas e movimentos complexos em que ora um, ora outro, triunfa sobre a negação de um ou de outro (SCHIMD, 2012, p.96).

Atendo-nos ao método regressivo-progressivo, prospectamos aqui seu alcance e versatilidade – reconhecido já na época de seu surgimento, por Jean-Paul Sartre. Desnudamos seu funcionamento interno, composto por três momentos (ou procedimentos) que levam o investigador do espaço à um movimento fluídico e circular. Pois, ao “fim” desse processo devemos identificar:

- a) os elementos estruturantes do espaço investigado, o que inclui os contextos onde tais elementos foram produzidos (geográficos, históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais, tecnológicos etc.), os atores sociais e as técnicas que lhe engendraram;
- b) as constâncias e as intermitências, as continuidades e discontinuidades, os sins e os nãoos – os processos – em ação nesse espaço. Com tais informações seremos mais capazes de, na feliz e feroz definição de Sartre (1973 [1957], p.119), “morder o futuro”.

É óbvio que às noções aqui apresentadas sobre o método regressivo-progressivo – noções em tudo introdutórias e elementares – devem somar-se estudos mais profundos. Igualmente necessário é responder a questões não contempladas nesta tese. Dentre tantas dúvidas possíveis – e saudáveis – a mais candente e urgente talvez seja aquela ligada à aplicação do método na contemporaneidade. Será, afinal, que em um mundo onde inovações brotam e florescem a cada rotação da terra, gerando fixos e fluxos novos – como o ciberespaço, onde é possível estar em vários espaços (ou espacialidades virtuais) ao mesmo tempo; as redes financeiras incorpóreas; as fronteiras (concretas e fluídas); o turismo



extraplanetário (ou ao menos estratosférico); as cidades de quinze minutos de Carlos Moreno (inspirado em Jane Jacobs); os apartamentos e hotéis-casulo no Japão etc. – o método regressivo-progressivo mantém-se eficaz? Ou sua versatilidade está ancorada às configurações espaciais do século XX? Típicas e particulares do século XX? Pensemos, pois.

Quanto ao nosso objeto, a utilização do método regressivo-progressivo nos leva a dois grupos de “coordenadas” espaço-temporais. O primeiro formado por dois espaços públicos que em muitos aspectos antecedem o Parque do Flamengo, servindo-lhe como espaços-matriz: o Passeio Público [1783] e a Avenida Beira-mar [1906]. Experiências urbanas que contribuíram decisivamente para que nosso objeto de estudo fosse concebido e construído de tal e qual forma.

O outro conjunto de “pontos cardeais” inclui duas aniquilações e um aterramento ocorridos no Rio de Janeiro republicano. A demolição do Morro do Castelo (iniciada em 1904 e que se arrastará por décadas) e do Morro de Santo Antônio (durante os anos 1950 e 1960), e o aterramento de parte da Baía de Guanabara com os entulhos desses montes. Movimentos que dão origem ao Aterro do Flamengo, área em que será erguido o Parque do Flamengo. Nesse Aterro será edificado também o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ). Espaço a que devemos dar alguma atenção, posto que soluções arquiteturais e paisagísticas usadas ali serão aplicadas em nosso objeto.

Pairando acima, mas muito próximo dessas “coordenadas”, há um fator que influi decisivamente na localização, na forma e na função do nosso objeto: a importância adquirida pelo trecho costeiro da cidade, que vai do Centro do Rio de Janeiro até a praia de Botafogo, na Zona Sul. Elucidar como essa área torna-se “nobre” e cobiçada é outra narrativa que não podemos perder de vista.

Ao colocarmos em ação as proposições teórico-metodológicas acima arroladas, encaramos dois cenários extremos e distintos. De um lado a franca fartura de fontes – primárias e secundárias – dando conta das transformações da morfologia urbana carioca. E lá se vão documentos, mapas, livros, artigos acadêmicos, dados de recenseamentos, reportagens de jornais e revistas, pinturas, fotos, filmes, anúncios, filipetas etc.

Do outro lado, após uma varredura bibliográfica trabalhosa, encontramos os artigos acadêmicos já citados (sobremaneira arquiteturais e paisagísticos), uns documentos, umas matérias de jornal e revistas e do alentado catálogo da exposição “Jardim de memórias: Parque do Flamengo, 50 anos”, com textos de variados autores organizados por Margareth da Silva Pereira (2015). O que pode parecer muito, ou suficiente, no caso específico do

Parque do Flamengo é muito pouco, se levarmos em conta sua monumentalidade, suas funcionalidades, sua localização e a saga da construção desse fixo. Isso tudo é perfeitamente geograficamente explorado.

Como veremos de forma esmiuçada no Capítulo 5, mesmo quando é apenas uma ideia, o Parque do Flamengo já suscita contendas pesadas. Bendito e necessário para uns, maldito desperdício de recursos para outros. Oasis urbano versus palanque político de luxo. Mesmo entre seus criadores haverá desavenças. Hoje, é nossa impressão, o Parque mantém essa aura: hora é defendido por vozes apaixonadas, hora é caído por demãos de silêncios. Em nossa pesquisa nos deparamos, principalmente, com esse segundo tipo de postura.

Em busca de dados, entramos em contato com a Administração do Parque do Flamengo, com a Secretaria Municipal de Conservação do Rio de Janeiro e com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ou seja, os responsáveis diretos pela administração, fiscalização, conservação e manutenção do Parque. Os e-mails e os contatos via redes sociais não foram respondidos. Nenhum, nada. Tentamos por telefone e fomos informados que não havia funcionários disponíveis para fornecer quaisquer informações. Explicação repetida sem pudores quando fomos pessoalmente à Administração do Parque do Flamengo.

Um primeiro diálogo positivo com o Instituto Lota, ONG cuja proposta é preservar a memória e defender o legado de Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, também mostrou-se infrutífero, furado. Mais bocas mudas. Os pesquisadores que antes de nós debruçaram-se sobre esse espaço – arquitetos, historiadores, paisagistas etc. – igualmente se recusaram a falar. Silêncio obstinado que também é um discurso muito significativo.

Sem cair na tentação de acusar teorias conspiratórias, podemos dizer que o Parque do Flamengo continua a ser um assunto sensível, com questões administrativas, políticas e econômicas que jazem intencionalmente obscurecidas<sup>10</sup>. Restava-nos entrevistar os visitantes desse espaço. Traçar o perfil dos usuários do espaço por meio de entrevistas e questionários constava em nosso projeto. No entanto, a epidemia de COVID-19 e os sucessivos *lockdowns* do período frustraram esses planos.

Assim, é refinando o muito e explorando o pouco ao máximo – à pesquisa de gabinete juntamos uma dezena de visitas *in loco* a todos os espaços citados – é que atazanamos nossas dúvidas e questionamentos. Sabemos, no entanto, que essa proposta tem seus limites e que

---

<sup>10</sup> Nesse time silencioso, Claudio Machado foi uma notável exceção. Fotógrafo da natureza e grande conhecedor do Parque, Cláudio apresentou sua visão privilegiada sobre esse espaço, além de compartilhar informações, arquivos e documentos relevantes à nossa pesquisa. Tem ele nosso sincero agradecimento.

alcançará algum brilho real somente se animar novas perguntas e mais gente disposta a respondê-las.

### **Estrutura da tese**

Quanto à sua estruturação, esta tese divide-se em:

#### **A. Esclarecimentos preliminares (à guisa de introdução);**

Intenta apresentar ao leitor o objeto de nossa análise (o Parque do Flamengo, monumental espaço público localizado na capital do Rio de Janeiro); as motivações pessoais e acadêmicas para tal escolha; o principal questionamento direcionado a esse locus (qual a natureza essencial do Parque do Flamengo?), assim como todas as dúvidas que lhe vêm a reboque. Também aqui damos conta das fundamentações teórico-metodológicas envolvidas nesta investigação: os conceitos de espaço e espaço urbano e o método regressivo-progressivo desenvolvido pelo teórico francês Henri Lefebvre a partir de Marx. “Procedimento” cuja dinâmica divide-se em três passos ou momentos: descritivo, analítico-regressivo e histórico-genético.

A explanação sob o subtítulo “Sobre o projeto” corresponde mesmo ao momento descritivo deste método.

#### **B. Preâmbulo Henri Lefebvre: breve apresentação bio-bibliográfica.**

Junto à análise do Parque do Flamengo, permitimo-nos encetar um preâmbulo acerca da vida e obra de Henri Lefebvre, autor do método regressivo-progressivo, além de outros insights espaciais, rurais e urbanos. Três outros motivos justificam essa seção.

- a) O entendimento de que – a despeito de uma já reconhecível influência junto à geografia e outras ciências humanas – nem todo leitor conhece Henri Lefebvre;
- b) A necessidade de situar as démarches desse autor no tempo e no espaço, contextualização que em tudo contribui para o entendimento/aprofundamento/enriquecimento de suas reflexões;
- c) A disposição de prestar uma pequena homenagem a este autor.

#### **C. Capítulo 1. Primeiro antecedente: Passeio Público**

Situamos o Parque do Flamengo como mais um elo da tradição carioca – iniciada em tempos coloniais – de se edificar fixos públicos sobre o aterramento de corpos hídricos

(lagos, brejos, mangues e trechos costeiros da Baía de Guanabara). Ação forçada pela ampliação de uma urbe que se expandia sobre um vale só charco. O Passeio Público [1783], construído sobre a aterrada Lagoa do Boqueirão, inaugura esse contexto.

Símbolo da alta capitalidade do Rio de Janeiro do período, o Passeio aqui ganha destaque por trazer características físicas e simbólicas que estarão presentes também no Parque do Flamengo. Iluminar o passado, mapear os elementos comuns a tais fixos e datá-los – isto é, compreender os processos de produção e reprodução que se repetem nos dois espaços – inclui-se no segundo momento analítico-regressivo do método lefebvriano. Os quatro capítulos seguintes são elaborados segundo as diretrizes desse momento.

#### **D. Capítulo 2. Segundo antecedente: Av. Beira-mar**

Edificada durante a grande reforma urbana perpetrada no mandato do prefeito Pereira Passos (1902-1906), encontramos na Av. Beira-mar outro fixo que antecede o Parque do Flamengo em diversos aspectos. Erguida sobre parte aterrada da Baía de Guanabara, seu alinhamento costeiro será paralelo àquele onde, seis décadas depois, será edificado o Parque, sendo aquele espaço gabarito desse. Outra premissa liga os dois fixos: ambos alargam a interconexão entre as áreas mais capitalizadas da cidade do Rio de Janeiro – a Zona Central e Zona Sul – originando um corredor virtuoso para produção, reprodução e acumulação de capitais.

Na investigação dessa avenida somos levados à passagem do regime Imperial para o regime Republicano e aí instalados, nos perguntamos: como e por que essas localidades são lançadas em um processo de larga e constante valorização, algo diferente do restante da Capital carioca?

#### **E. Capítulo 3. Dos morros ao Aterro**

Sem Aterro do Flamengo não haveria Parque do Flamengo. Essa sentença, muito óbvia até, traz na sua corcunda ações urbanas em grande escala e de alta complexidade: a demolição de dois morros centrais do Rio de Janeiro – o Morro do Castelo e o Morro de Santo Antônio – e o aterramento de uma vasta área da Baía de Guanabara, o Aterro do Flamengo. Sobre este solo será erguido o Parque do Flamengo.

Pois, neste capítulo 3, interpretamos as justificativas econômicas, políticas e socioculturais – entre elas a necessidade de espaço para a Exposição Internacional do

Centenário da Independência do Brasil [1822-1823] – mais as técnicas utilizadas na transmutação dos dois montes históricos no Aterro do Flamengo. Também analisamos as polêmicas e os enormes custos socioculturais e históricos envolvidos nesses empreendimentos que atravessam décadas e inúmeras administrações.

#### **F. Capítulo 4. Aterro do Flamengo e MAM-RJ: o Parque do Flamengo se insinua**

No início da década de 1960, no recém instaurado Estado da Guanabara, a obsessiva opção pelo automóvel – meio necessidade de transporte, meio desejo por status social – soma-se ao adensamento populacional da Zona Sul. Ambos fatores a arremessar parte da urbe carioca em uma condição de imobilidade viária. É quando planeja-se transformar o Aterro do Flamengo – praticamente uma enorme faixa de terra costeira semi-índia – em um corredor expresso para automóveis. Plano frustrado pela obstinação de Lota de Macedo Soares, que em um conto épico de obstinação, teimosia e garra, luta para construir nesse Aterro um Central Park tropical.

Antes, porém, de partirmos para a construção do Parque do Flamengo, o método regressivo- progressivo nos obriga à uma parada imediatamente anterior à sua edificação, quando as soluções e invenções usadas no Parque são experimentadas no laboratório arquitetônico e paisagístico que é o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ). Projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy e o paisagista Roberto Burle-Marx – dois dos pais mais presentes no parto do Parque do Flamengo – o MAM-RJ (inaugurado parcialmente em 1958) será uma espécie de marco zero da edificação do Parque do Flamengo, tornando-se, assim, alvo nosso.

#### **G. Capítulo 5. Enfim, o Parque do Flamengo**

É quando e onde, ainda sob o princípio analítico-regressivo, investigamos as principais particularidades concretas e simbólicas do Parque do Flamengo, bem como a identidade dos agentes sociais envolvidos na elaboração e construção desse fixo. Edificação com lances radicais convergentes e divergentes: e tome criatividade e inovação, cooperação e egocentrismo, sinergia de expertises e conflitos abertos entre seus artífices. Um dream team de políticos, arquitetos, paisagistas, engenheiros e outros profissionais mui consagrados em suas áreas.

Indo adiante, assistimos o tombamento desse fixo – efetuado antes mesmo das obras concluídas – e os dois processos perniciosos que entram em ação assim que o Parque é inaugurado, e que ainda hoje põe em risco sua premissa original de espaço público: o abandono pelo Estado, responsável por sua administração e conservação, e as investidas da iniciativa privada, que por diversas vezes buscou o controle de partes do locus.

## H. Conclusão (de volta, para o futuro)

Aportamos no capítulo final da tese com o que trazemos dos momentos descritivo e analítico- regressivo. Agora, sob o *momento* histórico-genético, encetamos nova sondagem – esperamos mais esclarecida – acerca dos possíveis destinos e desafios que o futuro reserva ao Parque. Por fim, damos ciência ao leitor da síntese de nossas conclusões e do que não alcançamos. A partir desse balanço sugerimos questões a serem exploradas pelos próximos pesquisadores interessados no Parque do Flamengo como objeto de estudo.

## 1 PREÂMBULO

### Henri Lefebvre: breve apresentação bio-bibliográfica

Intelectual *globe-trotter*, tradutor, filósofo e sociólogo marxista. Soldado na Argélia, taxista em Paris e combatente da Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial. Para além desse pouco óbvio *pool* de adjetivos, o francês Henri Lefebvre – aventureiro de um século aventuroso na definição de Rémi Hess (1988). Um “*the right man in the right place*”, feito London, Hemingway e Steinbeck (STRÖMBERG, 1973) – destaca-se por uma particularidade outra. É daqueles intelectuais cujo pensamento, mesmo fortemente identificado com seu tempo, o transcende. Afinal, quem pode hoje negar a presença do pensamento de Henri Lefebvre (imagem 6) entre nós?

Contudo, mesmo com as *démarches* desse filósofo angarie uma influência contínua no âmbito dos mais diferentes campos do saber – como o urbanismo, a filosofia, a sociologia, a geografia e a história (MEDRANO et al., 2017) – a pesquisa bibliográfica para redação desta tese revelou um déficit de informações relacionadas à biografia de Henri Lefebvre, em língua portuguesa, a nossa. À essa lacuna soma-se erros crassos. Em um dos artigos acessados –

texto, aliás, usado e reusado como referência em diversos escritos – trocou-se a cidade natal e a data do nascimento de Lefebvre com as de sua morte. Omissão e desleixo que sugerem que tais informações teriam, se muito, uma importância marginal.

Figura 6 - Henri Lefebvre



Fonte: fotografia sem autoria conhecida. [s.d.].

Ora, toda obra é filha da biografia de seu autor e a ela está subordinada. Defendemos que o desgarramento entre a vida e obra dos indivíduos é uma ilusão. Embora seja corriqueiro do juízo acadêmico a separação entre pensamento e pensador, acreditamos que tais refinamentos purificadores a favor das isenções e neutralidades científicas podem funcionar pelo avesso, empobrecendo o entendimento das motivações do autor, e, conseqüentemente, da sua lavra. Sofre também a compreensão do tempo e do espaço dos quais os pensadores são atores, protagonistas ou coadjuvantes.

Eco (1984, p. 270) encara o distanciamento entre vivência, vida e obra como uma forma de ideologia. Concordamos com o italiano: não são a objetividade e pureza plenas utopias e fetichismos também plenos? Houve ou haverá algum dia diálogos, não entre pensadores, mas sim entre pensamentos puros – ideal desejado pelo cânone científico – fora das ficções científicas mais radicais? O que se ganha eliminando o emissor e valorizando somente a mensagem? Ou melhor, o que se perde?

A convicção de que as biografias valem muito mais do que parecem, ganha altas alturas quando tratamos de um intelectual como Henri Lefebvre. Intelectual que muito vivenciou o seu tempo e muito investiu na compreensão dos espaços – sejam eles urbanos ou rurais, ordinários ou monumentais – para neles atuar de forma crítica. Vida que é obra, obra que espelha a vida. *Segundo Henri Lefebvre...* Sim, aplausos, mas quem foi Henri Lefebvre?

Henri Lefebvre veio ao mundo sob o signo zodiacal de gêmeos, em 16 de junho de 1901, em Hegetmau, vila pequena e acanhada do sudoeste da França. Nesse mundo rural, com fortes raízes católicas, permanece até a adolescência. É quando uma série de enfermidades o fazem abandonar o curso preparatório para a escola politécnica – desejava ser marinheiro, engenheiro naval – e mudar-se para Aix-en-Provence. Deslocamento geográfico que fará toda diferença em sua trajetória. É nessa cidade universitária, com ares propícios para a cura, que o jovem Henri Lefebvre se interessa pelo estudo da filosofia (HESS, 1988, pp. 32- 34).

Em 1919, entre a prática do piano – Bach, Beethoven e Schumann o atraem – e leituras profundas de Nietzsche e Spinoza, Lefebvre obtém seu diploma em filosofia pela Sorbonne Université. Cinco anos depois cria a revista *Philosophies*, publicação que reúne jovens pensadores insatisfeitos com o cenário filosófico na França pós I Guerra Mundial. Georges Politzer, Georges Friedmann, Norbert Guterman, Pierre Morhange e o trágico Paul Nizan fazem parte do grupo. Por essa época, Lefebvre também mantém contato com os poetas surrealistas André Breton, Paul Éluard, Louis Aragon, Max Jacobs e Tristan Tzara, esse último um dos fundadores do movimento Dadá (GUTIERREZ, 2011/2012, p. 9). Aqui rascunhava-se uma das marcas do livre-pensador Henri Lefebvre: a crença de que a poesia e a filosofia, juntas, podem explicar e transformar a sociedade. *L'Esprit* – revista fundada por ele em 1926 – é uma expressão dessa fé.

Em abril desse mesmo ano o filósofo presta serviço militar no Marrocos – norte da África já nessa época muito à europeia. É um destino que faz sentido. Efetivamente Lefebvre nunca deixará de ser europeu, viver como europeu e pensar como europeu. Em seu retorno, um ano depois, uma virada de muitos graus: torna-se motorista de táxi em Paris. Época intensa, com aberturas, surpresas, descobertas: “um grande volume não pode conter as aventuras e desventuras desse filósofo-taxista existencialista” (LEFEBVRE, 2003b [1946], p. 7). Ele se recorda, em terceira pessoa:

O submundo de Paris descortinou-se diante dele em toda a sua variedade desprezível e ele começou a descobrir os segredos de seus bordéis, pardieiros e casas de aposta, salões de dança (para brancos e negros), hotéis de luxo e ensebados, negociantes suspeitos, pederastas de alta e baixa classe, apostadores, assaltantes e esquadrões da polícia. Mergulhava em algumas profundezas malcheirosas da “existência” e o que



trazia de lá poderia enviar aos neo-existencialistas do Café Flore com prazer. Mas com que propósito? Apenas recordar do contato com uma realidade infinitamente mais preciosa e mais comovente: a vida do povo de Paris (LEFEBVRE, 2003b [1946], p. 7. A partir daqui as traduções são nossas).

A vivência das ruas parisienses, misto de aventura intelectual e meio de sobrevivência, terá impacto em suas futuras ponderações sobre a vida cotidiana e o espaço urbano (HESS, 1988, p.71). Mas esse desvelamento radical é uma experiência breve. Uma noite, após dirigir por mais de quinhentos quilômetros, Lefebvre dorme ao volante e sofre um acidente que o deixa traumatizado – “por anos eu não conseguia entrar em um carro sem tremer e tremer” (LEFEBVRE, 2003b [1946], p. 7) – e o reconduz à atividade acadêmica e à política. Em 1928 adere ao Partido Comunista Francês (PCF), ainda que não se considere um comunista de fato.

O que se entende por 'comunista', em 1940, em 1950? Que demagogia, ou, que invenção! Que mistificação! Não conheço nenhum comunista fora de uma sociedade comunista, sobre a qual nada posso dizer, por que essa ainda não existe (LEFEBVRE, 2003a [1959], p. 231).

Nesse mesmo ano lança, com o tradutor Nibert Guterman, seu mais prolífico e longo colaborador, a revista *La Revue Marxiste*, primeira publicação francesa de orientação declaradamente marxista. Horas de militância, principalmente na forma da tradução de textos seminais de Lênin, Engels, e, sobretudo, Marx (GUTIERREZ, 2011/2012, p. 9). Lefebvre será o responsável pelas primeiras traduções desses e outros autores na França. Uma lista que inclui, ainda, Georg Hegel e Friedrich Nietzsche, beemotes do pensamento, ainda parcamente conhecidos na Europa entreguerras.

Tradutor, comentador e difusor de autores “radicais”, eis alguns dos papéis que Henri Lefebvre assumirá por toda sua trajetória, sem arrefecimentos. “O mundo moderno é hegeliano. O mundo moderno é marxista. O mundo moderno é nietzschiano” (LEFEBVRE, 1988 [1975], pp. 1-2), decreta categoricamente em *Hegel, Marx, Nietzsche ou lo riyoume de ombres*, volume de 1975. Para Lefebvre, sem a reflexão intermediada por esses pensadores não há entendimento crítico da sociedade, e, conseqüentemente, fagulha sequer de mudança.

Por volta de 1935 descobre os escritos da Escola de Frankfurt e concebe mais uma revista, *Avant-Poste*. O livro, *La conscience mystifiée* – nova parceria com Guterman – vem a lume no ano posterior. Nesse ínterim, atento ao clima belicista que toma conta da Europa, Lefebvre assina dois artigos denunciando o crescente fascismo: *La nationalisme contre les*

*nations* (1937), e *Hitler au pouvoir: les enseignements de cinq années de fascisme* (1938). Seu pessimismo – “o momento da catástrofe se aproxima”, escreve ele profético e temeroso em uma carta em janeiro de 1936 (MERREFIELD, 2006, p. 30) – se confirma. Apocalipse agora. Em 1941, com a França ocupada pelos nazistas, Henri Lefebvre tem o registro de professor suspenso. Junto com os judeus e maçons, os comunistas, com ou sem aspas, são as principais vítimas das leis draconianas do eternamente infame Regime de Vichy (1940-1944).

Sabe-se que em 1941 Lefebvre deixa Paris e parte para Marselha onde atua como espião para a Resistência Francesa. Dali refugia-se no Vale do Campan, na região dos Pirineus. Suas atividades nesse período são nebulosas, embora pareça certo que ele tenha se ocupado de forma meio molengona e relaxada, mais solta. Menos preocupado com as batalhas e mais com teorias. Mais intelectual, menos combatente (ELDEN, 2016, p. 10). A prova disso é que o tempo passado nessa região rural dá origem à sua tese de doutorado sobre o mundo campesino, defendida em 1953. Pesquisa pesada e profunda, completa. Ao fim do conflito, Lefebvre é reincorporado ao sistema educacional francês e junto às aulas que ministra na Escola de Guerra, ocupa o cargo de diretor cultural da estação *Radio-Diffusion Française (RDF)*, de Toulouse.

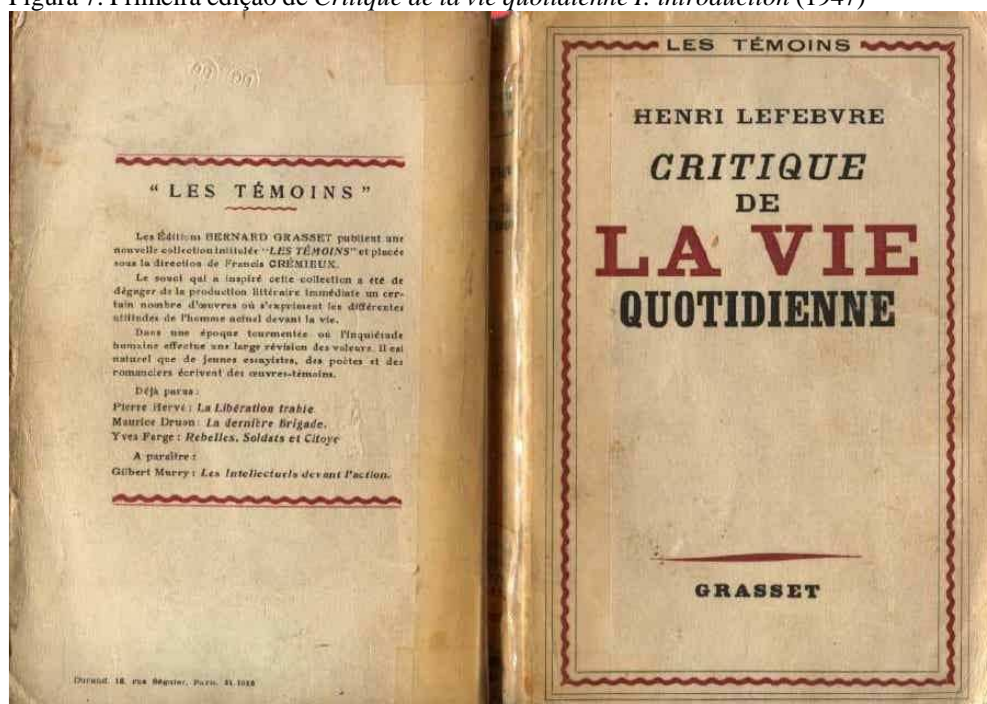
O período do pós-guerra encontra esse autodenominado filósofo-sociólogo<sup>11</sup> em atividade febril. Além de artigos para o *Les Cahiers internationaux de sociologie*, Lefebvre escreve os livros *L'existentialisme* (1946) e *Logique formelle, logique dialectique*, de 1947. Nesse mesmo ano lança *Descartes*, primeiro volume de uma série sobre os grandes literatos franceses – *Diderot* (1949), *Pascal I* (1949), *Pascal II* (1954), *Musset* (1955) e *Rabelais* (1955), completam a coleção. É, porém, *Critique de la vie quotidienne I: Introduction* (1947) que atrai a atenção da intelectualidade da época.

Redigido entre agosto e dezembro de 1945 e publicado dois anos depois, este ensaio (imagem 7) sinaliza a urgência de novos paradigmas políticos e culturais em um ocidente que se renova, mas por meio da destruição. Para Henri Lefebvre, as marcas do fracasso da racionalidade moderna são cruentos: duas guerras mundiais, o fascismo, o nazismo, o stalinismo, os campos de concentração, os *gulags*, o holocausto e a chacina atômica. *Dies irae*.

---

<sup>11</sup> Rémi Hess endossa essa definição e situa Henri Lefebvre como um filósofo atraído por temas caros à sociologia: “Do ponto de vista teórico, o Lefebvre sociólogo nunca quis romper com o Lefebvre filósofo. Ele fez um grande esforço para introduzir a análise dialética na sociologia rural, nas questões urbanas, nas questões políticas, na direção política e na análise estratégica” (HESS, 1988, p. 178).

Figura 7. Primeira edição de *Critique de la vie quotidienne I: introduction* (1947)



Fonte: GRASSET, 1947.

De fato, a partir da segunda década do século XX, paradigmas filosóficos, culturais e sociais são postos em xeque ao mesmo tempo em que o cenário geopolítico polariza-se de modo extremado (COSTA, 1991). Mudanças e tensões que marcam um novo sentido de história a suceder a modernidade positivista, que naufraga. David Harvey (2008 [1989], p. 23) resume esse receituário fracassado:

o domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda humanidade serem reveladas.

Ainda para Harvey, o ideal de progresso e racionalidade a qualquer custo se encontrava desde o início fadado “a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana. A ânsia por dominar a natureza envolvia o domínio dos seres humanos” (HARVEY, 2008 [1989], pp. 23-24).

Com as falhas dos modelos de revolução – umas “escolas de tiranos” (CIORAM, 1994 [1960]) – e o esgotamento das grandes narrativas, é preciso formas alternativas para

“*changer la vie*”. Para “*résoudre le problème de lavie*” (LEFEBVRE, 1947, p.206). Nesse sentido, *Critique de la vie quotidienne I: introduction*,

abre mais uma avenida, que conduz para além da sociologia rural, além da sociologia urbana, e além do pensamento posterior de Lefebvre sobre a produção do espaço: o tema da produção do cotidiano, da revolução como a revolução vida cotidiana (TREBITSCH, 1991, p. 27).

Após um período a advogar a revolução pelo operariado, nesse opúsculo Lefebvre defende que a Grande Subversão deve transcender o embate socioeconômico. A mudança do *status quo* não virá dos pátios das fábricas, dos sindicatos e nem das trincheiras guerrilheiras – a quixotesca e violenta “revolução dentro da revolução” de Régis Debray (QUATTROCHI; NAIRN, 1998, p. 169). Não.

No lugar de se refundar as superestruturas econômicas e políticas, como preconiza o marxismo canônico, Lefebvre conclui que as transformações devem se dar no interior mesmo das relações sociais, na dimensão sociocultural e ideológica que nos circunda de forma mais próxima. Uma revolução permanente a ser produzida e reproduzida no dia-a-dia. Mais do que abolir a propriedade privada, interessa a Lefebvre abolir a privatização da vida.

Na água quase estagnada da vida cotidiana existem miragens, ondulações fosforescentes. Essas ilusões não ocorrem sem resultados, uma vez que alcançar resultados é sua própria razão de ser. Onde está a verdadeira realidade? Onde se passam as mudanças reais? Nas profundezas misteriosas da vida cotidiana! História, psicologia, e a ciência do homem devem tornar-se um estudo da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1947, p. 62).

As meditações sobre a vida cotidiana serão retomadas em *Critique de la vie quotidienne II: Fondements d’une sociologie de la quotidienneté* (1962), *La Vie quotidienne dans le monde moderne* (1968)<sup>12</sup>, *Vers le cybernanthrope, contre les technocrates* (1971), *Critique de lavie quotidienne III: De la modernité au modernisme: pour une métaphilosophie du quotidien* (1981) e na coletânea póstuma de ensaios *Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes* (1992). Obras que, se mantêm a base teórica em Marx, apresentam também uma considerável autonomia de pensamento.

Em 1948, o sociólogo é integrado como pesquisador-chefe no recém-constituído *Centre National de la Recherche Scientifi* (CNRS), e em 1954 recebe o título de doutor em letras pela pesquisa sobre a sociedade rural do Vale do Canpam. Sua tese é publicada nove

---

<sup>12</sup> Publicado no Brasil como **A vida cotidiana no mundo moderno** (Ática, 1991).

anos depois com o título *La Vallée de Campan, études de sociologie rurale* (1963)<sup>13</sup>. Posteriormente, Henri Lefebvre aprofundará suas reflexões camponesas em viagens por regiões rurais da França, Itália e México. Périplo no qual tem contato com as contradições desse meio e entende que com a crescente industrialização, a total dominação da cidade sobre o campo é apenas uma questão de “quando?”.

O que Lefebvre observa é somente os estertores finais do processo iniciado no século XVIII, com a Revolução Industrial e intensificado nas décadas e séculos posteriores. A cidade industrial chega ao século XX plena de força, som e fúria, sem conhecer limites. Suas armas são as coisas e as representações da cidade: um sistema de objetos e um sistema valores urbanos irresistíveis. Logo o que resta da vida camponesa tradicional não passará de

ilhotas e ilhas de *ruralidade* ‘pura’, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e opressão (LEFEBVRE, 2001c [1968], p. 19. itálico do autor).

Sobre tal estado de coisas, Williams<sup>14</sup> (1989 [1973], p. 192) declara – nostalgicamente, tristemente – que a perda do velho campo é a perda da poesia. “Flores e privilégios; fumaça de fábricas e democracia” (WILLIAMS, 1989 [1973], p. 268) é o que as urbes podem oferecer. Todavia, pontua Lefebvre que frente ao espectro de uma “vida camponesa aprisionada à natureza, à terra sacralizada e cheia de forças obscuras” (LEFEBVRE, 2001c [1968], p. 82), a cidade afirma-se como opção razoável, ainda que esteja, desde sempre, marcada por crises e contradições. Nesse ínterim, Lefebvre se convence de que o potencial revolucionário do mundo rural acaba transferido para as cidades industriais e para lá esse pensador desloca suas meditações espaciais.

A importância da reforma agrária, a questão camponesa, diminui pouco a pouco. As potencialidades (revolucionárias) dos camponeses acabam após alcançar seu ponto culminante na China. Com Fidel Castro e a revolução cubana se lança um último resplendor, um último grito que aviva as esperanças quando já é tarde demais (LEFEBVRE, 1978 [1970], p. 8. a tradução é nossa).

Os processos de estratificação, homogeneização, fragmentação, e, principalmente, de segregação socioespacial, amplificam-se nas grandes cidades ocidentais, tornam-se práticas sociais cotidianas. Conjuntura opressiva para a maioria e que por isso, defende Henri

<sup>13</sup> A edição brasileira, **O Vale de Canpam: estudo de sociologia rural (EDUSP)** é de 2011.

<sup>14</sup> Para outras leituras da relação campo-cidade e rural-urbano no século XX, ver Fagundes; Neto (2020, pp.261-275).

Lefebvre, deve ser solapada e reformulada. Quando renovadas, as urbes serão, então, espaços abertos à fruição e à heterogeneidade, à festa. *La fête est bien plus que la fête* (DUVIGNAUD, 1989, p.11). Onde as diferenças serão conhecidas e reconhecidas, vivenciadas e postas à prova. *Locus* aberto: do sim e do não, da ordem e da desordem, da transparência e do oculto, do Eros e do Logos, do espetáculo e do mistério, onde, enfim, acumulam-se todos os conteúdos, concretos e simbólicos (LEFEBVRE, 2002 [1970], p. 93).

Em 1957 intensificam-se velhos atritos entre Henri Lefebvre e o Partido Comunista Francês. Sua interpretação do campesinato francês – acusada pelo PCF de ser mais ricardiana que marxista – e sua crítica ao stalinismo (veemente antes mesmo das denúncias do Relatório Khrushchov de 1956), tornam impraticável sua presença entre os quadros do Partido.

O entendimento do PCF do *ethos* social contemporâneo – entendimento absoluto, irreduzível, monolítico – não interessa a Lefebvre (HESS, 1988, p.156). Em 1958, durante um processo de caça aos membros menos alinhados com a ortodoxia partidária, ele é suspenso da organização. Punição que precipitará a auto-exclusão do pensador. “Saí do partido em 1958 pela esquerda. Enquanto muitos o deixaram pela direita”, dirá irônico (LEFEBVRE *in* HESS, 1988, p. 156).

Essa desfiliação voluntária revela um Lefebvre que se vale do pensamento marxista sem mitificá-lo. O recado: deve-se usar o materialismo histórico e dialético como uma ferramenta de decifração socioespacial, não o contrário. É preciso resistir à tentação fácil de encarar o espaço como se fosse um receptáculo cristalino, um aquário social onde pode-se observar os pressupostos arrolados pelo pensamento de Marx (luta de classes, modo de produção, força de trabalho, valor de troca, valor de uso, mais-valia, alienação etc.). Marx pode explicar o espaço social, mas não deve o espaço social, instrumentalizado, servir como objeto de validação de Marx.

À medida que se distancia dos dogmas partidários, Lefebvre aproxima-se de grupos intelectuais de vanguarda. Em meados dos anos 1950 trava contato com o COBRA<sup>15</sup>, um coletivo de arquitetos radicais-experimentais.

Era um grupo extremamente interessante e ativo, que se formou nos anos 1950, e um dos livros que inspirou a fundação do grupo foi o meu *Crítica da vida cotidiana*. Foi por isso que me envolvi com eles desde tão cedo (LEFEBVRE, 2018 [1983], p. 48).

---

<sup>15</sup> COBRA é o acrônimo das cidades onde o grupo atuava: Copenhague, Bruxelas e Amsterdã.

A rebeldia dos jovens não o constrange, ao contrário, o galvaniza. Entre 1957 e 1961 ou 1962, Henri Lefebvre pode ser encontrado entre os intelectuais da Internacional Situacionista, coletivo que tem Guy Debord, autor de *A sociedade do espetáculo* (1967), como um dos membros. Há entre esses pensadores, todos marxistas, uma fertilização mútua de ideias e juntos passam a explorar de forma inovadora o espaço urbano<sup>16</sup>.

Se Lefebvre convoca os situacionistas a pensarem suas ações na escala da vida cotidiana, os situacionistas levam as formulações de Lefebvre a uma espacialização empírica inédita, com a *deriva e a criação de situações*. Propostas alternativas para se vivenciar e ocupar as cidades que durante o processo de industrialização perderam sua característica mais elementar: ser o local da simultaneidade. Como já dissemos, se as urbes são os espaços do trabalho, também são, sobretudo, da festa (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 125, 128).

Ninguém reparou que o conhecimento da vida social implicava o conhecimento do não-social e do anti-social. A festa é tudo isto, quer utilizando provisoriamente os signos coletivos ou as classificações consagradas. Ela destrói ou abole, em sua vigência, as representações, os códigos, as normas por meio dos quais as sociedades se defendem contra a agressão natural (...) segundo as aparências, a festa atinge aquilo que constitui a finalidade última das comunidades, isto é, um mundo reconciliado, uma entidade fraternal (DUVIGNAUD, 1983, p. 69).

Tão radical quanto os radicais – sob certos aspectos até mais – Henri Lefebvre será a “única pessoa ilustre com um papel institucionalizado no mundo cultural com quem os situacionistas aceitaram colaborar” (JAPPE, 2008, p. 96). Para um grupo avesso a toda e qualquer influência acadêmica, essa afinidade, raríssima, diz muito sobre a posição de Lefebvre. “É tudo muito complexo, tudo fica confuso; história, política, ideologia, mulheres... Mas houve um tempo em que existiu uma amizade real e muito calorosa” (LEFEBVRE, 2018 [1983], p. 60).

O filósofo e os situacionistas visitavam-se, debatiam, planejavam ataques às velhas formas urbanas do viver. Ataques inéditos, criativos, exóticos. Com mais utopia surrealista e menos violência. Por fim, no entanto, essa convivência, essa efervescência, será “uma história de amor que terminou mal, muito mal” (LEFEBVRE, 2018 [1983], p. 46). O rompimento vem súbito, explosivo, incontornável, com o afastamento de Lefebvre após Guy Debord acusá-lo de lhe plagiar um artigo. Haveria também outro motivo, feminino, segredo de polichinelo.

Mesmo a intensa dedicação à cátedra acadêmica – Lefebvre torna-se professor de sociologia na Universidade de Estrasburgo (1961) e em Nanterre, Paris X (1965) – não lhe

---

<sup>16</sup> Ver FERNANDES, Ulisses; FERNANDES, Rodrigo. Guy Debord e a internacional situacionista: amparo à Geografia na crítica à cidade moderna. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, UFU, v. 18, n. 62, jun. 2017, p. 104- 113.

refreia a produção. Dentre os livros concebidos nos anos 1960 e 1970, destacam-se *Introduction à la modernité* (1962), *Marx* (1964), *Métaphilosophie* (1965) e os mencionados seis volumes dedicados ao mundo urbano, que vêm à lume entre 1968 e 1974.

Figura 8 - Primeira edição de *Le droit à la ville* (1968) e a edição brasileira do mesmo livro, lançada em 2001 com o nome de *O direito à cidade*.



Fonte: LEFEBVRE, 1968.

Podemos falar de uma teoria espacial lefebvriana? Decerto. Claro. Desencarnada até o osso, vendo-se o esqueleto que lhe sustenta, fica claro que o espaço segundo Henri Lefebvre é sempre *produzido e reproduzido* por um conjunto de *relações sociais*. Relações e inter-relações, que alcançam pujança ótima nas urbes contemporâneas. O francês defende que para a cidadania tornar-se uma prática real e realista – ao invés de um conceito esgarçado pelo uso excessivo – faz-se urgente a necessidade dos indivíduos reapropriarem-se dos espaços (e dos tempos) que lhes foram suprimidos e que só podem ser restituídos através da compra (LEFEBVRE, 2002 [1970], p. 163)<sup>17</sup>.

Um dos responsáveis por essa cidade tornada mercadoria, o urbanismo contemporâneo, será alvo contumaz das críticas lefebvrianas. Urbanismo que se arvora arte e

<sup>17</sup> Ver também MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo: EDIPRO, 2015 (1964). Especialmente os capítulos 1, 3 e 6.



ciência, técnica e conhecimento, mas que não passa de uma atividade que “pretende dominar e submeter à sua *ordem* o processo de urbanização, assim como a prática urbana” (LEFEBVRE, 2002 [1970], p. 139. itálico do autor). Urbanismo: a ditadura do ângulo reto a promover o tédio e a neurose (LEFEBVRE, 2002 [1970], p. 94).

A voz de Henri Lefebvre soa dissonante em uma França anestesiada pelo crescimento e pelo otimismo dos anos pós-II Guerra Mundial – os chamados *Les trente glorieuses*. Como contextualiza Stanek (2011, p. 3),

seus principais livros sobre o espaço foram publicados quando as questões sobre a cidade e o espaço urbano recebiam uma importância sem precedentes na França. Isso ocorre paralelamente à introdução da sociologia urbana crítica na academia, ao grande interesse em métodos qualitativos de pesquisa urbana, ao início das pesquisas arquiteturais, à politização do urbanismo e à simultânea introdução de questões urbanas na política francesa, às mudanças coletivas no planejamento francês do pós-guerra em relação ao conceito das novas cidades e ao afastamento dos conceitos, imagens e critérios cunhados pelas vanguardas arquitetônicas do início do século XX.

Quando o capital e seus interesses passam a orientar as cidades, transformando, nesse processo, os cidadãos em consumidores de espaços, ou seja, realizadores da mais-valia necessária à manutenção do capitalismo moderno (LEFEBVRE 2002 [1970], p. 143). Quando expressões como *métro*, *boulot*, *bistro*, *mégots*, *dodo*, *zero*<sup>18</sup> tornam-se de uso comum, um *pré-meme*. Então, é urgente repensar as relações dos Homens com as cidades. Nesse ínterim, “direito à cidade”, “centralidade”, “vida cotidiana” e “espaço vivido” são alguns conceitos usados por Henri Lefebvre invade as discussões dos arquitetos e urbanistas franceses e europeus (STANEK, 2011, p. 3).

Mais que discutir *no* urbano, é preciso discutir *o* urbano, *com* o urbano. Em *Le droit à la ville* (1968), Lefebvre propõe que se encare as cidades não como palco das ações dos indivíduos – palco trágico, dramático para alguns. Palco operístico, picadeiro, para outros – mas como próprio objeto e objetivo dessas ações.

Este livro é lançado alguns meses antes do Maio de 1968, quando universitários, o operariado (o jovem operariado), os sindicatos e parte da *intelligentsia* levam para as ruas da Europa (o epicentro é Nanterre, Paris) pautas sobre o pacifismo, ecologia, antiautoritarismo, igualdade racial e igualdade de gênero: uma grande “festa”, lúdica e política, onde “toda rua falava” (MORIN, 2018 [1978], p. 30). Houve violência também. É do jogo urbano.

<sup>18</sup> De autoria do poeta franco-romeno Pierre Béarn, essa expressão surge em seu popular poema *Couleurs d'usine* (1951): “Audé boulé garçon pointe ton numéro/ Pour gagner ainsi le salaire/ D'un morne jour utilitaire/ Métro, boulot, bistro, mégots, dodo, zero”. Em livre tradução: O menino corre para perfurar seu cartão de ponto/ Para ganhar o salário/ De um dia utilitário triste/ Metrô, trabalho, bistrô, bitucas, sono, zero”.

Com passeatas, grafites – “sejam realistas, peçam o impossível” (imagem 10), “meus desejos são a realidade”, “sejam rápidos e cruéis, antropófagos”, “por baixo do calçamento, a praia” – enfrentamentos e barricadas, as observações de Lefebvre (imagem 11) servem aos manifestantes como “justificativas” teóricas para a ocupação da cidade. Ainda no calor dos acontecimentos o autor escreve uma apaixonada análise desse momento histórico: *L’irruption de Nanterre au sommet* (1968)<sup>19</sup>

Figura 10 - Paris, 1968



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, 1968.

---

<sup>19</sup> Publicado no Brasil como **A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos** (Documentos, 1968).

**Figura 11** - Lefebvre em 1968 sendo entrevistado pela revista *L'Express*. “Sou um observador, mas um observador armado, como dizem, isto é, armado de um certo número de conceitos, armado com uma teoria”



Fonte: L'EXPRESS, 1968.

Professor de Arquitetura na *École normale supérieure des Beaux-Arts* (ENSBA), em 1971 Lefebvre é jubulado, mas o intelectual prossegue viajando e participando de conferências. Tempos de *Wanderjahr*: além de visitar países da Europa, África e Ásia, esteve também na América do Sul. Entre novembro e dezembro de 1972 visita a Venezuela, o Peru e o Brasil (HESS, 1988, p. 315). Sobre a estadia nesse último, Marie Huchzermeyer (2016, p. 56) assume que

o impacto foi menos de Lefebvre sobre o Brasil e mais do Brasil sobre Lefebvre. Conforme ele visitava favelas, ele descobria o quão intensa era aquela vida social e como havia nela uma possibilidade para que o que ele chamava de “urbano” não fosse destruído. Isso me fez prestar atenção especificamente na forma como ele escreve e usa favelas em “A Produção do Espaço”, publicado em 1974. Lá ele escreve de forma bem diferente em relação aos seus livros anteriores, nos quais ele mencionava favelas e subúrbios como fazendo parte de forças de segregação, insinuando que eles fossem apenas “diferença induzida” (...). Eu acredito que ele estava especialmente interessado em tudo que é diferente no espaço urbano e em alguns tipos específicos dessa diferença.

Aqui, o pensador francês parece especialmente cativado pelas favelas. Encaradas como alegres e abusados modelos de resistência a regimes repressivos como a ditadura então vigente no país.

Lefebvre está interessado em abertura política. E ele somente fez essa conexão com assentamentos informais após ter estado no Brasil. Em trabalhos anteriores a 1972, ele não menciona assentamentos informais e favelas dessa forma, mas depois dessa visita ele tece alguns comentários (HUTCHZERMEYER, 2016, p. 56).

Paralelamente às viagens, o septuagenário Henri Lefebvre segue industrioso. São dessa época os cinco volumes dedicados à análise do Estado, lançados entre 1976 e 1978: *De l'Etat I: L'Etat dans le monde moderne* (1976), *Del'Etat II: Théorie marxiste de l'Etat de Hegel à Mao* (1976), *Del'Etat III: Le mode de production étatique* (1977), *Del l'Etat IV: Les contradictions de l'Etat moderne* (1978), *La Révolution n'est plus cequ' ele était*<sup>20</sup> (1978).

Em 1982 subscreve o *L'Appel des Cent*, um manifesto de repúdio à corrida armamentista atômica assinada por 100 personalidades francesas – comunistas e não comunistas. Em 20 de junho daquele ano, o grupo reúne 500.000 pessoas em Paris, na *Marche pour la Paix et le désarmement*. Como fez-se ouvir, o movimento permanece unido e em 1983 um novo *L'Appel des Cent* é lançado, durante o *Fête de la Paix*, na cidade de Vincennes<sup>21</sup>.

Em 1986 Henri Lefebvre torna-se patrono da revista esquerdista *M, Mensuel, Marxisme, Mouvement* e será seu diretor até o outono de 1987, quando, seguindo suas convicções pessoais, inegociáveis, demite-se por entrar em desacordo com a orientação teórica e política da publicação. Três anos depois, o velho filósofo enfim retira-se para casa de sua família em Navarrenx, nos Pirineus Atlânticos. As aventuras cobram descanso. É nessa vila francesa que na noite de 28 para 29 de junho de 1991, morre Henri Lefebvre, treze dias após completar 90 anos.

Hoje, mais de três décadas após seu desaparecimento físico, as meditações de Lefebvre seguem atraindo o interesse de estudiosos dos mais variados vieses. Em nossa seara, a geografia, o pensamento marxista-lefebvriano passa a ser reconhecido e apropriado no início dos anos 1970, na eclosão do que convencionou-se chamar de Geografia Radical ou Geografia Crítica (CLAVAL, 2006, p. 114). E mesmo que apenas uma pequeníssima fração de sua vastíssima obra tenha sido editada no Brasil<sup>22</sup>, também aqui Lefebvre encontra um solo acadêmico fértil. Principalmente entre os interessados pelo fenômeno urbano

<sup>20</sup> Escrito com Catherine Régulier.

<sup>21</sup> *Fond de L'Appel des cent pour la paix: 1982-2000*. Disponível em:

[https://archives.seinesaintdenis.fr/pages/dl?f=customer\\_2%2Fblog%2F285j\\_assoc\\_appel\\_des\\_cent.pdf](https://archives.seinesaintdenis.fr/pages/dl?f=customer_2%2Fblog%2F285j_assoc_appel_des_cent.pdf).

<sup>22</sup> Remi Hess (1988, pp. 327-345) contabiliza 70 livros e cerca de 177 artigos (“principaux articles”) produzidos por Lefebvre. Stuart Elden (2016, p.10), alerta, porém, que qualquer contagem será incerta, posto que durante a ocupação nazista da França, entre 1940 e 1944, seus livros são proscritos e alguns de primeiros escritos são queimados e nunca reeditados, permanecendo em eterno obliúvio.

(MISOCZKY e OLIVEIRA, 2018). Atualmente encontramos grupos geográficos de discussão e pesquisa dedicados a esse autor em instituições como USP, UFRN, UFMG e UERJ.

Humanista inconformado, intelectual militante, teórico radical, e, acima de tudo, observador arguto do século XX. É o Henri Lefebvre que surge de forma muito resumida nessa explanação bio-bibliográfica. Ao tentar compreender o papel das relações sociais na produção e reprodução do espaço (fundamento da própria sociedade), Lefebvre enriquece o episteme marxista, até então francamente calcada em temporalidades. Como aponta Lacoste (1988 [1976], p.39), “a análise dos marxistas, que é fundamentalmente do tipo histórico, negligencia quase totalmente a repartição no espaço dos fenômenos que ela apreende teoricamente”.

Opinião compartilhada com Derek Gregory (1996, p. 104), para quem “à exceção de alguns vultos solitários, tais como Walter Benjamin e Henri Lefebvre, o marxismo ocidental do século XX manteve o mesmo silêncio – um silêncio estratégico – com relação à espacialidade do capitalismo”. Por seu turno, José de Souza Martins relativiza a questão ao assinalar que a espacialidade dos processos sociais e históricos em Marx não é tão densamente explorada como faz Lefebvre, mas não deixa de estar reiteradamente sugerida nos escritos marxistas (MARTINS, 1996, p. 18).

Ponto pacífico é que Lefebvre comete o feito invulgar de, a partir do materialismo histórico e dialético, nos oferecer um conjunto de reflexões e ferramentas epistemológicas para a decifração do espaço, conceito que na ciência geografia ocupa um papel solar<sup>23</sup>. No mais, apresentações feitas, teorias e métodos explicados, partamos para o capítulo 1 de nossa investigação.

---

<sup>23</sup> Em nosso país a apropriação do pensamento de Henri Lefebvre é particularmente expressiva no âmbito das ciências sociais e humanas. Isso é curioso: mesmo que grande parte de suas autopsias espaciais seja direcionada ao universo da arquitetura, a influência lefebvriana no debate arquitetural nacional mostra-se tacanho. É o que sinaliza o levantamento quantitativo/qualitativo levado a cabo por Medrano *et al.* (2017) e que teve como universo de pesquisa os artigos acadêmicos publicados no Brasil entre 2008 e 2017.

## 2 PRIMEIRO ANTECEDENTE: O PASSEIO PÚBLICO

Quem caminha pelo Centro do Rio de Janeiro – pelas avenidas arteriais ou nas vielas abertas no tempo dos reis – pode ter um vislumbre daquela definição de espaço dada por Milton Santos (2012 [1982], p. 9) tantas vezes citada, recitada e exibida como epígrafe de escrito acadêmico: “(...) o espaço é a acumulação desigual de tempos”.

Sem dúvida essa área da cidade se encaixa na frase (célebre e acertadíssima, em sua amplidão sintética) exibindo uma face urbana heterodoxa. É local onde *towers* pós-modernas de aço, vidro e alumínio convivem com sobrados centenários, e silenciosos VLT (Veículos Leves sobre Trilhos) dividem as ruas com burros-sem-rabo<sup>24</sup>. Nessa desordem ordenada, o Passeio Público resiste como um marco inicial de uma forma de intervenção do Estado na urbe carioca e pedra angular de um processo que irá desaguar em nosso objeto.

Olhando retrospectivamente, como receita o *momento* analítico-regressivo proposto por Lefebvre, o Parque do Flamengo não surge como um relâmpago em céu azul. Não é um fato urbano isolado, abrupto, inédito. Antes, o enxergamos como um elo – notável elo – de uma corrente de intervenções espaciais perpetradas na capital carioca por diversos agentes urbanos, dentre os quais destaca-se o Estado. Ora, não sendo o Parque um espaço original, faz-se preciso datar os elementos, concretos e simbólicos, que foram herdados de fixos anteriores. Inquirito que em um primeiro lance nos leva ao Rio de Janeiro dos tempos coloniais, ao Passeio Público (imagem 12), o mais remoto “ancestral” do Parque do Flamengo.

### 2.1 Pioneirismo colonial

Localizado no Município do Rio de Janeiro, no limite sul do Centro da Cidade, (22° 91’ de lat. Sul e 43° 17’ de long.W), o Passeio Público que encontramos hoje passa longe daquele inaugurado em 1783, após quatro anos de trabalhos. Os séculos e as reformas cobraram seu tributo.

---

<sup>24</sup> Na descrição do cineasta Sérgio Bloch, em seu documentário *Burro-sem-rabo*, esse seria o nome dado, no Rio de Janeiro, “a quem vive de catar matérias recicláveis que possam ser comercializados e aproveitados pelas indústrias. A origem dos catadores no Brasil vem dos garrafeiros portugueses que, por trabalharem puxando seu carrinho de madeira pelas ruas da cidade, eram comparados ao animal” (BURRO-SEM-RABO, 1996, s./p.).

Entre as intervenções sofridas podemos destacar cinco momentos importantes na existência do jardim. O primeiro momento (1783-1861) é o da concepção e implantação do jardim, quando foi projetado e executado no século XVIII. O segundo (1862-1904) é o da intervenção realizada pelo paisagista francês Auguste Glaziou, em 1861. Os seus traços principais se mantêm até hoje. O terceiro momento (1904-1921) corresponde às reformas de embelezamento urbano, empreendidas durante a administração de Pereira Passos na prefeitura da cidade. O quarto momento (1921-1937) é o da construção do ‘Theatro Cassino’ iniciado no ano de 1921. E um quinto momento (1937-2004), iniciado com a demolição do Cassino, culminou na integração do jardim à malha urbana do Centro da cidade do Rio de Janeiro e na atual configuração do terraço” (NAJJAR *et al.* 2007, pp.459-460).

Figura 12 - Entrada do Passeio Público”. Litografia de 1835, onde destacam-se as colunas jônicas talhadas em granito e a parte superior do portão rococó. Ao fundo, divisa-se a baía de Guanabara.

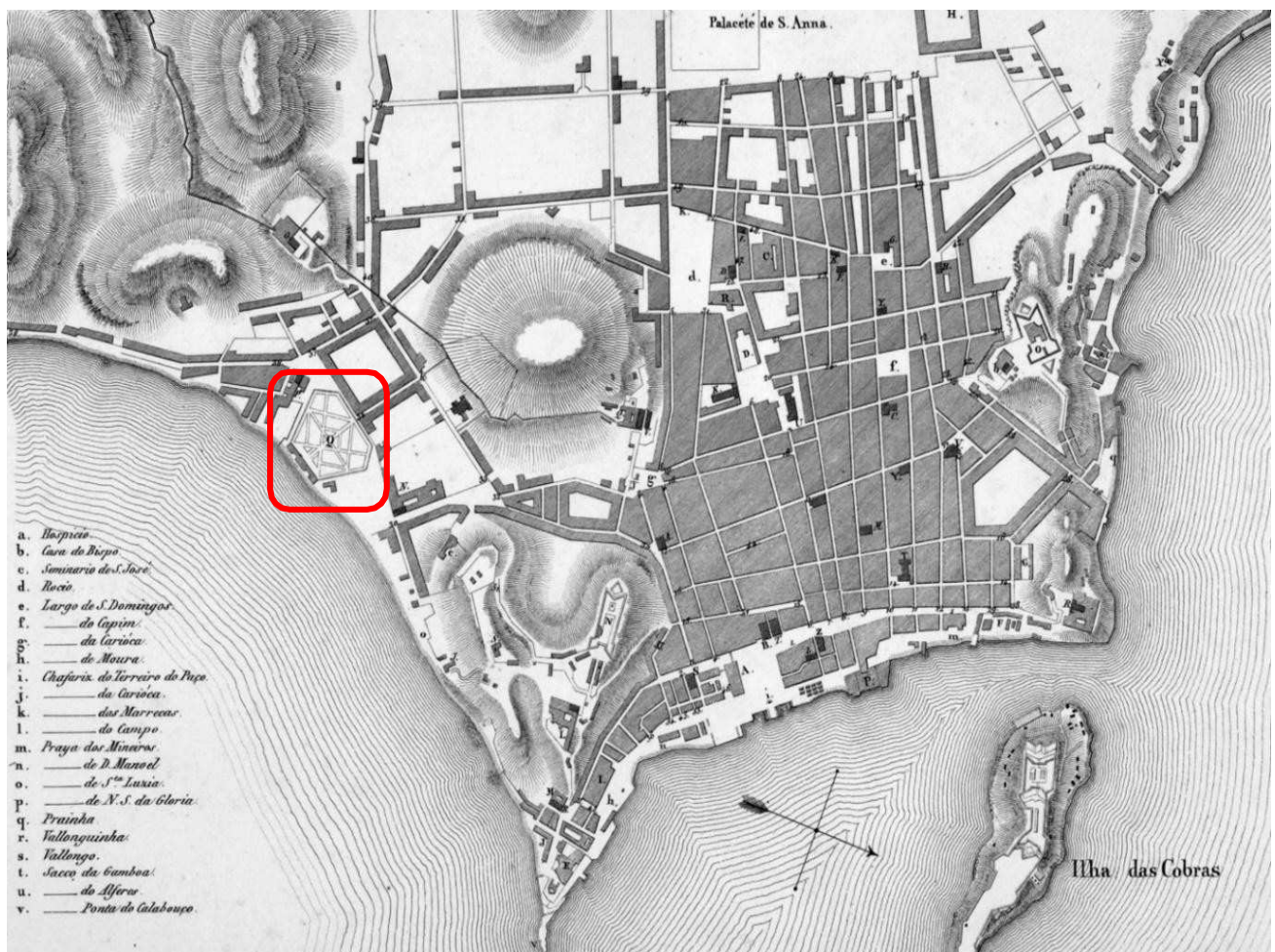


Fonte: THEREMIM, 1835.

Mesmo fundamente alterado, sua condição de fixo que inaugura uma série de inovações urbanas no Rio de Janeiro (e no Brasil), permanece incontestável. É o Passeio Público (mapas 1 e 2) o mais antigo parque urbano do Brasil, o primeiro jardim público da América do Sul (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 18) e a “primeira grande obra paisagística não só do Rio, mas também do Brasil e das Américas” (FAJARDO, 2018, p. 58).

De maneira similar, este espaço estreia a categoria de construções com caráter “não utilitário na cidade” (CAVALCANTI, 2003). Obra complexa e inédita – que incluiu o aterramento da indômita Lagoa do Boqueirão – o Passeio inicia uma nova forma de incorporar a natureza ao espaço urbano no país. Algo revolucionário, possível apenas em uma cidade com a capitalidade que o Rio de Janeiro ostentava à época.

Mapa 1. Destacado em vermelho, a localização do Passeio Público em mapa do Rio de Janeiro do Século XIX



Fonte: WALTER, 1835. Adaptada pelo autor, 2022.



Mapa 2. Localização do Passeio Público na atual Zona Central do Rio de Janeiro.  
No século XXI o mapa digital testemunha a resistência desse espaço



Fonte: GOOGLE, 2021.

Capitalidade aqui empregada com o sentido dado pelo historiador *i sindaco di Roma* Giulio Argan (1964, 1992) ao formular a categoria de cidade-capital. Segundo essa concepção – que chega-nos através da historiadora Marly Motta – a cidade-capital é a sede da autoridade do Estado, da administração geral e dos órgãos do governo. Sítio que controla as principais rotas comerciais, a distribuição de recursos financeiros e que monopoliza a arte e dita a moda. “Lugar da política e da cultura, núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica. Foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória (...) *locus* de construção da identidade nacional” (MOTTA, 2004, pp. 8-9).

O Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII encarna tudo isso. Seu porto recebe multidões de escravos da África<sup>25</sup> e escoava a magnífica produção aurífera de Minas Gerais para Portugal e daí para a Inglaterra<sup>26</sup> (citando apenas as duas principais

<sup>25</sup>Karasch (1987, pp. 29-30) estima que entre o século XVI e a primeira metade do século XIX – que compreende o período do tráfico negreiro no Brasil – algo em torno de 950.000 escravizados tenham sido importados pelo porto do Rio de Janeiro. Número que pode muito bem ter alcançado um milhão ou mais de indivíduos. Apenas em 1829 chegaram à cidade quase 53000 escravizados (LAMARÃO, 1991, p.38).

<sup>26</sup>Pinto (1979, pp.112-117) assume ser missão ingrata levantar quanto ouro foi produzido no Brasil Colônia. Não houveram registros eficientes, fora aqueles que desapareceram, por astúcia ou desleixo mesmo. Uma estimativa sensata é que no século XVIII – auge da exploração – extraiu-se do Brasil cerca de 876.629 kg do metal. Só no ano de 1720 carregou-se 30 toneladas daqui para Portugal. “Em 70 anos do século XVIII se extraiu mais ouro das minas brasileiras do que em 350 de exploração da América espanhola” (AMADOR, 2013, p.73). Esses

“*commodities*” do Império Português). O que o torna o fixo comercial mais estratégico de todo o Brasil. São Salvador da Bahia é a capital do governo-geral desde 1549, mas a distância dos centros mineradores do porto baiano – de Minas para Salvador são 300 léguas, para o Rio são 80 – inviabilizam sua função de cabeça da Colônia que tudo põe os olhos, tudo pesa, tudo conta e tudo controla. Esse papel passa ao Rio de Janeiro em 1763. Sintoma de amplas mudanças.

Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, o patriarcado rural que se consolidara nas casas-grandes de engenho e de fazenda (...) começou a perder a majestade dos tempos coloniais. Majestade que a descoberta das minas já vinha comprometendo. Crescera desde então o interesse da Coroa pela colônia americana. O Brasil deixara de ser a terra de pau-de-tinta tratada um tanto de resto por El-Rei, para tornar-se a melhor colônia de Portugal beato e pomposo de D. João VI – e por isso mesmo a mais profundamente explorada, a vigiada com maior ciúme, a governada com mais rigor (FREYRE, 2004 [1936], p.105)

A crescente centralidade político-administrativa e econômica dessa urbe, sua efervescência comercial e o incremento populacional<sup>27</sup> – tudo isso se misturando e se potencializando, com um fator sendo fermento do outro – entram em choque com um meio natural refratário à civilização. A ironia geográfica quis que o porto mais estratégico de todo o Atlântico ficasse no pior local para se edificar uma cidade (LESSA 2005, p. 23). Onde morros escarpados dão lugar somente à vales embrejados e lagoas empesteadas de sanguessugas, insetos e jacarés. Em 1500 esses corpos d’água ocupavam 235 Km<sup>2</sup> superfície do território carioca<sup>28</sup> (AMADOR, 2013, p.245). Os manguezais eram ainda mais presentes nesse Rio de Janeiro bisonho e xucro: 257 km<sup>2</sup> de lama fedorenta, mas, hoje sabemos, biologicamente e ecologicamente riquíssima<sup>29</sup>.

A grande luta na conquista do Rio de Janeiro não nasce das escaramuças com os franceses e índios pelo domínio territorial, tampouco do clima tórrido do qual os portugueses já estavam familiarizados após um século de empresas na África e na Índia – sem contar o

---

números, se contabilizados direito, certamente são alongados para mais, muito mais. Quanto mais brotava ouro, mais se roubava, sonegava, contrabandeava (muito para a Argentina) e se malocava. Afanação direto na lavra ou no caminho para a Metrópole. E toma-lhe grão escondido nos cabelos, nos pelos dos bichos (depois “lavava-se a água”), nos ocos do corpo ou no oco dos santos.

<sup>27</sup> Até o início do século XIX a população do Rio de Janeiro beirava 50 mil pessoas. Não era pouco. Até 1790 os Estados Unidos da América possuíam apenas cinco cidades com população acima de 10 mil habitantes. Nova York, a maior delas, possuía 40 mil (PONTING, 1995, p.482). Em 1808 família real chega com uma corte de 15 mil súditos. Um choque “keynesiano” no entender de Carlos Lessa (2005, p.76), que começa uma ascensão populacional feérica. Em 1822 o Rio abrigava 100 mil almas. 135 mil, em 1840 (LAMARÃO, 1991, p.38) e 250 mil em 1870 (AMADOR, 2013, p.104).

<sup>28</sup> Desses restaram 75Km<sup>2</sup> de terrenos alagados (em 1997). Ou seja, perdeu-se 68, 51% do número total (AMADOR, 2013, p.245)

<sup>29</sup> Segundo o levantamento de Elmo Amador, até 1997, 68,87% desses ecossistemas haviam sido aterrados, o que corresponde a uma área de 177 km<sup>2</sup>.

próprio clima de Portugal, bastante “aproximado do africano” (FREYRE, 2003 [1933], p. 72). E embora a Mata Atlântica e o relevo escarpado da Serra do Mar apresentem alguns percalços, o duelo civilizatório mais desafiador ao colonizador português será aquele proporcionado pelas águas. Um conto histórico de triunfo e tormento, progresso e fracasso. Abundância destruidora nos meses de chuva<sup>30</sup> e escassez de água potável – desde sempre (ABREU, 1997, p.16).

A tradição luso-carioca de dessecações e aterramentos de corpos hídricos já é observada nos idos de 1643, com o início da drenagem da Lagoa de Santo Antônio. Em 1713 ela não existe mais. Ali é agora o Largo da Carioca. É apenas o primeiro passo de um processo que avançará pelos períodos colonial, imperial e republicano adentro, seguindo sincrônico aos pulsos de urbanização da cidade.

Dos cerca de 39 lagunas, brejos e apicuns encontrados pelos colonizadores no início do século XVI, 37 foram inteiramente destruídos por aterros e dissecações durante o processo histórico. Foram destruídas as Lagunas do Boqueirão; da Sentinela; da Carioca; Pavuna; da Panela, Pole, ou Lampadosa; do Desterro; do Catete; Dona Carlota (nas proximidades do Rio Berquó, em Botafogo); de Copacabana (eram três brejos que se localizavam atrás do Morro do Inhangá, no atual Bairro Peixoto [Cabritos]), próximo ao Cantagalo, e no Morro do Pavão atingindo as atuais Ruas Sá Ferreira e Bulhões de Carvalho, junto ao Posto 6; Saco de São Francisco; Icaraí; Inhaúma, Itaoca (dois juntos aos manguezais); Ilha do Governador (no Saco do Pinhão, três); Gradim (São Gonçalo); APA de Guapimirim (cinco); e lagoas de meandros abandonados dos Rios Inhomirim-Estrela (três), Macabu-Caceribu (dois), Iguaçú (dois) e Iriri (dois) (AMADOR, 2013, pp.2012, 2013)

Obra mais parruda será a eliminação, entre as décadas de 1840-1870, do Mangue (ou Mangal) de São Diogo e seus mais de 5 km<sup>2</sup> de extensão. Estava ele onde se encontra hoje a Cidade Nova. “A Praça da República, conhecida como Campo de Santana, foi chamada inicialmente Campo de São Domingo. Era o depósito de lixo e de esgoto colonial, sobre um terreno alagadiço. O conde de Resende iniciou seu aterro” (LESSA, 2005, p. 55).

Frente a esse drama anfíbio de séculos é sintomático que a cidade tenha sido batizada a partir da visão de um rio (que não existia, o tal rio de janeiro), e que seus habitantes tenham

---

<sup>30</sup> “O mais antigo registro histórico sobre grandes inundações no Rio de Janeiro é de setembro de 1711. Um registro de abril de 1756 indica que choveu durante três dias ininterruptos. O temor e o susto se apoderaram de tal modo do ânimo dos habitantes, que já na primeira noite muita gente abandonou as casas e se refugiou nas igrejas. As águas cresceram de tal maneira que inundaram a Rua dos Ourives, atual rua Miguel Couto, e entraram pelas casas adentro, por não caberem pelas valas. Todo o campo parecia um lagamar. Vadeavam-se as ruas de canoa, e no dia 6 uma navegou desde o Valongo até a Igreja do Rosário. Mas a grande inundação no passado do Rio de Janeiro foi a que ficou conhecida como “as águas do monte”, acontecida quando o príncipe regente já estava na cidade, em fevereiro de 1811. Foram sete dias ininterruptos de chuva, que causaram grandes prejuízos materiais e de vidas humanas” (ABREU, 1997, pp.16,17). Brandão, por sua vez, faz um inventário surpreendente e minucioso das maiores precipitações pluviométricas sobre a cidade e os anos 1990. São muitas. E os volumes dão medo.

seus gentílicos derivados de águas fluviais<sup>31</sup>. Não por acaso, a maior obra de engenharia do período colonial será um aqueduto (os populares Arcos da Lapa), e que, na contemporaneidade, a identidade dessa cidade esteja francamente ligada a suas praias marítimas.

Está para se escrever uma profunda e completa sociologia das águas fluminenses. Um ponto de partida pode ser o entendimento que a busca pela água, pela água boa, une indivíduos: para minimizar o precaríssimo abastecimento de água sob o calor dos trópicos, a Coroa trata de erigir chafarizes. Mistura de ornamento, fonte hídrica e local de socialização para escravos e Homens livres, os pilares com torneira e os chafarizes eram grandes alentos para uma cidade que podia chegar a 120 graus Fahrenheit (48,8 graus Celsius). Temperatura registrada em outubro de 1819 pelo inglês Alexander Caldcleugh (2011 [1825], p. 17). Aqui quando não é o sol, é o mormaço. Aquele mormaço que todo carioca conhece bem: opressivo, sufocante, irritante, que deixa as roupas empapadas com mortadelas de suor nos sovacos, acabando com qualquer tentativa de elegância ou finura.

Segundo o poeta e imortal ABL, Lêdo Ivo, nunca ganharemos um prêmio Nobel. Diferente dos climas temperados e até daqueles mais chegados para o frio, o calor excessivo do Brasil – e do Rio. Lêdo morava na praia de Botafogo – não favorece qualquer reflexão intelectual mais profunda<sup>32</sup>. E aí vai mais *sense of humour* que determinismos burros, mais reação gozada à natureza agressiva que o rodriguiano complexo de vira-lata – Lêdo, alagoano de Maceió, baixote e moreno, era orgulhoso, com muita razão.

Gilberto Freyre (2004 [1954], p.354) nos fala de um publicista anglo-americano que no início dos 1900 observou a leseira nos brasileiros que insistiam em infinitas procrastinações e desculpas, como “espere um pouco”, “tenha paciência” etc. Esse hábito seria, em sua avaliação gringa, tanto o efeito da mudança ainda bamboleante de regime monárquico para o republicano – quando todas as bases, sociais e institucionais, eram ainda muito, muito duvidosas: a República vinga ou não vinga? – quanto pelo clima abafado do ambiente. Calor e Regime, duas medidas, o mesmo peso.

Assim, para o bem e para o mal, a civilização do Rio de Janeiro é criada sob e sobre o signo das águas. Como ressalta Lamego (1964, p. 163):

---

<sup>31</sup> O significado do termo tupi-guarani carioca é controverso. As tentativas de decifração deram origem a um número exagerado de versões – algumas francamente fantasiosas (SILVA, 1966; SILVA, 2020). O que se sabe, com certeza, é que o gentílico dos nascidos no Município do Rio de Janeiro é emprestado do rio homônimo que integra a bacia da Baía de Guanabara, o primeiro a ser canalizado na cidade. Fluminense, por sua vez, surge da junção do termo latim *flumen* ou *flumine* ou ainda *flumineus* (todos significando rio ou riacho), mais o sufixo *nense* (natural) (FLUMINENSE, 2001, n.p.).

<sup>32</sup> <http://www.geneton.com.br/archives/000457.html> Acesso em: 30/11/2020.

todo o grande bairro central e comercial do Rio de Janeiro, desde o Cais do Porto à praça Paris e desde a rua 1º de Março ao Campo de Sant'Ana assenta sobre uma esponja de velhos paludes aterrados. Com exceção de estreitas faixas em abas de morros consolidadas por descargas de enxurradas, é-nos lícitos deduzir da própria formação geológica desta planície e dos dizeres de antigos mapas e cronistas que, por toda parte se generalizavam a lagoa, o brejo e o alagadiço.

Não obstante, do século XVIII em diante, frente às necessidades, interesses e obsessões do grande capital – mesmo os obstáculos naturais mais inexpugnáveis devem ser vencidos, e, se necessário, eliminados.

É nisto, sobretudo, que êste homem vai tornar-se formidável: na peleja contra o meio; na solidificação de um solo encharcado; no estender centenas de quilômetros quadrados de uma grande cidade sôbre um pântano. A não ser possivelmente o México, construída sobre um antigo lago dessecado pelos espanhóis, e onde o subsolo requer drenagens permanentes, e Amsterdão erguida sobre estacas nos lamaçais de Zuiderzee, nenhuma outra grande capital teve de empenhar-se em problemas tão difíceis para a fixação de seus alicerces (LAMEGO, 1964, p. 170. mantida a ortografia original).

Divergente dessa visão meio épica, meio ufanista é a de Marcelo Lopes de Souza (2000, p. 119). Para esse geógrafo,

enquanto a expansão da cidade do Rio de Janeiro até a primeira metade deste século aparecia, para alguns autores, assim como uma “saga do homem em luta contra a natureza”, hoje é necessário constatar que essa imagem de um herói-civilizador esconde o fato de que a tecnologia e os interesses econômicos, menos que subjuguem um “inimigo”, na verdade conduziram a um solapamento da qualidade ambiental afetando plantas, animais e o próprio homem. A ironia desse processo reside em que o “inimigo” às vezes reage contra os abusos, ainda que apenas esporadicamente.

O que está fora de discussão é que a Lagoa do Boqueirão ou Boqueirão da Ajuda<sup>33</sup> (imagem 13), resistia, nos Setecentos, como um dos mais demonizados sítios do território carioca. Derramada entre a atual Cinelândia e os Arcos da Lapa, tratava-se de um corpo hídrico extenso, profundo (navegável) e precocemente infecto (era um dos destinos do esgoto doméstico da capital colonial). Como descreve o escritor Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A Moreninha* e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>34</sup>.

é verdade que o boqueirão da Ajuda, cujo seio se compreendia no espaço que vai desde a ponta do Calabouço até ao monte de Nossa Senhora da Glória, oferecia uma vista magnífica; mas a lagoa que ali se encontrava era repugnante: formada pelas águas da chuva que ficavam estagnadas, mostrava-se de feio aspecto, às vezes exalava um cheiro desagradável e, na opinião de muitos, passava por ser um foco de peste (MACEDO, 2005 [1862], p. 87).

<sup>33</sup> Ver Amador (2013, p.78)

<sup>34</sup> Ver <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jmanuelmacedo.html> Acesso em: 03 nov. 2020.

Seu aterramento – completado em 1779 – será uma das primeiras vitórias na guerra dos agentes urbanos contra os ambientes tidos como insalubres no Rio de Janeiro (LAMARÃO, 1991).

Figura 13 - Vista da Lagoa do Boqueirão em óleo de 1790. Esta cobria a área que ia do atual Passeio Público ao aqueduto de Santa Teresa – maior obra de engenharia do Brasil colonial, aqui apresentado em segundo plano.



Fonte: JOAQUIM, 1790.

## 2.2 Passeio Público e Parque do Flamengo: afinidades espaciais

Idealizado pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza<sup>32</sup> e edificado entre 1779 e 1783, o Passeio Público representa um convite à natureza. Ao menos certa noção de natureza. Não a natureza insubmissa e imprevisível, obscura, inferno verde povoado de índios, feras, ferroadas, peçonhas, febres e outras paúras dos primeiros tempos de colonização. Não o mundo natural/selvagem que é o oposto de civilização e que a língua inglesa trata com capricho por *wilderness* (DIEGUES, 2008 [1996]). O Passeio carioca exibe uma natureza humanizada, domesticada e indolente. Um bibelô vegetal, uma tetéia verde na forma de

jardim público. Elemento urbano inexistente nos primeiros séculos da colonização fluminense.

Pode-se dizer que a relação dos primeiros habitantes do Rio de Janeiro com o sítio natural foi durante muito tempo ambígua, oscilando entre uma certa idealização e um franco utilitarismo. A rude necessidade de observação, experimentação e transformação das condições ambientais no dia a dia se contrapunha à ideia de contemplação e fruição desinteressada. (...) A partir de meados do século XVIII, uma mudança de sensibilidade nessas relações seria esboçada de ambos os lados do Atlântico, embora as lógicas não fossem necessariamente as mesmas. (...) A partir de então firmou-se um pacto entre cidade e natureza que teria o enquadramento da paisagem da baía como cenário privilegiado e o Pão de Açúcar como seu emblema (PEREIRA, 2015, p. 16).

Desse ponto em diante os colonizadores do Rio de Janeiro adotam duas posturas frente ao mundo natural: se por um lado intensifica-se a batalha contra a Mata Atlântica e os ambientes palustres, por outro há a valorização concreta e simbólica dos seus acidentes naturais esteticamente mais exuberantes: a baía de Guanabara e o formidável conjunto de montanhas gnáissicas que lhe cercam (imagens 14, 15).

Figura 14. “Praia de Botafogo”. A lua, as brumas, o mar e as montanhas evocam uma natureza noturna edulcorada, harmonizada, mansa. As formas naturais do Rio de Janeiro tornar-se-ão temas constantes dos artistas europeus e brasileiros



Fonte: MARTINO, 1870.

Figura 15 - No século XXI, o mar e as montanhas ratificam o Rio de Janeiro como um modelo recorrente dos artistas visuais



Fonte: Duarte, [s.d.].

Yukio Mishima – japonês mais radicalmente japonês que todos os outros, de morrer pelo Japão, ou melhor, de se suicidar como protesto pela decadência do Japão – ao chegar no Rio de Janeiro, à noite, de Constellation, enxerga a baía e a costa carioca como “um colar depositado numa mesa de mármore negro”. Embasbacado, brada o nome da cidade – *Rio!* – como se dissesse Amém Senhor! – e tem a “sensação de que não se importaria se caísse na escuridão em meio às luzes” (KINJO, 2020, pp.32,33).

Mas se de um lado encontramos Mishima, homem sensibilíssimo, enfeitiçado, do outro há má vontade francesa de Lévi-Strauss, que enxerga o Pão de Açúcar e o Corcovado como cacos de dentes perdidos na baía, que não é outra coisa senão uma boca negra, suja, banguela e agourenta (LÉVI-STRAUSS, 1996 [1955]). O que se tira dessas percepções discrepantes é que frente ao panorama Baía de Guanabara-Serra do mar não se fica impassível. Nem hoje, nem ontem, nem anteontem. Nem o brasileiro, nem o português, nem o francês, nem o japonês.

Em texto de 1862, Élisée Reclus sumariza o esplendor desse panorama que séculos afora será modelo e inspiração para pintores, poetas, escritores, músicos, fotógrafos, cineastas, arquitetos e designers. Citando as “rainhas do Brasil” – as cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife – o geógrafo francês sustenta que todos os estrangeiros que as visitam



falam delas com um profundo sentimento de admiração, devido, é preciso dizê-lo, menos à sua beleza do que à magnitude da paisagem que as cerca. Rio de Janeiro, que os viajantes comparam à Nápoles e a Constantinopla, dando-lhes às vezes a vantagem, deve sua grandiosa aparência ao seu cinturão de árvores, às águas azuis de sua baía salpicada de navios, às suas ilhas que se agrupam na mais harmoniosa desordem, ao Pão de Açúcar, que guarda a entrada do porto, ao Corcovado, aos Três Irmãos, que elevam acima dos campos suas formas fantásticas, diversamente iluminadas pela luz natural, à crista dentada da Serra dos Órgãos, que se prolonga ao longe e vai-se perder no horizonte azulado (RECLUS, 2015 [1860-1897], p. 165).

### Alumbramento que não resiste aos ambientes urbanos.

A cidade, simples traço desse admirável óleo, participa da esplêndida poesia do conjunto; mas quando nos aventuramos em suas ruas logo percebemos que o Rio de Janeiro deve pouca coisa ao bom gosto e à indústria de seus habitantes. Excetuando dois ou três bulevares elegantes, com exceção de alguns edifícios modernos que a capital do Brasil entendeu necessários à sua posição de primeira cidade do continente colombiano, ela só oferece ruas sujas, construções sem grandeza, e, conquanto seu aqueduto forneça-lhe água em abundância, seus raros esgotos são ainda focos de infecção (RECLUS, 2015 [1860-1897], p. 166).

Ao filiar-se à categoria de *jardim*, o Passeio Público – 33,64 mil metros quadrados a abrigar 90 espécies de espécies vegetais e um diversificado conjunto arquitetônico e escultórico<sup>35</sup> – herda simbolismos que nos levam ao *mirabilis*, ao *miraculosos* e ao *magicus*. Respectivamente, o *maravilhoso* nos períodos pré-cristão, cristão e medieval. Maravilhoso não apenas para os olhos, mas principalmente para os olhos. “Coisas perante as quais se arregalam os olhos” (LE GOFF, 1983, pp.16,19, 27).

A noção de paraíso como jardim vem do Irã: em persa arcaico (avéstico), os jardins fechados eram chamados de *pairidaeza*, que em grego se transforma em *paradeisos*, e, em latim, *paradisus*. Paraíso. O paraíso mulçumano, Jannah (ou Jannat), é um jardim. O Éden é um jardim que foi dado ao controle do Homem. Deus – “a dominação universal da natureza” (MATOS, 1994, p.51) – permite que ele nomeie a zoologia e a botânica, primeiro passo de qualquer colonização. Jardins são, antes de mais nada, portais de conexão com o divino: Kuan-Luan, bosque asiático, era o Centro do mundo e porta para o céu. O Pardes, jardim da tradição judaico-cabalística, é santo e místico. Como é místico o paraíso descrito por Santa Teresa de Ávila, santa delirante: lá será ofertado ao fiel, cristão e católico, tudo que lhe faltou em sua depauperada e lamentável existência terrena

---

<sup>35</sup> Números referentes às configurações do Passeio Público em 2021. Ver <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-do-rio-reabre-o-passeio-publico-e-devolve-mais-uma-area-verde-aos-cariocas/> Acesso em: 17 jan. 2021.

Mesmo os gregos, povo experto do mar, valorizavam os jardins. No Jardim das Hespérides, onde as macieiras dão frutos de ouro puro, é onde Zeus e Hera celebraram seu casamento.

Jardins oníricos e conhecimentos de natureza botânica serviram de moldura a grande parte da mitologia grega. O motivo ornamental da coluna coríntia, a folha de acanto, participa, segundo a lenda, dessa interação estética entre homem e paisagem natural, tornando-se um verdadeiro motivo arquitetônico. A existência dionísica (e a Imagem de Baco), a lenda da Artemisa (e de Diana) bem como a de Afrodite (Vênus), todas elas implicam em um mundo concebido como paisagem (MARX, 1994, p. 62).

A Academia de Platão situa-se no jardim onde está enterrado Academus, herói mítico de Atenas (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2018 [1982], pp. 512-515). O cântico dos cânticos de Salomão tem como cenário um jardim. No Getsêmani, o Jardim das Oliveiras, Cristo-Deus prova o desespero dos Homens e seu suor torna-se sangue. Ali ele é vendido aos carrascos. Segundo o livro apócrifo de São João Evangelista (o Teólogo), Maria, mãe do Messias, também fora enterrada neste Getsêmani.

Paradoxalmente, os ecos divinos vindos tanto do Povo do Livro, quanto dos pagãos, sobrevivem menos pela força dos contos das mil e uma noites, das lendas e das tradições, e bem mais graças ao trabalho concreto, real, efetivo, material e palpável dos Homens e suas engenharias.

Haverá coisa mais bela, diz Quintiliano, que um jardim arranjado de tal maneira que, seja qual for o ponto de vista do observador, só se descortinam alamedas retas? Especialmente sob a forma de um quincôncio regular, o jardim se revelava, assim, como símbolo de poder do homem e, em particular, do seu poder sobre uma natureza domesticada. Em nível mais elevado, o jardim é um símbolo de cultura por oposição à natureza selvagem, de reflexão por oposição à espontaneidade, da ordem por oposição à desordem, da consciência por oposição ao inconsciente (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2018 [1982], p. 513).

O oposto do jardim é o deserto. No êxodo foi o maior suplício dos judeus fujões do Egito. Quarenta anos pagando os pecados ali. Se purificando para a terra da promessa. O Sheal e a Geena são os vales desérticos e esturricantes onde vão parar os defuntos hereges, danados e devedores. João Batista, Jesus e Santo Antão foram todos tentados no deserto por demônios. Os Terapeutas de Alexandria – grupo de sábios do primeiro século A.D. que cuidavam não apenas do corpo, mas também do psiquismo (*pyskas*) e do Ser (*therapeuen to*

*On*) – colocavam como primordial para a cura resguardar-se em jardins<sup>36</sup>. Nem em cidades, nem em desertos. Em jardins, em equilíbrio (LELOUP, 2013).

Os mitos brasileiros – as entidades matutas, nordestinas e escravas, mais a bicharia indígena, encantada – vivem, vagam e aprontam pelas selvas e matas. Luís da Câmara Cascudo, nosso maior compilador de folclores – talvez o maior do mundo e merecedor de melhor tratamento pela Academia, pouco compassiva com sua escrita oral – assenta uma lista infinita de seres fantásticos a viver nas selvas mais densas do Brasil. Nenhum deles sobrevivendo à racionalidade dos jardins. Entre outros, o autor de *Geografia dos mitos brasileiros*, cita o Jurupari (mal definitivo, o próprio Diabo das florestas); o igualmente perverso Mapinguari; o Anhangá (ou Anhangá); o Boto safado, papão de mulheres e seu filho, a Cobra-Norato (boa) e a Maria Caninana (má); o Pé de Garrafa; o Curupira; o Caapora (que tem sua versões chilena – o Anchimallen - e argentina – chamado Yastay); o Avasatí; o temidíssimo espírito Mayua; o africano já abasileirado Quibungo; a cobra Boiuna; o paraense Capelobo; o acreano Gogó de sola; o Juruti-pepena; o Matinta-pereira (Caapora amazônico); o Minhocão – monstro negro e gigante, roliço e roludo, que dorme com a cabeça sob o altar-mor da Catedral de Belém do Pará; o Ipupiara (sereio terrível e faminto). Sereio (e não sereia, como ficou mal registrado e propagado pelos primeiros cronistas) é também o Iara (*ig-água, iara-senhor*) (CASCUDO, 2022 [1947]; 2021[1944]). Demografia pesada de monstregos e feras sensuais. As selvas são desertos, mas só de homens. Só de bons cristãos (TURNER, 1990 [1980]). *Não são jardins*

O mar é outro deserto sinistramente povoado. Lá estão. O Leviatã; o Kraken – titã da Noruega; o Naga asiático, o polvo (ou lula) gigante; as sereias (gênias de origem egípcia e transformada em mulher-peixe pelos nórdicos). *Benedicite maria et flumina Domino. laudate et superexaltate eum in saecula. Benedicite cete et omnia quae moventur in aquis Domino laudate et superexaltate eum in saecula*<sup>37</sup>.

John Milton, versejou o inferno como um grande oceano de fogo líquido, por onde navegava e naufragava, eternamente, o Maligno<sup>38</sup>. Nada mais anti-paradisiaco e assombrado quanto o mar aberto. “Um Mar rival do próprio Deus. Um Mar que para muito marítimo se

<sup>36</sup> “Os Terapeutas não são ‘Padres do Deserto’. Se residem afastados da cidade, não andam à procura de lugares desolados e austeros, mas antes de jardins. Os Terapeutas atribuíam à qualidade do ar uma enorme importância. Não basta apenas mudar o regime alimentar, o vestuário, o modo de vida; deve-se também concretamente ‘mudar de ares’. Fílon, num fragmento conservado por Eusébio, ensina que a ‘inteligência se aguça quando respira um ar mais leve, e há climas propícios à meditação’” (LELOUP, 2013, p.73, 74).

<sup>37</sup> BIBLIA SACRA IUXTA VULGATAM VERSIONEM. Incipit prologus hieronymi Danihele Propheta. *In: Biblia Sacra iuxta vulgatam versionem*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2007, p.1350.

<sup>38</sup> Ver Milton (2007 [1667]), principalmente o Livro 1.

escreve com M grande como o nome de Deus com D grande. Exigente de sacrifícios e de ritos como o Deus do Velho Testamento” (FREYRE, 2008 [1955], p.47). Só os fantasmas, dos navios também fantasmas, gostam desse mar, longe demais da segurança da terra firme. Quase sempre nau inglesa ou holandesa (o que dá sentido aos muitos avistamentos dessas últimas no mar do Recife). Nesses barcos danados acabou-se a fé, e acabou-se *de verdade*.

A interpretação da Bíblia, particularmente a do Gênese, dos Salmos e do Livro de Jó, marca profundamente as representações do mar. Os relatos da Criação e do dilúvio tingem-se de traços específicos no imaginário coletivo. O Gênese impõem a visão do “Grande Abismo”, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da Criação, flutuava o espírito de Deus. Essa extensão palpitante, que simboliza, ou melhor, que constui o incognoscível, é em si mesma terrível. *Não existe mar no Jardim do Éden (...)* De qualquer maneira, o oceano fala às almas piedosas. Seus estrondos, seus bramidos, suas cóleras abruptas podem ser percebidos como evocações da falta dos primeiros homens, condenados ao desaparecimento; seu ruído apenas, como um convite permanente ao arrependimento, é uma incitação a seguir o caminho correto (CORBIN, 1989. pp.11,12. o grifo é nosso)

Certos indígenas brasileiros temem o mar. Em 1609, d’ Abberville se depara com a migração de 60 mil índios – possivelmente tupinambás – que partem do litoral de Pernambuco com destino à *Terra sem Mal*, ao Paraíso Terreal, perdido em algum ponto à oeste, o mais longe possível do oceano. Os caraí, pajés errantes que transitavam por diferentes tribos sem pertencer à nenhuma, acreditavam que do mar viria um dilúvio. O fim-recomeço do mundo, o infortúnio-felicidade, *mbaé meguá* (LEVCOVITZ, 1998, pp.160-174).

Se os jardins – míticos ou literais – guardam em si prazeres sensoriais, sensuais, assim como as chaves para sabedoria, contemplação, espiritualidade, boa saúde etc. as fugas e expulsões dos jardins são dramáticas e traumáticas. Os psicólogos sabem: quando crescemos somos expulsos do Jardim das Delícias. Acaba-se nosso Éden pessoal, território do onírico e da despreocupação. Essa queda e a posterior busca pelo jardim secreto e dourado dos anos iniciais são nomeadas como *neuroses do paraíso perdido* (WEIL, 1987). Fora do jardim só há sofrimento e infelicidade. Mas jardins são locais privilegiados, e, como tais, não serão para todos.

Já foi dito muitas vezes que a nostalgia dos povos civilizados por um paraíso supostamente perdido só é possível para aqueles cujo nível de vida permite o luxo da lamentação. É o abandono daquela sensação generalizada de inviolabilidade de muitas partes da natureza que permite a sua exploração eficiente e esse é o caminho do desenvolvimento cultural e da acumulação de confortos (TURNER, 1990 [1980], p. 16).

Também o Passeio Público não será para quem quiser. Como espaço público todos podem usufruí-lo, mas não foi projetado e construído para todos os públicos, e sim para atender as demandas de um ator social muito específico: os nobres. Os nobres por título merecido ou comprado, os nobres por descendência ou os nobres por riqueza. Aqueles que podiam dar-se o luxo de flunar despreocupados pelas alamedas daquela joia verde ao meio do dia ou ao fim da tarde. Gente para quem era de grande importância social ver e ser visto. O professor Carlos Terra (2013) nos ajuda lembrando Gilberto Freyre (2004 [1936], p.32).

Os jardins, os passeios chamados públicos, as praças sombreadas de gameleiras, e, por muito tempo, cercadas de grades de ferro semelhantes às que foram substituindo os muros em redor das casas mais elegantes, se limitaram ao uso da gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu de sol – insígnias de classe e ao mesmo tempo de raça, mas principalmente de classe, no Brasil do século XIX e até do século atual. Ao uso e gozo do homem de certa situação social (...) Não só aos negros de pé no chão como os próprios caixeiros de chinelo de tapete e cabelo cortado à escovinha e até os portugueses gordos de tamanco e cara rapada estavam fechados aqueles jardins e passeios chamados públicos.

Freyre trata do século posterior à construção do Passeio Público, mas não há motivos para duvidar que no século XVIII fosse tudo assim, se não pior, ou seja, com certos espaços ainda mais vedados à população plebeia, pobretona, a dita ralé. O Parque do Flamengo também representará uma resposta por parte do Estado às demandas de um ator social específico ferido em seu *status*: a elite moradora das regiões do Centro e da Zona Sul da Capital carioca.

Convém observar que mesmo separados por quase duzentos anos – e que aí se pese contextos políticos, econômicos e socioculturais diversos – Passeio Público e Parque do Flamengo se irmanam em outras características, conceitos, princípios e formas. Afinidades que elencamos abaixo:

a). Ambos são inscrições, concretas e simbólicas do poder do Estado no espaço (LEFEBVRE, 2000 [1974], pp. 262-263). Se não poder total, certamente poder maiúsculo e inquestionável. A Coroa Portuguesa (no caso do Passeio Público), e o Governo do Estado da Guanabara, (caso do Parque do Flamengo). Serão esses os principais agentes responsáveis pela (re)organização da natureza na forma de jardins públicos, estas “mentiras poéticas” (SCHAMA, 1996, p. 534). Com a construção do Passeio, à Coroa e à Corte monárquicas interessava

seduzir e controlar aquela inquieta burguesia colonial (à sombra da qual se gerara), que estava se tornando perigosamente representativa na sociedade carioca não só pelos vínculos financeiros que começara a estabelecer com a aristocracia rural, como pelo desprestígio sofrido pelo clero. Fez-se necessário evidenciar-lhe um espaço. O

modelo escolhido foi um dos mais representativos do ideal de civilidade instituído nas modernas cidades europeias da época: um monumental jardim público, como sinônimo de bom gosto, luxo e entretenimento – uma expressão da natureza dominada pela razão do homem (CARVALHO, 1999, p. 15).

b). Passeio Público e Parque do Flamengo, **são, estruturalmente, áreas públicas, ajardinadas e de frente para o mar da Baía de Guanabara**, que oferecem aos visitantes não só a visada de uma paisagem estética e cenograficamente bela, mas uma coleção respeitável de equipamentos de lazer e fruição estética. Além de massa arbórea significativa, esses fixos são ornamentados por fontes, espelhos d'água, parterres de broderie, conjunto escultório e estatuário, bancos, áreas gramadas para piquenique, pontes, alamedas e aleias para caminhadas (imagens 16 a 22).

Figura 16 - Alameda do Passeio Público



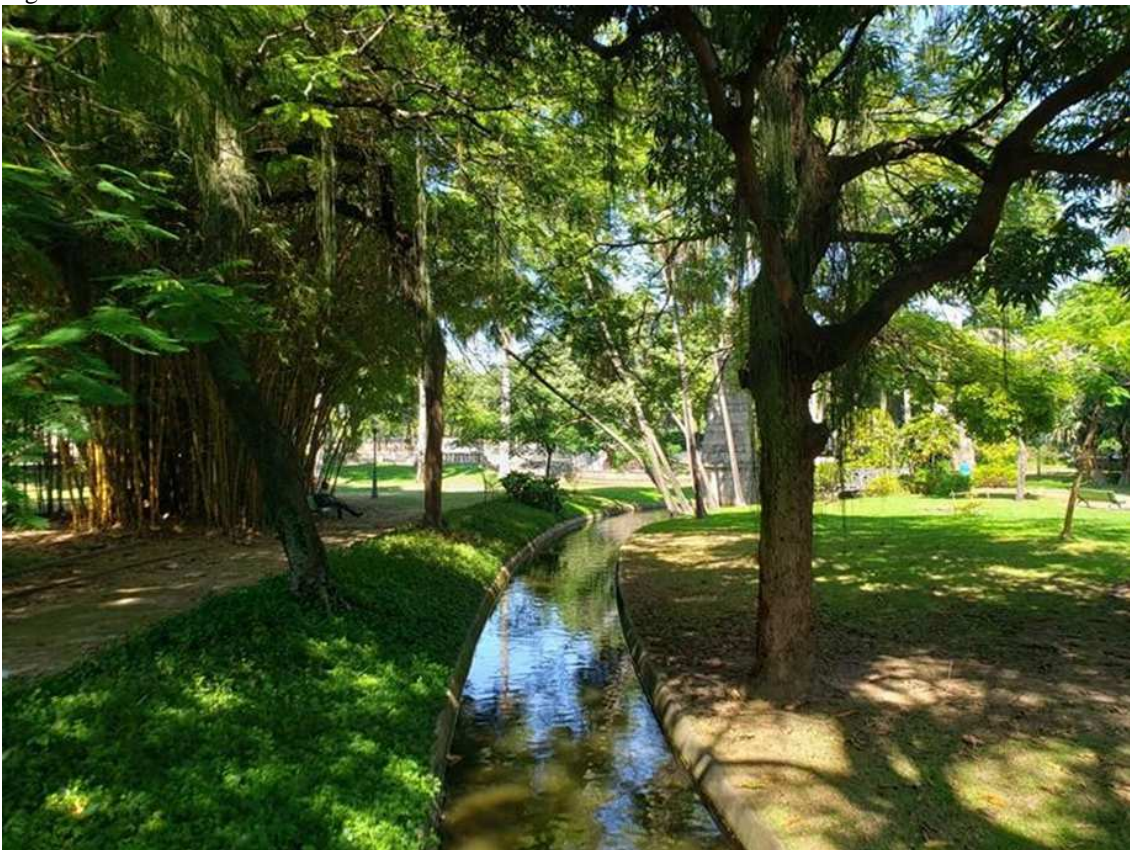
Fonte: O autor, 2021.

Figura 17- Ponte



Fonte: O autor, 2021.

Figura. 18 - Riacho artificial



Fonte: O autor, 2021.

Figura 19 - Chafariz dos Jacarés



Fonte: O autor, 2021.

Figura 20 - Fonte do Menino (sem a estátua que lhe deu o nome), com as pirâmides ao fundo. A situação desse conjunto de gnaiss, bronze e lioz é hoje de flagrante indigência



Fonte: O autor, 2021.



Figura 21 - Sombras verdes. Composição arbórea que convida ao descanso e contemplação



Fonte: O autor, 2021.

Figura 22 - Um dos dois quiosques do Passeio Público. Raros sobreviventes da cruzada do prefeito Pereira Passos contra esse tipo de comércio popular



Fonte: O autor, 2021.

C). Os dois espaços **foram projetados por artífices consagrados em suas áreas**. Se a criação e construção do Parque do Flamengo agregou nomes graúdos, como o paisagista Roberto Burle Marx, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy, a pedagoga Ethel Bauzer Medeiros e o *light designer* norte-americano Richard Kelly (entre outros notáveis comandados à pulso firme pela tenaz Lota de Macedo Soares), o traçado do Passeio Público esteve à cargo de Valentim Fonseca e Silva. O conhecido Mestre Valentim (imagem 23), “mais importante artista do Rio de Janeiro Colonial” (CAVALCANTI, 2004, p. 314)<sup>39</sup>. Sua primeira reforma, em 1861, também ostenta *gife* arquitetônica: assinou a obra o engenheiro, botânico e paisagista francês Auguste Glaziou, o mesmo que será responsável pela reforma e ajardinamento do histórico Campo de Santana, pela arborização da Quinta da Boa Vista e do Palácio do Barão de Nova Friburgo (agora Museu da República).

Figura 23 - Busto do Mestre Valentim no Passeio Público.



Fonte: O autor, 2021.

<sup>39</sup> Escultor, entalhador, arquiteto e urbanista, Mestre Valentim (Serro, MG, 1745 - Rio de Janeiro, RJ, 1813), “era filho de um fidalgo português e de mãe desconhecida, possivelmente uma escrava. Levado para estudar em Lisboa, de lá voltou perfeito arquiteto e entalhador. Mãos mais delicadas que as dele, no entanto, só as do Aleijadinho para criar tanta beleza no Brasil antigo, trabalhando a prata, a pedra ou a madeira de lei. Foram, aliás, os nossos três grandes das artes plásticas do Setecentismo e não superados depois: o Aleijadinho em Minas, ele no Rio e Chagas, o Cabra, na Bahia” (GERSON, 2000 [1955], p. 231). Entre outras realizações de Valentim destaca-se o imponente chafariz do largo do Paço, atual praça XV de Novembro, à época a mais importante da cidade.

d). O Passeio Público é inaugurado como um jardim francês do século XVII, com características que enfatizam “o domínio do homem sobre a natureza, isto é, o absolutismo político somado ao absolutismo artístico” (TERRA, 2013, p. 185). No caso em questão, o que se procura é representar o poder da monarquia portuguesa (poder absoluto, formas absolutas: retas, quadrados, retângulos, triângulos, círculos etc.).

A partir da reforma perpetrada por Auguste Glaziou nos Oitocentos, o espaço é sensivelmente modificado adentrando na classificação de jardim inglês. O estilo formal e geométrico – assumidamente racionalizado e francamente iluminista – típico do ajardinamento francês (imagem 24) dá lugar a contornos mais orgânicos. Uma tentativa, um tanto romântica e nem tanto funcional, de distanciamento da racionalidade pragmática associada às cidades industriais movidas a vapor e cujos ares são carregados de “princípios de morte” (RECLUS, 2015 [1860-1897], p. 76). Essas urbes fuliginosas, nostálgicas do verde, pediam jardins, jardins mais naturais. Ao menos que parecessem mais naturais (planta 1).

No caso carioca, o remodelamento de 1961 reflete também as transformações das ambições do novo Estado Imperial brasileiro que intentava “aproximar-se dos moldes das grandes nações europeias, que valorizavam a inserção e multiplicação de áreas ajardinadas nos grandes Centros urbanos” (NEUMANN, 2016, p.76)

Figura 24 - Passeio Público do Rio de Janeiro por Franz Josef Fruhbeck (circa 1817-1818).  
Os ângulos retos e as geometrias explícitas denunciam a influência francesa dos primeiros tempos.

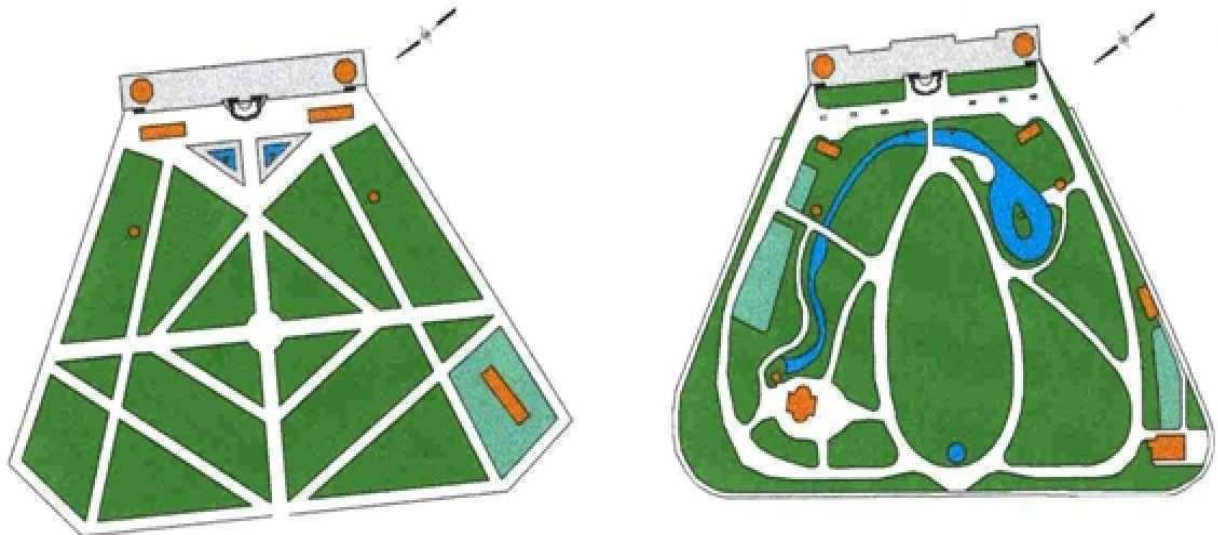


Fonte: FERREZ, 2001.

Também o Parque do Flamengo, construído sob ainda jovem regime político do Estado da

Guanabara, e ostentando arquitetura e paisagismo modernistas, representará mudanças. Passeio e Parque, tornam-se, então, encarnações simbólicas, concretas e especializadas de novos paradigmas políticos, econômicos e socioculturais.

Planta 1. O Passeio Público em dois momentos. À esquerda, enquanto jardim francês (1783-1860) o domínio dos elementos naturais pelo Homem era expresso através de ângulos retos. À direita, como jardim inglês (1862- 1904); com formatação mais orgânica: a ideia é transportar seus visitantes à “natureza”



Fonte: NAJJAR, 2007.

e). Outro fator a unir Passeio e Parque é **a técnica**. Notadamente, as engenharias que articulam desmontes de morros e aterramentos de alagados (planta 2). No caso do Parque do Flamengo, seu “chão”, o Aterro do Flamengo, será formado, principalmente, com os escombros do arrasamento dos Morros do Castelo e Morro de Santo Antônio. Destruições tremendas, espetaculares (no sentido debordiano) e a custos econômicos e sociais altíssimos.

Quase dois séculos antes, o Passeio Público era edificado sobre a Lagoa do Boqueirão, sufocada com os entulhos da demolição do Morro das Mangueiras, situado ali ao lado, em Santa Teresa (GERSON, 2000 [1955], p. 230). A edificação desses espaços obedece, portanto, a processos onde a natureza é subjugada pela técnica, criando o que Marx nomeia por *segunda natureza*<sup>40</sup>. Natureza-outra, natureza cenográfica, natureza dessacralizada (CARVALHO, 1999, p. 9) e semi-industrializada.

<sup>40</sup> O conceito de segunda natureza de Marx não é isento de opositores. Para Clément Rosset, há nessa noção um contrassenso inescapável. Ainda que a concepção de natureza enquanto mundo natural seja uma percepção vaga, brumosa, espécie de miragem que nos obriga à uma “caça eterna, já que não corre o risco de findar com a captura” (ROSSET, 1989, pp.18,19), existe um princípio norteador que desautoriza a ideia de natureza humanizada, transformada em produto e objeto. Segundo o entendimento desse filósofo francês, a natureza “é, a princípio, aquilo que se faz sem o homem (...) é o que existe independentemente da atividade humana” (ROSSET, 1989, p.15). Se há marca da mão do Homem não é natureza. Nem primeira, nem segunda, nem terceira natureza, nenhuma natureza.

“Natureza” cuja forma não apresenta aquele resultado mais ou menos aleatório do mundo natural: é um produto específico, pensado para um público específico (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. Xix). Em última análise, pode-se afirmar que ali transformou-se um ecossistema nativo, tropical, em uma natureza à europeia, visando um público metido à europeu – francês e inglês – embora não passassem de portugueses e brasileiros de segunda ou terceira geração (AMADOR, 2013, p.79).

Planta 2. Planta trapezoidal do Passeio Público. Construído por sobre a Lagoa do Boqueirão e de frente ao mar da baía de Guanabara



Fonte: TAULOIS, [s.d.].

f) O último paralelismo entre o Passeio Público e o nosso objeto de investigação, é ligado ao fato desses dois espaços estarem **ligados à expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro no sentido Centro-Zona Sul**.

Até o seu aterramento, a Lagoa do Boqueirão era um dos limites da cidade. Estendida entre o morro de Santo Antônio e o mar, com o qual se ligava por um canal, esse corpo hídrico estrangulava qualquer avanço de urbanização rumo à vertente sul do território. A escolha do sítio para a construção do Passeio Público, portanto, nada teve de gratuita. Ao contrário,

sua localização certamente decorreu de uma estratégia de tratamento e aproveitamento de áreas alagadas e charnecas, buscando conquistar terreno firme, num sítio carente de horizontes de expansão, tão marcado por elevações e baixadas pantanosas como o do Rio de Janeiro. Alinhar o desenvolvimento da cidade em direção sul deve ter priorizado o esforço de aterrar a lagoa do Boqueirão da Ajuda, estabelecendo a comunicação para os lados dos futuros bairros de Flamengo e Botafogo, bem como de implantar signos de urbanização, mediante o alinhamento de

novas ruas (a das Belas Noites — hoje das Marrecas, a do Passeio) e a criação do próprio Passeio Público (SEGAWA, p. 81).

E se a construção do Passeio Público é um primeiro movimento do urbano rumo às então isoladas e inexploradas áreas ao sul do Rio, o outro aterramento – aquele que cria o Aterro do Flamengo, base física, chão do Parque do Flamengo – apresenta como função primeira alargar essa conexão. Tópico esclarecedor e que obrigatoriamente será melhor explorado mais à frente. Mas, assim como as outras similaridades que apresentamos, essa não completa o mosaico de espaços e ações urbanas a influenciar as origens, a forma, a função e a localização do nosso objeto. Há mais elementos presentes no Parque do Flamengo que devem ter suas origens esclarecidas – ou datadas, como prefere Henri Lefebvre. A eles então.

### 3 SEGUNDO ANTECEDENTE: AVENIDA BEIRA-MAR

Pode não ser a mais formosa – sendo a beleza coisa justamente subjetiva e fenomenológica, nascida ali em terreno não demarcado, entre a visão, razão e emoção de cada um – mas, se não a mais bela, a linha costeira da capital carioca, é, certamente, das mais célebres do país. Quem sabe a mais. É por ela que serpenteia a Av. Beira-mar, outra experiência urbana que em diversos aspectos precede nosso objeto de escrutínio. Serpenteia é modo de falar. As retas são longas e as curvas abertas e suaves, próprias para se apreciar a paisagem. Mas traço modernista que jiboia do mato.

Trata-se de um quase-espelho: a avenida não é um jardim cortado por vias de alta velocidade, como o Parque do Flamengo, mas um conjunto de pistas cortada por jardins. À essa divergência convergente, soma-se que tais fixos se alinham no mesmíssimo trecho a ladear a Baía de Guanabara. Servindo a Av. Beira-mar como gabarito para o Parque do Flamengo. Em certos trechos, como na altura da Praça Paris, é difícil desvencilhar os dois espaços. O que reina, visualmente, é uma vasta área verde.

A Av. Beira-mar e o Parque do Flamengo se encontram em outro ponto: na geohistória da cidade do Rio de Janeiro. Ambos surgem, cada um à sua época, para atender a necessidade de interconexão entre duas áreas da cidade – a Zona Central e a Zona Sul. Com isso em pauta e ainda concentrados no *momento* analítico-regressivo, somos levados à passagem do regime Imperial para o regime Republicano. Aí instalados, nos perguntamos: sob que contextos e pelas mãos de quais agentes urbanos virá à luz a Avenida Beira-mar? Por que essa ligação Centro-Sul se fez tão premente? Como ela contribui para a larga e constante valorização dessas áreas que, ao fim e ao cabo, também acolherão o Parque do Flamengo?

#### 3.1 Ares marinhos.

Na alvorada voraz do Século XX, o Rio de Janeiro vivia uma crise de identidade. Se seu protagonismo nacional e internacional permanecia intacto e anunciava-se ainda mais promissor, o reverso dessa medalha revelava uma cidade que se expandia de modo assimétrico e contraditório. Com 691.565 habitantes em 1900<sup>41</sup> – mais da metade da população urbana

---

<sup>41</sup> Amador (2013, p.134) fala de 811.443 habitantes no Rio de 1900.

do país e mais que o dobro da população de São Paulo e Salvador, que juntas somavam pouco mais de 440 mil almas (IBGE, 2010, n.p.) – o Rio de Janeiro cristalizava-se como o maior centro comercial e industrial do país (BENCHIMOL, 1985, p. 599). Embora nos anos 1860 tenha perdido para o cais de Santos – mais próximo à *plantation* cafeeira paulista – o papel de grande porto exportador do Império, o Rio de Janeiro permanece como a principal porta de entrada dos produtos estrangeiros no Brasil (LIMA, 1976, p. 231).

Entre 1888 e 1906 – ano em que é fonte de 49% de toda receita do Governo Federal (LAMARÃO, 1991, p. 143) – o movimento do porto carioca cresce em mais de um terço, colocando-o entre os 15 principais do mundo. No continente americano estava atrás apenas dos cais de Nova Iorque e de Buenos Aires, este recentemente modernizado (SEVCENKO, 1999 [1983], pp. 27-28). Aliadas ao fator portuário, estão as estradas de ferro, emblemas máximos do capitalismo industrial. Além do transporte de matérias-primas, mercadorias e trabalhadores, serão elas também, em si, investimentos para empreiteiros capitalistas (BURNS *et al.*, 1993[1941]).

O Rio de Janeiro é então o *core* de onde se irradia a mais extensa rede ferroviária do Brasil, colocando a Capital em contato direto “com o Vale do Paraíba, São Paulo e os Estados do Sul, Espírito Santo, e o *hinterland* de Minas Gerais e Mato Grosso” (SEVCENKO, 1999 [1983], p. 27). Na escala intraurbana os trilhos interconectavam o porto às indústrias e ao comércio. Tudo isso refletindo um benfazejo matrimônio entre “capitais internacionais, cada vez mais disponíveis e à procura de novas fontes de reprodução” (ABREU, 2011 [1987], p. 35) e a malha urbana ávida pelos investimentos em infraestrutura negados pelo Estado Imperial. Filho direto do Estado português, sovina e arcaísta, o Império fora também extremamente conservador em seus gastos.

Apesar da essencialidade do Rio, a cidade durante o Império mereceu relativamente pouca atenção imperial com reduzidos cuidados urbanísticos e arquitetônicos (...). Não olharam para o urbano. O Romantismo postulou o resgate da natureza. O bucólico era valorizado. O Império não abriu nenhuma larga avenida. Como grupo escultórico de bronze instalou somente o monumento a Pedro I. O Império não construiu palácios. A República Velha teve que comprar prédios particulares de prestígio em busca de palácios. Mesmo em matéria de praças Pedro II foi modesto (...). O Império não exaltou a urbanização (LESSA, 2005, pp. 148-149).

Com a emergência da República, a política imobiliária é parcialmente abandonada. O tecido urbano carioca expande-se, surgem novos serviços: coleta de lixo, iluminação pública, rede domiciliar de esgoto – o Rio será a quinta urbe no mundo a contar com esse tipo de serviço – abastecimento de água, e, desde 1880, serviços telefônicos. Em 1908, o Centro da cidade contava com 13 mil telefones (ABREU, 2011 [1987], p. 42). Atente-se que a



distinção espacial entre o Centro e outras áreas da cidade, fenômeno presente desde os primeiros tempos da ocupação do território, tornar-se-á cada vez mais evidente a partir desse ponto (LESSA, 2005, p. 205).

É de 1859 a primeira linha de transporte público da Capital, ligando de forma ainda precária a Praça Tiradentes ao alto da Tijuca (ABREU, 2011 [1987], p. 44). Em 1890, as 9 companhias de bondes – também chamados de carris (imagem 25) – em operação na cidade administram 283 quilômetros de linhas construídas, com um total de 1.753.700 viagens e 72.900.484 passageiros transportados (SANTOS, 1996, pp. 236- 239)<sup>42</sup>. Quando desaparecem da paisagem carioca em meados dos anos 1960, a soma dos trilhos dos bondes alcança 400 quilômetros<sup>43</sup>. Números que fazem dos carris o transporte urbano por excelência naquele Rio de Janeiro de meados do Século XIX e a primeira metade do Século XX.

Por sua vez, no decênio 1886-1896 os trens transportam “somente” 29.952.044 indivíduos (ABREU, 2011 [1987], p. 54). Mas se as estradas de ferro (imagem 25) contabilizam um número inferior de passageiros em relação aos bondes, é inegável sua importância na formação e ocupação dos subúrbios da então chamada Zona Rural do Rio de Janeiro<sup>44</sup> e da Baixada Fluminense.

O processo de ocupação dos subúrbios tomou uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras, dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos (ABREU, 2011 [1987], p. 50).

---

<sup>42</sup> À época, as principais companhias de bondes (também chamados de carris) são a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, Companhia de São Cristóvão, Companhia de Vila Isabel, Companhia de Carris Urbanos, Companhia Ferro Carril Carioca, Companhia Jacarepaguá, Ferro Carril Vila Isabel, Empresa Ferro-Carril Vila Guarani, Companhia Ferro-Carril de Cachambi e a Empresa de Navegação Rio-São Paulo, que apesar do nome, fazia a ligação entre as freguesias fluminenses de Santa Cruz e Sepetiba (SANTOS, 1996, pp. 222, 238). Empresa de capital canadense instituída em 1904, a *Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited*, adquire, entre 1905 e 1916, todas as companhias de bonde em operação no município do Rio de Janeiro. A linha de carris que rodava nas fronteiras da Ilha do Governador será a única que escapará dos tentáculos do chamado “polvo canadense” (WEID, 1997, n.p.).

<sup>43</sup> Ver: <https://oglobo.globo.com/rio/nos-trilhos-dos-bondes-expansao-da-cidade-15145948>. Acesso em: 06/01/2021.

<sup>44</sup> “A Zona Rural do Rio de Janeiro era formada até meados do século XX pelas freguesias (depois, bairros) de Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz. A partir da década de 1930 a região passaria a ser chamada de Sertão Carioca” (SANTOS, 2011, p. 114). Na atual divisão política do município, tais bairros compõem a Zona Oeste.

Figura 25 - “Estação da estrada de ferro Central do Brasil”. Trem, carroças e bondes: múltiplas temporalidades presentes também nos transportes.



Fonte: FERREZ, 1899.

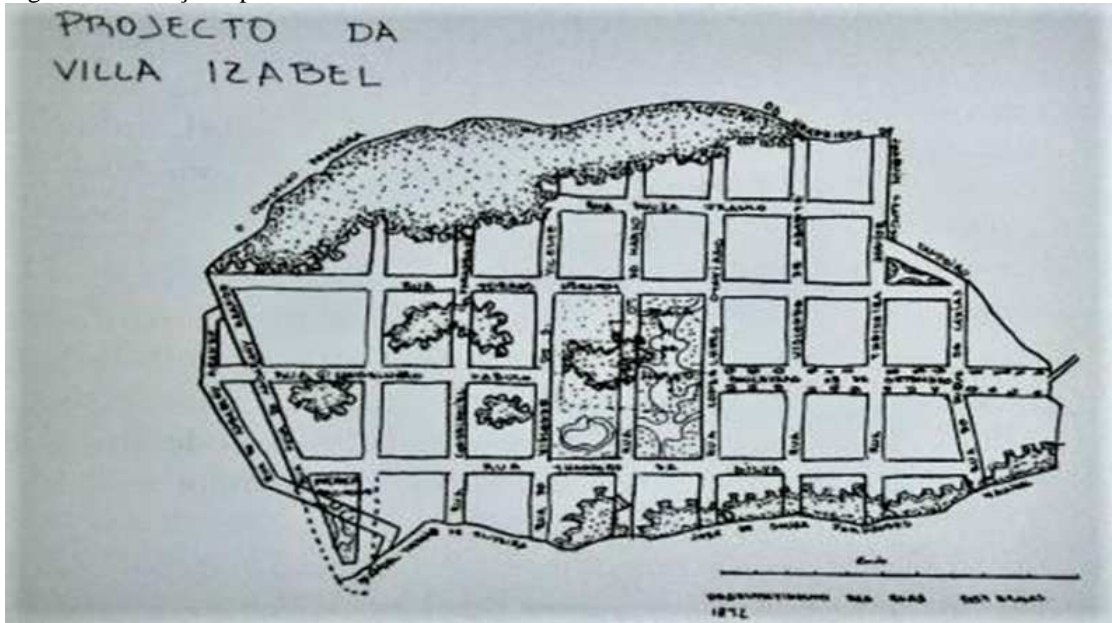
Figura 26 - Bonde da Companhia de Carris Urbanos, década de 1880



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, 1880.

Além de fornecer transporte à população de áreas já povoadas e mormente urbanizadas da cidade, em certos casos as companhias de carris produzem o próprio espaço urbano. O bairro de Vila Isabel é um caso exemplar desse processo (imagem 26).

Figura 26 -Esboço da planta do futuro bairro de Vila Isabel



Fonte: ROSE, 2005.

Adquirida da duquesa de Bragança, a Fazenda do Macaco passa às mãos do empresário João Batista Vianna Drummond, o Barão de Drummond, em 3 de janeiro de 1872. *Pari passu*, esse cria a Companhia Arquitetônica de Vila Isabel, que desmembra esta área nos lotes de terrenos que dariam origem ao primeiro bairro planejado do país<sup>45</sup> (ROSE, 2005, p.25). Um ano depois Drummond, acompanhado de uns sócios, funda a Companhia Ferro Carril Vila Isabel, dotando essa *ideia* de bairro, de um meio de transporte moderno que impulsiona fortemente sua ocupação e urbanização<sup>46</sup>. Em 1906, Vila Isabel já contava com 32 logradouros públicos, mais de 2000 edificações e cerca de 20.000 habitantes. Rocha detalha o processo (1995, p. 32):

Em 10 de abril de 1875, inaugura-se o trecho ligando o bairro de Vila Isabel à rua Uruguaiana. Verifica-se, então, que da concessão imperial à inauguração do trajeto, o crescimento do bairro atendeu às seguintes etapas: compra de uma vasta região desabitada em estreita associação com a proposta de desenvolver um meio de transporte, loteamento da região e posterior comercialização, arruamento e finalmente as primeiras edificações. Temos, então, como fator determinante da

<sup>45</sup> “O primeiro leilão foi realizado em 2 de fevereiro de 1874, sendo vendidos 27 lotes com 269 braças (cerca de 4800 metros), ao preço de 24.549\$700” (BORGES; BORGES, 1987, p. 25).

<sup>46</sup> As empresas de transporte e construção do Barão não se contentarão com Vila Isabel e investirão nos bairros cariocas – sendo “bairros” mais um jeito de falar que uma realidade urbana. Eram todos umas tobas, uns campões abertos – do Andaraí, do Engenho Novo e de São Francisco Xavier. A ideia era repetir o processo exitoso da Vila de Noel: levar a urbanização para os lugares pelos trilhos dos bondes (AMADOR, 2013, p.143).

criação do bairro, o estabelecimento de uma linha de bonde, que seria a única garantia para uma ocupação efetiva. Vila Isabel apresenta um crescimento vertiginoso. Em 1876, foram transportados 1.617.702 passageiros, número que vai duplicar três anos depois, atingindo a casa de 3.337.223 passageiros. Esse processo se repetirá mais tarde nos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon e Tijuca.

Ao sul, os futuros bairros atlânticos de Copacabana, Leme, Leblon e Ipanema (mapa 3 e imagem 27) – o “lugar de água ruim”, “sem peixe”, segundo o idioma tupi – são localidades que seguem de perto esse modelo, onde o capital dos transportes anda atado ao investimento imobiliário – com ambos potencializando-se – e sempre com o aval do Estado. Até meados do século XIX estas áreas, que não passam de areais semidesertos com acesso limitado<sup>47</sup>, entram no radar de empreendedores e especuladores imobiliários – capitalistas plenos, assumidos – que anteveem a oportunidade de comercializar ali vivendas bucólicas, arejadas pela brisa de mar, ou seja, em sintonia com a ideologia iluminista-higienista da época.

Anuncia o jornal *Correio Mercantil* de outubro de 1858 que “nas proximidades da capelinha da Copacabana (...) alugão-se com prazos pequenas casas para recreio, banhos e ares de mar, como os não há nas proximidades da corte” (RENAULT, 1978, p. 156). O discurso do capital imobiliário promove a Nova Zona Sul como a antítese do Centro do Rio de Janeiro. Cidade velha e rançosa. Dos sobrados decadentes, das igrejas ensebadas e enegrecidas pelo tempo e pelas velas, dos cortiços, da muvuca, dos vendedores ambulantes, do alarido, das indústrias, ainda pequenas indústrias (não vão passar muito disso) mas que já poluem o ar. Das tropas de mulas e da tropa de gente que é “matéria de vergonha para o olhar civilizado” (LESSA, 2005, p. 225).

Copacabana será a primeiro bairro a ser comercializado nesse Novo Rio<sup>48</sup>. Rio duplamente novo. Novo frente ao velho e novo frente ao menos velho. Além de ser o avesso do Rio do Centro a “princesinha do mar” é entronizada como sucessora de Botafogo, então o bairro mais prestigiado e aristocrático da Zona Sul<sup>49</sup> (O’DONNELL, 2013b, p. 25) [mapa 3 e

<sup>47</sup> Virou manchete no *Correio Mercantil* a rara e temerária “viagem” da Família Real Portuguesa até a longínqua Copacabana, para contemplar baleias que nadavam ali. Uma aventura. (RENAULT, 1978, p.156).

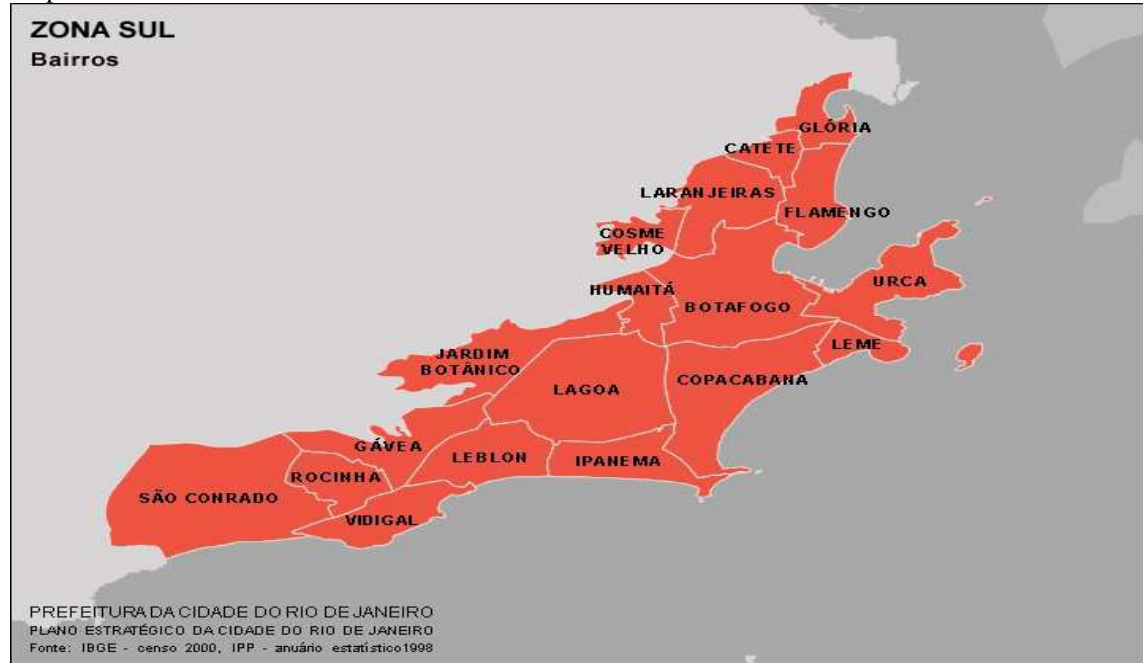
<sup>48</sup> Expressão popularizada a partir do nome do jornal local, O Copacabana – Novo Rio. Folha lançada em 1907. (O’DONNELL, 2013b, p. 70). No presente estudo aproveitamos essa terminologia e tratamos como Nova Zona Sul aos bairros da Zona Sul de ocupação e urbanização mais recente: Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon. Outro bairro atlântico que poderia entrar nessa lista é a Urca – bucólico sítio “com ar de Grécia” (JARDIM, 1988) – que surge em 1922 a partir de aterros. Entretanto, sua urbanização é única, diversa de todos os outros *loci* aqui tratados. Merece um estudo à parte.

<sup>44</sup> Depois brasileira nomeada como Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico (ABREU, 2011 [1987], p.44).

<sup>49</sup> Até princípios do século XIX ocupado por ciganos, pescadores e chácaras esparsas, este bairro sofre, entre 1808 e 1870, alterações profundas. “O clima agradável e as belezas naturais atrairiam para Botafogo ricos

imagem 27]. Copacabana não buscava a tradição – que à época tinha sotaque português e cheirava à bacalhau com batatas e cebola. Buscava, sim, ser diferente, *in and cool*.

Mapa 3. Zona Sul do Rio de Janeiro em sua divisão atual em bairros



Fonte: IBGE, 2000.

Figura 27 - Do Leme ao Leblon. A “costa dourada”<sup>50</sup>



Fonte: IBGE, 2010.

comerciantes ingleses, vindos para a cidade, devido às relações comerciais com a Inglaterra, a quem Portugal estava subordinado, bem como alguns representantes diplomáticos junto à corte. Somavam-se aos curtidores de fantástica beleza, visitantes e naturalistas ilustres”. Dona Carlota Joaquina, esposa de D.João VI, manda também construir uma mansão na Praia de Botafogo, conferindo ares de nobreza para a área (AMADOR, 2013, pp.102, 103).

<sup>50</sup> Ver Carlos Lessa (2005, p.247).

A transformação da antiga Sacopenapã (“o barulho de asas dos socós”, em tupi) na “Biarritz brasileira” (O’DONNELL, 2013b, p. 27), possui um marco temporal preciso: 6 de julho de 1892. Nessa data a empresa norte-americana *Botanical Garden Railroad Company*<sup>44</sup> inaugura, de um só golpe, o Túnel Real Grandeza (conhecido hoje como Túnel Velho) e a linha de bondes que conecta Copacabana a Botafogo – e dali ao restante da malha urbana da Capital.

A lista de notáveis presentes na cerimônia das inaugurações permite um vislumbre da importância política e econômica desses melhoramentos. Além de autoridades das forças armadas, como o contra-almirante Custódio de Mello, estavam lá os diretores da companhia de transporte, “representando a força do capital particular” (O’DONNELL, 2013b, p. 18); o administrador Barata Ribeiro (que se tornaria prefeito do Rio de Janeiro cinco meses depois) e o próprio presidente da República, Marechal Floriano Peixoto.

Antes mesmo da escavação do túnel encontrava-se já consolidada a Empresa de Construções Civis, “que viria a ser, nos anos seguintes, a maior responsável pelo loteamento e a urbanização do novo bairro” (O’DONNELL, 2013b, p. 36). Esta empresa, por sua vez,

reunia entre seus acionistas, personalidades que representavam os capitais bancário, comercial e imobiliário, proprietários fundiários e membros importantes da administração pública, como o Ministro da agricultura, Viação e Obras Públicas, Manuel Buarque de Macedo, os futuros prefeitos Amato Cavalcante e Carlos Sampaio (que fariam investimentos públicos na região), Malvino Reis (Vereador), entre outros (AMADOR, 2013, p.140)

É incontestável, explícito até, que o grande capital já antevia o imenso potencial daquele areal branco com cactos, bromélias, pitangueiras e cajueiros povoado por caiçaras (imagem 28). Investimentos não tardarão.

Imagem 28. Copacabana – aqui nomeada Praia da Igrejinha – prestes a ser transformada, mas ainda francamente caiçara.



Fonte: IMS, 1907.

1906 é o ano de abertura do Túnel do Leme (Túnel Novo) e de mais uma linha de bondes. Um ano antes, o Prefeito Pereira Passos inicia a construção de uma grande avenida a margear a orla copacabanense. Esta será a notória Avenida Atlântica - inaugurada em 1908. Em 1907 Copacabana já conta com os serviços de iluminação pública a gás, rede de esgotos e abastecimento de água, dois clubes recreativos, dois clubes esportivos e um jornal próprio, *O Copacabana – Novo Rio* (LESSA, 2005; O’DONNELL, 2013b). O incremento populacional persegue as benesses urbanas. Em 1906 Copacabana possui 297 moradores, quatorze anos depois serão 17 mil (O’DONNELL, 2013b, p.14).

Esse padrão de urbanização será aplicado aos demais bairros praianos daquela Nova Zona Sul: Leme, Ipanema e Leblon<sup>51</sup>. Todos receberão significativos investimentos em infraestrutura antes de uma população local que as demande (imagens 29 e 30). Em 1901, a desabitada Villa Ipanema já dispõe de iluminação elétrica e uma linha de bondes elétricos – os mais modernos da época (ABREU, 2011 [1987], p. 48). Trata-se de uma reinvenção da lógica do mercado: os serviços não vêm atender às necessidades dos moradores, mas para atrair consumidores em busca de espaços salubres, arejados, devidamente “civilizados”, e, conseqüentemente, com alto valor agregado. Trata-se de um modelo que, sustenta Lefebvre, têm “uma relação evidente com a fragmentação do espaço social” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 22), que, por sua vez,

conduz a *projetos* que parecem claros e corretos porque são projeções visuais sobre o papel e sobre o *plano* de um espaço desde o início postiço. Não se trata de localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, trata-se de espacializar uma atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado (LEFEBVRE, 2008 [1972], p.22. grifos do autor).

Essa Nova Zona Sul não é para todos os públicos. Junto com a urbanização vem a “blindagem” ao pequeno capital. Protecionismo que se impõem na forma de decretos do Estado (que restringem ou consentem o uso dos solos) e/ou pela conivência desse Estado frente à especulação imobiliária, que controla a ocupação do solo através dos preços. Como explica José Luis Romero (2004, p.384):

a tendência era povoar este ou aquele bairro, esta ou aquela rua e, às vezes, este ou aquele quarteirão de uma rua, famoso pelo esnobismo dos “catadores de prestígio”; assim, o valor da terra subia de modo desmesurado, em parte porque a demanda aumentava e em parte porque nesses pontos a especulação se centrava. Sobre o valor

---

<sup>51</sup> Atualmente essa Nova Zona Sul – dos bairros banhados pelo mar e de ocupação mais tardia – conta com mais três bairros: São Conrado, Vidigal e Joá, cujas delimitações foram definidas pelo Decreto Nº 3158, de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985.

da terra urbana e suburbana – loteada e oferecida publicitariamente como a terra prometida – recaíam as despesas do loteamento, da publicidade, da promoção das vendas, mas sobretudo, da soma aproximada que deviam dividir aqueles que especulavam com o negócio de bens imóveis: os vendedores que promoviam a primeira venda e pretendiam que o primeiro comprador pagasse um dividendo pelos lucros que obteriam com a revenda.

Com isso em vista,

os setores de médios e baixos salários que só desejavam adquirir uma moradia para viver eram obrigados a dirigir-se para os sucessivos anéis periféricos que iam aparecendo, onde os preços ainda não tivessem entrado de modo definitivo na espiral especulativa (ROMERO, 2004, p.384)

Figura 29 - “Pedra do Arpoador e trilho de bonde.



Fonte: IMS, 1902.



Figura 30 - Leblon em 1919



Fonte: MALTA, 1919.

Segundo a interpretação lefebvriana, bairros como esses nascem e expandem-se sob o domínio de um severo racionalismo estratégico, que leva à segregação socioeconômica, e, caso-limite, à formação de guetos.

Observemos que há vários guetos e tipos de gueto: os de judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais ou dos operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devida às rendas ou ao poder, vêm se isolar em guetos de riqueza. Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, frequentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sempre. O Estado e a Empresa se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la como tal (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 98).

A noção de segregação socioespacial é confirmada pelas estatísticas domiciliares dos anos 1906/1933. Se na Zona Suburbana, servida pelos trens da Central do Brasil, há um crescimento de 190% no que tange às residências e 653% quando se trata de residências construídas ao longo das principais avenidas, a Zona Sul apresenta 52% de acréscimo de domicílios em geral e 100,1% quanto às casas localizadas em avenidas (RIBEIRO, 1985, p. 26). Números todos altos, mas assimétricos.

As referências das “participações dos casebres e casas de madeira” no tecido urbano dão prova ainda mais eloquente dos esforços dos agentes sociais em manter a Zona Sul – tanto aquela de urbanização mais antiga, quanto a Nova Zona Sul – reservada ao alto poder aquisitivo. Na Zona Suburbana, servida pelo ramal de trens da Companhia Leopoldina, essa

forma de moradia alcança a taxa de 34,4% dos domicílios totais. Na Zona Sul apenas 5,3%. 0,8%, levando-se em consideração apenas Copacabana (RIBEIRO, 1985, p.28).

Os habitantes dos bairros praianos certamente “demonstravam um desejo de tranquilidade e sossego, mas era evidente que caminhavam em busca de ‘exclusividade’, imaginando que o preço da terra e a distância evitassem invasões indesejáveis” (ROMERO, 2004, p.387). No entanto esse desejo por distinção e “privacidade” espacial será fabulosamente sacudida com o advento das favelas, que sem cerimônia instauram-se nos morros dessa área da cidade. Antes da virada do século XX já há favelas ralas no Rio de Janeiro. Em pouquíssimo tempo essa ocupação espacial se tornaria indissociável da paisagem carioca, presente em todas Zonas e praticamente todo os bairros<sup>52</sup>.

O primeiro censo oficial a levantar a população das favelas, realizado em 1948, acusou em 105 favelas uma população de 138.837 habitantes, que já representavam 7% da população do antigo Distrito Federal. Dez anos mais tarde, no período 1950-1960, a população das favelas crescia a uma taxa anual de 7%, muito mais elevada do que a da população não favelada, de 3,3% (VALLADARES, 1979, p. 22).

Ainda para Valladares (1979, p. 31), a distribuição das favelas no espaço urbano

revela-se conflitiva, ao ocorrerem em zonas de alta especulação imobiliária e urbanizadas (o Censo de 1960 demonstrou que, de 59 das 147 favelas existentes no Rio de Janeiro, 33 situavam-se na Zona Sul e 26 no Centro e Tijuca), disputando o espaço com populações de classes média e alta. São percebidas, pois, como um desequilíbrio quanto ao uso do solo, no sentido de que grande parte das favelas ocupa áreas cujo valor excede de muitíssimas vezes sua utilização.

Se em um primeiro momento o “fator favela” não era visto como uma ameaça à ordem, à valorização e à especulação de certo espaço urbano carioca, com o tempo isso se transformaria brutaemente.

O que se viu, por muitas décadas foi o desenrolar de uma política de convivência tolerante. Resultado não só dos interesses eleitorais, esta política também decorria da falta de recursos dos cofres públicos para empreender uma operação globalizante. Ademais, as favelas permaneceram por muito tempo ao abrigo de qualquer especulação, posto que os terrenos por elas ocupados, de propriedade de órgãos públicos ou de particulares, encontravam-se em condições topográficas de difícil

---

<sup>52</sup> Segundo dados do Censo de 2010 do IBGE, há no Município do Rio de Janeiro 763 aglomerados subnormais (favelas). Estas abrigam 1.393.314 moradores ou 22% da população da cidade. Trata-se do município da federação com a maior população favelizada.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25359> Acesso em 03 mar.2021.

exploração, ocorrendo geralmente em encostas de morros ou em terrenos alagadiços, sem contar aqueles de propriedade contestada ou desconhecida. Não se pode, porém, esquecer que à tolerância sempre se opuseram atitudes hostis. De fato, a eliminação das favelas (e sobretudo das da Zona Sul) significaria a liberação de terrenos, propiciando o disciplinamento do uso do solo em muitas áreas da metrópole. Liberar os terrenos por elas ocupados significaria dispor de áreas em que se poderia construir, que se poderiam urbanizar ou valorizar para utilização futura (VALLADARES, 1979, pp. 31-32).

Concomitantemente a função habitacional, os bairros da Nova Zona Sul assumirão, no início do século XX, o papel de destinos turísticos de expressão regional, nacional e internacional. Já em 1907 o europeu mais aventureiro pode viajar para o Rio de Janeiro em passeios promovidos pela inglesa Thomas Cook – a mais antiga agência de viagens do mundo, fundada em 1841.

A 22 de julho de 1907 entrava na Guanabara o paquete “Byron”, o primeiro que trazia uma leva de turistas, em excursão sob o patrocínio da Agência Cook. A época era própria, embora às vezes o estrangeiro venha ao Brasil justamente para fugir do frio. (...) A propaganda do turismo equivaleria a uma loucura, antes de Oswaldo Cruz e Pereira Passos: higiene e embelezamento. Em 1907, livre da febre amarela o turista já podia ver a Tijuca, a Avenida Central, a Avenida Beira Mar, o Teatro Municipal, o Palácio Monroe, o cais acostável, o Corcovado, a iluminação elétrica, o calçamento a asfalto em cerca de quarenta ruas, além de melhoramentos menores e da incomparável magia do cenário (MACEDO, 1967 [1943], p. 162).

Até os anos 1920, o Rio de Janeiro a ser visitado, é, com pouca exceção, o da Zona Central. Os guias turísticos da época sugerem visitas às principais ruas, avenidas e equipamentos urbanos do centro da cidade: teatros, praças, jardins públicos, museus, cafés, bibliotecas, estátuas e monumentos. Das praias cariocas nada é mencionado. Raríssimo é o guia de 1915, que recomendava idas às orlas de Copacabana e Ipanema como passeios “para respirar ar puro” (PERROTA, 2013, p. 47).

Hoje as praias são a mais poderosa marca registrada de uma cidade “vocacionada para o prazer” (ARAÚJO, 1993). Mas é somente no final do século XIX que estes espaços passam a ser frequentados pela população em busca de ambientes naturais frescos e salubres. Até então, o litoral era ligado à atividade portuária e ao descarte da cidade que incluía lixo<sup>53</sup>, excrementos sanitários e corpos, de animais e humanos, negros (O’DONNELL, 2013b, p. 93).

---

<sup>53</sup> Outro destino do lixo urbano eram os manguezais, servindo, muitas vezes, como material de aterramento. “Primeiro nos manguezais de São Diogo, depois no Caju, na Ilha de Bom Jesus e na Ilha de Sapucaia (na enseada de Inhaúma), posteriormente na Ilha de Savaratá junto ao Rio Meriti e nos manguezais de Gramacho no litoral de Caxias. O lixo das cidades do litoral oriental seria por sua vez depositado nos manguezais de Imboassica em São Gonçalo” (AMADOR, 2013, p.117).

A praia, significando uma vida saudável, em oposição às epidemias do Centro de feição colonial, passa a atrair as famílias. Primeiramente a atração se dá por motivos de bem-estar físico, busca de bons ares e vantagens terapêuticas do banho de mar. O banho de mar, pela época, ainda não é recreio, mas receita de médico. O Boqueirão é um pequeno hospital. No começo do século a terapêutica usa e abusa dos banhos de mar. Já havia o culto ao lazer convivendo com a imposição medicinal. Em parte, devido à urbanização veloz que ocorre nos bairros à Beira-mar, especialmente Copacabana, bem como à maciça propaganda dos interessados financeiramente em tal expansão, desenvolve-se aos poucos um contato lúdico com a praia, resultando em sua utilização para o lazer, embora o atrativo medicinal não desapareça por completo (ARAÚJO, 1993, pp. 321- 322).

A busca pela saúde através do banho marítimo é uma apropriação tardia do que se popularizara na Europa a partir de 1750 (CORBIN, 1989). Segundo observações científicas da época, o mar, essa criação divina, oferece aos banhistas dois alentos para a saúde. A água fria que “acalma a ansiedade” e atenua “a irritação nervosa” e o sal, que retarda a putrefação e decomposição natural do corpo (CORBIN, 1989, pp. 77, 78). O mergulho marítimo, de preferência com a água entre doze e quatorze graus centígrados, confere tônus e “vigor ao corpo inteiro”, além de “limpar e proteger todo sistema glandular das viscosidades impuras” (CORBIN, 1989, pp.79,80).

No Brasil, quem inaugura a prática do banho curativo, é Dom João VI. Imperador grossamente e grassamente folclorizado como sujeito preguiçoso e lambão – sujismundo. Com uma pereba infeccionada e purulenta – fruto de uma picada de carrapato nos matos de Santa Cruz – foi ele convencido a tomar um banho terapêutico na Praia do Caju. Temendo os siris e caranguejos do lugar – tinha pavor à crustáceos – o monarca banhou-se protegido em um caixote de madeira. Uma piscininha para o balofo. Deu certo. Tanto que fundou-se a Casa de Banhos de D. João VI, cuja estrutura permanece de pé abrigando o Museu de Limpeza Urbana da Comlurb<sup>54</sup>.

A partir das duas primeiras décadas dos 1900 a ida ao mar como programa de lazer está na pauta dos empreendedores mais atentos e não tardará até que se estabeleça um amplo comércio de amenidades voltados para o recreio junto ao oceano. De início surgiram as pouco práticas barcas de banho.

---

<sup>54</sup> Um bairro apagado, quase um sub-bairro, o Caju de hoje é conhecido apenas por seu cemitério. Mas, além de “balneário” particular da Família Imperial – como seu avô, Dom Pedro II frequentou o lugar. D. Maria, a Louca, tratou suas doideiras lá, sem sucesso – e da primeira praia assombrada do país (montado em seu cavalo, um tal de Pichulin perseguiu muito banhista borrado de medo) (GASPAR, 2004, p.145), ao antigo Caju cabe outro pioneirismo: pescadores espanhóis e portugueses fixaram ali a primeira colônia pesqueira no Brasil. Nem era necessário sair para alto-mar. A própria Baía de Guanabara era estupidamente fértil, sobremaneira de sardinhas (AMADOR, 2013, p.116).

Forradas de cobre, divididas em camarotes, eram suspensas por correntes de ferro. Só existiam duas engenhocas desse tipo na cidade: uma ficava no Largo do Paço e a outra entre os bairros Glória e Botafogo. O famoso banho de mar terapêutico era disputado, mas exigia algum esforço, já que para acessar as barcas era preciso primeiramente pegar um bote (DISITZER, 2012, p.31).

Posteriormente, os serviços evoluem. Além de estruturas de acesso, trampolins, vestiários, cadeiras e postos de salvamento (ANDREATTA et al., 2019, p. 47)., é o tempo das casas de banho (imagens 30 e 31), que ofereciam “quartos de madeira, com direito a um banco e um espelhinho”.

Ali o banhista ficava à vontade para trocar de roupa. Sim, porque a praia era sinônimo de vestir e não de tirar a roupa. Trocava-se o traje formal pela roupa de banho. Algumas delas chegavam a contar com quatrocentos cômodos em 1904 e funcionavam desde as primeiras horas da manhã. O movimento começava bem cedo. Primeiramente, o atendimento era dado aos mais humildes, que não podiam pagar pelo uso nos horários considerados nobres. À medida que o sol se levantava e ficava a pino no céu, chagavam os mais abastados (DISITZER, 2012, p.35)

A cidade-porto transformava-se em cidade-balneário.

Figura 31. Moda praia no Rio de Janeiro de 1904.



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, [1904].

Figura 32. Casa de Banho na Rua Santa Luzia, Centro do Rio de Janeiro (década de 1910).



Fonte: MALTA, 1910,

Os esportes aquáticos (imagem 33) entram em cena como outra usança do litoral, induzindo a criação de infraestruturas como vestiários para os atletas, garagens para os barcos e arquibancadas à beira-mar.

Nos anos 1860, as competições de remo suscitam o entusiasmo do público. Em 1874, o Club Guanabarensense serve de modelo para numerosas associações do mesmo gênero. (...) Assim aparece, em 1895, o Clube de Regatas do Flamengo, que contribui para difundir a nova coqueluche. Em 1898, a comunidade portuguesa do Rio celebra à sua maneira o quarto centenário da chegada do Vasco à Índia e cria um clube náutico que tem o nome do navegador. A natação invade os espelhos-d'água mais ou menos na mesma época da canoagem. Em 1898, o Clube de Natação da capital federal patrocina o primeiro campeonato brasileiro da especialidade, nos 1.500 metros que separam a ilha de Villegagnon e a praia de Santa Luzia. Os esportistas são ricos amadores e seus admiradores das tribunas também pertencem à burguesia carioca (ENDERS, 2015 [2000], p. 219).

Figura 33 - A revista Careta de 1913 destaca a participação do Club de regatas São Christóvão.



Fonte: Revista CARETA, 1913.

Estar no mar é uma opção de lazer que vem acompanhado pela segregação socioespacial, mascarada por um pretense acesso gratuito a estas áreas. Gratuidade, porém, não quer dizer, efetivamente, acesso universal<sup>55</sup>. Em 1917, na administração do Prefeito Amaro Cavalcante, o Estado passa a racionalizar a utilização dos espaços praianos pelos banhistas por meio de decretos municipais.

Dizia o decreto municipal: o banho só será permitido de 1º de abril a 30 de novembro, das 6 às 9 horas e das 16 às 18 horas; de 1º de dezembro a 31 de março, das 5 às 8 horas e das 17 às 19 horas. Nos domingos e feriados, havia uma tolerância de mais uma hora em cada período. As pessoas que fizerem uso do banho de mar – recomendava o art.3º- devem apresentar-se com vestuário apropriado, guardando a necessária decência e compostura de acordo com as exigências da autoridade respectiva. O art.5º era ainda mais severo: ‘São expressamente proibidos quaisquer ruídos e vozerias na praia e no mar, durante o período do banho de mar’. E o parágrafo único advertia furibundo: ‘As transgressões serão punidas com multas de 20\$000 ou cinco dias de xadrez’ (BARBOSA, 1967 [1945], p. 151).

<sup>55</sup> Para a discussão contemporânea da questão “gratuidade X acesso” ver DaMatta (2006) e Huguenin (2007; 2019).

À regulação estatal segue-se outra, imposta pelo mercado. Em artigo de julho de 1905, o *Jornal do Brasil* detalhava o custo de uma família de seis pessoas que de algum subúrbio da cidade decidem aspirar “um pouco de ar dos arrabaldes marinhos”. Escolhendo as praias do Leme ou de Ipanema – dois “dos mais módicos itinerários” – esta família despenderia no passeio cerca de dez mil réis, à época, ou R\$ 500 em valores atuais<sup>56</sup> (*Jornal do Brasil*, 1º jul. 1905). Soma aviltante para um operário que contava, em média, com um salário de cerca de 50 mil réis mensais (R\$ 2.500,00) (SCLIAR, 1996, p.35).

Quem conseguisse vencer os obstáculos das distâncias torturantes e dos transportes caros e erráticos dos subúrbios, deparava-se com a barreira de preços dos serviços praianos. Segundo O’Donnel (2013a, p. 64),

Para usufruir alguns dos “pequenos pavilhões” destinados à troca de roupa e providos de chuveiro, seriam gastos nada menos que dois mil réis, que correspondiam, por exemplo, a quase quatro vezes o valor de uma revista elegante como a *Careta*.

Resumo: no Rio de Janeiro do início do século XX um passeio à praia com a família teria o custo mínimo – alimentação não computada<sup>57</sup> – de 12 mil réis. 24% do salário médio de um trabalhador carioca<sup>58</sup>. À ralé resta madrugar para pagar serviços mais em conta, apertar o cinto do estômago ou simplesmente não frequentar esse espaço. A visão da gente “pobre e molambenta” dos subúrbios (LESSA, 2005, p. 225) certamente roubava da elite praiana carioca a ilusão de estar desfrutando um balneário europeu à moda de Dieppe, Deauville, Nice, San Sebastian, Brighton ou Biarritz

Mesmo com estratificações sociais e econômicas – ou exatamente graças a ela – o litoral da Nova Zona Sul se torna, a partir dos anos 1940, os principais destinos brasileiros no circuito turístico internacional<sup>59</sup>. A multiplicação de hotéis na orla corrobora isso.

---

<sup>56</sup> Para conversão de réis em reais, ver Gomes (2014, pp. 14, 248).

<sup>57</sup> Barbosa (1967 [1945], p.150) dá um vislumbre dos preços das “comidas de praia” na época. “Depois do banho, todo mundo ia beber um copo de leite ao pé da vaca, num estábulo que havia na Barata Ribeiro. Custava \$200 (duzentos réis) um copázio de leite! Isso é que era banho de mar”.

<sup>58</sup> Para fins comparativos, Maul (1967, p.135, 136) informa os valores mensais dos aluguéis no Rio de Janeiro nesse período: “Uma sala e quarto, obtinha-se por dez mil réis mensais, e uma casa tanto na zona Sul quanto na zona Norte oscilava entre cinquenta e cento e vinte mil réis (...) Em Copacabana, frequentemente, nos pontos mais próximos da praia se conseguia casa de cinco peças, com pequeno jardim e varanda, por cem mil réis por mês (...) ‘vilas’ e ‘avenidas’, conjuntos residenciais modestos, mas confortáveis (...) se alugavam a trinta mil réis”.

<sup>59</sup> Estatísticas oficiais revelam que, em 1991, a cidade do Rio de Janeiro atraía 50,3% dos turistas estrangeiros que visitavam o Brasil. E embora esse percentual tenha diminuído para 34,7% em 2005, a capital fluminense permanece como destino preferido dos visitantes do país. “Dados divulgados pela imprensa afirmam que em 2008 a cidade recebeu um total de 2, 820 milhões de turistas. Mas se estamos à frente de outras importantes



Inaugurado em setembro de 1923 e tomando como padrão os hotéis Carlton, em Cannes e o Negresco, em Nice, o Copacabana Palace (imagens 34 e 35) é um marco sólido da ascensão da Nova Zona Sul não apenas como destino turístico, mas também como localidade aristocrática e cosmopolita (FERNANDES, 2006).

Figura 34 - No anúncio do jornal *O Paiz*, o recém inaugurado Copacabana Palace oferecia manhãs com banhos de mar e noites glamurosas



Fonte: PAIZ, 1923.

Com 250 quartos distribuídos por seis andares suntuosos edificados com cimento alemão e mármore italiano de Carrara, o hotel pretendia-se um “herdeiro estético e ideológico de um estilo de vida identificado com os mais sofisticados metros quadrados do litoral europeu” (O’DONNEL, 2013b, p. 111).

Construído em uma Copacabana pouco habitada (imagem 32), o Copacabana Palace (imagem 33) será o mais famoso e aristocrático hotel do Brasil, situado na mais famosa praia do mundo (FERNANDES, 2006)<sup>60</sup>. Não é para qualquer um, ainda mais em país ainda

capitais da América Latina (a Cidade do México recebeu 2,598 milhões e Buenos Aires, 2,399 milhões no mesmo período), ficamos atrás de cidades como Dublin, Kiev e Bucareste” (FREIRE-MEDEIROS, 2013, p. 28).

<sup>60</sup> Estudo pormenorizado do Copacabana Palace é o de Ulisses Fernandes: *A Natureza Monumental do Copacabana Palace Hotel – A Antevisão de Uma Paisagem*. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

francamente matuto como o Brasil. Será o lugar dos muito grandes, muito famosos e muito endinheirados. Signo de riqueza, mas também referência para os empreendedores imobiliários. “Ladeando o monumental edifício, as primeiras casas de veraneio se transformaram em elegantes prédios residenciais, desenhando uma fachada que se tornou o cartão postal mais conhecido do Rio. Morar em Copacabana virou um luxo” (CHIAVARI; ANDREATTA, 2012, p.58).

Figura 35. Copacabana em 1930. Sete anos após sua inauguração o Copacabana Palace segue como majestoso e baliza a ocupação do bairro.



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, 1930.

Já em 1929 a Nova Zona Sul conta com um razoável número de hotéis de luxo: “além do Copacabana Palace, o Washington Hotel, o Hotel de Londres, na Avenida Atlântica, o Hotel Balneário, na rua Siqueira Campos, o Hotel Ritz, na avenida Delfim Moreira, e o Hotel Leblon, na avenida Niemeyer” (O’DONNEL, 2013a, p. 61).

A gestão *animus corrigendi* de Pereira Passos favoreceu, e muito, a ocupação da Nova Zona Sul. O que a própria municipalidade não fez – em relação à estruturação urbana – ela facilitou a ação dos empreendedores particulares. Aprovou, deu aval, deu carta branca para algumas situações, fechou os olhos para tantas outras. Padrão operacional dos mais comuns e naturalizados até hoje. E como será até amanhã. Entretanto, a despeito dessas benesses, esse prefeito ficaria verdadeiramente conhecido e reconhecido pela grande reforma do Centro da Capital. Mesmo que acumulasse as funções de sede administrativa, econômica, comercial e logística do estado (e em certa medida do Brasil)<sup>61</sup> a capitalidade dessa área da cidade não fora sincrônico ao desenvolvimento social.

A experiência prática mostra que pode haver crescimento sem desenvolvimento social (crescimento quantitativo, sem crescimento qualitativo). Nessas condições, as transformações na sociedade são mais aparentes que reais. O fetichismo e a ideologia da transformação (por outras palavras: a ideologia da modernidade) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais (LEFEBVRE, 2001c [1968], p. 137).

Mesmo operando sob a égide da República, regime progressista se comparado ao Império, a Capital Federal do início do século XX permanecia possuída por resilientes “vícios” coloniais. Se cada novo modo de produção acaba por produzir um novo espaço à sua imagem e semelhança, esta mudança não se opera de forma instantânea – em um *hocus-pocus*, em um *Mandrake!*

Freyre (2004 [1959], p.344), avalia que tenha durado ao menos dois ou três decênios a assimilação mais avançada da transição da Monarquia para a República; do trabalho escravo para trabalho livre, e, na dimensão cultural, das influências francesas e inglesas – também um pouco romana, na arquitetura, embora romana de segunda mão, via modelos franceses – para a norte-americana. Mais desejo que concretude, esperava-se a mudança de um Império Monárquico arcaísta e rural, para uma República moderna e industrial – o que aconteceu muito parcialmente. Tais transformações, porém, não foram nem instantâneas, nem homogêneas, nem pacíficas. Muito menos pacíficas.

Haveria uma relação direta, imediata e imediatamente manifesta, portanto transparente, entre o modo de produção (a sociedade considerada) e seu espaço? Não. Existem discrepâncias: ideologias são interpostas, ilusões se interpõem (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. xxii).

---

<sup>61</sup> O cronista Álvaro Moreyra gracejava, em 1923: “A verdadeira capital do Brasil fica entre a Rua São José e a Rua do Ouvidor...” (2016 [1923], p.148). Trata-se, é claro, de um exagero. Mas nem tanto.

Em matéria de modernização urbana, o Rio era ultrapassado por outras capitais abaixo da linha do Equador como Montevideu e Buenos Aires. Também cidades-porto, com quem mantinha uma histórica competição pela supremacia da inovação e do progresso na América do Sul. No caso da capital Argentina a disputa beirava a infantilidade<sup>62</sup>.

Verdadeira guerra de estatísticas caracterizou essa rivalidade. A rivalidade, desde o fim do Império, do Brasil com a Argentina, manifestou-se por vezes pitorescamente sob outros aspectos, relacionados sobretudo com evidências de progresso material, suscetível de ser medido ou pesado por meios estatísticos. Rivalidade em torno de largura e extensão de avenidas novas; de capacidade de docas; de quilometragem e aparelhamento de estradas de ferro; de instalações sanitárias e de hotéis; de eficiência ou modernidade nos transportes urbanos; de frequência aos teatros e às corridas de cavalo; de eficiência e modernidade nos armamentos de terra e mar (FREYRE, 2004 [1959], p.160)

Mesmo não sendo a campeã no continente – Buenos Aires seguia na frente, por uma avenida e um porto de vantagem<sup>63</sup> – ainda assim, a Capital do Brasil segue atraindo pessoas. O provérbio alemão da baixa Idade Média – *Stadtluftmacht frei* – ressoava perfeitamente atual no Rio de Janeiro recém entrado no século XX.

Era tudo ao mesmo tempo agora. Sua área central era um labirinto de ruas, ruelas, becos e vielas sujas, imundas, apinhadas por lojas, vendas e portinhas. Em trânsito, multidões de pequenos golpistas, pedintes e gangues de alta periculosidade. Dentre as quais destacavam-se os Capoeiras, que detinham o controle do território por meio das navalhas e golpes marciais. Bando que será reprimido com brutalidade: os Capoeiras serão mortos ou encarcerados em distantes colônias penais (ENDERS 2015 [2000], pp. 203-205; LESSA, 2005, p.180).

Engrossando o mafuá, junto aos trabalhadores que iam e vinham da labuta diária, vendedores ambulantes – muito negro, muito mestiço, muitas mulheres também, sobremodo, mulheres – pediam passagem nas ruas, ou tocando irritantes matracas ou cantando pregões ritmados. Dessa maneira algazarrenta, mourisca, oferecia-se todo tipo de mercadoria: charques, carnes verdes, vísceras de boi, bacalhau em lascas, hortaliças, frutas frescas, queijo, leite gordo ou aguado, ramos de arruda para defesa de feitiçaria, aguardente, vinho,

<sup>62</sup> As birras com *los hermanos* na segunda metade do século XX seria transferida, quase integralmente, para o futebol. O saudoso Gilmar Mascarenhas, geógrafo e nosso professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com quem tivemos diálogo riquíssimos, teve a boa ideia de encarar o futebol como coisa séria, que merecia estudos geográficos sérios. Andrade *et al.* (2022) apresenta uma bem-vinda introdução à obra curta, porém significativa e inovadora, desse autor.

<sup>63</sup> A capital argentina contava com expressivos 677.000 habitantes em 1895 e chegaria a 2 milhões em 1930. No âmbito da América Latina, “foi, sem dúvida, a cidade cujo crescimento mais chamou atenção dos europeus – de cujo tronco se nutria a imigração que a transformava – até converter-se em um pequeno mito. Um francês, H. D. Sisson, escrevia em 1909 que Buenos Aires era ‘uma cidade nova que cresceu com a rapidez de um fungo sobre o pampa deserto’ (ROMERO, 2004, p.287)

melaço, mel, doces, pastéis e quitutes dos mais variados, preparados por negras velhas e caprichosas, boas de tempero (imagem 37). “A cidade ainda é um povoado africano”, indignava-se o jornalista Luiz Edmundo em seu *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1938, p.119).

Figura 37 - Quitandeiras, 1875.



Fonte: FERREZ, 1875.

Vendendo tudo isso e mais jornais, livros, flores, cigarros, charutos, café, pão com manteiga, os quiosques (imagem 38) eram bancas de madeira e zinco, de estilo eclético, entre o asiático e o francês – marroquino? – que atravancavam ainda mais as ruas e calçadas. Abriam no início da manhã e funcionavam até as 10 da noite à luz de lampião. Eram impedidos de vender bebidas alcoólicas, proibição largamente desrespeitada. “Beberrões e desocupados” eram parte grossa da clientela (ERMAKOFF, 2009, p.23).

Figura 38. Quiosque na Rua da Saúde



Fonte: MALTA, s.d.

Larry Benchimol (1992, p.280) resgata as figuras – folclóricas, mas nem por isso menos reais – do português burro de carga, do italiano dos peixes, do turco dos fósforos, do vassoureiro, do funileiro, do garrafeiro, do sorveteiro, do menino vendedor de jornais... Falando dos bolos, especialmente o pão-de-ló era adorado pelos cariocas, enquanto os paulistas preferiam outra iguaria: formigas saúvas fêmeas (VENÂNCIO; FURTADO, 2000, p.106).

Nem tão à vista, o Centro carioca acolhia também figuras meio dúbias e escondidas, fornecendo bilhetes de loteria, cartões pornográficos e sabe-se lá mais o quê. Se no campo, todos tem ciência de tudo de todos, a cidade inventa o anonimato. “Para os que precisam se esconder, ocultar seus ‘males sociais’, o labirinto é a forma perfeita da cidade” (PECHMAN,

1994, p.1). “Civitas est communitas perfecta”<sup>64</sup>. Mascates e tendeiros – formas de comércio sobreviventes de eras medievais – ofereciam agulhas, alfinetes, tecidos, bordados, fitas de seda e toda sorte de quinquilharias de armarinho. Ratos pestilentos eram caçados e vendidos (imagem 39) para a repartição de higiene<sup>65</sup> (BENCHIMOL, 1985, p. 607; SANTUCCI, 2008, p.23). A exploração dos próprios corpos era coisa comum nas ruas. Embora fosse serviço que, ao menos na hora do ato em si, preferisse alguma alcova<sup>66</sup>.

Era uma cidade de tudo<sup>67</sup>. Tudo que nasce da natureza e do trabalho. Objetos, obras, produtos. Também dos atores sociais que misturam, cozinham e servem as relações sociais que são o *primum mobile* da própria noção de cidade (LEFEBVRE, 2002 [1970], p.111). Mas também cidade do nada, uma vez que poucos tinham acesso à urbe em sua completude.

---

<sup>64</sup> Palavras de São Tomás de Aquino. Ver: AQUINO, São Tomás. Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino Petrópolis :Vozes, 1995.

<sup>65</sup> A crônica policial da época registra episódios curiosos como o dos “malandros” que prontamente passaram a criar ratos para vendê-los à Diretoria de Saúde Pública. Órgão que comprava os roedores soltos na cidade com o intuito de eliminar os agentes transmissores da peste bubônica (DAMAZIO, 1996, p. 78). Dentre esses comerciantes, o mais célebre será um certo Amaral, que vendia tantos ratos à Diretoria de Saúde Pública (300 réis por cabeça) que atraía a atenção das autoridades. Preso, Amaral jurou que entre seus roedores não havia nenhum espécime trazido de outras regiões do país ou de outras terras pelos navios ancorados no porto. Nenhum rato importado. Eram todos “procriados, nascidos e apanhados aqui no Distrito Federal”, ou seja, ratos cariocas legítimos (SCLIAR, 1996, pp. 48-49).

<sup>66</sup> Perora Francisco Pereira da Rosa, com fulgor de profeta bíblico, em livro de 1896 (pp.252, 253) – volume cuja cópia da Princeton University Library traz no frontispício o autor trajando uma mui paradoxal (e bufante) veste feminina: “É talvez o Rio de Janeiro a unica cidade do mundo em que este espectáculo de depravação e indecencia seja obrigatorio para uma população inteira. Os bonds, meio de locomoção generalizada pela cidade, levam os milhares de passageiros que diariamente transportam, á forçada contingencia de testemunhar, nas ruas centraes, as mais accentuadas scenas dos desregramento desse mulherio que se exhibe nas “rotulas” ou mesmo no interior de suas habitações propositalmente devassadas. As ruas Senhor dos Passos, Regente, Luiz de Camões, Nuncio, Conceição, Lavradio, Carioca, Sete de Setembro, e Praça Tiradentes,ahi estão para atestar a verdade do que afirmamos (...) Nas ruas que citámos, são quasi todas hungaras, allemãs, polacas, russas, as mulheres que vivem expostas, em afronta permanente á moral publica”.

<sup>67</sup> Oliveira Lima, grã-historiador do Rio de Janeiro Joanino – mais que historiador, pesquisador com lente antropológica e sociológica – afirma que o Centro carioca dos Oitocentos (ou seja, praticamente o Rio de Janeiro todo, o subúrbio era, então, um sertão) confirma essa agitação urbana. A cidade vivia, em suas palavras, “em carnaval perpétuo” (LIMA, 2006 [1908], p.594). Além do rebuliço comercial cotidiano, as ruas da capital colonial eram enchidas regularmente por cortejos festivos ou fúnebres. Procissões havia muitas. As principais eram a Procissão de São Sebastião, de Santo Antônio, a do Senhor dos Passos, a Procissão do Triunfo, a do Corpo de Deus, a Procissão da Visitação e a diária Procissão do Viático, apelidada de *Nosso Pai*. Á rua saíam também batizados de negros novos, casamentos de mucamas e enterros de crianças negras ou de negros adultos. Estes últimos com a presença de mestre de cerimônia, tocador de tambor e carpideiras, tudo com muito alarido. Algo se não completamente, ao menos com alguma semelhança festiva com os *Jazz Funerals* de Nova Orleans, onde os funerais negros resistiram à sisudez e à tristeza dos rituais fúnebres brancos. Havia ainda no Rio colonial a procissão dos condenados à morte, menos frequente, mas muito concorrida. “Bem lúgubre aliás a cena. Caminhava o réu de alva, os pés descalços, o crucifixo nas mãos ligadas e a corda no pescoço, com duas pontas para trás seguras, assim com a calda alva, por um dos carrascos negros acorrentados” (LIMA, 2006 [1908], p. 600).

Figura 39 - O comprador de ratos.



Fonte: Revista da Semana, 1904.

Mas quem era essa gente, que chegava e fixava-se na área central da cidade? Trabalhadores camponeses – principalmente do Vale do Paraíba, área geográfica cuja cultura cafeeira entrara em crepúsculo irreversível<sup>68</sup>; ex-escravos entregues à própria sorte e imigrantes pobretões, advindos, principalmente, de Portugal<sup>69</sup> e do nordeste do Brasil (CHIAVARI, 1985, p. 585). Trocava-se o trabalhador escravo pelo trabalhador livre e assalariado, que também era um consumidor. Pequeno consumidor, mas consumidor. Tudo isso dentro do processo de recolocação das economias latino-americanas como mercados potenciais dos grandes *players* mundiais do capitalismo do século XX – categoria que a Inglaterra liderava com folgas (AMADOR, 2013, p.132).

<sup>68</sup> São as “cidades mortas” descritas por Monteiro Lobato (1995 [1906], p.21-23): “Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito (...) Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Átila. Toda seiva foi bebida e, sob a forma de grão, ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos à virgindade da terra nova; ou se transfez nos palacetes em ruína; ou reentrou na circulação europeia por mão de herdeiros dissipados. À mãe fecunda que o produziu nada coube; por isso ressentida, vingá-se agora, enclausurando-se numa esterilidade feroz. E o deserto lentamente retoma suas posições perdidas”.

<sup>69</sup> Aproximadamente 45% dos portugueses que chegam ao Brasil no século XIX fixam-se no Rio de Janeiro. Em 1820, 20 % da população dessa cidade são de nascidos na terrinha lusa (LESSA, 2005, p. 96).



Trata-se de uma dinâmica comum em boa parte da América Latina. No Brasil, no México, no Peru, na Argentina. Por volta de 1920

Em quase todos os lugares se deram os mesmos fatos. Explosões demográficas e êxodo rural combinaram-se para configurar um fenômeno complexo e incisivo, no qual o quantitativo e o qualitativo se misturavam diabolicamente e cujo cenário seriam as cidades escolhidas para a concentração desses imigrantes desesperados e esperançosos ao mesmo tempo (ROMERO, 2004, p.357)

Esse fluxo humano que demanda residências de baixo custo e proximidade com seu meio de vida, tudo isso estimulando a multiplicação dos cortiços e estalagens<sup>70</sup> no Centro da Capital. É aproveitando-se as estruturas de “grandes palácios e mansões deixados pela aristocracia em busca de lugares mais agradáveis” (ENDERS, 2015 [2000], p. 202) que são improvisados esses tipos de habitação ocupadas por multidões.

As estalagens, embora apresentassem melhores condições higiênicas que as casas de cômodos, eram condenadas pelas leis municipais que, paulatinamente, iriam restringir os limites para o estabelecimento dessas habitações e dificultar sua reconstrução através da polícia sanitária. De um modo geral, são constituídas de casinhas de porta e janela alinhadas em torno de um pátio, tendo uma sala, uma alcova separada da sala por tabique de madeira e um outro quartinho “escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenando o ambiente”.

As mais antigas eram construções de madeira, atravancadas nos fundos de prédios, tendo um segundo pavimento aonde se chega através de escadas íngremes e sendo circundado por varandas. Essas construções seriam, segundo Everardo Backeuser, o que se chamava de cortiço. Para o mesmo Backeuser, os cortiços apresentam piores condições higiênicas que as estalagens; neles os pequenos quartos são menos arejados, mais baixos e escuros, havendo também uma maior promiscuidade entre sua população (CARVALHO, 1995, p. 143).

Ao que Freyre (2004 [1936], p.301) completa que,

No Rio de Janeiro, com os padres, os frades e os ricos, donos de verdadeiras fazendas dentro da cidade, e as populações pobres forçadas a habitarem pequenos espaços de terra desprezíveis, os cortiços desenvolveram-se de tal modo a ponto de em 1869 existirem 642, com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas: 13.555 homens e 8.347 mulheres; 16.852 adultos e 5.077 menores. A porcentagem dos cortiços era 3,10% e a da população de 9,65%, elevando-se em 1888 a 3,96% e 11,72%.

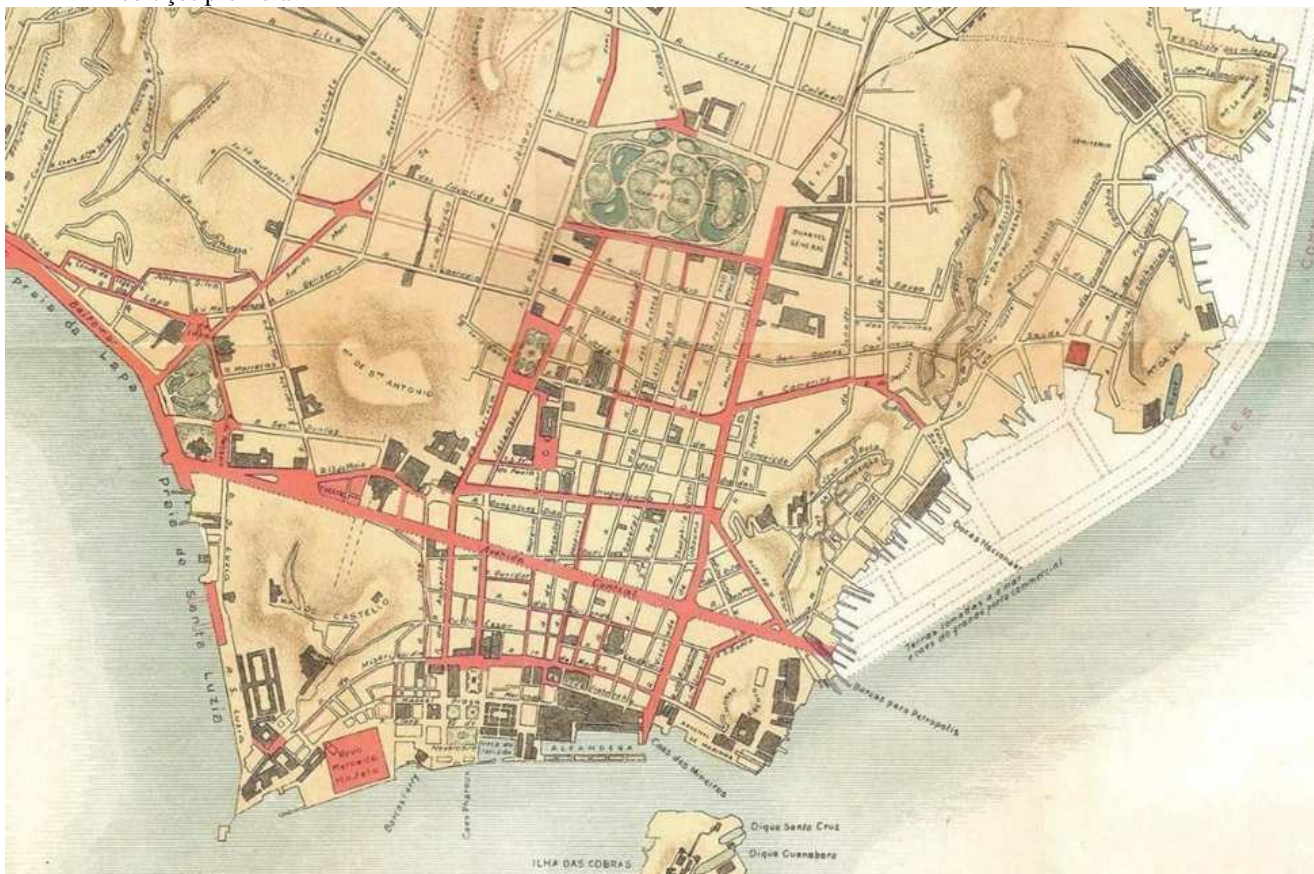
Cifras que só aumentariam: em 1890 havia no Rio 100.000 moradores de cortiços (ABREU, 1994, p.36). Nos últimos anos do Segundo Reinado e início da Primeira República

---

<sup>70</sup> “A diferença entre cortiço e estalagem é sutil. A estalagem era um imóvel que tinha, nos fundos do terreno, uma sucessão de quartos ou casinhas de porta e janela. As instalações sanitárias, quando existiam, eram poucas e coletivas. Quando as condições gerais de moradia da estalagem deterioravam, chamavam-na de cortiço, que era, pois, uma estalagem de qualidade inferior” (ABREU, 1994, p.45).

25% da população do centro dessa cidade (mapa 4) viviam nessas habitações (SANTUCCI, 2008, p. 27).

Mapa 4. Centro do Rio de Janeiro no início do século XX. Os mapas não mostram, mas longe do Rio oficial os cortiços proliferam



Fonte: ORTEGA; RADAELLI, 1906.

Até fins do século XIX os cortiços e estalagens são malevolentemente tolerados. Podem incomodar os olhos de alguns, mas são lucrativos para outros.

Numa cidade pré-industrial como o Rio de Janeiro, a lógica rentista (...)prevalecia. Os cortiços podiam ser insalubres, mas eram também uma enorme fonte de extração de renda, sendo inúmeros os indivíduos que se dedicam a explorá-los. A Câmara Municipal, por sua vez, representante dos interesses comerciais e rentistas da cidade, pouco fazia para mudar essa situação. Embora promulgasse, sob pressão dos órgãos de higiene, posturas severas de combate aos cortiços, fazia vistas grossas quanto ao seu cumprimento. Por outro lado, o rápido crescimento demográfico da cidade só fazia aumentar o poder de barganha dos chamados corticeiros (ABREU, 1994, p.36)

Porém, sob uma República ideologicamente científico-higienista, os cortiços não vicejarão. A maior e mais famosa dessas “oficinas da peste” (SANTUCCI, 2008) será eliminada em 1893. Situado na Zona Portuária (rua Barão de São Felix nº 154), o famigerado

Cabeça de Porco com suas centenas de moradores<sup>71</sup> servirá como exemplo a todos os outros cortiços, estalagens e afins (imagem 40) que contribuíam para transformar o Rio de Janeiro na “capital da febre amarela” (ENDERS, 2015 [2000], p. 206).

Figura 40 - Estalagem localizada na Rua do Senado (1906)



Fonte: MALTA, 1906.

E não só febre amarela, moléstia “que vinha regularmente no equinócio do outono, crescia com o fogo do verão e novamente se ia no equinócio invernal. Para retornar o mesmo ritmo no outro ano” (NAVA, 2012 [1972], pp. 96-97). Epidemias de tuberculose, malária e varíola de tempos em tempos fustigam a cidade deixando um rastro azedo de mortandades. Na primeira década do século vinte, doenças transmissíveis farão mais de 58 mil vítimas no Rio de Janeiro (DAMAZIO, 1996, p. 75) – então uma cidade a ser evitada pelos agentes do capital internacional.

Para a economia do país, as epidemias representavam de fato uma praga, uma vez que, internamente, ameaçavam a sobrevivência e a reprodução da própria mão-de-obra, e, externamente, a fama de insalubridade o cancelamento do Porto do Rio das rotas da maioria dos navios, com evidente prejuízo no retorno de capitais e na

<sup>71</sup> Não há consenso quanto ao número de moradores que se apinhavam nesse cortiço. “Dizia-se que, em tempos áureos, o conjunto havia sido ocupado por cerca de 4 mil pessoas”, segundo Sidney Chalhoub (2006 [1996], p. 15). Na data de sua demolição, “com toda uma ala do cortiço interdita havia cerca de um ano pela Inspetoria Geral de Higiene, a Gazeta de Notícias calculava em quatrocentos o número de moradores. Outros jornais da época, porém, afirmavam que 2 mil pessoas ainda habitavam o local” (CHALHOUB, 2006 [1996], p. 15).

chegada dos imigrantes estrangeiros de que a cafeicultura precisava (CHIAVARI, 1985, p. 586).

A insalubridade desses ambientes não pode ser negada. A aglomeração de pessoas em casas pouco espaçosas e sem qualquer estrutura sanitária<sup>72</sup> por certo conspirava para a escalada geométrica da disseminação de patógenos (CARVALHO, 2015, p. 121). No entanto, há motivos outros que levam à caça e destruição dos cortiços. São essas moradias precárias a face visível das enormes contradições socioespaciais de uma cidade que se pretendia moderna e asseada – enfim, “civilizada” – mas que apenas se mantinha atrasada, desigual e emporcalhada.

Logo abaixo do verniz positivista e das tinturas francófila e anglófilas que não vão muito além da requintada rua Rua do Ouvidor, viceja um espaço social febril e heterogêneo, muito mais próximo ao de uma fervilhante “cidade bazar oriental” do que de uma capital europeia (SARMIENTO *et ali.*, 2017, p. 3). Contudo essa ordem – toda desordem oculta uma ordem, avisa Lefebvre (2002 [1970], p. 61) – destoa do novo modelo político (republicano) e econômico (o capitalismo comercial/industrial) que buscava imprimir suas lógicas espaciais à cidade.

A primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. A importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes políticos e econômicos com carroças animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil” (ABREU, 2011[1987], pp. 59- 60).

É na gestão do presidente Rodrigues Alves, com o engenheiro Francisco Pereira Passos<sup>73</sup> como Prefeito do Rio de Janeiro (1902-1906) que se dará uma resposta em grande

<sup>72</sup> As latrinas dos cortiços e similares eram posicionadas nas mesmas alas onde se localizaram os outros cômodos da habitação. Tudo junto e sem divisórias. De modo que estes ambientes, “além da imundície, são da mais completa indecência”. Ainda por cima o número desses vasos era muito inferior ao número de usuários. Para 114 cômodos, habitados em média por dois a quatro moradores, existiam, no máximo, 12 vasos (CARVALHO, 1995, pp. 144-145).

<sup>73</sup> Nascido em 1836, em São João Marcos – agora Rio Claro, Vale do Paraíba fluminense – Francisco Franco Pereira Passos advém de uma família de grandes cafeicultores. Seu pai, Antônio Pereira Passos é o Barão de Mangaratiba. Em 1850, aos 14 anos, transfere-se para a capital do Rio de Janeiro, onde, em 1856, gradua-se engenheiro pela Escola Militar. Um ano depois se muda para Paris como adido e nessa cidade toma contato com as modernas propostas de urbanização do Barão Haussmann. (ROCHA, 1995, pp.56,57). Na *École de Ponts et Chaussées* – a mais antiga escola de engenharia do mundo (é de 1747) – Passos faz cursos de especialização em hidráulica e em construções de estradas de ferro, portos e canais. Entre as décadas de 1860 e 1880, aplica seus conhecimentos de engenharia em diversas estradas de ferro pelo Brasil. Em 1882, Passos assume a presidência da Companhia de Carris de São Cristóvão e por essa época projeta e explora a Estrada de Ferro do Corcovado, a primeira linha voltada para o turismo do Brasil. “No final de 1902, foi convidado pelo presidente Rodrigues

escala à discrepância entre as aspirações dos atores capitalistas (entre eles o Estado) e a realidade urbana da Capital Federal.

O Rio era, então, o “laboratório da civilização nacional” (LESSA, 2005, p. 67). Em um país eminentemente rural<sup>74</sup>, é esta a cidade mais progressista, mais próspera, o melhor produto que o Estado Brasileiro poderia exibir aos olhos do estrangeiro.

O Rio foi o umbral aberto ao exterior. Como capital, foi o espaço mais cosmopolita do país: pelo Rio o Brasil articulou-se com as demais sociedades. Lugar onde a nossa sociedade processou seu diálogo interno e sintetizou a polifonia nacional, o Rio assimilou ideias de fora e de dentro e sinalizou inovações comportamentais para todo o país. (...) Na cidade passou a estar a prova inequívoca de que seríamos capazes de construir uma civilização nos trópicos, reproduzindo os padrões dos Centros mundiais (LESSA, 2005, p. 67).

Cidade comercializável, mas nem tanto.

Para adequar o Rio de Janeiro às novas estruturas econômicas e sociais ditadas pela inserção de nossa economia no cenário do capitalismo internacional, tornando a cidade palatável para as necessidades de reprodução, concentração e acumulação de capital, foi implementada, pela primeira vez na história do país, uma ampla e arrasadora política de renovação urbana. Por outro lado, a cidade e o espaço que haviam se transformado em mercadoria, são cobiçados por grandes interesses. Grandes obras e grandes projetos eram exigidos e disputados por empreiteiras, construtoras e outros grupos de capitalistas burgueses. O próprio aparelho do estado era infiltrado por estes interesses, tornando o favorecimento uma prática regular do serviço público. O mais entusiasmado executor dos projetos, o Prefeito Pereira Passos, possuía ligação direta com grupos de construtores (AMADOR, 2013, p.144)

Essa cirurgia urbana invasiva inclui a construção de nosso segundo antecedente, a Av. Beira-mar.

### 3.2 A desigual reforma de Pereira Passos

Para renovar a Capital Federal, disputar a cobiçada posição da “grande cidade sul-americana” e atrair investidores (PEREIRA, 2010, p. 153), Pereira Passos se presta a colocar em prática um projeto civilizatório “casado” que transformaria o Rio de Janeiro em uma Paris tropical, os cariocas em franceses (ou o mais próximo disso) e literalmente prepararia o terreno para a ação dos capitais comercial, imobiliário e industrial.

---

Alves (1902-1906), recém-empossado, para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro com a missão explícita de ‘consertar os defeitos da capital que afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional’, como consta da mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em maio de 1903” (MOTTA, 2010, p. 3).

<sup>74</sup> Dentre os 10 milhões de habitantes do Brasil em 1873, apenas 5,9% viviam nas cidades. No início do novo século a percentagem sofre um aumento, mas não passa de 9,4% de uma população total de 17 milhões de indivíduos (CHIAVARI, 1985, p. 580).

É uma emulação do receituário modernizador do Barão George-Eugène Haussmann. Prefeito de Paris entre 1853 e 1870, o autodeclarado *artista da destruição* impingeu à esta cidade “o maior esquema de redesenvolvimento urbano dos tempos modernos, destruindo boa parte da malha medieval e da Renascença” (SENNETT, 2001 [1994], p. 269), transformando-a na capital mundial da racionalidade. Cidade iluminista e iluminada. *Cidade Luz*. Modelo de urbanização moderna a ser exportado para Europa (Viena, Florença), Estados Unidos (Nova York), América do Sul (Buenos Aires, Lima, Santiago, Caracas, Montevidéu, Bogotá, Cidade do México<sup>75</sup>) e mesmo burgos do Oriente (Leningrado) e Extremo Oriente (Cantão, Fez, Dakar, Port Said, Port Fuad)<sup>76</sup>. No Brasil a influência Haussmanniana – principalmente no que tange à edificação de largas e extensas avenidas – não se limita ao Rio de Janeiro: O Vale do Anhangabaú, a Av. Paulista e o bairro de Higienópolis, em São Paulo seguem a receita francesa. Belo Horizonte também teve seu *boulevard*, assim como as interioranas Cataguases e Taubaté (FILHO, 1994, p.178).

O plano de Haussmann tinha como uma de suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servira aos motins populares de rua. Na exposição de motivos de seu plano, manifestava o propósito de “isolar os grandes edifícios, palácios e quartéis, de maneira que resultem mais agradáveis à vista, e que permitam acesso mais fácil nos dias de celebrações de atos, e simplifiquem a defesa nos momentos de revolta”. As novas avenidas facilitariam o rápido acesso e movimentação das tropas pela cidade.

Mas, além de servirem ao exercício de coação política e militar das classes dominantes, os bulevares atendiam a razões de ordem sanitária e às novas exigências de circulação urbana colocadas pelo desenvolvimento da grande indústria. Outra grande novidade urbanística difundida por Haussmann foram as praças abertas ao grande público, concebidas como núcleos de verdor ou pulmões localizados em lugares cênicos de tráfego. Até então, e sobretudo na Inglaterra, onde pontificavam os principais paisagistas, as praças vedadas eram reservadas ao desfrute ou lazer exclusivo da aristocracia (BENCHIMOL, 1992, p.193).

Guiado por esses paradigmas – que vão além de intervenções na forma de cimento, ferro, vidro e cal e abrange aspectos culturais e sociais<sup>77</sup> – Pereira Passos investe sobre o Rio de Janeiro. As obras serão concentradas nas Zonas Sul e Central da cidade. A Zona Norte recebe poucos investimentos e a vastíssima Zona Oeste não é contemplada, não recebe nem uma migalha de concreto novo. Passos procura cumprir três objetivos:

1) Melhorar a mobilidade intraurbana do Centro da cidade, conectando os fixos

<sup>75</sup> Ver Romero (2004, p.312)

<sup>76</sup> Ver BENEVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. São Paulo: Perspectiva. 2015 [1075]. Especialmente o capítulo 13.

<sup>77</sup> Outro títere à desemporalhar a cidade – dessa vez de germes, vírus, bactérias e outros flagelos - é o Dr. Oswaldo Cruz. Notem que a vacinação compulsória que dá na Revolta da Vacina ocorre na mesma época da Reforma de Pereira Passos. Era urgente garantir a saúde dos magnatas estrangeiros que vinham ao Rio de Janeiro fechar negócios.

responsáveis pela importação e exportação de produtos: o porto e a estrada de ferro. A intenção é acelerar o giro da acumulação capitalista que reclama fluxos cada vez mais velozes e desimpedidos. Comprar, produzir, vender e lucrar são ações em que o espaço *deve* ser parceiro do tempo.

Essa meta será alcançada com o alargamento de ruas (Camerino, Acre e Uruguaiana), a abertura das avenidas Rodrigues Alves (a margear toda linha do cais), Francisco Bicalho (ligando o porto à Cidade Nova) e a Av. Central, que atravessa o Centro da Capital de “mar a mar”, da Praça Mauá à Av. Beira-mar (MOTTA, 2004, p. 30).

2) Modernizar e ampliar o fator portuário, com a reforma das docas D. Pedro II, situadas entre os contemporâneos bairros da Saúde e Gamboa<sup>78</sup>. Não adianta expandir as vias de escoamento se o *locus* onde recebe-se e envia-se produtos, mercadorias e bens, tanto para o próprio Rio de Janeiro como para outras regiões encontra-se envelhecido (ao porto carioca cabia receber 41% das importações do país). As operações de cargas e descargas são complicadas e lentas, o que encarece o serviço e freava o fluxo de capitais que devia ser frenético e impávido<sup>79</sup> (LAMARÃO, 1991, p.143). Um umbigo que ao invés de nutrir, drena as forças.

A renovação tem um custo ecológico, histórico e paisagístico alto: as obras do novo porto implicam a eliminação de uma série de acidentes naturais. Aterramentos fundem à costa a Ilha dos Melões (ou João Damasceno), das Moças (ou dos Cães) e do Ferreiro<sup>80</sup> e fazem desaparecer “dez praias. Delas só restaram os nomes, todos famosos: Prainha, Saúde, Chichorra, Gamboa, Valongo, Formosa, Palmeiras, Lázarus, São Cristóvão e Caju” (GASPAR, 2004, p.128)<sup>81</sup>.

<sup>78</sup> O primeiro porto da cidade é aquele formatado em 1633, a partir do aterramento da Praia (ou Várzea) de Nossa Senhora do Ó. Trata-se do Cais do Largo do Paço, reformado entre 1779 e 1801, quando passa a se chamar Cais Pharoux. Era o mais importante do Reino na época. Ficava na atual Praça XV. Com o tempo, o Pharoux perderia o protagonismo para o Cais da Gamboa e posteriormente seria extinto. O que sobrou desse espaço foi o Chafariz do Mestre Valentim (GASPAR, 2004, p.128). Entretanto, no Rio de Janeiro dos vice-reis havia, além desses dois portos, outros embarcadouros de pequeno e de pequeníssimo porte, quase portinholas para a Baía – qualquer trecho de terra que desse algum acesso ao mar era válido. Em finais do século XVIII, eram 23 cais ao redor da Baía de Guanabara (BARBOSA; CUNHA; BARBOSA, 2021, p.70).

<sup>79</sup> O porto chileno da cidade de Valparaíso representava uma tremenda meta a ser atingida: era o mais movimentado e próspero porto do Pacífico, o que era refletido na forma de crescimento urbano. “De 100 mil habitantes que tinha em 1880 alcançou o dobro em 1930; enquanto modernizava suas instalações, multiplicava o número de navios que chegavam aos seus cais e aumentavam acentuadamente as arrecadações de sua alfândega” (ROMERO, 2004, p.288).

<sup>80</sup> Elmo Amador (2013, p.245) nos informa que em 1500 há na Baía de Guanabara 127 ilhas. Em 1997 resistem 65 delas. Uma perda de 48,8%.

<sup>81</sup> Não apenas as praias da zona portuária foram extintas nesse período de obras. “Das 118 praias existentes em 1500, 46 foram “*riscadas do mapa*”, com aterros como os realizados por Pereira Passos (...) dezenas foram inteiramente modificadas de suas condições naturais, sofrendo sucessivos aterros e mudanças de configuração. São poucas as praias que conseguiram conservar parte de suas características originais. Entre essas podem ser citadas a de Adão e Eva e algumas praias de ilhas, como Jurubaíba e Itaoca” (AMADOR, 2013, pp.258, 259)

Os sacos (ou mangues) do Alferes e da Gamboa são cobertos com parte dos entulhos dos arrasados Morro do Castelo e Morro do Senado – este localizado onde encontra-se hoje a Praça da Cruz Vermelha (imagem 41 e mapa 5). Esta operação será o “primeiro aterro marítimo de grandes dimensões” no Brasil tomando 170 hectares da baía de Guanabara (REGO *et al.*, 2019, p. 69). Podemos dizer também que a linha reta, racionalizada, sem graça e imaginação venceu a sinuosidade, as reentrâncias, os pontões, as grotas encharcadas e as curvas meândricas e sugestivamente sexys da natureza guarabarina.

De todo modo, ao fim das obras, em 1911, a cidade pode desfrutar uma estrutura portuária das mais avançadas. No lugar do velho porto e dos trapiches e embarcadouros de pequeno porte – enfim, qualquer trecho de terra que desse algum acesso ao mar – o Rio de Janeiro passa a contar com um espaço de 175.000 m<sup>2</sup>, incluindo um cais de 3.500 metros; 90 guindastes elétricos; 18 armazéns internos e 96 externos (imagem 37); além de um ramal ferroviário exclusivo, ligando o porto à Estrada de Ferro Central do Brasil (LAMARÃO, 1991, pp. 151- 154).

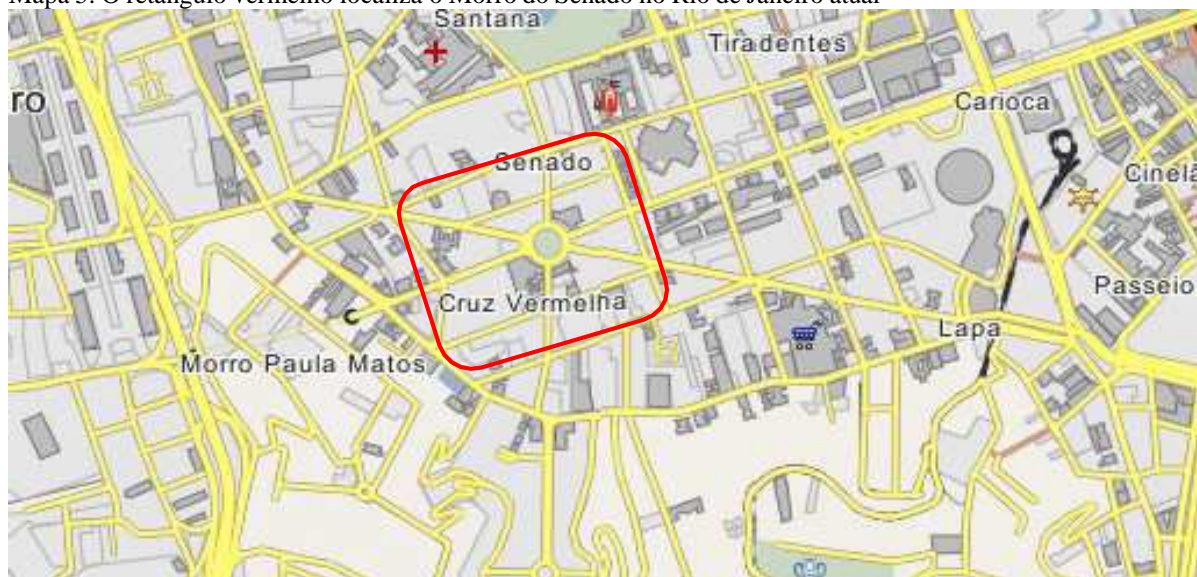
Figura 41 - Morro do Senado. Areia e rochas para o novo porto



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, [s.d.].



Mapa 5. O retângulo vermelho localiza o Morro do Senado no Rio de Janeiro atual



Fontes: CZAJKOWSKI, 2000.

Figura - 42. Infraestrutura portuária. Um legado da administração Pereira Passos.



Fonte: MALTA, 1925.

As intervenções revelam a forte presença estrangeira na produção e reprodução urbana da Capital Federal. São empréstimos ingleses que propiciam a modernização e expansão do porto, assim como é uma construtora inglesa a responsável pelas obras<sup>82</sup>. Ato contínuo, no ano de sua inauguração, a gestão e operação do porto será transferida à *Compagnie du Port de Rio de Janeiro*, empresa de um grupo de capitalistas franceses (LAMARÃO, 1991, p. 152). Concessões ao capital estrangeiro tornar-se-ão, pois, a regra em grandes operações urbanas no país. Mesmo aquelas que, paradoxalmente, visam endossar e robustecer administrações de apelo nacionalista (LEFEBVRE, 2000 [1974]).

3) Embelezar e sanear a cidade, livrando-a da má-fama de espaço insalubre e “inferno social” (SEVCENKO, 1999 [1983], p. 51). Tão importante quanto a dinamização da city por meio de estruturas urbanas eficientes, está a necessidade de que ela pareça – ao menos pareça – arrojada, próspera e pacificada, estável. Condição inegociável para atração de investimentos (CHIAVARI, 1985, p. 571). Para isso, o Rio de Janeiro, ou ao menos o Centro dessa cidade (sua vitrine), passa por um processo de racionalização em escala até então inédita no país.

A operação de Pereira Passos põe-se a abrir, rasgar, alargar e embelezar ruas no Centro da Capital. Surgem logradouros amplos e calçadas generosas, próprias para *flâneurs*. Em alguns casos, tais melhoramentos serão pioneiros no uso de tecnologias de engenharia e arquitetura.

o uso do calçamento asfáltico em várias ruas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo, fato que adquiriu importância por ser esta a primeira vez que esse tipo de calçamento era utilizado no Brasil (...) enquanto pouco ou nada se fez nas áreas suburbanas (ABREU 2011 [1987], p.61).

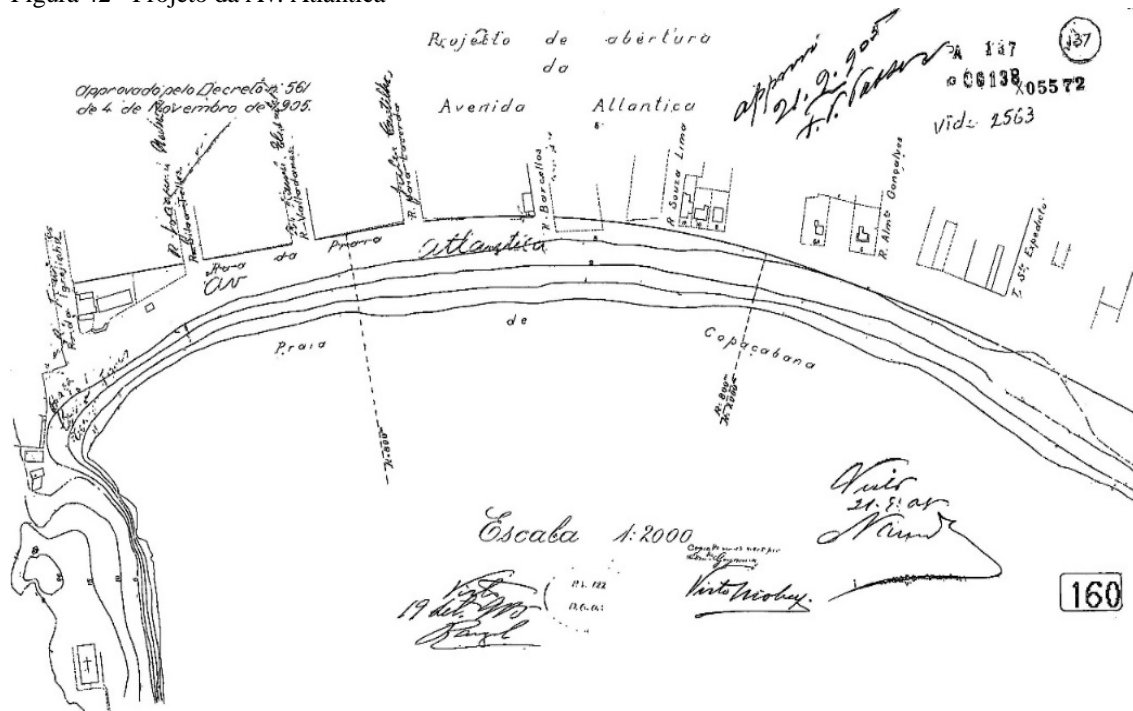
O canal do Mangue é desobstruído, e o rio Carioca, que corta os bairros de Laranjeiras e Flamengo, canalizado. O mesmo vale para os rios Berquó e Banana Podre (ambos em Botafogo) e trechos dos rios Trapicheiros, Comprido, Joana e Maracanã (que participam na drenagem pluvial e sanitária da Tijuca, Vila Isabel e Maracanã) (ABREU, 2011 [1987], p. 63). A Lagoa Rodrigo de Freitas será saneada e o Largo do Paço remodelado. Torna-se um espaço bucólico, com uma praça ajardinada e iluminada, monumentos e quiosques (REGO,

<sup>82</sup> Os empréstimos são tomados junto aos banqueiros da N.M.Rothschild and sons de Londres. A cessão de 8,5 milhões de libras correspondia a 136 mil contos em moeda brasileira. Quantia bastante significativa – todo orçamento da União de 1903 era de 312 mil contos. Desses, 90 mil contos destinavam-se às obras da Avenida Central e 90 mil contos ao porto. Os trabalhos seriam tocados pela C.H.Walker & Co.Ltd. London. Empresa que executara as docas de Preston na Inglaterra, o cais de Swansea no País de Gales, as docas de Buenos Aires e do canal naval de Manchester, um dos grandes feitos de engenharia da era vitoriana (LAMARÃO, 1991, pp. 146,147).

2019, p. 65). Outros espaços públicos no Centro e na Zona Sul são reformados e embelezados segundo o “bom gosto” parisiense. Caso do Largo do Machado, do Largo da Canela e da Praça Tiradentes (COHEN, 1998; LESSA, 2005).

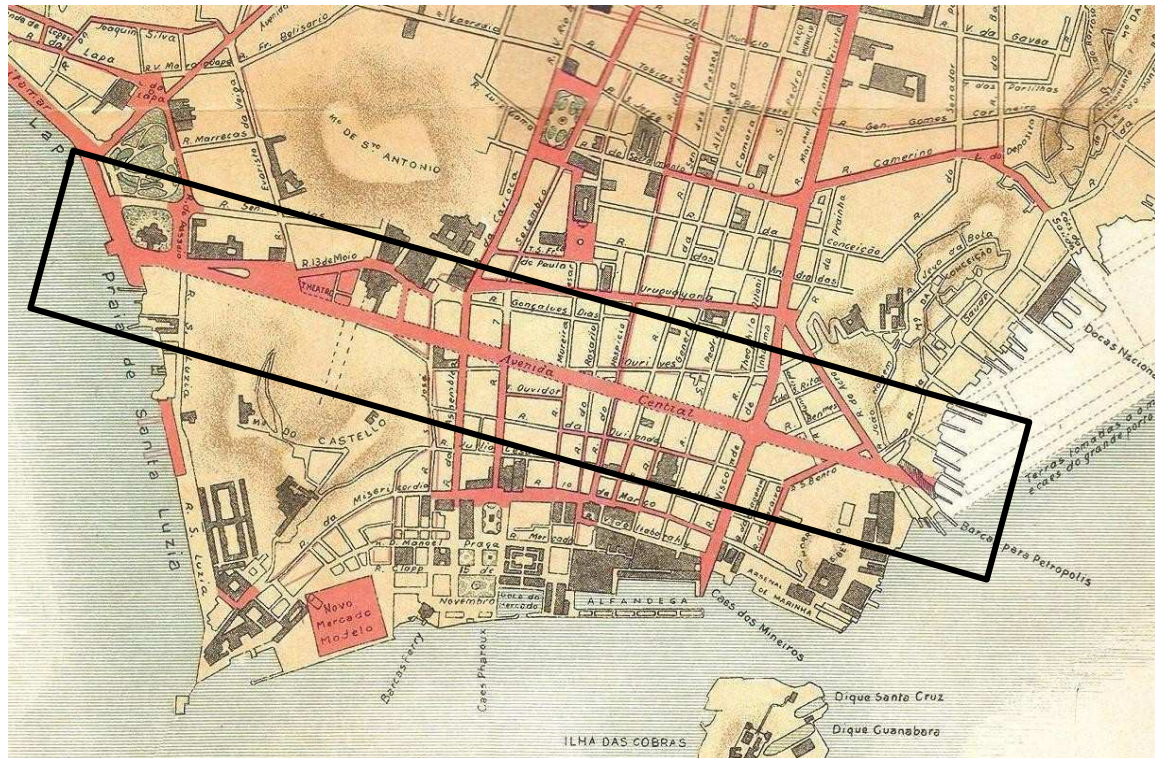
Entretanto, como Haussmann, Passos prioriza a abertura de avenidas arteriais imponentes como a Av. Beira-mar e a Av. Atlântica (imagem 42). Esta última será concluída em gestão posterior, mas é Passos que lança suas fundações. Porém, a *masterpiece* do prefeito é mesmo a Av. Central (mapa 6 e planta 3). Suas obras iniciam-se em 8 de março de 1904, com o corte de um trecho do morro de São Bento e a colocação da primeira pedra do prédio do empresário Eduardo Guinle (JORNAL DO BRASIL, 8 mar. 1904). Passo inaugural especialmente simbólico, pois resume o modelo que será replicado com regularidade na produção do espaço urbano carioca: o dismantelamento de um acidente geográfico natural e a impulsão de um empreendimento urbano estatal, mas que mirava a iniciativa privada. O discurso era o de se “melhorar a cidade”, mas a renovação urbana seguia mesmo eram “as exigências e oportunidades do mercado” (GLAZER, 1973, p. 176).

Figura 42 - Projeto da Av. Atlântica



Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. [s/d.].

Mapa 6. Mapa do Centro do Rio de Janeiro em 1908. No destaque a Av. Central.



Fonte: ORTEGA Y RADAELLI, 1903-1906. Adaptado pelo autor, 2021.

Planta 3. O projeto da Av. Central dá uma ideia do arrasador corte impingido ao tecido urbano no centro da cidade



Fonte: ABREU, 2011.

Essa Av. Central<sup>61</sup> é a estependa materialidade do controle e do ordenamento territorial comandados pelo Estado. Na Paris haussmanniana, a eliminação dos *quartiers* labirínticos, das vielas e das ruas sinuosas, dirime o risco dos ataques surpresa e da formação de barricadas em uma possível – e muito provável, e na verdade já esperada – rebelião popular. Se a remoção das massas populares para as periferias não bastasse à ordem, a arquitetura monumental das avenidas tornava mais fáceis as manobras do exército e o transporte de cavalos, tropas e armamentos. Um dos parâmetros para a largura das novas

ruas parisienses era que permitissem “a passagem de duas carroças militares, uma ao lado da outra” (SENNETT, 2001 [1994], p. 269). Eliminam-se as curvas tanto quanto possível. A cidade racionalista é uma cidade de ruas e avenidas retas. “A linha reta procura abolir o acaso” (MATOS, 1994, p.45).

Não há qualquer dúvida que os próceres da recém empossada República brasileira tinham temores de sublevação do mais pobres – temores fundamentados pela história. A própria escolha do francófilo assumido Pereira Passos para tocar as obras nos dá essa certeza. Com 1800 metros de comprimento e 33 de largura, a construção da Av. Central reúne uma equipe de 2 mil trabalhadores durante 18 meses (imagem 42). Via de notável centralidade – abrigará edificações de relevância política, comercial, cultural e administrativa<sup>83</sup> – sua abertura (imagem 43) serve de álibi para se varrer da paisagem “vários séculos de pardieiros acumulados no Centro da cidade” (ENDERS 2015 (2000), p. 243). Pereira Passos faz valer seu apelido de “Bota-abaixo” e com truculência e pragmatismo

acaba com os cruzamentos em ângulo reto, quebra as esquinas, quer chanfrando-as, ou trançando grandes curvas de concordância (...). Quando a demolição a picareta se fazia lenta, ordenava o emprego de cabos. Passando um cabo entre os mainéis de vão contíguos, uma turma de trinta ou quarenta homens o puxava até que o edifício ou parte dele vinha abaixo. Andar depressa era seu lema. (...) Mal havia alguns prédios demolidos numa rua e lá apareciam as turmas de alinhamento e de colocação dos meios-fios. Pouco importava a existência de obstáculos, o meio-fio ia até onde era possível, assinalando o traçado da nova rua, o alargamento de outra, a modificação total de muitas (LOS RIOS FILHO, 1967 [1951], pp. 157-158).

---

<sup>83</sup> Entre os fixos localizados na Avenida Central – sejam edificadas durante sua construção, seja a posteriori – destacam-se: o prédio da Caixa de Amortização (1906); o Palácio Monroe (1906), demolido em 1975; o Museu Nacional de Belas Artes (1908); o Theatro Municipal (1909), projetado por Albert Guilbert e Francisco de Oliveira Passos, filho do prefeito; o atual Centro Cultural da Justiça Federal (antigo Supremo Tribunal Federal); a Biblioteca Nacional (1910) e o palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara de Vereadores (1923). No quarteirão final da Avenida, área que convencionou-se chamar de Cinelândia, ainda podemos encontrar o Cine Odeon, inaugurado em 1926 é ele o último sobrevivente de um vasto conjunto de salas de cinemas. A Praça Marechal Floriano, ex-Campo da Ajuda (1905) e a Praça Mahatma Gandhi (1948) completam a lista.

Figura 42. “Avenida Central: vista panorâmica durante os trabalhos de pavimentação”.



Fonte: MALTA, 1905.

Figura 43 - *Flâneurs* caminham pela Avenida Central em 1906, um ano após sua inauguração.



Fonte: MALTA, 1906.

Para afrancesar a cidade (e assim negar qualquer influência arquitetural, direta ou indireta, de Lisboa, capital do colonizador); se livrar dos ambientes insalubres, tenta-se e alcançar uma grandiloquência urbana barroco-burguesa, que por sua vez, exprime-se

Na preferência pelos edifícios públicos monumentais com uma ampla perspectiva, pelos monumentos erguidos em lugares destacados e também por uma edificação privada suntuosa e com ar senhorial. Extensos parques, grandes avenidas, serviços públicos modernos e eficazes deviam “impressionar o viajante”, segundo uma reiterada frase do começo do século XX (ROMERO, 2004, p.310)

Tudo isso devia bastar para cancelar no pobre-coitado carioca, “a sensação de inferioridade que tinha ao percorrer a avenida de Mayo em Buenos Aires” (LESSA, 2005, p. 201). Contudo, para isso paga-se um altíssimo preço social: o desalojamento de “cerca de vinte mil cariocas de seus sobrados, cortiços e pensões” (ENDERS 2015 [2000], p. 214).

Não há números oficiais acerca de quantas habitações – e de tais e quais tipos – foram demolidas por ocasião da construção da Avenida Central (planta 3). Lessa (2005, p. 201) aventa que “teriam sido demolidos mais ou menos 2.700 prédios”. A revista *O Commentario* de outubro de 1904, dá conta da derrubada de 1.700 propriedades, havendo, dentre essas, 585 prédios (O COMMENTARIO, 1904, pp. 101-104). Sem elaborar qualquer diferenciação tipológica dos imóveis, Rocha (1995, p.69), estima que foram derrubadas 1681 habitações. Em relação às casas comerciais, Lobo (1978, p. 504) calcula em 641 aquelas que foram desapropriadas e depois desmanteladas. Quaisquer que tenham sido os números reais, foram eles expressivos.

Os discursos de “renovação” e “embelezamento” – o que hoje seria chamado de “revitalização” – encobre objetivos que vão muito além da estética urbana. E incluía

a erradicação da população trabalhadora que residia na área central, projeto debatido desde meados do século passado; a mudança de função do centro, atendendo - num plano mais imediato - aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e - num plano mais geral - as exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao "desfrute" das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional. A construção da avenida representou, antes de tudo, um processo de expropriação ou segregação de determinadas frações sociais de uma área privilegiada, “central”, do espaço urbano, em proveito de outras frações sociais, atuando o Estado como o executor do processo, através de mecanismos econômicos e jurídicos de expropriação e valorização (BENCHIMOL, 1992, pp.228, 229).

O que se dá, *ipso facto*, é a transferência involuntária – expulsão mesmo – da população pauperizada e seus costumes “incivilizados” de espaços a serem saneados. O radical *polis* dá origem aos vocábulos polícia, política e *politesse*, as boas maneiras. Três

formas de controle. *Civitas est communitas perfecta* Para os “incivilizados” do Rio de Janeiro, a cidade-centrípeta torna-se cidade-centrífuga. Enxotados à pontapés do Centro, moradores descapitalizados vão para as franjas dos morros centrais do Rio de Janeiro: Providência, São Carlos, Santo Antônio, Santa Teresa<sup>84</sup> etc. Escolha justificada e até sábia. Quem ganha a vida na Zona Central da Capital, ou seja, grandíssima parte da população carioca, não quer migrar para os subúrbios distantes. Lugares com infraestrutura incipiente, transportes públicos custosos e precarizados. Entraves que em parte persistem até hoje (ABREU, 2011 [1987]).

A favelização será parte de um processo do processo urbano que explica não só a morfologia urbana carioca do passado, mas também do presente. Uma matemática social perturbadora: as senzalas deram lugar aos cortiços, os cortiços dão lugar às favelas, as favelas multiplicam-se. Afinal, como define Carlos Lessa (2005, p. 227), “a favela é um cortiço em que não se paga aluguel”. Uma das justificativas para esse pré-apartheid social argumentava que o Centro do Rio devia ser habitado exclusivamente pela população de classe média alta. Classe média para cima, afinal, seriam os impostos desses extratos sociais que permitiriam a manutenção econômica de serviços públicos. Nathan Glazer, analisando as reformas das grandes cidades norte-americanas de meados do século passado – que muito bem adaptam-se ao nosso estudo de caso – desmonta essa defesa. Para tal pesquisador esse discurso furado só pode ser encarado

como forma de discriminação contra os pobres. Afinal, os pobres foram para o centro da cidade porque as moradias são aí mais baratas e mais cômodas para eles. Estão próximos de seus empregos, seus amigos, e, no caso de imigrantes, de suas famílias e seus compatriotas. Se as cidades precisam de subsídios para contrabalançar o aumento de moradores de renda baixa, por que esse subsídio deve ser dado sob a forma de renovação urbana? Por que não redistribuir os impostos federais para as cidades, de acordo com a necessidade, e deixar que a cidade decida como empregar esses recursos? Se fazemos isso, uma cidade constituída em grande parte por pessoas com pouca renda não precisa ser uma ruína. Uma objeção mais fundamental pode ser apresentada ao argumento de que precisamos da renovação do centro da cidade para salvar os centros tradicionais. Por que precisamos aceitar, como permanentes, os limites atuais das cidades? (GLAZER, 1973, p. 185).

---

<sup>84</sup> As primeiras grandes favelas da cidade certamente são essas localizadas no Centro do Rio. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, sem detença, morros começam a ser ocupados por barracos em outras partes da urbe carioca. Um processo lento, mas inexorável. “Em 1907, já há indicações precisas da presença de diversos barracões no morro da Babilônia, na zona sul da cidade. Em 1909, tem-se como certa a existência da favela do Salgueiro. Em 1910, surge a favela da Mangueira, no morro do Telégrafo. Em 1912, publica-se que ‘a encosta do morro do Andaraí está quase toda edificada de ranchos, tugúrios e choupanas de todos os feitios’. Outros informes confirmam, nessa mesma época, a existência de barracos no morro do Leme. A favela de São Carlos surge em fins de 1912. Em 1915, já há indícios da existência de uma favela no morro dos Cabritos, em Copacabana, e confirmação de outra em Botafogo, no morro do Pasmado. Logo depois, a favela passa a ocupar os morros do Catumbi e chega também a Ipanema, à Lagoa e ao Leblon. Atinge, inclusive, os subúrbios (ABREU, 1994, p.38)



4) Por fim, havia o objetivo de civilizar “usanças e costumes” da população. Afinal, um novo ambiente urbano, pede novos comportamentos. Para uma urbe moderna – praticamente uma Paris tropical – esperava-se cidadãos à altura.

A preocupação fundamental das novas burguesias latino-americanas – aliás, como as de grande parte do mundo – foi testar e consagrar finalmente um estilo de vida que expressasse de modo inequívoco sua condição de classe superior na pirâmide social através de claros sinais reveladores de sua riqueza. Não só mediante a atitude primária de exibir posse de bens, mas, sobretudo, através de um comportamento sofisticadamente ostensivo. Por essa via buscava-se dignificar as pessoas e as famílias e obter reconhecimento de uma superioridade que, até então era exclusiva do antigo patriciado. Não eram, portanto, só o uso dos objetos que preocupavam as novas burguesias, mas, sim, sobretudo, o uso que podia ser feito deles dentro deste indefinido cenário barroco burguês.

Faltava, porém, compactuar tais pretensões com a malta carioca. Segundo a brasilianista Armelle Enders, em janeiro de 1903, ou seja, um ano antes do início das demolições

edita-se uma série de proibições municipais para eliminar do Centro da capital federal o aspecto de pátio de milagres: é proibido vender nas ruas animais abatidos, conduzir vacas por locais públicos (era frequente entregar o leite aos consumidores dessa maneira), criar porcos na área urbana, mendigar. A municipalidade esforça-se também por desbastar o matagal dos numerosos vendedores ambulantes, controlando-lhes as licenças. As autoridades também combatem vigorosamente os usos e costumes populares considerados degradantes ou geradores de perturbação da ordem pública. Mais do que nunca, o candomblé e as práticas religiosas afro-brasileiras devem esconder-se da polícia. O entrudo, folguedo popular que precedia a Quaresma desde o período colonial (...) é proibido em 1903 e vale aos transgressores multas ou dias de prisão. No lugar dele, Pereira Passos favorece as batalhas de flores e os bem-comportados corsos (ENDERS, 2015 [2000], p. 212).

O “vendaval de interdições” incluía decretos que proibiam

urinar e cuspir nas ruas. Para não embarçar os cabos de energia elétrica que se propagavam pelo Rio, as crianças foram proibidas de soltar pipas. Para evitar incêndios proibiram-se fogueiras, fogos de artifício e balões nas festas de São João. Independentemente das razões invocadas para justificar cada um desses atos, eles revelam uma mentalidade moralizadora e autoritária ao extremo: ao Estado cabia transformar, na marra, a multidão indisciplinada de “pés descalços” em cidadãos talhados segundo os estereótipos que serviam à burguesia europeia para o exercício de sua dominação. Nada mais ilustrativo do que o projeto de lei discutido no Conselho Municipal visando acabar “com a vergonha e a imundície injustificáveis dos em mangas de camisa e descalços nas ruas da cidade” (BENCHIMOL, 2010, p. 190).

A partir dessas intervenções, que vão de aterramentos a demolições, passando pela doutrinação acerca do “bom e civilizado” usufruto da urbe<sup>85</sup>, a reforma de Pereira Passos

<sup>85</sup> Também os passageiros dos bondes deviam se submeter a seu quinhão de regras. É o que nos conta Machado de Assis em crônica publicada em 4 de julho de 1883, no jornal *A Gazeta de Notícias*, e que traduzia o incômodo de parte dos passageiros dos transportes públicos no Rio de Janeiro. Para o escritor era imprescindível estipular

imprime três rebatimentos espaciais imediatos. Como descreve Maurício Abreu (2014, p. 412. os *itálicos* são nossos):

em primeiro lugar, os melhoramentos executados *aumentaram consideravelmente o valor do solo urbano em diversos pontos da cidade* (em especial no Centro e na Zona Sul, as áreas mais beneficiadas), propiciando aos proprietários dos imóveis aí localizados a extração de rendas extraordinárias, apenas timidamente capturadas pelo Estado através do imposto predial. Em segundo, as obras de remodelação da cidade *estimularam a indústria de construção civil* (...) a transformar-se em fração das mais importantes da acumulação de capital, posição que ainda detém na atualidade. Em terceiro, a *melhoria da circulação interna e externa* diminuiu não apenas o custo da circulação, favorecendo os mais diversos setores da economia, como também o custo da produção, estimulando o processo de formação/acumulação do capital industrial na cidade.

Armado com novos mecanismos jurídicos, que muito facilitam as desapropriações e expulsão de moradores e pequenos comerciantes do Centro, a reforma Passos cumpre seu objetivo de transformar essa área do Rio de Janeiro em um belo e racionalizado mostruário de urbanidades. Repaginação que revela a emersão de novos entes e agentes espaciais. Até meados do século XVIII, os atores hegemônicos em atividade no Rio de Janeiro colonial eram o Estado e a Igreja. Enquanto o Estado (Coroa Portuguesa) atribuía a si própria a fiscalização das obras públicas, cabia à Igreja Católica e suas ordens as intervenções efetivas na malha urbana da Capital (CAVALCANTI, 2003).

O papel indutor das grandes ordens religiosas se evidencia quando percebemos que foram elas os agentes que abriram ruas, dominavam parcelas do território urbano e rural, serviam como fatores de valorização de terras, direcionavam vetores de expansão da cidade na medida em que abriram caminhos às suas fazendas e mais uma série de outras determinações que exerciam como consequência de suas atribuições sociais e ideológicas. (...) Os religiosos, de uma forma geral, podem ser apontados como fortes impulsionadores da política de conformação do “chão” carioca. (...) Pode-se considerar as ordens religiosas e confrarias como agentes modeladores do espaço urbano no período colonial com funções de agentes imobiliários (FRIDMAN; MACEDO, 2006, p. 19).

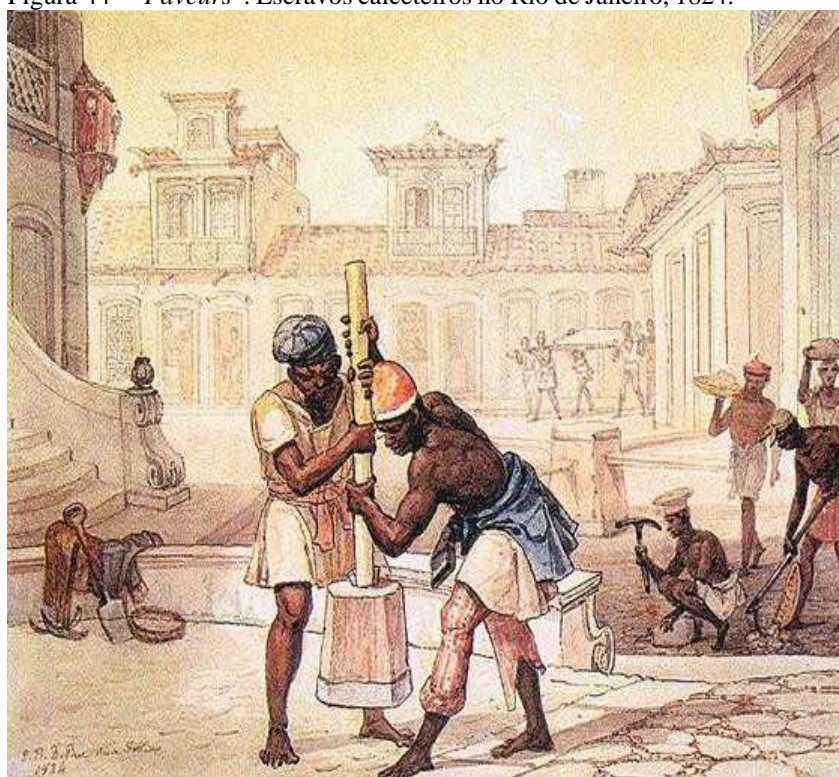
Mesmo sem voz própria na narrativa universal das cidades (ABREU, 2014, p. 392), a presença do negro africano não pode ser olvidada nos processos que produzem e ampliam a cidade do Rio de Janeiro. São eles atores com identidades e funções diversificadas. Podem ser “produtos” (escravo cativo), mão de obra livre (escravo liberto) ou empreendedores (nos raríssimos casos dos escravos que, alforriados ou não, se tornam senhores de outros

---

regras para os encatarrados (que não deviam “tossir mais de três vezes dentro de uma hora, e no caso de pigarro, quatro”); para os que se sentam esparramados nos assentos (deviam pagar mais uma passagem); para os espaçosos leitores de jornais; para os chatos que puxam assuntos com estranhos; para aqueles que têm o hábito de cuspir no chão dos veículos; para as “pessoas com morrinha” (“podem participar dos *bonds* indiretamente: ficando na calçada e vendo-os passar de um lado para o outro”); para os “mal-criados” que não dão lugar às senhoras e para aqueles que não costumam pagar as passagens. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-%20cronica?start=12> . Acesso em: 30 mai. 2021.

escravos<sup>86</sup>). Literalmente os braços e pernas do Estado, da Igreja e de particulares (imagens 44 e 45). Era negro plantando, negro extraindo madeira e minério, negro construindo as cidades coloniais e fazendo funcionar seus serviços. (ABREU, 2014, p. 390; ENDERS, 2015 [2000], p. 150). No caso do Rio de Janeiro, a dívida se alarga e se alonga: sua capitalidade não seria viável sem o escravo . Entre os anos de 1808 e 1850 o Rio possui o maior contingente de cativos urbanos das Américas. Em 1799, 21% da população da capital era de escravos. Em 1921, cerca de 46%. No ano de 1849, somava-se quase 80.000 indivíduos (KARASCH, 1987, p. xxi; FLORENTINO, 2002, p. 11).

Figura 44 - “*Paveurs*”. Escravos calceteiros no Rio de Janeiro, 1824.



Fonte: DEBRET, 1824.

<sup>86</sup> “Em 20 de junho de 1865, Manoel Joaquim Ricardo morreu em Salvador, Bahia, com estimados 90 anos de idade. Deixou viúva, três filhos e uma filha. Seu inventário registrava propriedades avaliadas em 42 contos de réis, distribuídos em vinte e oito escravos, quatro casas, incluindo uma senzala, e duas roças. Segundo qualquer padrão de medida, o falecido era um homem rico no Brasil urbano daqueles dias: pertencia aos 10% da população que formava a elite econômica de Salvador, cuja esmagadora maioria era branca, indivíduos que ao morrer deixaram bens avaliados em mais de 20 contos; e ele também poderia ser classificado como grande proprietário urbano de escravos. Manoel Joaquim Ricardo era, no entanto, africano liberto, um ex-escravo” (REIS, 2016).

Figura 45 - “Máscara que se usa nos negros”.



Nota: Aqui Debret registra um *escravo tigre*. Por mais de três séculos eram eles os responsáveis pelo recolhimento, transporte e descarte - em brejos, lagoas, rios ou no mar – dos dejetos sanitários das residências do Rio de Janeiro colonial. Sem tais escravos, a grave e endêmica imundice da Capital seria ainda maior.

Fonte: DEBRET, 1830.

O fim da escravatura, a instauração da República e a emergência do capitalismo industrial, favorecem o protagonismo de uma nova configuração de agentes urbanos nas cidades brasileiras mais avançadas (Rio de Janeiro, Salvador, Recife e a Imperial Cidade de Ouro Preto – até 1823 chamada belamente e acertadamente de Vila Rica). São eles os proprietários dos meios de produção (comerciantes e/ou industriais), os proprietários fundiários, os promotores imobiliários.

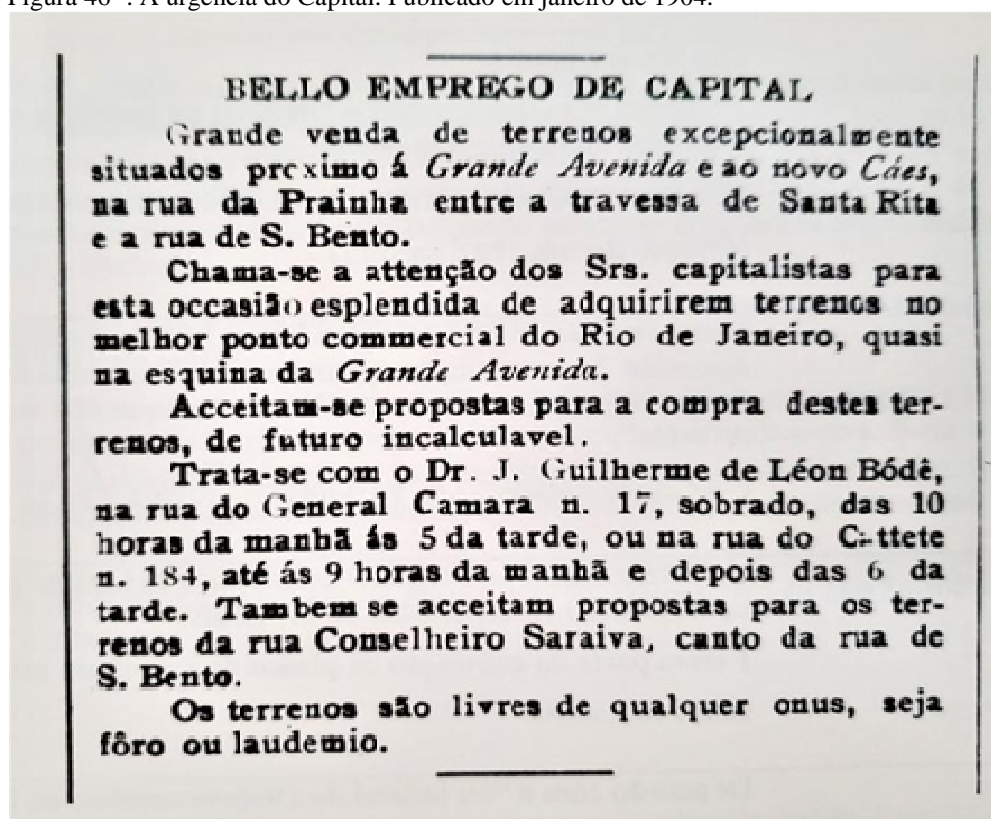
Sem dúvida, aqueles membros do velho patriciado, herdeiros de uma fortuna e de um nome, que se separaram de seu grupo social – ou melhor, das atitudes de seu grupo social – para incorporar-se ao “progresso”, ao processo de modernização das estruturas, desempenharam um papel muito importante. Aproveitaram as vantagens de suas vinculações mundanas, de sua posição e de sua experiência para beneficiar-se com os primeiros e mais seguros lucros da mudança. (...) O grupo verdadeiramente ativo das novas burguesias compôs-se de gente menos comprometida com o passado. Eram os que buscavam a ascensão social e econômica com pressa, quase com desespero (ROMERO, 2004, pp.299, 300)

Completa o elenco de atores sociais os grupos sociais excluídos e o Estado (CORRÊA, 1995, p. 12). O Estado é o “sujeito total (...) apoiado por classes sociais e frações de classe” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 113), que nas capitais ocidentais modernas assume o papel hegemônico de “grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de

regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos” (CORRÊA, 1995, p. 24).

No Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX/XX é o Estado quem organiza, orienta e comanda tanto a renovação de áreas “decadentes” (como era a área central), quanto a criação de novas áreas urbanizadas (Nova Zona Sul carioca). Ambas intervenções – repetimos didaticamente – buscam suprir uma necessidade urgente do modo de produção capitalista: manter a rotação dos capitais imobiliário e comercial em marcha acelerada. Atualize-se o ditado ianque: não só tempo, mas também e sobretudo o espaço, é dinheiro (imagem 46).

Figura 46 - A urgência do Capital. Publicado em janeiro de 1904.



Nota: 2 meses antes do início das demolições, este anúncio convocava os “Srs. Capitalistas” a adquirirem terrenos no “revitalizado” Centro do Rio de Janeiro

Fonte: O MALHO, 1904.

Para Maurício de Abreu, a reforma comandada por Pereira Passos representa uma clara linha divisória nas relações entre o Estado brasileiro e a então Capital Federal. Para esse geógrafo tal “(r) evolução” urbana será um ponto de inflexão na geo-história da cidade, e representa

um momento de corte fundamental na relação entre Estado e Urbano. Até então essa relação havia sido indireta, limitando-se o Estado a regular, controlar, estimular ou proibir iniciativas que partiam exclusivamente da esfera privada, que se constituía assim na mola mestra do crescimento da cidade. A intervenção direta do Estado sobre o urbano – caracterizada pela Reforma Passos – não só modificou definitivamente essa relação, como alterou substancialmente o padrão de evolução urbana que seria

seguido pela cidade no Século XX (...) a intervenção direta do Estado sobre o urbano levou à transformação acelerada da forma da cidade, tanto em termos de aparência (morfologia urbana) como de conteúdo (separação de usos e de classes sociais no espaço).

A longo prazo, entretanto, as consequências foram ainda maiores. Com efeito, atuando agora diretamente sobre um espaço cada vez mais dividido entre bairros burgueses e bairros proletários, e privilegiando apenas os primeiros na dotação de seus recursos, o Estado veio a acelerar o processo de estratificação espacial que já era característica da cidade desde o Século XIX, contribuindo assim para a consolidação de uma estrutura núcleo/periferia que perdura até hoje (ABREU, 2011 [1987], p. 73).

Esta estratificação urbana adquire dimensões profundas, que resultam na guetização tanto de ricos, quanto de pobres. Assim, sacrifica-se o conjunto de relações sociais que fundam o próprio espaço urbano, que é, essencialmente, espaço social.

A forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade. O que se reúne? O que se reúne? Tudo o que há *no espaço*, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade – seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos. O espaço-natureza justapõe, dispersa; ele coloca uns ao lado dos outros, os lugares e o que os ocupa. Ele particulariza. O espaço social implica a reunião atual ou possível em um ponto, em torno deste ponto. Logo, a acumulação possível (virtualidade que se realiza em certas condições). Esta afirmação se verifica no espaço da aldeia, da moradia; ela se confirma no espaço urbano, que revela os segredos do espaço social ainda incertos na aldeia. O espaço urbano reúne as multidões, os produtos nos mercados, os atos e os símbolos. Ele os concentra, os acumula. Quem diz “espacialidade urbana”, diz também Centro e centralidade, atual ou possível, saturada, quebrada, sobressaltada, pouco importa; ou seja, centralidade *dialética* (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 121).

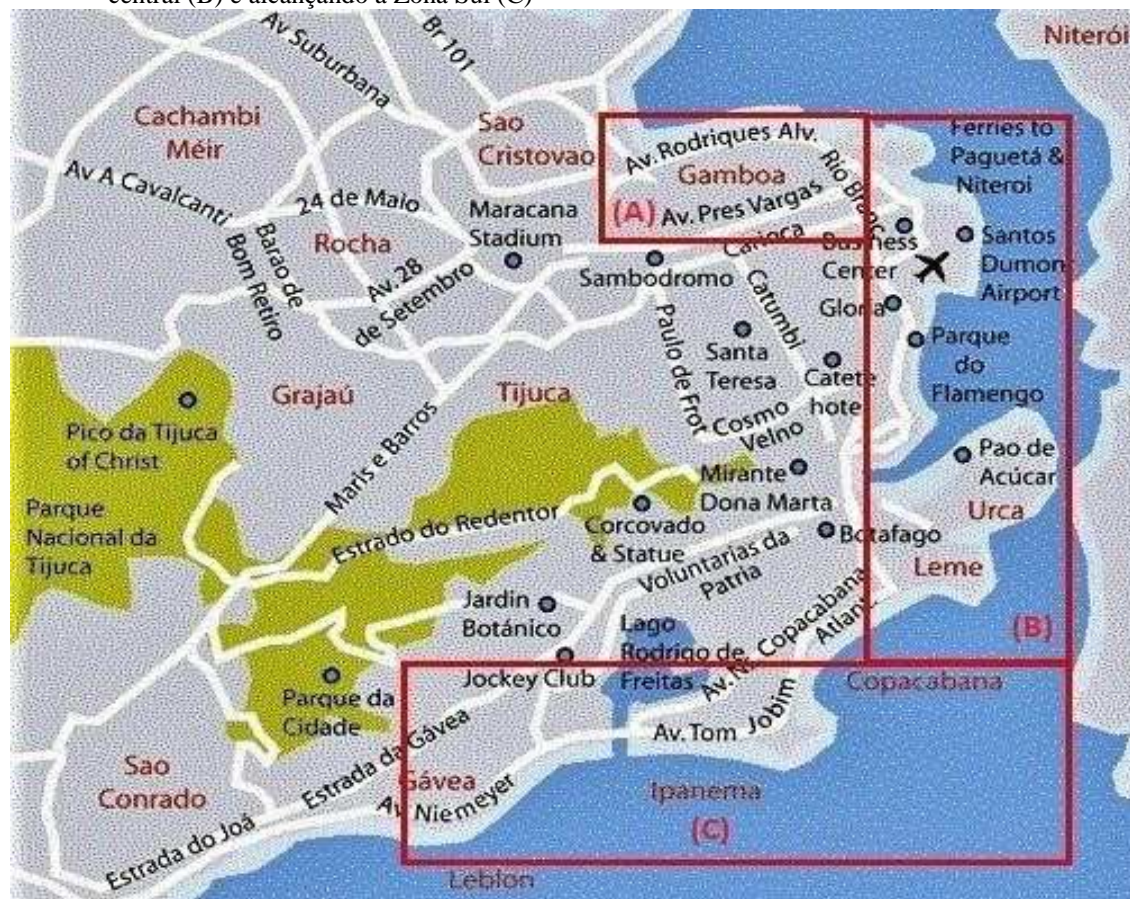
O Estado, rubricando os investimentos capitalistas na cidade do Rio de Janeiro, será o principal responsável pela gênese do outro “antepassado” do Parque do Flamengo, a Av. Beira-mar.

### 3.3. Régua e compasso

Como apreendido até aqui, algumas áreas do Rio de Janeiro experimentam, no início do século XX, transformações decisivas. O Centro é reurbanizado com grandiloquência e uma Zona Sul deserta, mas banhada pelo mar, em pouco tempo é dotada de infraestruturas urbanas. Nesse contexto, a Av. Beira-mar, inaugurada em 1906, surge como a mais importante via de ligação entre essas duas áreas, participando, portanto, de uma área contínua importantíssima para o grande Capital. Um corredor virtuoso que parte dos bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, segue pelas remodeladas avenidas arteriais da área central

e ladeia a Glória, o Catete, o Flamengo e o Botafogo. Desses dois bairros apalaciados acessa-se a Nova Zona Sul praiana: Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon (mapa 7).

Mapa 7. Áreas de grande interesse para o Capital. Do interior da Baía de Guanabara (A), passando pela área central (B) e alcançando a Zona Sul (C)



Fonte: O autor, 2021.

Variadas formas de capital são produzidas e multi-multiplicadas nesses espaços que são, ao mesmo tempo, vitrine, balcão de negócios e via de escoamento e distribuição de produtos. Espaços que são, eles mesmos, produtos a serem vendidos e comprados, (ver imagem 41). Mas não um produto qualquer.

*Produto* que se utiliza, que se consome, ele é também *meio de produção*; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que moldam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.).

O Centro, renovado, controla os rumos não só da Capital, mas, em grande medida, do país. A Zona Sul, por sua vez, manter-se-á como um duradouro trunfo do capital imobiliário. Ainda agora os agentes urbanos responsáveis por sua promoção e comercialização exploram aquelas qualidades geográficas que lhes foram atribuídas na primeira década do século XX:

modernidade, exclusividade e um conjunto de amenidades urbanas emolduradas *pela natureza costeira do Rio de Janeiro* – algo que só de ouvir falar já cai bem – um produto excelente, produto com apelo. Coisa facilmente observável nos anúncios contemporâneos transcritos abaixo, que dão conta da venda prédios de apartamentos em Leblon e Ipanema:

**Conde de Cascais - Leblon.** Morar na Aristides Espínola, bem na quadra da praia, é a definição perfeita de privilégio. Uma exclusividade que dispensa comentários. Rua arborizada e tranquila, pertinho de tudo, dias ensolarados na praia, tardes de pôr do sol deslumbrantes e, para fechar este roteiro perfeito, noites de descontração e lazer em excelentes restaurantes<sup>87</sup>.

O seu jeito **Vinicius Bait** de ser é viver cercado e conectado com a natureza. É saber que sua família está crescendo com segurança e conforto valorizando a simplicidade e a liberdade. É ter consciência ambiental de fazer a sua parte pelos recursos naturais. É viver e sentir a liberdade. É acordar ao som dos passarinhos, é assistir um pôr do sol, é andar de bicicleta e sentir o frescor do vento. É viver em plena cidade, próximo aos principais shoppings e serviços e ao mesmo tempo, estar a uma caminhada de distância da natureza. É viver a plenitude da felicidade. Descubra aqui o jeito **Vinicius** de ser<sup>88</sup>.

A despeito da sua urbanização e valorização ascendente, a supracitada Nova Zona Sul não é autossuficiente. No primeiro quarto do século XX os bairros dessa região mantêm uma forte relação de dependência com o Centro da cidade que tudo condensa: “riquezas, meio de ações, conhecimentos, informações, a ‘cultura’. Tudo” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 384). É na Zona Central onde concentra-se o alto comércio, as altas finanças, os bancos e as sedes das grandes empresas nacionais e estrangeiras. Além disso, é ali, em seus cafés, confeitarias, teatros e lojas “parisienses” e “londrinas”, que se desenrola a vida cultural *kitsch*, *fake* e brega da Capital.

Observa-se aí um par de deslocamentos geográficos. Por décadas a população do que tratamos por Nova Zona Sul – localidade que detém infraestruturas das mais modernas, mas ainda carente de comércio, postos de trabalho qualificados e equipamentos culturais – tem de ir ao Centro. Como enfatiza Abreu (2011 [1987], p. 130).

Se o crescimento populacional da Zona Sul após a Segunda Guerra Mundial retirou grande parte das atividades de serviços, comércios de luxo e diversões da área central, ele não foi capaz, entretanto, de descentralizar as principais fontes de emprego de classe média carioca, que continuaram a se localizar no Centro, como é o caso da administração pública.

Por sua vez, a mão de obra para o funcionamento dos serviços oferecidos pela Nova Zona Sul faz o movimento inverso. Os trabalhadores saem dos morros da Zona Central, onde

<sup>87</sup> Disponível em: <http://www.patrimovel.com.br/apartamento-4-suites-leblon-quadrissima-praia-concal-patrimovel/2031.aspx> Acesso em: 22 fev. 2021.

<sup>88</sup> Disponível em <https://invexo.com.br/wp-content/uploads/documentacoes/20181005035755-book-digital.pdf> Acesso em: 22 fev. 2021.



favelas proliferam como “colônias de cogumelos” (REBELO, 1967, p. 136), e vão ganhar a vida nos bairros praianos.

Para que o *continuum* Centro-Zona Sul se mantenha como base material e simbólica para o circuito capitalista de produção, é premente que os fluxos de pessoas e produtos tornem-se mais e mais ágeis. É o que fica explícito no Plano de Obras de Melhoramentos da Cidade, publicado em 1903 sob o título de *Melhoramento da cidade projectados pelo prefeito do Districto Federal Dr. Francisco Pereira Passos*. Segundo esse projeto, “a primeira necessidade que se impunha” à Capital é a construção de uma avenida suficientemente extensa e larga para “dar um desafogo ao intenso movimento que se efetua entre a cidade e os bairros do Catete, Botafogo e adjacentes” (PREFEITURA DO DISCRICTO FEDERAL, 1903, p. 4). De fato,

o litoral ali estava oferecendo campo para o lançamento de uma avenida a beira mar, por onde o trajeto se efetuasse de modo mais cômodo, com o frescor da brisa marítima e o encanto pitoresco da nossa baía. Tem a avenida a extensão total de 5.200 metros e a largura de 25, sendo separada das atuais ruas marginais da baía por pequenos gramados de maior ou menor largura, conforme as sinuosidades da linha marítima atual (PREFEITURA DO DISCRICTO FEDERAL, 1903, pp. 4-5).

Definido o traçado da futura Av. Beira-mar – que devia contornar docilmente o litoral, conectando a rua Chile, no Centro, à praia de Botafogo<sup>89</sup> – é necessário que a empreitada se inicie o quanto antes, visto que amontoa-se outra demanda urgente, urgentíssima: “dar destino ao entulho resultante dos prédios que vão ser demolidos para o início da Grande Avenida” (JORNAL DO BRASIL, 9 jan. 1904).

O início das obras é anunciado para 15 de novembro de 1904. Contudo, nesse mês, a cidade entra em modo de tensão máxima graças à vacinação compulsória da população levada à cabo pela Diretoria de Saúde Pública comandada pelo Dr. Oswaldo Cruz – a face médico-higienista da reforma de Passos. Em 10 de novembro irrompem tumultos Capital afora, dando início à Revolta da Vacina. Este quebra-quebra sério, maior conflito urbano da história do Rio de Janeiro, convulsiona as ruas a ponto de, em 16 de novembro, decretar-se estado de sítio. O saldo do episódio é pesado: “vários bondes quebrados, iluminação elétrica cortada, 110 feridos, 30 mortos, 946 presos e 461 deportados” (DAMAZIO, 1996, p. 81).

A despeito do clima caótico, a revista *Renascença* em sua edição de dezembro de 1904, publica a planta de ajardinamento da Av. Beira-mar no trecho de Botafogo “com indicação

---

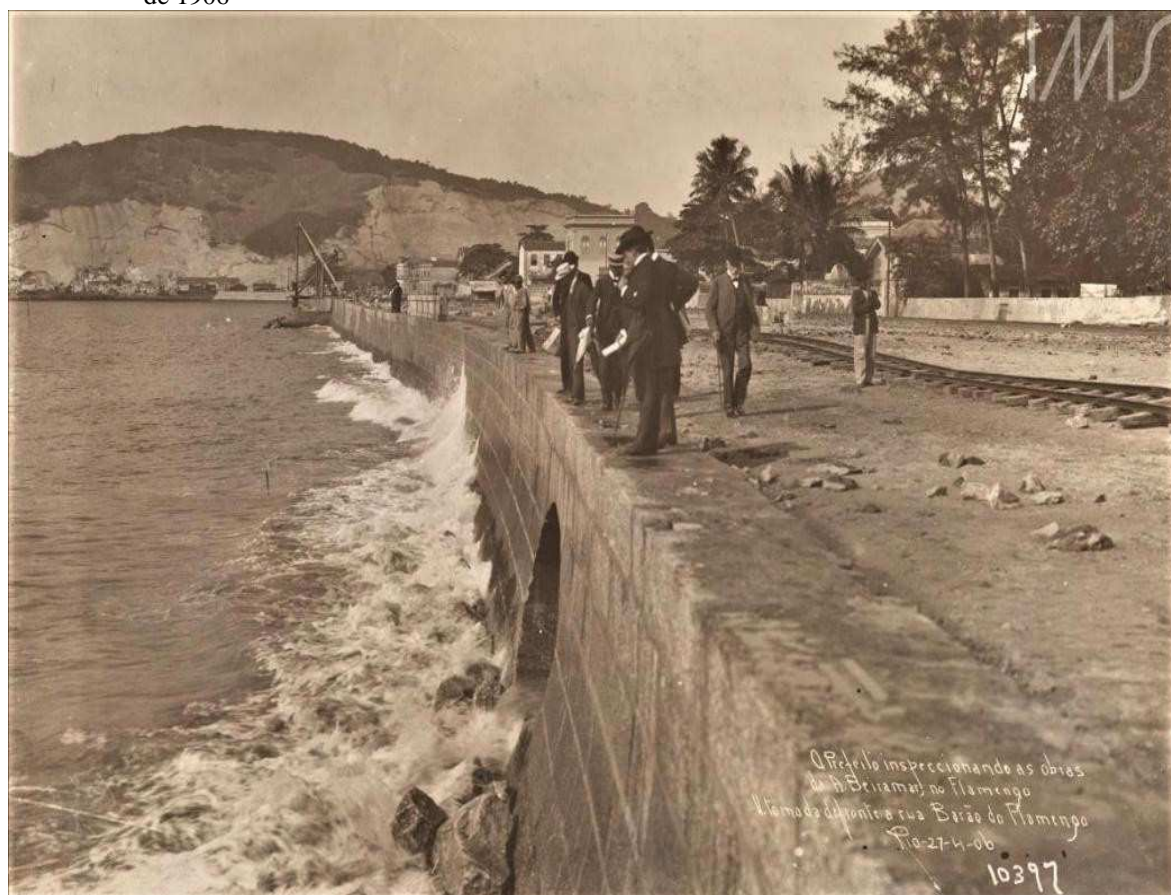
<sup>89</sup> Segundo estabelecido pelo decreto nº 459 de 19 de dezembro de 1903 (BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 19 dez. 1903).

de todas as construções que vão ser levantadas para gozo e recreio público” (RENASCENÇA,1904, n.p.). Evidência que, mesmo adiadas, as obras da Av. Beira-mar (imagem 47) permanecia em pauta.

Outra publicação – a revista *O Commentario* de janeiro de 1905 – informa que a municipalidade “contratou e começou a construção da Avenida Beira-mar, que se ligará ao novo cais da enseada de Botafogo” e que “fez dragar e guarnecer de cais a enseada de Botafogo, conquistando uma superfície de 98.000 m<sup>2</sup>, que aformoseou de jardins, ligados à Avenida Beira- mar” (O COMMENTÁRIO, 01/1905).

Chegamos, então, à duas conclusões. A primeira de que a edificação da Av. Beira-mar se iniciara em dezembro de 1904. A segunda é que sua concepção contemplava a construção de outros fixos adjacentes às duas pistas de rolamento que eram o cerne do projeto.

Figura 47 - Em registro de Augusto Malta o prefeito Pereira Passos inspeciona as obras da Av. Beira-mar, abril de 1906

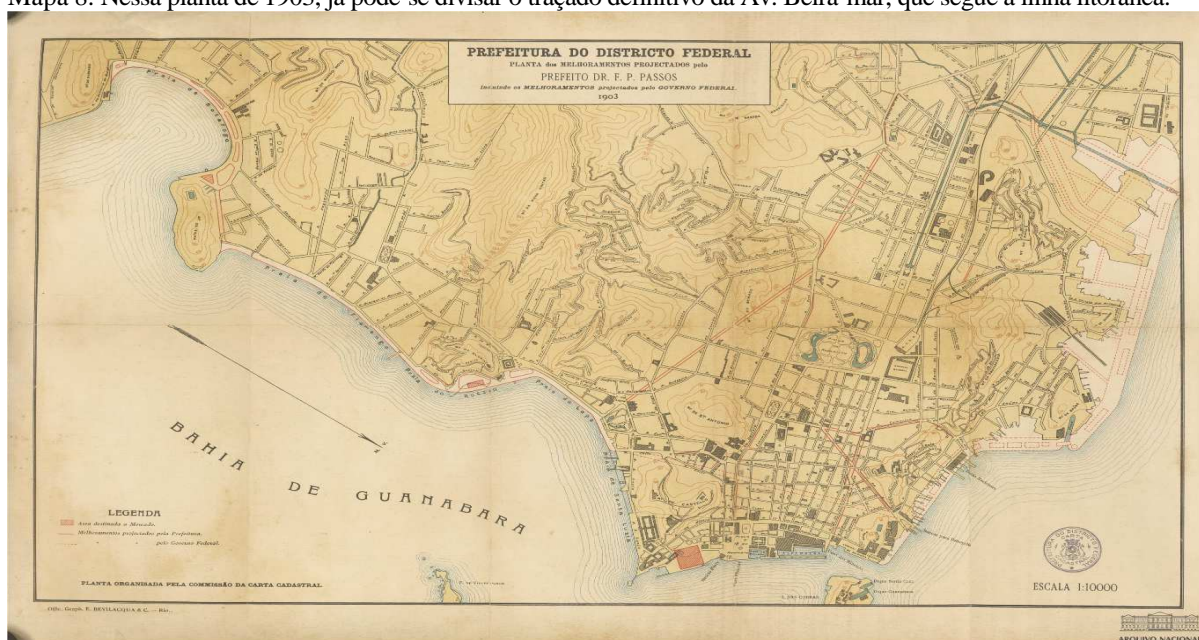


Fonte: MALTA, 1906.

Ao fim de sua construção, a Av. Beira-mar (mapa 8) soma 33 metros de largura e pouco mais de 5 km de extensão: se inicia na hoje aterrada Praia de Santa Luzia, no Centro – defronte à seiscentista igreja do mesmo nome, ainda lá – e vai até o limite dos bairros do

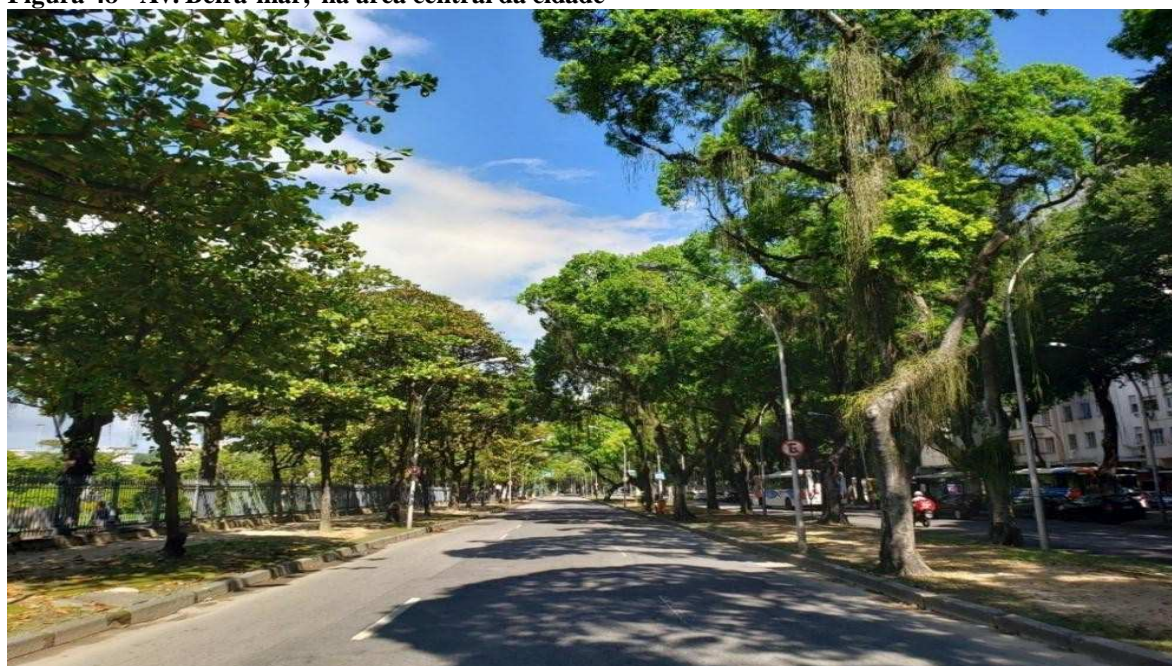
Flamengo e de Botafogo, na altura do Morro da Viúva. Afora as duas pistas de rolamento separadas por um refúgio central com canteiros arborizados (imagem 48), é de se destacar na avenida a presença de dois fixos incorporados ao seu traçado, o Largo da Glória e a Praça Paris.

Mapa 8. Nessa planta de 1903, já pode-se divisar o traçado definitivo da Av. Beira-mar, que segue a linha litorânea.



Fonte: ARQUIVO NACIONAL, 1903.

**Figura 48 - Av. Beira-mar, na área central da cidade**



Fonte: O autor, 2021.

Localizado no bairro do mesmo nome, o largo da Glória é a soma de jardins geométricos, mais a Praça Pedro Álvares Cabral – pequena, e uma das mais desconhecidas e subutilizadas da cidade. Lá está o mais belo monumento da cidade, também pouco conhecido e apreciado: *Descobrimento do Brasil: À Pedro Álvares Cabral, Pedro Vaz Caminha e Frei Henrique de Coimbra* fundido na oficina Berbadiene em Paris por Rodolfo Bernadelli. Sua inauguração em 1900 foi evento concorridíssimo.

As origens do Largo da Glória (imagem 49) remonta ao século XVIII, quando no vice-reinado do Marquês do Lavradio, cria-se um espaço para feiras- livres. No século seguinte situa-se ali o mercado de um certo Dr. Inácio Cajueiro, estabelecimento que, indo à falência, foi transformado em um cortiço prontamente demolido durante as reformas saneadoras de Pereira Passos (GERSON, 2000 [1955], p. 242-243). Abandonado, o Largo será reformado, ajardinado e arborizado quando da abertura da Av. Beira- mar e a essa via anexado.

Figura 49 - Largo da Glória e seus jardins, com a Av. Beira-mar à esquerda



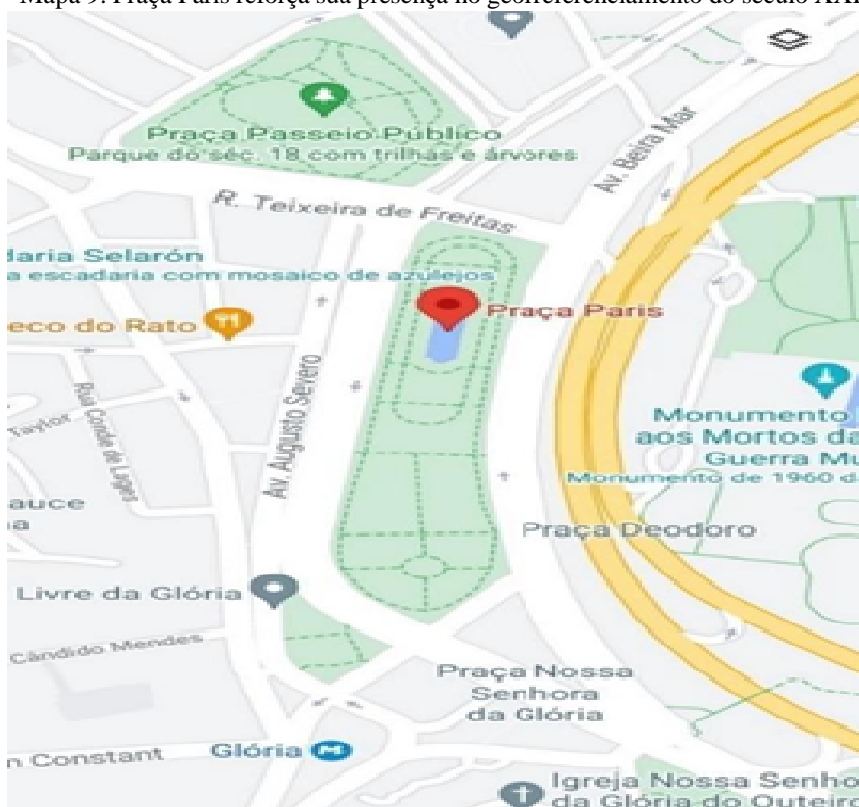
Fonte: FERREZ, 1906.

A abertura da Av. Beira-mar também abre caminho para construção da Praça Paris (1929). Das intervenções propostas pelo arquiteto francês Alfred Agache ao elaborar o plano urbanístico de modernização do Rio de Janeiro, esta será a única efetivamente implementada<sup>90</sup>. Fica entre as avenidas Beira-mar e Augusto Severo essa praça (mapa 9) que conta com áreas verdes, aleias, espelhos d'água e conjunto escultórico. Incluindo esculturas em mármore de Carrara idênticas das encontradas no jardim do Palácio de Versailles (imagem 50). Esse espaço cobrindo 550 metros entre o Centro e o Bairro da Glória, de fato “parece antecipar o que virá a ser, numa visão mais moderna, ampla e democrática, o Parque do Flamengo” (REGO *et al.*, 2019, p. 77).

---

<sup>90</sup> A abordagem urbanística grandiloquente e francamente classicista de Agache para a cidade fora considerada algo utópica e pouco prática, sendo duramente contestada na época. No entanto, embora seus projetos – que incluíam praças, parques, jardins e avenidas – não tenham sido colocados em prática, intervenções surgidas nos anos 1930 seriam francamente “inspiradas” por seu plano original de 1927-1929. Um exemplo é a Avenida Presidente Vargas (MOREIRA, 2007, p. 111).

Mapa 9. Praça Paris reforça sua presença no georreferenciamento do século XXI



Fonte: GOOGLE MAPS, 2021.

Figura 50 - “Avenida Beira-mar e Praça Paris, do monumento a Deodoro da Fonseca ao Hotel Glória”.



Nota: este registro oferece uma visão privilegiada da praça por volta de 1947  
 Fonte: ABREU, 1947.

Hoje, tomando o Passeio Público como ponto de observação privilegiado – privilegiadíssimo – pode-se contemplar o encontro das avenidas Central (agora Av. Rio Branco) e Beira-mar (imagens 51 e 52). A junção das duas vias é o ponto nevrálgico do

circuito de fixos e fluxos de maior importância do grande capital na cidade do Rio de Janeiro (e no Brasil) da primeira metade do século XX.

Mais que veículos e passantes, as duas avenidas foram elaboradas para transportar capitais – financeiros, comerciais, industriais e imobiliários – e marcar a aptidão pela modernidade que a recém implantada República dizia seguir. (imagem 47). Capitais que transbordam para os velhos bairros por onde passa esse corredor dinâmico re-oxigenando-os, revalorizando-os: o Centro, a Glória. Também o Catete, Flamengo e Botafogo – localidades algo decadentes que viram dias muito melhores, posto que eram ocupados por magnatas do café e capitalistas ingleses. Como de praxe, os subúrbios das Zonas Norte e Oeste pouco ou nada verão desses capitais.

Figura 51 - Afinidades eletivas: esquina onde a Av. Rio Branco se encontra com a Av. Beira-mar.



Fonte: O autor, 2021.

Figura 52 - Jornal *O Malho* comemora a inauguração Av. Beira-mar



Fonte: Sem autoria conhecida, 1906.

Observar os processos envolvidos na construção do Passeio Público (imagem 52) e da Av. Beira-mar ilumina não apenas mudanças concretas e evidentes do espaço urbano carioca, mas, de uma perspectiva marxista, a transformação de uma *postura*.

Antes os atores sociais aproximavam-se da terra e do mar do Rio de Janeiro apenas quando esses ofereciam, de modo fácil e generoso, seus frutos (madeiras nobres, terras férteis, alimentos, drogas do sertão, minérios, ótimos portos naturais etc.). O Brasil era vasto demais, dadivoso demais para que o português se aventurasse em explorações mais custosas, elaboradas, trabalhosas e perigosas. Pegava-se, o que fosse mais fácil. A construção do Passeio Público, na segunda metade do século XVIII revela uma outra abordagem do mundo natural.

Esse *modo operandis*, quase exclusivamente extrativista de se contornar obstáculos naturais – morros, lagos, charcos, brejos, a mata –, seria substituído pela transformação dessa natureza em segunda natureza: natureza social. Processo posto em ação muito pela força da dupla Estado e Igreja. Outros atores participam. Mas a maior presença é mesmo do Estado e da Igreja (GOMES, 1991).

Os ambientes passíveis de ser eliminados o serão. Se o Passeio Público apaga a Lagoa do Boqueirão, a Av. Beira-mar “redefine todo o litoral do Centro a Botafogo acabando com todas as praias de pequeno e médio porte que ali se localizavam” (RIBEIRO, 2019, n.p.). Outros



acidentes geográficos – como a Baía de Guanabara, as montanhas graníticas do Corcovado, do Pão de Açúcar, da etc. – serão ressignificados simbolicamente. O obstáculo natural vira um produto que vai suprir um manifesto “desejo de paisagem” (RIBEIRO, 2019, n.p.). Conversões que longe de arrefecerem com o término da gestão Pereira Passos, perduram em franca atividade, e seis décadas depois acabarão por gerar o Parque do Flamengo.

## 4 O FIM DOS MORROS

Neste capítulo prosseguimos fiéis ao método regressivo-progressivo de Lefebvre. Este afirma, peremptoriamente, para quem quiser ouvir, que para a compreensão de um espaço no presente é imprescindível retornar ao momento de sua produção. Somos, então, impelidos a outro salto analítico-regressivo, onde testemunhamos mais uma rodada de transformações em grande escala na área central do Rio de Janeiro. Quando dois dos acidentes geográficos mais emblemáticos da paisagem carioca dão origem ao Aterro do Flamengo, chão onde será erguido o Parque do Flamengo. Um processo de demolição-edificação que reflete não apenas a necessidade estética de se forjar uma urbe que, ao menos, pareça moderna, mas também os interesses, a força e o protagonismo de novos e velhos agentes sociais incidindo sobre o espaço urbano da então capital do país.

### 4.1. Morro do Castelo: um espaço *sub judice*.

Na segunda década do século XX, o engenheiro Carlos Sampaio, então prefeito da Capital Federal, tinha a ingrata missão de vencer o tempo. A principal atribuição do seu manco mandato de dois anos (1920-1922) era preparar a cidade para as comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil. O que estava em jogo em muito transcendia a festa.

Sede do governo central, o Rio de Janeiro seria o ponto de convergência dos olhares daqueles que iriam avaliar o progresso da nação centenária. A preparação da “cidade maravilhosa” para as festas de 1922 revestiu-se, pois, de um significado todo especial: era preciso que o Rio de Janeiro se tornasse a apoteose da modernidade brasileira. Tal como no centenário da Revolução Francesa em 1889, quando a unidade da França foi relacionada à preeminência parisiense numa clara manifestação da superioridade da cidade-luz, em 1922, o Rio de Janeiro deveria ser o “Centro gerador de progresso e de civilização, sobretudo num país como o Brasil, onde toda a irradiação social parte da sede do governo”. Desse modo, a construção de um Brasil moderno, mais uma vez, deveria passar pelo processo de modernização da sua capital (MOTTA, 1992a, p. 4).

A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922) – nome aporuguesado da exposição parisiense de 1889, que legou à capital francesa a Torre Eiffel<sup>91</sup> – será o que hoje chamaríamos de megaevento internacional, o primeiro no país. O

---

<sup>91</sup> Ver Resende (1994)

Brasil da primeira metade do século XX é uma nação rural, de Chicós Bentos, Sassás Mutemas e sábios tio Barnabés<sup>92</sup>. Mesmo parcamente habitado, já há diferenças sociais, econômicas e culturais (enfim, humanas) marcantes nesse espaço-continente, e “se existe um traço comum a toda a população nos três primeiros séculos, este é o ruralismo” (BRESCIANI, 1998, p.45)

Cabe, portanto, ao Rio de Janeiro recém-modernizado representar o progressismo nacional no teatro da nova economia global do pós-I-Guerra-Mundial. Para alcançar esse tento, as festividades teriam como ponto alto uma grande mostra internacional nos moldes da primeira Exposição Universal de Londres (1851). Desde esse evento

as chamadas “vitrines do progresso” sempre apresentaram alguns aspectos em comum, entre os quais se destacavam, entre outros, as motivações comerciais, o afluxo de divisas e turistas, o impacto sobre a infraestrutura urbana, e a difusão de valores e de padrões de conduta. O mais importante, e ainda hoje é assim, era a afirmação do prestígio nacional, representado pelos pavilhões de cada país que constituíam a ossatura das exposições (MOTTA, 2010, s/p.).

Ao menos em termos de público, a exposição carioca alcança um sucesso incontestável. Segundo Kessel (2008, pp. 82-83) três milhões de visitantes passam por seus pavilhões. Número que corresponde à mais que o dobro da população carioca da época – 1.228.165 habitantes – e quase dez por cento de toda população brasileira de 32.089.922 almas (IBGE, 1941, pp. 3-4). Fevereiro – mês considerado mais fraco pelos organizadores graças ao tórrido verão fluminense – registrou a presença de 175 mil pessoas, com picos de 14 mil visitantes/dia (MOTTA, 2010, n.p.). Quem tivesse perna para percorrer toda exposição – inaugurada no 7 de setembro de 1922 – teria um bocado de coisas para ver e depois contar. Coisas brasileiras e coisas do estrangeiro.

Para cumprir o objetivo de “ser a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”, a parte nacional da exposição se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios,

---

<sup>92</sup> Citação sem nenhum cinismo, sem nenhuma ironia: são esses personagens de primeira grandeza. Ricos de histórias e simbolismos rurais, regionais e nacionais, merecem – junto com outros arquétipos interioranos – melhor leitura e reconhecimento. É preciso retornar mais vezes ao Rio Claro de Antônio Candido. Redimamos o caipira e o matuto. São esses bem diferentes dos ofensivamente caricatos Jeca Tatu, Garnizé e Zé Carneiro. Três criações infelizes de Monteiro Lobato. Acertadamente contestadas, até atrasadamente contestadas. Nosso interiorano – de Taubaté, até o sul de Goiás. De Juiz de Fora às barrancas do Rio Paraguai – também são, em tudo, diferentes dos atuais *agrobos*, *cowgirls* e *cowntury singers* brasileiros. Esses já plenamente globalizados e cuja Meca é Barretos. Uma fobópole para os amantes dos animais. Tipos que não são mais que caricaturas ianques. No falar, no comer, no vestir (principalmente), nos gostos artísticos. Caricaturas, aliás, de segunda linha e segunda mão, visto que o *cowboy* original já era uma caricatura do colonizador norte-americano, que pouco ou nada tinha de charmoso, garboso, nem era um reservatório de altos valores e altos princípios. Eram mais como que uns bandeirantes, se muito.

tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes.

(...) A seção nacional localizou-se na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, estendendo-se em parte da área conquistada ao mar com o desmonte do morro do Castelo. Nesse local, concentraram-se oito pavilhões: do Comércio, Higiene e Festas; das Pequenas Indústrias; da Viação e Agricultura; da Caça e Pesca; da Administração; de Estatística, aos quais se somavam os palácios das Indústrias e dos Estados. Na avenida das Nações, que se estendia do antigo Arsenal até o palácio Monroe – onde funcionava o *bureau* de informações –, alinharam-se os palácios de honra das representações estrangeiras. Treze países aí se fizeram representar: da América, Estados Unidos, Argentina e México; da Europa, Inglaterra, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica e Noruega; da Ásia, o Japão (MOTTA, 2010, n.p.).

Junto aos objetivos já arrolados, a Exposição (imagens 53 à 56) seria a justificativa perfeita para se eliminar da Capital Federal um espaço que desafiara a reforma de Pereira Passos e prosseguia a guardar vestígios de épocas coloniais: o Morro do Castelo.

Figura 53 - Disposição dos pavilhões no projeto da Exposição Internacional



Fonte: KESSEL (2008, p. 82).

Figura. “Exposição de 1922 - Portão do Norte”



Fonte: MALTA, 1922.

Figura 55. Avenida da Exposição. Em primeiro plano, à direita, os pavilhões da Noruega e da Tchecoslováquia.



Fonte: MALTA, 1922.

Figura 56 - Vista noturna da Exposição



Fonte: PHOTOBIPPUS, entre 1922 e 1923.

No meio do caminho, entre o Rio de Janeiro dos Vice-reis e o Rio de Janeiro republicano, havia um morro. Não um outeiro qualquer, mas um dos berços da Muito Leal e Heroica Cidade de São Sebastião. O Morro do Castelo não fora o sítio original da fundação da urbe carioca. Este localizava-se na pequena faixa costeira nomeada de Praia Brava – depois, chamada de Praia de Fora – entre os morros do Pão de Açúcar e Cara de Cão, no atual bairro da Urca. Ali o capitão-mor Estácio de Sá assenta, em 1<sup>o</sup> de março de 1565, um arraial com o *status* jurídico de cidade. Mas a despeito de inegável valor político e simbólico, tal núcleo original fora erguido de forma urgente, provisória, tosca, sem elementos estruturais mais encorpados para seu desenvolvimento<sup>93</sup>.

Depois de quase cinco décadas de presença rala dos portugueses na costa do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVI, tornava-se urgente a ocupação definitiva dessa terra. Cobiçado por franceses – que mancomunados com os tamoios ocupavam desde 1555 a Ilha Serigipe, no Centro da Baía de Guanabara – aquele território tornara-se de grandessíssima importância no projeto de transformar o Brasil em algo mais do que um entreposto comercial. Era urgente converter logo o Rio de Janeiro em uma colônia povoada, unificada e explorada sob as armas de Portugal e a grande cruz católica. Perder o domínio desse *locus* seria um golpe duro – uma admissão de inépcia, que, ao menos em parte, era real – no projeto de inserção do Império Luso no sistema mundo. (BELCHIOR, 2008, pp. 78-79).

Após a expulsão dos últimos franceses do recôncavo guanabarino e dois anos depois de seu erguimento, o povoado original, conhecido como Vila Velha (ou Cidade Velha), será deslocado para uma colina nomeada de Morro do Descanso, depois Morro São Januário, e, finalmente, Morro do Castelo. Assim rebatizado graças à fortaleza de São Sebastião ali edificada e que vista ao longe assemelhava-se a um castelo medieval (BERNARDES, 1987, p. 17). Esta elevação oferecia não só uma grata localização defensiva – dali avistava-se quem se aproximasse tanto por terra quanto pelo mar – mas também vantagens sanitárias e psicológicas. Sua altitude livra os portugueses dos terrenos imprestáveis da várzea

---

<sup>93</sup> É a tese do mais aprofundado estudo sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro e seus primeiros anos coloniais, presente no monumental *Geografia histórica do Rio de Janeiro: 1502-1700* (2010a, 2010b) – obra máxima e derradeira do geógrafo Maurício de Almeida Abreu. No entanto, em 1991, o historiador Milton Teixeira e uma equipe de especialistas descobriram alicerces de pedra, restos de tijolos mal cozidos e cacos de telha, não na várzea, mas *no topo* do morro Cara de Cão. Seriam as ruínas do primeiro assentamento português no Rio, que incluiria em sua estrutura uma torre de observação, a capela de São Sebastião (simplíssima, de madeira e telhado de palha), alojamentos e um quartel, o Forte do Alto. Tudo meio mixuruca. Ali teriam vivido 150 habitantes: 120 portugueses e 30 índios. Essa versão é contestável e precisa de aprofundamentos. Mas a localização é viável. O morro Cara de Cão, na verdade um morrete de não mais que 80 metros, seria muito mais seguro que a várzea, facilmente atacável. [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pagfis=173578](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=173578) Acesso em 03 jun. 2021.

embrejada e o regime dos ventos soprados da baía afasta os temidos miasmas que emergiam fedegosos dos pântanos que dominam um Rio de Janeiro áspero e grosseiro (BERNARDES, 1987).

Esse modelo de organização espacial – ocupar sítios elevados em busca de segurança e ares mais salubres – remonta a uma tradição iniciada ainda na Idade Média, com a ocupação romana de Portugal (LOBO *et* SIMÕES JR., 2012, p. 21). Desde então, essa configuração urbana sai de Portugal e acompanha a expansão do império luso. Onde os lusos param, ocupam os espaços desse jeito. No Brasil, as cidades maiúsculas da colônia – Salvador, Vila Rica e Rio de Janeiro – nascem como “cidades de colina” que, posteriormente, derramar-se-ão para terras chãs, fazendo coexistir no mesmo espaço urbano uma “cidade alta” e uma “cidade baixa” (LOBO *et* SIMÕES JR., 2012, pp. 17, 33). No entanto, diferente das outras localidades, onde manteve-se esse registro geográfico-urbanístico vivo, muito ou pouco modificado, mas vivo, no Rio de Janeiro essa cidade-dupla, cuja porção vertical tinha no Morro do Castelo (imagem 57) seu representante mais notável, tem um destino funesto.

Figura 57 - O hiperbólico Morro do Castelo na segunda metade do século XIX



Fonte: MEIRELES, 1985.

De fato, na segunda década do século XX, o Morro do Castelo tornava-se a peça central de um grave imbróglio. Os meios de comunicação, a população, políticos e outros atores sociais dividiam-se contra ou a favor da presença dessa colina na área central da capital carioca. Em defesa de sua manutenção estavam os que encaravam o monte como um marco dos primeiros tempos da colonização da cidade. Sua importância geo-histórica e sociocultural estaria acima de qualquer interesse imobiliário.

Mesmo com a urbe fundada *de jure* aos pés do Pão de Açúcar, é no alto do Castelo (mapas 14 e 15) que cai a gota civilizadora que irá se expandir em ondas urbanas cada vez mais caudalosas. Marly Motta (1992b, pp. 54-55) elenca outros papéis do *locus*.

Marco histórico da fundação da cidade, o Castelo era reverenciado também por abrigar as igrejas de São Sebastião do Castelo (a dos Capuchinhos), onde estavam os ossos de Estácio de Sá, e a de Santo Inácio (dos jesuítas), transformada, posteriormente, em Hospital Militar e sede da mais antiga Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Espécie de guarda da cidade, o Castelo assinalava a entrada de navios. Era lá que se levantava, nos dias de sol, o balão anunciando ao povo que era meio-dia, e que se localizavam o relógio da torre e o observatório astronômico (1846). De lá também partia o aviso de que havia incêndio na cidade.

O morro era um marco constante na vida cotidiana da capital do país. Lugar de magia e misticismo, com a missa dos Barbadinhos, às sextas-feiras pela madrugada, e com as "casas de pretos", onde a macumba ressoava, o Castelo estava envolto ainda num profundo mistério em tomo dos tesouros que os jesuítas teriam escondido antes de serem expulsos no século XVIII; falava-se em doze apóstolos de ouro maciço em tamanho natural enterrados nos subterrâneos do morro.

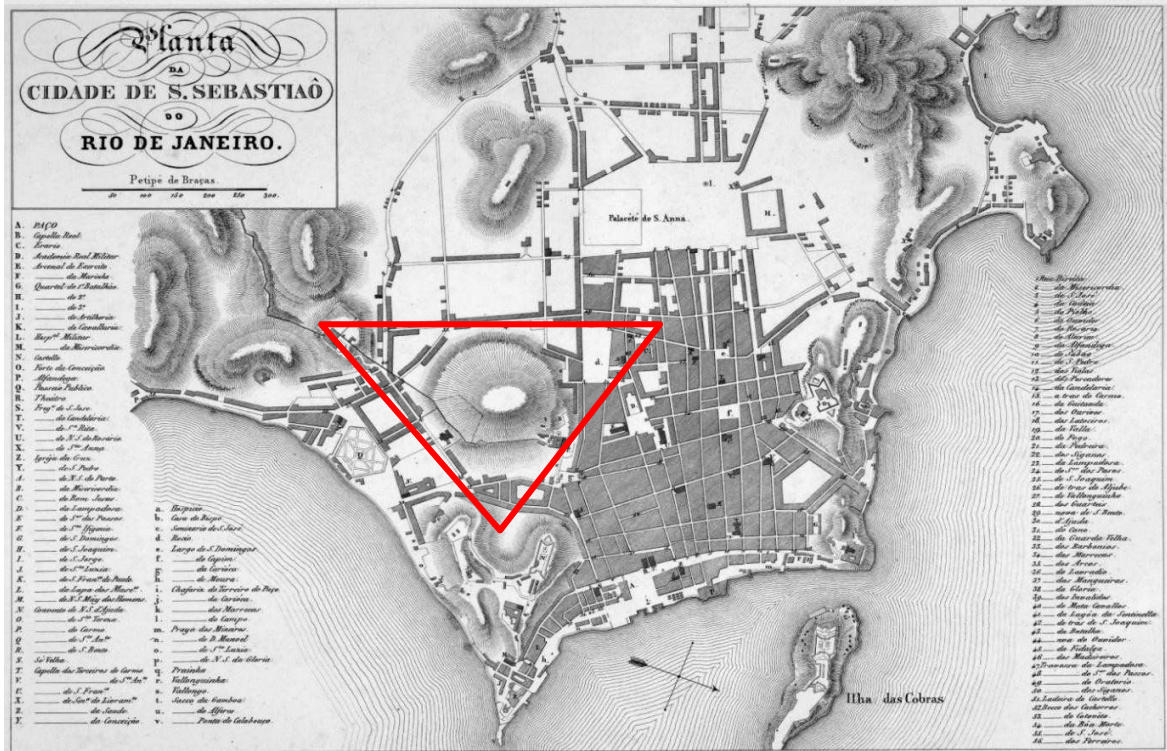
No outeiro é assentado a primeira catedral da cidade (Catedral de São Sebastião), a primeira instituição de ensino do Rio de Janeiro (o Colégio dos Jesuítas), o primeiro horto (mistura de horta para alimentação e jardim botânico)<sup>94</sup>, a primeira praça, cujo topônimo se perdeu e a primeira rua, a Rua Direita (mapas 11 e 12).

Convém, aqui, não confundir essa rua inicial com a posterior Rua Direita – hodierna Rua 1º de março – que será aberta na várzea, ligando o Largo da Misericórdia ao Morro de São Bento. Diferente dessa – que contornava o Morro do Castelo pela direita – a Rua Direita do alto do Castelo inscreve-se na tradição nos ordenamentos urbanos coloniais de Portugal. Ruas “direitas”, posto que ligavam “direitamente”, “certamente”, “sem enganos” os principais espaços públicos das cidades – a praça central onde a igreja era o edifício dominante e a praça do mercado – operando como eixo central em torno do qual os povoados, vilas e cidades estruturavam-se (LOBO; SIMÕES JR., 2012, pp. 50, 85).

<sup>94</sup> Mais um pioneirismo castelense: ali plantava-se hortaliças, árvores frutíferas, especiarias (pimenta, canela, cravo da Índia etc.) e criava-se cachonilha, pulgão que vive em cactos e que macerado produz um corante carmim escuro, usado até hoje para embelezar alimentos. Cultivou-se ali também um cânhamo de qualidade bastante elogiada (GONZALEZ; PEIXOTO, BEDIAGA, 2020, n.p.)

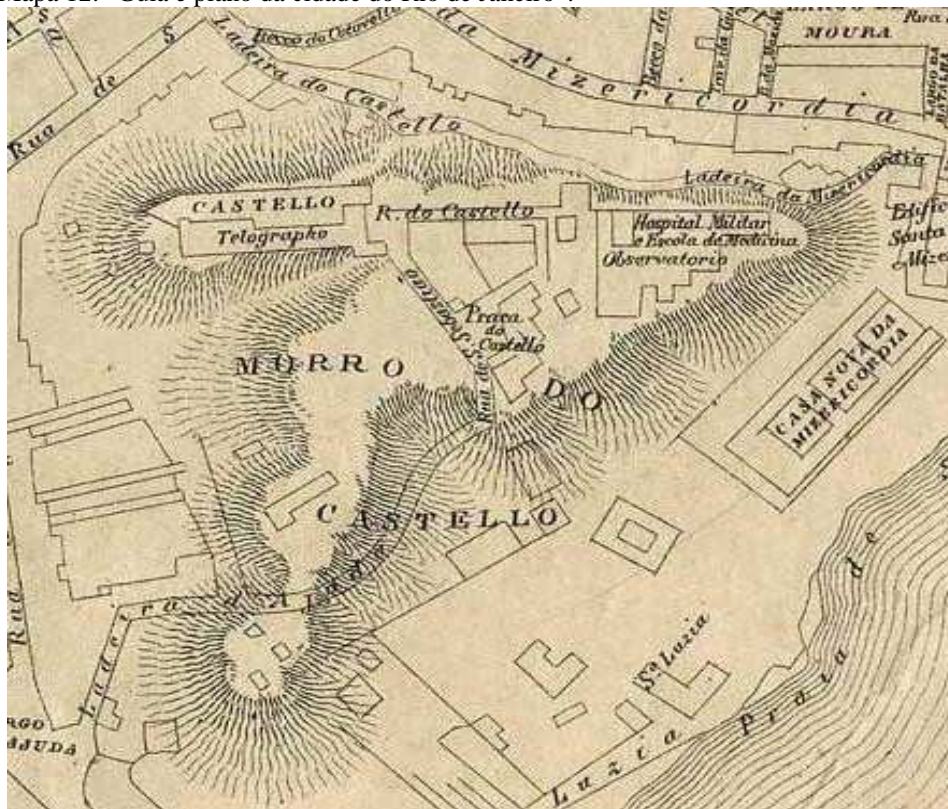


Mapa 11. O triângulo marca a localização do Morro do Castelo no Rio de Janeiro do século XIX



Fonte: WALTER, 1835. Adaptada pelo autor, 2021.

Mapa 12. “Guia e plano da cidade do Rio de Janeiro”.



Nota: Detalhe do Morro do Castelo e seus fixos em mapa de 1858.  
 Fonte: KINNEY; LEEDER, 1858.

Mais que abrigar fixos altamente significativos, o Morro do Castelo, faz parte do conjunto de paisagens naturais que se tornarão referências identitárias do Rio de Janeiro (e do Brasil). Para quem representasse pictoricamente essa cidade (imagem 58) ou quem dela escrevesse, o Castelo impunha-se como objeto incontornável.

O visitante que chegava ao Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX deparava-se com uma paisagem hoje esquecida na memória de muitos cariocas e forasteiros. O porto da cidade, na época localizado na altura do que hoje é a Praça 15 de Novembro, fornecia uma vista que destacava no primeiro plano não a monumental pedra do Pão de Açúcar na entrada da Baía de Guanabara, e sim o *Morro do Castelo*, principal referência cultural da paisagem carioca durante mais de trezentos anos, com destaque para o Colégio Jesuíta e a Igreja de Santo Inácio de Loyola, além do forte e da igreja de São Sebastião.

A Ponta do Calabouço e o bairro da Misericórdia ficavam ao entorno. Tal imagem do Rio pode ser visualizada nas pinturas de artistas que representaram, nos séculos XVIII e XIX, a cidade tropical que os recebia e acolhia (LENZI *et al.* 2017, p. 11. o grifo é nosso).

Figura 58. “*The Public Gardens, Convent da Ajuda*”. Vista da cidade do Rio de Janeiro em 1809. Ao centro da pintura está o Morro do Castelo



Fonte: BATE, 1809.

Apesar de aglutinar poder militar<sup>95</sup>, poder religioso e poder político durante todo período colonial, nos anos 1920 o Morro do Castelo era encarado por muitos como um estorvo. Uma renitente “mancha colonial” que “lembrava os tempos de submissão a Portugal” (LENZI *et al.*, 2017, p.22). “Um dente cariado que desfigurava a imagem da

<sup>95</sup> Três fortificações em diferentes períodos instalaram-se, ou no próprio Morro do Castelo (Forte São Sebastião), ou em seu sopé (Forte de São Januário e Forte de São Tiago). Para o aprofundamento da “vocação militar” do Morro Castelo, ver Castro (2017, pp.28-44).

‘cidade maravilhosa’” (ENDERS, 2015[2000], p. 216). A ideia de se erradicar esse morro não é, porém, uma novidade do século XX. Vale citar o panorâmico levantamento do historiador e arquivista Noronha Santos (2013 [1942], p. 95. itálicos do autor).

Em 1808 divulgou-se o trabalho do físico-mor Manuel Vieira da Silva *Reflexões sobre alguns dos meios propostos para melhorar o clima do Rio de Janeiro*, abordando o autor o assunto, sem maiores detalhes. O médico Jose Maria Bomtempo, na *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro*, aconselhava em 1814 a demolição dos morros do Castelo e Santo Antônio para que *a cidade se torne mais elegante e majestosa* e preconizava o médico da casa real de D. João o arrasamento do Castelo como providência própria a eternizar o nome de quem o empreendesse. Em 16 de julho de 1828, os engenheiros militares Conrado Jacó de Niemeyer e Pedro de Alcantara Bellegarde solicitaram ao Poder Legislativo faculdade de organizar uma empresa com o fim de arrasar o antigo morro do S. Januário, como direito de desapropriação e isenção do imposto predial para as construções que se fizessem na área arrasada.

Por essa época, o marquês de Barbacena cuidou de organizar uma companhia para o arrasamento desse morro e do de Santo Antônio, interrompendo-se as negociações por motivo do falecimento de Felisberto Brant Pontes em 1842. Nomeados em 1859 os engenheiros ingleses Lane, Neate Ginty e Law para dizerem sobre as obras projetadas na colina histórica, julgaram-nas tão dispendiosas, que *melhor seria arrasar tudo*.

Em 1873, sendo ministro do Império o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, lavrou-se o decreto n. 5.327, de 16 de julho, autorizando Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro a proceder, por si ou empresa que organizasse, as obras de arrasamento dos morros do Castelo e Santo Antônio. Não se tendo executado o contrato, foi este declarado caduco pelo decreto n. 9.569, de 20 de março de 1886.

Vários planos surgiram ulteriormente, sob a responsabilidade de L. Pereira Barreto Filho, T. Florentino M. de Castro e do engenheiro João Pedreira do Couto Ferraz, que não lograram assentimento dos poderes públicos, à semelhança dos que também apresentaram os engenheiros Radmaker e Galdino Pimentel. Em sessão do Clube de Engenharia de 16 de junho de 1920, apresentou o engenheiro Alfredo Costa vasto plano de arrasamento, no prazo de três anos. Bem reduzido foi, em todos os tempos, o número de opositores radicais aos planos de arrasamentos (SANTOS, 2013 [1942], pp. 95-98).

Entretanto, a eliminação do Morro do Castelo só encontraria alguma materialidade durante a grande reforma perpetrada Pereira Passos. Por ocasião da abertura da Av. Central, em 1904, pequena fatia do Castelo é demolida. Nesse trecho constrói-se Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes (infográfico 1 e imagem 59). Arrasadura tímida, quase um arranhar leve naquele colosso. Mas o Castelo não perdia por esperar.

Infográfico 1 - Primeira fase da demolição do Morro do Castelo (1904)



Fonte: VILLAS BOAS, [s.d.].

Figura 59. Encosta do Morro do Castelo durante a construção da Av. Central (1904).



Fonte: TORRES, 1904.

As justificativas para a extinção do Morro do Castelo não se limitavam a sua identidade de relíquia colonial, de troço velho e anti-moderno. Desde, pelo menos, o último decênio do século XVIII, o Castelo é tido pelo Estado e outros agentes urbanos como um antro de “viciados em ócio”. Uma “classe perigosa” formada por “vagabundos e malandros”<sup>96</sup> que somava, nos anos 1920, cerca de cinco mil indivíduos a habitar mais de 400 barracos e ruínas (imagem 60). População com hábitos e moradias consideradas infames e cuja miserabilidade denunciaria vidas dedicadas à preguiça e ao crime (MOTTA, 1992b, p. 55).

O proletariado industrial desempenhou este papel no século XIX: classes trabalhadoras, classes perigosas. É que naquela época os proletários, mesmo trabalhando, na maioria das vezes, não estavam inscritos nas formas estáveis do emprego. Eles importavam à periferia das cidades industriais uma cultura de origem rural descontextualizada, percebida pelos urbanos como uma incultura, viviam na precariedade permanente do trabalho e do habitat, condições pouco propícias para estabelecer relações familiares estáveis e desenvolver costumes respeitáveis. Como diz Augusto Comte, esses proletários “instalam-se no seio da sociedade ocidental sem estar integrados nela” (CASTEL, 2005, pp. 55-56).

Figura 60. O Morro do Castelo nos anos 1920. Aos pés da Igreja de São Sebastião?



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, [s.d.].

<sup>96</sup> Ver: Chalhoub (2006, [1996], pp. 23-30) e Valladares (2018 [2005], pp. 22-28).

Além de foco de “marginais” e de obstruir os ares renovadores da Baía de Guanabara, sua monumentalidade pesada, aleijada, quasimódica, não se harmonizava com a cidade burguesa, altamente racionalizada, que emergira das obras perpetradas por Pereira Passos, o “Hausmann tropical”.

Era chocante o contraste violento entre a "imponente" Avenida Rio Branco e seus belos palácios e o morro do Castelo que, a apenas “vinte metros da civilização”, era o retrato mais visível da barbárie solidamente instalada no coração da capital da nação. Uma capital que dentro em pouco apresentar-se-ia aos olhos de todos como digna integrante do mundo civilizado. Sombra gigantesca que lembrava a miséria colonial, o Castelo era como que um fantasma insepolto a apontar nossas origens, próximas de um “povoado africano” ou uma “aldeia de botocudos”. Era preciso tirar do coração da elegante *city* esse antro de desocupados, elemento de reforço da imagem do carioca como um ser “boêmio”, “preguiçoso” e “malandro”. Marco visível da fronteira entre a cidade “indígena”, “colonial” e “atrasada”, e a cidade “europeia”, “civilizada” e “moderna”, a presença do Castelo contrariava um dos pilares mais evidentes dessa vertente de modernização urbana, qual seja, a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes sociais diversos. Edifícios públicos e empresariais não deviam se confundir com barracos; cabras não deviam ouvir óperas. Exigia-se e uma espacialização da cidade que precisamente definisse os lugares da produção, do consumo, da moradia, da cultura; os espaços dos ricos e dos pobres (MOTTA, 1992b, pp. 58-59).

Ademais, junto dessas questões;

Fatores de ordem político-econômica são apontadas como determinantes para a demolição do Castelo. Por um lado, as pressões e os interesses do capital imobiliário, enfatizados como elemento fundamental das diversas cirurgias urbanas operadas no Rio de Janeiro ao longo de todo o século XX. Sem desconsiderar o peso de tal intervenção - o arrasamento do Castelo efetivamente possibilitaria a abertura de uma vasta área extremamente valorizada bem no coração da *city* (MOTTA, 1992b, p. 59).

Contra tais interesses – mais a necessidade de um espaço central para a citada Exposição Internacional do Primeiro Centenário da Independência – nem os intelectuais, nem artistas, nem os políticos, nem órgãos da imprensa que eram favoráveis a preservação do Morro do Castelo, como o influente *Jornal do Brasil*, puderam salvá-lo. Nem o alerta de um Monteiro Lobato<sup>97</sup> ou um Lima Barreto<sup>98</sup> – mestre triste das letras.

As pressões pró-arrasamento do “infecto monturo” vinham de todos os lados. Veículos como a *Revista da Semana* e o jornal *Correio da Manhã*, uniam-se para criar um consenso irresistível, ainda que parcialmente fake, um exagero: a segurança da cidade dependeria da eliminação daquela “fábrica de marginais”<sup>99</sup>. Mesmo as igrejas santas localizadas no Castelo

<sup>97</sup> Lobato (1920, pp.130-132)

<sup>98</sup> Barreto (1920, p.37)

<sup>99</sup> Em nossas pesquisas encontramos referências reputando a revista semanal *Careta* como um dos veículos em campanha aberta pela destruição do Morro do Castelo. Trata-se, se muito, de uma meia-verdade. O artigo de Lima Barreto, intitulado “Megalomania”, que fazia defesa apaixonada do monte, foi publicada justamente na *Careta* (edição de 28 de agosto de 1920). O que torna inegável, isso sim, a ambiguidade da publicação. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=24094> Acesso em: 13 mar.2022.

– morro com feição de “fidalgo arruinado, que vê os bens confiscados que é compelido a mudar-se ou morrer de nostalgia” – passavam impressão de alta sinistricidade. Revela a crônica de Lindolfo Xavier:

Aquella igreja antiquada, onde está enterrado Estácio de Sá, com aquelles corredores escuros, onde se movem os mysticos Capuchinos, de longas barbas; aquellas ruelas esconsas, infiltrando-se pelo pendor da collina, com o calçamento antigo e podendo-se tocar as mãos de janella a janella, aquella outra igreja de 1867, com as portas de cantaria portugueza, em cujos fundos está o Hospital de S. Zacharias, tudo aquillo nos falam de saudades, de reminiscências de outros tempos, que se foram e não deixam signal (XAVIER, 1922, n.p.)<sup>100</sup>

Indicado pelo Presidente da República, tomava posse, em agosto de 1920, o prefeito Carlos Sampaio. Uma escolha que diz muito sobre a extinção do Morro do Castelo.

A nomeação de Carlos Sampaio, engenheiro conceituado e antigo concessionário do arrasamento do Castelo, para a prefeitura do Distrito Federal, em junho de 1920, é uma indicação consistente de que, dessa vez, o velho morro não escapa. No seu discurso de posse, Sampaio reconhece que "o momento presente é de ação, porque é essencial dar à cidade o asseio indispensável (...) terminar as obras de embelezamento e pôr em prática outros melhoramentos que (...) devem atestar o nosso grau de civilização" (MOTTA, 1992a, p. 57).

Sampaio, engenheiro por formação, representava aqueles peritos – engenheiros, arquitetos, urbanistas, planejadores – que são os cérebros e braços técnicos do grande Capital e do Estado. Lefebvre não economiza na crítica contra esses profissionais que se arvoram “médicos do espaço” (LEFEBVRE, 2000 [1974], pp.118-119). Que buscam não uma cidade possível, e humana, mas uma *cidade modelo* (PECHMAN, 1994, p.7). Para o pensador francês, esses *experts*:

a) Negam a hipercomplexidade do espaço urbano promovendo sua fragmentação e reducionismo. Operação necessária para que este objeto, o espaço, se adeque confortavelmente aos seus saberes e campos de atuação (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 28). Essa classe de tende a abordar o fenômeno espacial urbano – que é sempre formado por relações sociais e políticas em interação com fixos e fluxos – como se este fosse algo “neutro, objetivo, fixo, transparente, inocente ou indiferente”. Ou seja, plenamente fetichizado (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 113). Cidades? Para eles, meras abstrações cartesianas, projeções em uma “folha de papel em branco”. Objetos cujas contradições podem ser facilmente resolvíveis a partir “da prancheta de desenhos, de planos, de cortes, de elevações, maquetes” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 231).

<sup>100</sup> Texto da **Revista Ilustração Brasileira**. Disponível para consultas em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107468&Pesq=Xavier&pagfis=5245> Acesso em 07 fev. 2022.

Ainda para Lefebvre, essa racionalidade

estreita e dessecada omite o fundo e o fundamento do espaço, o corpo total, o cérebro, os gestos etc. Ela esquece que o espaço não consiste na projeção de uma representação intelectual, no legível-visível, mas o que ele é, inicialmente, entendido (escutado) e controlado<sup>101</sup> (pelos gestos e deslocamentos físicos) (LEFEBVRE, 2000 [1974], pp. 231- 232).

b) A despeito de seus discursos, baseados em “coerência”, “coesão”, “equilíbrio” e “regulação”, tais “peritos em espaço”, são guiados por uma ideologia, a ideologia econômica. Possuem, antes de tudo e de mais nada, um compromisso com seus clientes e suas castas econômicas (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.113, p. 338). Kawamura (1979, pp. 139-141) contextualiza a questão trazendo-a para o Brasil da virada do século XIX para o XX:

Enquanto categoria profissional inserida na infraestrutura social, o engenheiro assume a posição de intelectual orgânico da burguesia monopolista, na proporção em que exerce uma função também ideológica e dirigente em determinada área (tecnologia), considerada básica para a reprodução das classes econômicas das classes dominantes (...). O destaque da categoria nessa posição, em instituições criadas na sociedade civil pela burguesia urbano-industrial, se deve ao fato de a sua formação técnico-ideológica adequar-se aos interesses de organização da produção que então preocupava a essa classe social. Nesse sentido, na proporção em que a função dirigente na organização econômico-corporativa da burguesia apresentava-se como fundamental, a ação do engenheiro, enquanto intelectual orgânico desta, abrangia várias áreas de conhecimento nesse nível. Além da área tecnológica, atuou na financeira e econômica, o que o caracterizava nesse período como o *intelectual orgânico por excelência da burguesia urbano-industrial*.

Em agosto de 1920, logo depois de posse do engenheiro-prefeito Carlos Sampaio, o Morro do Castelo recebia sua condenação de um júri formado pela ideologia médico-sanitarista; pela negação da sua complexidade social por parte dos “juízes supremos da espacialidade” (engenheiros, arquitetos, urbanistas etc.); pela opinião pública; pelo grande capital desejoso de um *habitat* propício para sua manutenção e ampliação, e, principalmente, pelo Estado. Sujeito total do espaço.

A sentença é sancionada na forma do Decreto 1529, de 9 de março de 1921, onde aprova-se os planos do arrasamento a serem organizados pela Diretoria Geral das Obras da Prefeitura. Dado o tremendo custo do empreendimento – ponto fartamente explorados pelos defensores, já vencidos, do Castelo – em 4 de outubro é oficializado o empréstimo de 93.600 contos (cerca de 12 milhões de dólares em valores atuais) junto aos banqueiros norte-americanos Dillon & Read (NONATO; SANTOS, 2000, p. 346).

A execução tem início antes mesmo da última missa – fúnebre – celebrada na Igreja de São Sebastião em 1º de novembro de 1921. Evento assistido por 10 mil pessoas. Entre esses

---

<sup>101</sup> Agi no original, em francês. Termo de difícil tradução. Tomado ao pé da letra seria relacionado ao ato de “agir sobre”.



o presidente Epitácio Pessoa, o prefeito Carlos Sampaio e outras autoridades eclesiásticas, civis e militares – o que comprova a importância deste “bota-fora” (MASCARENHAS, 2000, p. 72). Em junho de 1921, na altura das atuais ruas México e Santa Luzia, principiava-se a investida definitiva contra o ciclópico Castelo (imagem 61), cumprindo-se assim a profecia machadiana, vaticinada já na primeira frase, do primeiro capítulo de *Isaú e Jacó* (1904):

Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castello. Começaram de subir pelo lado da rua do Carmo. Muita gente ha no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés (ASSIS, 1904, p.1)

Figura 61 - Início da segunda rodada de demolição do Morro do Castelo. À direita da foto, os fundos da Biblioteca Nacional



Fonte: MALTA, 1921.

Para desmantelar 5 milhões e quinhentos mil metros cúbicos e 184 mil metros quadrados de monte, contrata-se o serviço da Leonard Kennedy & Co., firma norte-americana de engenharia que tombará o outeiro à força de jatos d'água de altíssima pressão. Esses disparados por mangueiras hidráulicas que fazem sua captação na Baía de Guanabara (MOTTA, 1992b, p. 57). Rocha por rocha, barraco por barraco, construção histórica por construção histórica, tudo virá abaixo (infográfico 2).

Infográfico 2. Sentido que tomou o desmonte do monte, bem como a disposição das mangueiras hidráulicas que darão fim ao Castelo



#### AS FRENTES DE TRABALHO

**1** Rua México    **2** Rua Santa Luzia

Fonte: VILAS BOAS [s/d.].

As imagens a seguir, de número 62, 63, 64 e 65, fornecem-nos um vislumbre do grande desmonte. Tudo cabalmente e debordantemente registrado, difundido e naturalizado – ou melhor, vulgarizado – pela mídia da época.

Figura 62 - Máquinas subjagam o outeiro histórico



Fonte: MALTA, 1922.

Figura 63. Jatos de água foram responsáveis pela maior parte de demolição do Morro do Castelo



Fonte: MALTA, 1922.

Figura 64 - O desmonte alcança o complexo dos jesuítas



Fonte: FERREZ, 1922.

Figura 65. À medida que o morro era demolido seus escombros eram prontamente transportados até a Baía de Guanabara por um sistema ferroviário de 6 locomotivas e 50 vagões



Fonte: Malta, 1922.

As terras do Morro servem para aterrar parte da Lagoa Rodrigo de Freitas, parte da Urca, alguns terrenos pantanosos no Jardim Botânico e outros baixios do território (GOMES, 2014, p.236). Mas, é a área da Baía de Guanabara defronte a Ponta do Calabouço que recebe a maior parte dos escombros do morro. Nesta cercania será levantado o Aeroporto Santos Dumont, no início da década de 1930. “Uma aberração artificial” sob a ótica de Elmo Amador (2013, p.152). Outrossim, toda essa localidade à oeste da entrada da Baía sofre mudanças morfológicas pesadas.

A Ilha das Cobras, antiga Ilha da Madeira, tornou-se inteiramente artificial, sendo aterrada, retificada e anexada à Ilha Fiscal, antiga Ilha dos Ratos, e ambas ligadas ao continente. (...) Diversas ilhas foram desfiguradas, arrasadas ou incorporadas ao continente por aterros, como os das Ilhas das Flores, do Mocangê Grande, do Pequeno, entre outros (AMADOR, 2013, p.152).

Aterramentos para todos os lados que geram impactos em múltiplas dimensões. “Impactos na circulação, sedimentação e produtividade biológica (AMADOR, 2013, p.178), mas também o fim de mais um espaço histórico dos primeiros tempos da ocupação do Rio de Janeiro: a cidadela de Villegaignon, a França Antártica. Localizava-se ela na Ilha de Serigipe, que acabou fundida ao aeroporto Santo Dumont, perdendo assim sua condição de ilha, de espaço insular. “Num mesmo ato criminoso sucumbem valores culturais, históricos e ambientais, para dar passagem à reprodução e à acumulação do capital” (AMADOR, 2013, p.178).

Infográfico 3. Junho de 1921. Panorama do Morro Castelo e seus principais fixos



Fonte: VILAS BOAS., 1921.

Infográfico 4. Outubro, 1921



Fonte: VILAS BOAS, 1921.

Infográfico 5 - Julho, 1922



Fonte: VILAS BOAS, 1922.

Infográfico 6 - Janeiro, 1924



Fonte: VILAS BOAS, 1924.

As terras do Morro servem para aterrar parte da Lagoa Rodrigo de Freitas, parte da Urca, alguns terrenos pantanosos no Jardim Botânico e outros baixios do território (GOMES, 2014, p.236). Mas, é a área da Baía de Guanabara defronte a Ponta do Calabouço que recebe a maior parte dos escombros do morro. Nesta cercania será levantado o Aeroporto Santos Dumont, no início da década de 1930. “Uma aberração artificial” sob a ótica de Elmo Amador (2013, p.152). Outrossim, toda essa localidade à oeste da entrada da Baía sofre mudanças morfológicas pesadas. Aterramentos para todos os lados que geram impactos em múltiplas dimensões. “Impactos na circulação, sedimentação e produtividade biológica (AMADOR, 2013, p.178), mas também o fim de mais um espaço histórico dos primeiros tempos da ocupação do Rio de Janeiro: a cidadela de Villegaignon, a França Antártica. Localizava-se ela na Ilha de Serigipe, que acabou fundida ao aeroporto Santo Dumont, perdendo assim sua condição de ilha, de espaço insular. “Num mesmo ato criminoso sucumbem valores culturais, históricos e ambientais, para dar passagem à reprodução e à acumulação do capital” (AMADOR, 2013, p.178).

A Ilha das Cobras, antiga Ilha da Madeira, tornou-se inteiramente artificial, sendo aterrada, retificada e anexada à Ilha Fiscal, antiga Ilha dos Ratos, e ambas ligadas ao continente. (...) Diversas ilhas foram desfiguradas, arrasadas ou incorporadas ao continente por aterros, como os das Ilhas das Flores, do Mocanguê Grande, do Pequeno, entre outros (AMADOR, 2013, p.152).

Seguindo pelo vetor norte-sudeste, a partir da velha Ponta do Calabouço, começa a surgir um aterro de grandes proporções alimentadas pelos entulhos do Castelo. Elaborados pelo urbanista Naylor Vilas Boas, os infográficos seguintes (3, 4, 5 e 6), apresentam o desenrolar desse processo durante o período compreendido entre 1921 e 1924, os anos mais decisivos. É quando o morro do Castelo murcha e o Aterro do Flamengo emerge da Baía. A destruição do Morro do Castelo<sup>102</sup> lega à cidade 650 hectares de áreas edificáveis. 420 hectares referentes a esplanada<sup>103</sup> onde localizava-se a colina propriamente dita (imagem 66) e 230 hectares subtraídos da Baía de Guanabara. Um trecho que vai da Ponta do Calabouço até o final da Av. Central (hoje Rio Branco), no ponto onde ela se une à Av. Beira-mar. Destruição/edificação que reflete e concretiza a tensão e a violência comum à produção das cidades capitalistas. Onde ao sabor do mercado, e com o beneplácito do Estado, espaços podem ser completamente arrasados a favor de outros espaços. Espaços novos, “em branco”,

---

<sup>102</sup> Não só cancelamentos físicos vive esse Rio antimonárquico: “Trocam-se os nomes de instituições tradicionais como o Colégio Pedro II, que passa a se chamar Ginásio Nacional. O Hospital Pedro II torna-se Hospital Nacional de Alienados” (RESENDE, 1994, p.128).

<sup>103</sup> Neves (1994, p.144) cita a medida exata: 431.534 metros quadrados.



espaços-lousa prontos para serem racionalizados e valorizados (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 177).

Figura 66 - Esplanada do Castelo, 1936.



Fonte: Fotografia sem autoria conhecida, 1936.

Um paralelismo sinistro conecta o fim do Castelo à outra operação radical levada a cabo pela jovem República brasileira: a campanha militar contra o Arraial de Canudos (ou Arraial de Belo Monte), ocorrida entre 1896-1897, no interior da Bahia. No Rio de Janeiro e no sertão baiano, a força do Estado fez-se sentir na forma de massacres sociais arbitrários evitáveis: o assassinio de milhares de fiéis do Conselheiro<sup>104</sup> e o degredo dos habitantes do Morro do Castelo. Este último não era imune à urbanização e certamente havia a opção de sanear ao invés de destruir. O monte não era responsável, como se aventava fartamente, por embarreirar os ventos renovadores da Guanabara, nem por causar enchentes no Centro da cidade. A massiva verticalização imobiliária a partir dos anos 1970 e o asfaltamento integral provocaria esses mesmos danos de forma mais brutal – isso sem contar com a elevação de temperatura que fazem dessa área da cidade uma ilha de calor insuportável (RINBINDER, 2005, p.16).

<sup>104</sup> A batalha chegou ao fim no dia 5 de outubro. O número de mortos no arraial é desconhecido – a estimativa vai de 5.000 pessoas (segundo registro do tenente Macedo Soares) até 26 mil, cálculo baseado na média de cinco pessoas para cada uma das 5.200 casas do povoado” (MOITA, 2014, p.24).

Castelo e Canudos, foram, isso sim, oportunidades para a República mostrar-se presente, proativa. Diferente do regime monárquico; arcaísta, inerme, lento, pesadão, inútil – nos últimos tempos do império, D. Pedro II ou era tratado como “o velho” ou como “Pedro Banana” (FREYRE, 2004 [1959], p.229). Em grelha mais aberta, trata-se de um choque de culturas, quase entre civilizações: do moderno contra o arcaico, do modernizado contra o pastoril, do interior com o litoral – sim, porque o que era o Castelo senão espaço repleto de ruralidades? Com moradores, em grande parte, imigrantes das roças falidas do interior, ou com hábitos e crenças da roça – roça caipira, brasileira, ou roça africanizada – mal assimiladas às urbanidades à europeia<sup>105</sup> que se buscava plasmar no Rio?

Briga de sangue: do sangue “europeu” ou com “mania de europeu”, contra o caboclo. Em foco mais estreito, tais medidas desproporcionais, são tapas nas caras (essa instituição da Polícia Militar do Rio de Janeiro) dos pobres, dos morenos miscigenados, daquelas religiões, também miscigenadas. Diz-se, sem dizer: daqui pra frente vai ser assim. E foi.

Certamente pode-se invocar, em ambos os casos, as palavras de Euclides da Cunha (1985 [1902], p. 86), cronista da Campanha de Canudos: “aquela campanha lembra um refluxo ao passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”.

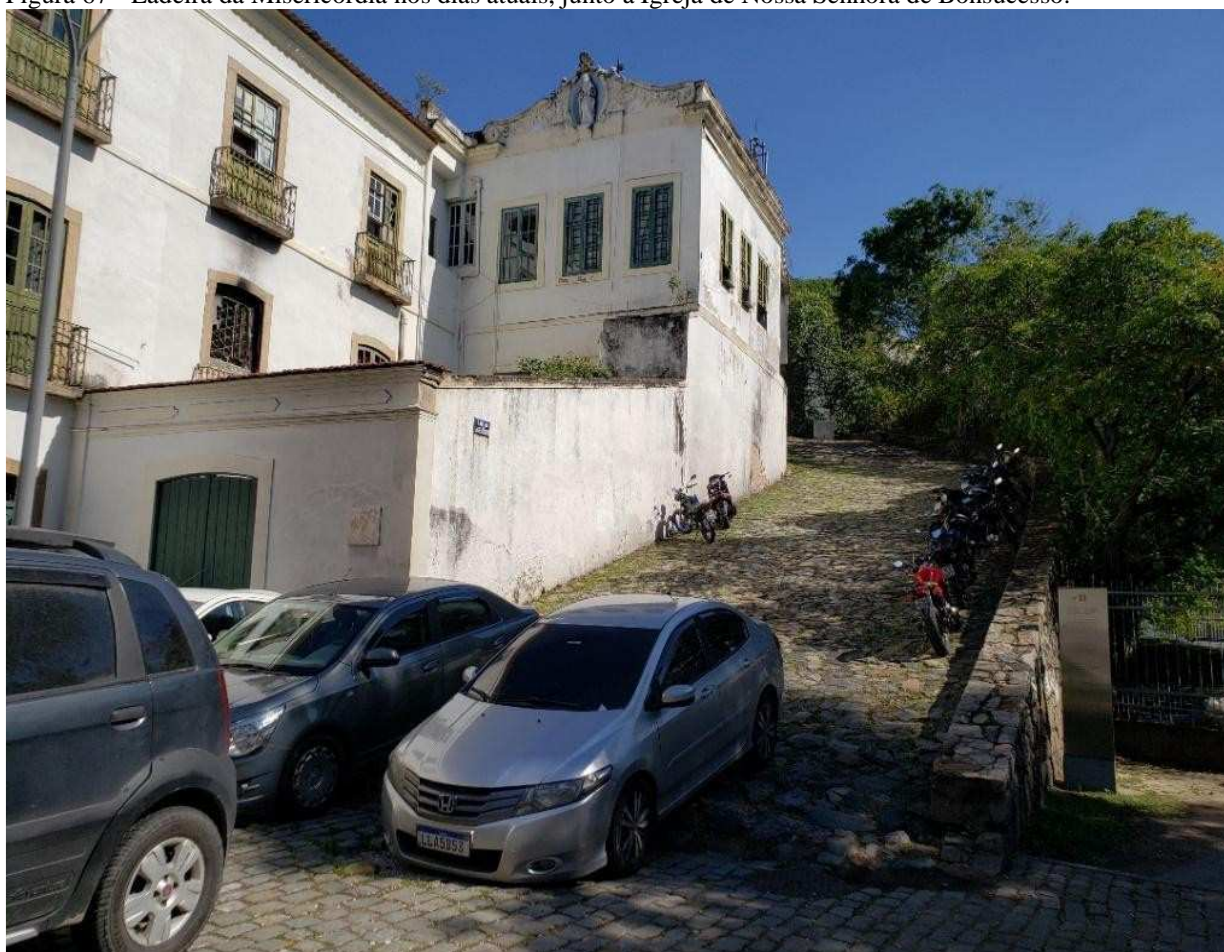
Restou algo do Morro do Castelo? Do Castelo físico quase nada. Apenas uma ondulação no terreno, só à custo percebida por quem trafega na Rua Primeiro de Março. Mantém-se também uma pequenina parte da Ladeira da Misericórdia. Rampa que anteriormente dava acesso às alturas do monte e hoje um lembrete fantasmagórico da sua ausência – não leva ninguém a lugar algum (imagem 67). Mas, as coisas não desaparecem assim, menos ainda a colina-mãe da cidade. Como adverte Lefebvre (2000 [1974], p. 190),

nenhum espaço desaparece completamente, abolido sem traços. Mesmo Tróia, Suse ou Leptis-Magna persistem nos espaços superpostos, ocupados pelas cidades sucessivas. Não haveria “interpenetração” (dos espaços, dos ritmos, das oposições) se fosse de outra maneira. Contudo, cada adjunção retoma e remodela o que a precede. Cada período, cada camada comporta, além deles mesmos, suas próprias condições.

---

<sup>105</sup> Ver ROMERO (2004, pp. 357 e 395)

Figura 67 - Ladeira da Misericórdia nos dias atuais, junto à Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso.



Fonte: O autor, 2021.

Sob esse raciocínio, Vilas Boas (2007) sustenta que o desafortunado Morro do Castelo persiste atualmente em três outros marcos que resistiram às reformas e operações urbanas do Centro do Rio de Janeiro: a Igreja de Santa Luzia (imagem 68), a Santa Casa de Misericórdia e o atual Museu Histórico Nacional (a pretérita “Casa do Trem”, onde reparava-se e guardava-se equipamentos militares). Por serem contemporâneas do monte e estando originalmente em seus limites físicos, essas edificações são totens fiéis de sua espacialidade. Mesmo que o morro tenha sido extirpado da paisagem, ele permanece, “virtualmente”, no espaço triangulado por esses três edifícios centenários.

Figura - 68. Igreja de Santa Luzia. Aos fundos desse fixo erguia-se o Morro do Castelo



Fonte: O autor, 2021.

No campo simbólico, além questão toponímica – a área onde localizava-se o Castelo herdou seu nome – e da já tratada presença do monte nas artes (pintura, literatura etc.) – Galarce *et* Linares (2020) invocam o conceito de “residualidade urbana” para explicar outro tipo de permanência do morro.

As propriedades residuais desaparecidas no passado pela destruição do morro parecem ressurgir de forma fragmentada no território através da presença de seres estigmatizados que ainda circulam por lá. O que nos leva a acreditar que a residualidade não foi completamente eliminada (como idealizava a elite carioca), apenas deixou de ter “cinco milhões e quinhentos mil metros cúbicos”.

Hoje percebemos que o estigma ainda prevalece de certa forma, marcado no território (...) se manifestando em pequenas situações de estranhamento. Elas são percebidas a partir de concentrações espalhadas de camelôs, colchões de papelão, pichações, lixeiras entupidas, gelos-baianos, mobiliários “anti-mendigos” (cadeiras com divisória no meio que impedem as pessoas de se deitarem, por exemplo), entre outros. No entanto, não podemos deixar de ressaltar que os mobiliários “esquisitos” são acompanhados de suas respectivas “criaturas” (GALARCE *et* LINARES, 2020, p. 105-106).

Embora se tenha eliminado aquele acidente geográfico “sujo” e “delinquente”, o espectro do Morro do Castelo prossegue vivo e maldito, assombrando a esplanada parida da sua destruição. Local que alberga uma população marginalizada que continua desafiando

aqueles que esperam encontrar no Centro da cidade um espaço urbano burguês homogêneo e asséptico. O sonho do gueto de ouro<sup>106</sup>. Uma utopia maldosa e ingênua: os desviantes e desviados sempre estiveram por aí – uma contracultura – concedendo à cidade sua própria condição de cidade, ou seja, de local de reunião.

A questão é que na área analisada existe uma grande diversidade devido à sua posição central na cidade e, portanto, as incongruências acabam ficando mais ressaltadas. Em razão disso as interações entre esses dois agentes de territorialidade se tornam mais expostas e visíveis. O problema é que esta equivalência quantitativa de “normais e estranhos”, por se tratar de uma zona acessível e de trabalho, faz com que seja comum observar, por exemplo, executivos e ambulantes ou policiais e mendigos, interagindo no mesmo espaço, o que, como já dito anteriormente, não é por si só negativa, mas contraditória, visto que trata-se de uma prática de tolerância e não de aceitação/inclusão do sujeito estigmatizado (só é praticada quando beneficia a fonte).

Portanto, podemos concluir que a residualidade é dada pela interação do estigmatizado com sua alteridade e não apenas da presença do primeiro. É o confronto de ambos num mesmo recorte espacial que provoca que o “atributo depreciativo” seja evidenciado e conseqüentemente rejeitado. (GALARCE *et* LINARES, 2020, p. 106-107).

O Morro Castelo também subsiste no Parque do Flamengo. Os escombros do monte – que, de certa forma, ainda são o monte – fornecem o chão para se plantar<sup>107</sup> nosso objeto de análise. Mas essa transmutação não é solitária. Nem tão grandioso, nem tão emblemático quanto o Castelo, o Morro de Santo Antônio tem também um papel de destaque nesse processo.

#### 4.2 O fim do Morro de Santo Antônio: o ciclo se fecha

Fincado entre as avenidas Nilo Peçanha, Almirante Barroso e Rio Branco – triângulo oxigenador do Centro da capital fluminense – o Largo da Carioca é hoje um dos espaços mais pulsantes da metrópole. Encontramos em seus arredores encontram-se agências bancárias, restaurantes, lanchonetes, cartórios, bancas de jornais, camelôs, artistas mambembes (uns picaretas, outros, talentosos), moradores de rua, pedintes, malandros, policiais militares, guardas municipais, pregadores religiosos, uma feira de artesanato e o

<sup>106</sup> Como cantava Jim Morrison e o seu esfuziante *The Doors*: “I live uptown/ I live downtown/ I live all around/ I had money, i had none/ I had money, i had none/ but i never been so broke that e couldn’t leave town” (MORRISON, 1971)

<sup>107</sup> Pedro Nava tratou o Parque do Flamengo poeticamente, oniricamente, por “Jardim da Glória à beira-mar plantado” (2014 [1981], p.33). Nava é nosso maior memorialista. Suas lembranças esmiuçam muito do que aconteceu no país do início do século XX até os anos 1980. As descrições que esse médico-escritor faz da geografia de Minas Gerais e do Rio de Janeiro merecem um estudo geográfico extenso e profundo, profundo nível abissal. Material para isso há.

edifício Avenida Central. Este último com 34 andares, 1061 salas e mais 200 lojas a oferecer produtos e serviços de informática: é o core geográfico desse tipo de comércio na cidade (PIRES, 2009). Defronte ao Largo, trepado no que resta do Morro de Santo Antônio, perseveram, altaneiros o Convento de Santo Antônio e a Igreja da Ordem Terceira da Penitência, cujas origens remontam aos primeiros anos do século XVII (SEGRE; KOATZ, 2012). Essa centralidade inegável amplia e muito se levarmos em conta os inúmeros pontos de ônibus e táxi que circundam o Largo e a presença da Carioca, uma das mais movimentadas estações de metrô do Rio de Janeiro. Por lá circulam diariamente cerca de 80 mil passageiros<sup>10875</sup>.

Tal furdunço, porém, é coisa antiga. Vieira Fazenda em suas *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* (1921) diz que por volta de 1575 a lagoa que existia ali era usada pelos índios (como local de banho) e pelos artesãos coloniais (para lavagem de couros). Depois edifica-se ali uma praça com o primeiro grande chafariz da cidade, o Chafariz da Carioca (1723)<sup>109</sup>. Fonte de água potável e ponto de lavagem de roupas, este chafariz – a semelhança de outros – torna-se um “elemento aglutinador das camadas populares da cidade” (SEGRE; KOATZ, 2012, p. 2). Além dessa lagoa, o atual Largo da Carioca abrigava também o Morro de Santo Antônio. Que será quase totalmente varrido da paisagem.

Assim como o Boqueirão do Passeio tornado Passeio Público, a geo-história do Largo da Carioca é ao mesmo tempo parte e síntese – síntese, não resumo – da própria geo-história da cidade do Rio de Janeiro, onde o espaço acaba por ser moldado pelas necessidades do Estado e das agendas do capital – primeiro capital eminentemente comercial-colonial, depois industrial-republicano. A lagoa será drenada, dessecada e aterrada configurando-se como “primeiro ecossistema alterado na bacia da Baía de Guanabara” (AMADOR, 2013, p. 280). Trabalho difícil, moroso, arrastando-se pelo século XVII e primeira metade do século XVIII. Será concluído em 1760 (ABREU, 2010b, p. 265). As imagens 69, 70 e 71 ilustram, na forma de recriações artísticas, a Lagoa e parte do Morro de Santo Antônio nos anos de 1650, 1723 e 1824, quando, por fim, a Lagoa se encontrava já extinta.

<sup>108</sup> [https://www.metrorio.com.br/Estacoes?p\\_ponto=17](https://www.metrorio.com.br/Estacoes?p_ponto=17). Acesso em: 01 abr. 2022.

<sup>109</sup> Chafariz da Carioca, pois suas águas eram provenientes do Rio Carioca, levadas até ali pelo Aqueduto da Carioca, os conhecidíssimos Arcos da Lapa atuais. Duas outras versões do chafariz são levantadas no mesmo local: uma em 1830 e outra em 1843. Em 1926, por ocasião da total reformulação arquitetônica do Largo, o chafariz histórico é definitivamente demolido (SEGRE; KOATZ, 2013).

Figura 69 - . 1650



Fonte: PEREIRA, 1999.

Figura 70 - . 1723



Fonte: PEREIRA, 1999.

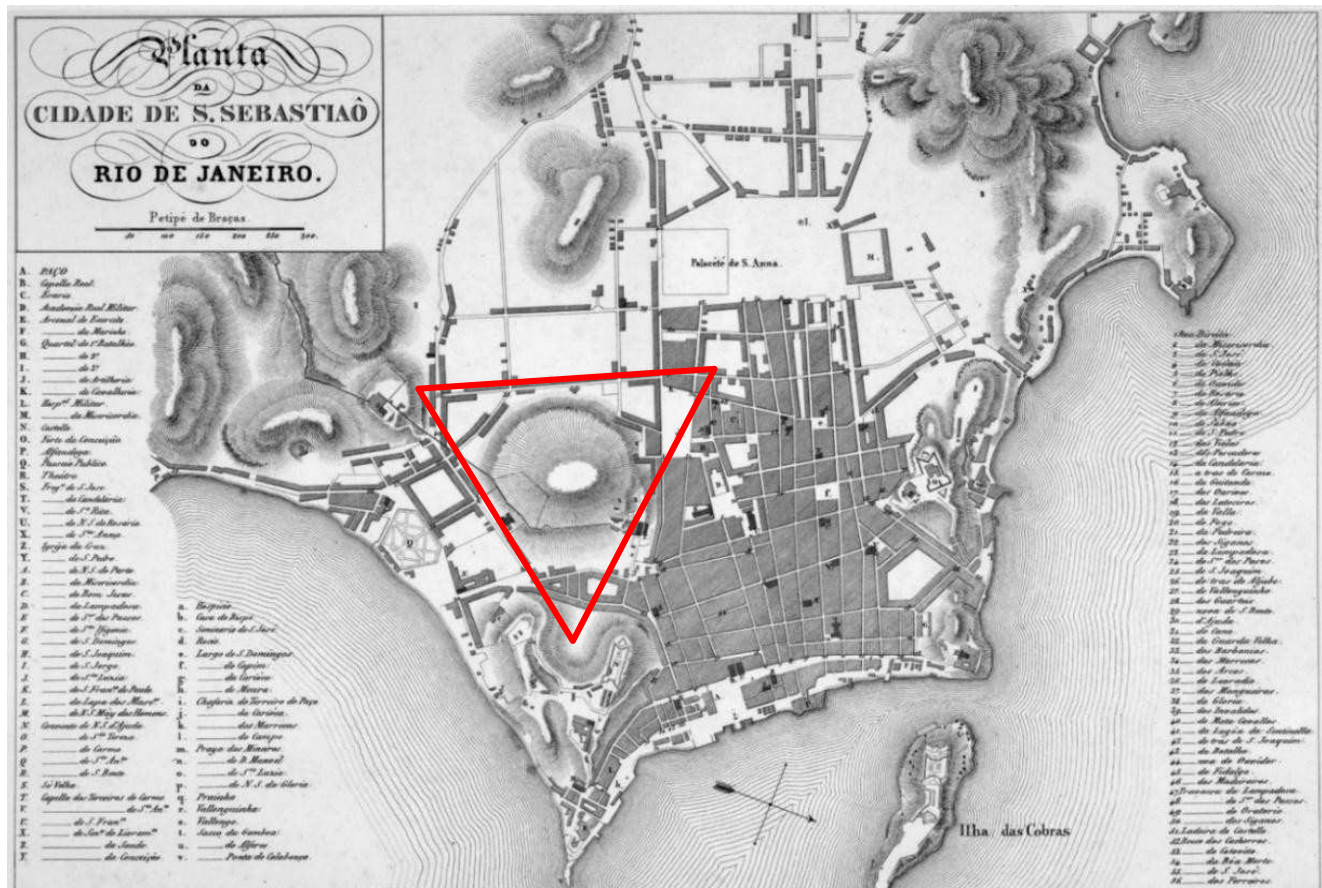
Figura 71 - 1824.



Fonte: PEREIRA, 1999.

Embora ao fim e ao cabo tivesse o mesmo destino do Morro do Castelo – e seus despojos a mesma destinação – o Morro de Santo Antônio teria uma sobrevida maior. Era originalmente chamado de Morro do Carmo, “porque nele, em 1591, Crispim da Costa e sua mulher quiseram que os carmelitas levantassem sua casa, para isso oferecendo-lhes os chãos suficientes” (GERSON, 2000 [1955], p. 103). Mas, como atenta Brasil Gerson, “como se tivessem (as carmelitas) preferido ficar na zona praieira, mais tarde nele se instalaram os franciscanos vindos da ermida de Santa Luzia e de N.S. da Ajuda” (GERSON, 2000 [1955], p. 103). *Tempus fugit* e nessa elevação é erigido o Convento de Santo Antônio e a Igreja da Ordem Terceira da Penitência, cuja pedra fundamental é assentada em julho de 1608. O novo topônimo da colina – Morro de Santo Antônio – advém desse complexo religioso (mapas 13, 14 e 15).

Mapa 13. O triângulo vermelho marca a localização do Morro de Santo Antônio no Rio de Janeiro do século XIX



Fonte: WALTER, 1835.



Mapa 14. “Guia e plano da cidade do Rio de Janeiro”.



Nota: No detalhe, o Morro de Santo Antônio em 1858  
 Fonte: KINNEY; LEEDER, 1858.

Mapa 15. O polígono vermelho marca onde se localizaria o Morro de Santo Antônio nos dias atuais.



Fonte: O autor, 2021.

Os primeiros projetos para a eliminação do Morro de Santo Antônio datam da primeira metade do século XIX. Menções a esse “melhoramento” estão presentes em pelo menos 3 planos urbanizadores: o Relatório de Obras de Henrique Beaurepaire-Rohan (1843), o Plano da Comissão de Melhoramentos (1875) e o Plano Diretor de Donat Alfred Agache (1930). Propostas, que, contudo, não saem do papel, dando tempo ao monte (SEGRE; KOATZ, 2013). Ao adentrar nos anos 1950, porém, as ameaças se acirram, com o fugidinho morro recebendo *maxima culpa* por uma série de contratempos urbanos que “justificam” seu desmantelamento. Entram em pauta:

a) A questão habitacional:

Espaço voltado ao usufruto de fiéis e religiosos durante o período colonial, o Morro de Santo Antônio passa, a partir do final do século XIX – 1863 ou 1894 – abrigar a *favela-matter* do Rio de Janeiro e do Brasil a partir de<sup>110</sup>.

Após a Revolta da Armada (1893), o governo federal autorizou a ocupação do Convento de Santo Antônio por militares que participaram desta crise política. Sendo insuficientes as acomodações, foi autorizada a ocupação das encostas mais próximas. Começa assim a história oficial da favela na cidade do Rio de Janeiro (BARROS, 2014, n.p.)

Abreu (1994, p. 37) endossa a afirmação e recorda que em 1901 já existiam 400 barracos no Santo Antônio (imagens 67 e 68), favela que teria existência das mais dinâmicas e resilientes.

Primeira favela da cidade, ela foi removida ainda em 1901, mas retomou o seu antigo lugar durante a reforma urbana. Em 1910, muitos barracos foram novamente removidos consentindo entretanto o governo, que seus moradores construíssem outros no morro do Telégrafo, afastado da área central. Pouco tempo depois, já estavam os barracos de volta àquela colina, para serem novamente ameaçados de despejo em abril de 1916. Tendo os moradores conseguido, em maio, um adiamento da execução da ordem judicial, foram todos eles surpreendidos no mês seguinte por violento incêndio, certamente de natureza criminosa, que destruiu grande parte dos casebres ali existentes. Qual fênix renascida, entretanto, já ocupava a favela novamente o seu antigo lugar em 1919, para horror da imprensa burguesa (ABREU, 1994, p.41).

---

<sup>110</sup> É dificultoso rastrear o marco zero do processo de favelização do Rio de Janeiro (e do país). Ao mesmo tempo em que barracos ocupavam o Morro de Santo Antônio, há indícios, na mesma época, de construções do mesmo tipo no Morro da Providência. Datas exatas não há, posto que as favelas passam a serem observadas mais seriamente a partir da década de 1940. Observadas invariavelmente como um problema – Frankensteins que um dia tomariam consciência e atacariam o restante da cidade, no entendimento do rotundo e cineasta norte-americano Orson Wells em visita ao Rio.

Além da persistência, as favelas adquirem um incremento significativo após a luta do prefeito Pereira Passos contra os cortiços e as estalagens.

A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego. Essa população, paradoxalmente, não cessava de crescer, atraída que era à cidade pelo desenvolvimento industrial e pelos empregos na construção civil (ABREU, 2011 [1987], p. 66).

Um intenso fluxo migratório interno durante toda década de 1950 – levadas principalmente de nordestinos fugindo de sucessão de secas cruentas – incrementa o já crítico fator habitação na Capital. Questão irresolvida, e, pior, agravada pela reforma de Pereira Passos no início do século. Nos anos 1960 o drama aumenta de tom e a população carioca favelada alcança um aumento de 98% em relação à década anterior (ABREU, 2011 [1987], pp. 118-126).

Com discurso muito semelhante àquele usado contra o Morro do Castelo, a favela do Morro de Santo Antônio (imagens 72 e 73) passa a ser atacada – majoritariamente por veículos de imprensa e pelo Estado – como representante do atraso, da pobreza e da decadência. Além de abrigar uma população presumivelmente perigosa.

Áreas de ocupação ilegal, de crescimento espontâneo e carentes de uma infraestrutura básica, logo, fora das normas de urbanização, as favelas sempre representaram um entrave diante dos programas de planejamento urbano projetados ou realizados. Acresça-se a ameaça latente que também sempre representaram para o status quo, violentando a ordem estabelecida, aglomerando populações de baixa renda, de considerável importância quantitativa e com forte potencial de mobilização (VALLADARES, 1979, p. 31).

Junto a questões de ordem imobiliária, e de “segurança pública”, há o elemento perceptivo. A favela é onde o pulso da cidade pulsa mais forte. A favela – onde a mão ordenadora do Estado não alcança, ou alcança quando quer, em raras ocasiões. E no mais vive-se nelas com um Estado paralelo – é uma cidade amplificadora, sem freios, sem rodeios. A favela incomoda. É onde os sentidos forçosamente amplificam-se. Se vê mais cores, se sente mais cheiros pela proximidade compulsória das habitações e das gentes, se saboreia mais as comidas, sempre “sem miséria” (uma questão de honra, a fartura, seja em festas, seja no dia-a-dia). Lá se se ouve mais – nos princípios os ritmos africanos, hoje, o samba, o neo-pagode, e, principalmente, aquele *funk carioca* que é subgênero do Miami-bass norte americano, aqui devidamente tropicalizado e anabolizado. Ouve-se louvores, atabaques e tiros também.

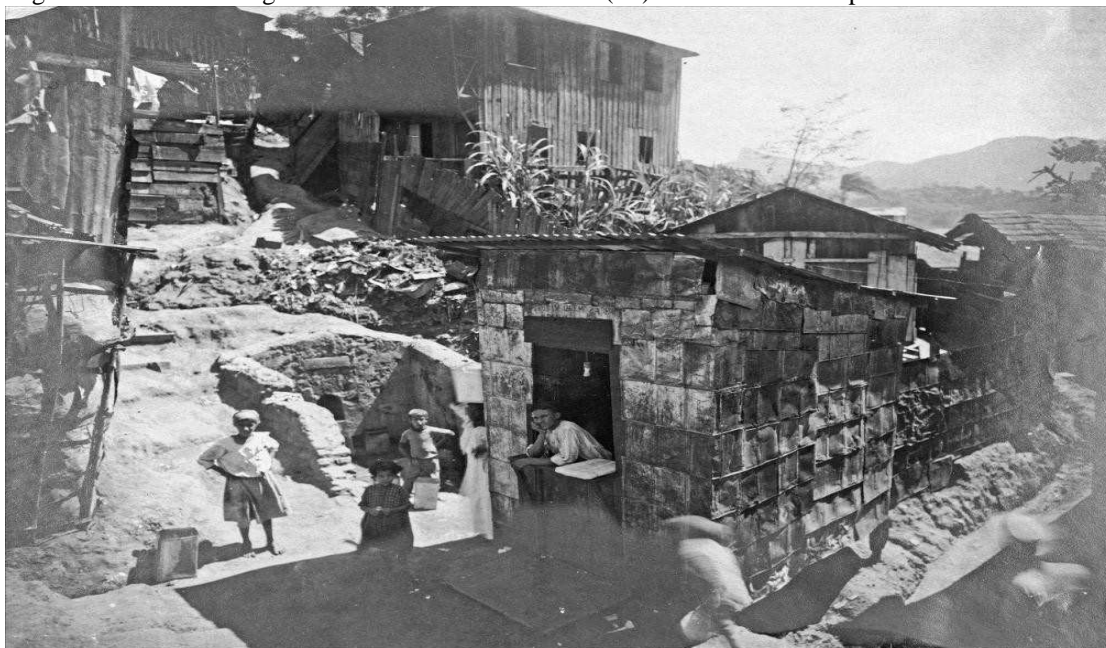
A favela expõe não apenas as contradições de um Rio de Janeiro socialmente, economicamente e culturalmente clivado, mas seus próprios paradoxos. É onde o menos é mais, no sentido de haver sempre mais do menos. Uma precariedade ostensiva, um princípio de incerteza à avessas, onde a coisa certa é tudo ser incerto. A Sociologia da favela é vasta e ainda é pouca. A favela é fértil.

Figura 72. Morro de Santo Antônio em 1952



Fonte: fotografia de autoria desconhecida, 1952.

Figura 73 -. “Fonte de água no Morro de Santo Antônio (RJ)”. Carência social pintada de caos urbano.



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, 1916.

b) A questão viária:

É Maurício de Almeida Abreu em seu introdutório e já clássico estudo *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, quem nos apresenta as pressões que incidem sobre a mobilidade urbana carioca nos anos 1950:

os problemas de deslocamento Centro-zona sul foram cada vez mais se acentuando no decorrer dos anos, exigindo a melhoria não só do transporte coletivo, mas também das próprias vias de circulação. O problema se acentuava, ademais, em função do uso crescente de veículos particulares, consequência direta da concentração de riquezas nessa parte da cidade. Some-se isso a ausência de túneis diametrais urbanos, que fazia com que grande parte do tráfego norte-sul tivesse que passar obrigatoriamente pelo Centro da cidade, ocasionando sérios problemas de congestionamento de veículos (ABREU, 2011 [1987], p. 130).

O crescimento demográfico da Zona Sul e sua conexão viária com a área central da cidade influenciarão não apenas o destino do Morro de Santo Antônio, mas também a concepção do Parque do Flamengo.

c) A perda de *status*

Concomitante às questões acima, está o temor, por parte de certos agentes urbanos, da perda do *status* do Rio de Janeiro como Capital Federal, vitrine do progresso brasileiro e “caixa de ressonância” da nação (MOTTA, 2001). Medo válido: desde a Assembleia Constituinte de 1891 discutia-se seriamente a mudança da Capital para o interior do país. Nesse sentido,

não seria infundado conceber a exibição e associação de elementos de progresso também relacionada a um esforço de manutenção de status da cidade do Rio de Janeiro. Afinal, os ganhos urbanísticos com a nova esplanada de Santo Antônio, frequentemente anunciados (mesmo ainda quando não saíram do papel), reforçariam a imagem de progresso do Rio de Janeiro (AMOROSO, 2009, p. 17).

Na administração do prefeito Dulcídio Cardoso (1952-1954), essas três questões precipitam a demolição do Morro de Santo Antônio. Iniciadas, mas indolentes, as obras têm de se acelerar na administração Alim Pedro (1955-1956). É com o entulho do morro que se vai aterrar o trecho da Baía de Guanabara escolhido para sediar as celebrações do 36º Congresso Eucarístico Internacional, marcado para julho de 1955 (imagem 74).

Outra vez um megaevento internacional – dessa vez internacional, religioso, santo, ou seja, inquestionável – servia como álibi para o desmonte de um morro e um novo

aterramento da baía. Esse vai se estender da altura da rua Santa Luzia, no Centro, à altura do Monumento dos Pracinhas, no bairro da Glória.

Figura 74. “A maior festa da cristandade no mais belo cenário do mundo”.



Nota: Era a manchete do jornal *O Globo* de 23 de julho de 1955

Fonte: fotografia sem autoria conhecida.

Transcorrido o evento, cabe ao prefeito Francisco Negrão de Lima (gestão 1956-1958) prosseguir com o desmorte. Nesse ínterim, os custos desse empreendimento, cada vez mais vultosos, precisam ser equacionados.

Para escapar das limitações do orçamento municipal, o prefeito Francisco Negrão de Lima enviou a Mensagem Nº 53 para a Câmara de Vereadores, em setembro de 1957, propondo a criação de um Fundo Especial de Obras Públicas financiado por um aumento de impostos. O anteprojeto de lei proposto por Negrão de Lima defendia a criação de uma superintendência subordinada ao prefeito, com liberdade para realizar operações de crédito para executar um plano de obras. A principal fonte de financiamento ao fundo, a ser administrado pela nova superintendência, seria um acréscimo de 10%, durante dez anos, sobre o Imposto sobre Vendas e Consignações; o principal tributo arrecadado pela municipalidade.

A Lei N.º 899, de 28 de novembro de 1957, instituiu um Fundo Especial de Obras Públicas, criou a Superintendência de Urbanização e Saneamento – SURSAN – para administrar tais recursos e aprovou seu Plano de Realizações. Ao contrário das pretensões do prefeito, a fonte das verbas não veio de um aumento nos tributos, mas de 10% da previsão de arrecadação dos impostos sobre Vendas e Consignações, Territorial, Predial, Indústrias e Profissões e outras pequenas taxas do Rio de Janeiro. (SILVA, 2019. n.p.)

Com as finanças revitalizadas pelo adicional fiscal e os trabalhos decentemente administrados pela SURSAN, a demolição avança (imagens 75, 76 e 77). Mas só será concluída em 1959, na administração de José Joaquim de Sá Freire Alvim (1958-1960).

Figura 75. O desmonte



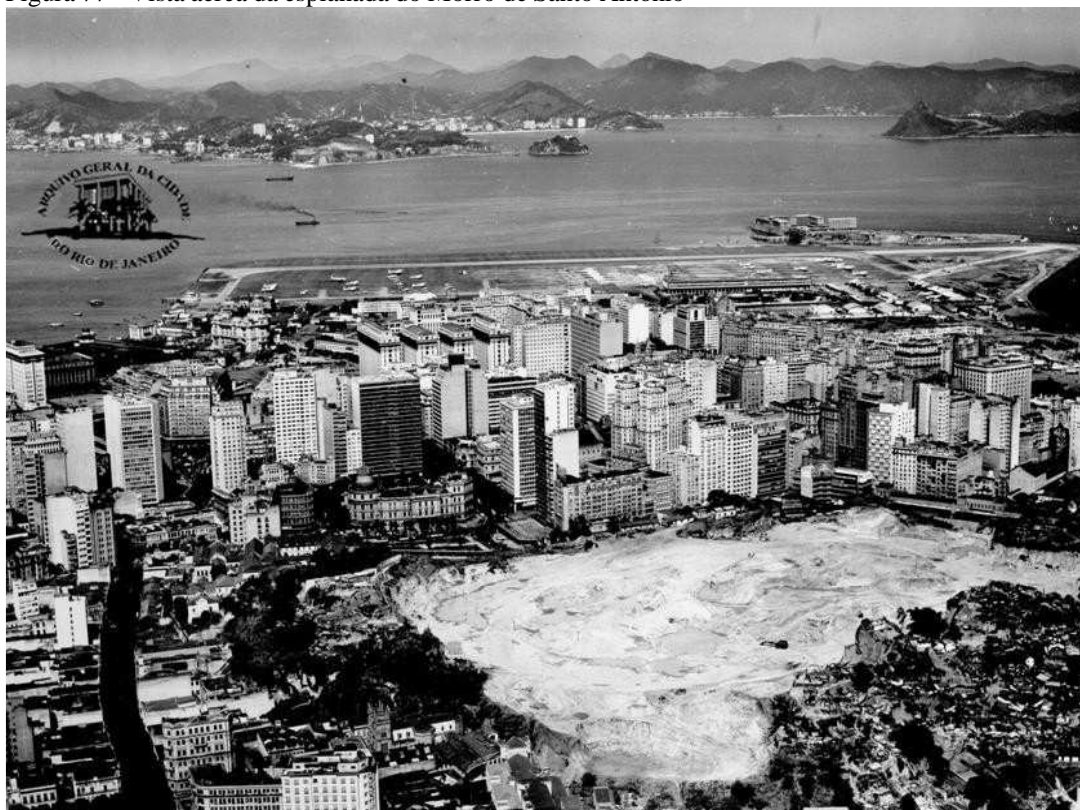
Fonte: fotografia sem autoria conhecida, 1950-1960.

Figura 76 - . O outeiro se aplaina



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, 1950-1960.

Figura 77 - Vista aérea da esplanada do Morro de Santo Antônio



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, [s/d].

Além de dar fim a primeira favela da cidade, a extinção do Morro de Santo Antônio abre caminho para a abertura da Avenida República do Chile, inaugurada em janeiro de 1959. Via projetada para escoar 3 mil veículos por hora, servindo como alternativa de ligação da Zona Norte, e da própria área central, com a Zona Sul da cidade. A ideia é liberar as outras ruas do Centro, cotidianamente congestionadas (AMOROSO, 2009, p. 18). Essa benfeitoria viária se faria acompanhar por uma série de investimentos imobiliários na área antes dominada pelo Santo Antônio.

Edificam-se ali fixos de arquitetura grandiosa e alto peso simbólico e institucional: o Edifício Presidente Castello Branco (1973), que sediava o Banco Nacional de Habitação (BNH); o Edifício Sede da Petrobras (1974), cujo talhe emula uma plataforma de petróleo; a Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas almas quadradas alcançando os céus (1979) e o prédio do BNDES, erguido em formato de árvore (1974). Vai-se, assim, da habitação colonial da população pobre à arquitetura pós-moderna milionária.

Neste capítulo, regredimos, à Lefebvre, à demolição de dois acidentes geográficos emblemáticos – o Morro do Castelo e o Morro de Santo Antônio – e à utilização de seus entulhos no aterramento da Baía de Guanabara. Operação orquestrada pelo Estado. *Caput mundi* que une diversos grupos sociais (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 53) – e que cobra



altíssimo custo social. Social, cultural, histórico e financeiro. Pois, a partir daqui, passamos ao exame de dois produtos espaciais dessa operação que estão diretamente conectados ao nosso objeto de investigação: o Aterro do Flamengo e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

## 5 ATERRO DO FLAMENGO E MAM-RJ: O PARQUE DO FLAMENGO SE INSINUA

Rio de Janeiro, início da década de 1960. Para aqui, essa urbe com contradições *quasi* inconciliáveis, nos trouxe o *momento* analítico-regressivo lefebvriano. Rio da sincopada batida *zen* da bossa nova e das buzinas dos automóveis em engarrafamentos diários; da progressista Nova Zona Sul e das estruturalmente precárias Zonas Norte e Oeste; das praias badaladas, e das favelas à beira dos precipícios (literais e simbólicos). Tudo junto, ecumenicamente, sincreticamente.

No flanco oeste da Baía de Guanabara, a colossal massa demolida dos morros do Castelo e de Santo Antônio deu origem a um aterro de aproximadamente sete quilômetros de extensão e 2.000.000 m<sup>2</sup> – trecho que vai da antiga Praia de Santa Luzia ao Morro da Viúva (imagem 73). Sobre este solo novo será erguido o Parque do Flamengo – isso justifica plenamente nossa atenção. Antes, porém, edifica-se ali outro espaço de relevância, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ). Experimento arquitetônico e paisagístico onde serão testadas muitas das premissas posteriormente usadas em nosso objeto. Portanto, regressemos. Ao Aterro e ao Museu.

### 5.1. O Aterro do Flamengo

Chão estável sobre águas, lama e lodo seculares. Obra arrastada, indolente. Dependente do desmantelamento de acidentes naturais e de verbas públicas. Vai de 1921 até 1965, atravessando inúmeras administrações. Obra estratégica. Situado entre as Zona Central e Zona Sul – as mais prestigiadas da Capital Federal – o Aterro do Flamengo já nasce altamente valorizado (imagem 78).

De forma semelhante às outras ações urbanas vistas nesse estudo, também aqui faz-se primordial revelar o ator social por trás do Aterro do Flamengo. Ora, a *démarche* regressiva-progressiva não pede o mapeamento e a datação das técnicas usadas pelos agentes urbanos quando estes transformam a natureza em segunda natureza a ser vendida e comprada – ou seja uma mercadoria? Pois, para Lefebvre é a análise do grau de capacidade técnica e o nível de poder econômico responsável por essa transformação que pode revelar sua identidade

(LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 102). Aplicando essa lógica ao Aterro do Flamengo encontramos o inquestionável protagonismo do Estado.

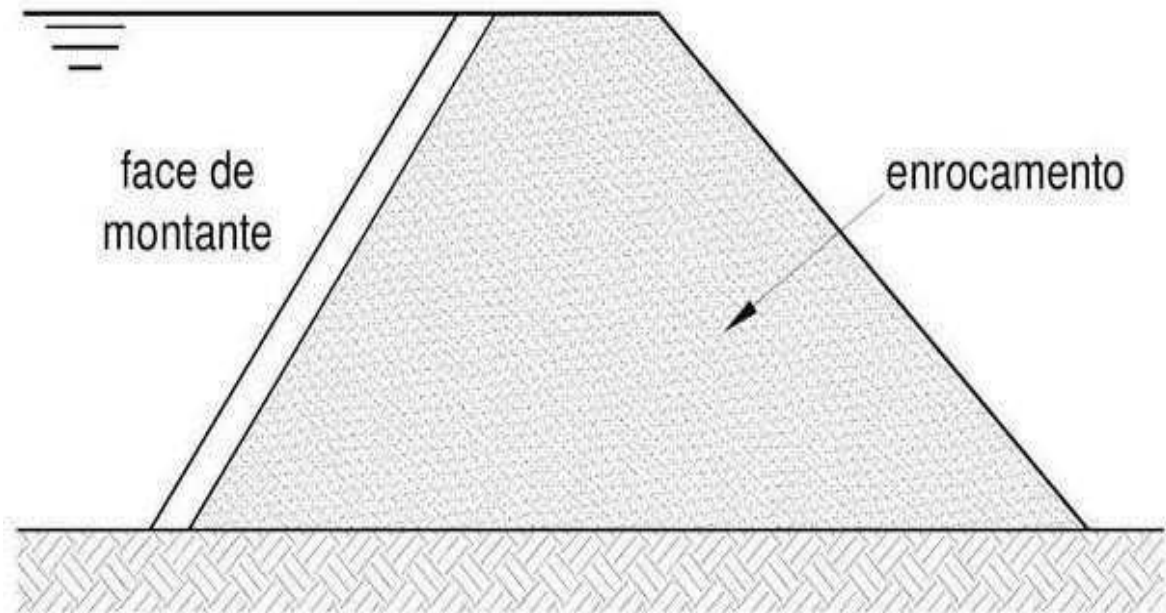
Figura 78 - Aterro do Flamengo em 1959: possibilidades



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, 1959.

Para a hercúlea missão de vencer as águas da Guanabara, o Estado vale-se de uma técnica que a engenharia chama de *enrocamento de pedras* ou *rockfill*, já usada com sucesso na construção do novo porto do Rio de Janeiro e na Av. Beira-mar (CRISTINA *et ali.*, 2017; GIRÃO, 2011). Em termos essenciais, levanta-se um muro formado por grandes rochas (ou blocos de concreto) sobrepostas ao redor de dada área alagada. Protegido do fluxo das águas, esse terreno é dissecado e posteriormente aterrado (diagrama 1 e imagens 79 e 80).

Diagrama 1. Esquema simplificado de uma barragem de enrocamento de pedras (corte transversal)



Fonte: ANA, 2021.

Figura 79 - Parte do enrocamento usado no Aterro do Flamengo foi incorporado à paisagem



Fonte: O autor, 2021.

Figura 80 - Nessa sequência fotográfica é possível acompanhar a técnica da barragem de enrocamento sendo utilizada no aterramento da Baía de Guanabara – na altura do Morro da Viúva



Fonte: SOARES, [s.d].

Esclarecer como e quem edificou o Aterro é um bom início, contudo, faz-se necessário, também, compreender os contextos políticos, culturais e econômicos envolvidos. Ora, sabemos que mui expressiva é a prateleira política galgada pela cidade do Rio de Janeiro ao longo dos séculos: sede do Reino de Portugal, Capital do Império do Brasil (como Município Neutro) e Distrito Federal. O posto de cidade-capital, porém, encontra no mandato do Presidente Juscelino Kubitschek, eleito em 1956, uma ameaça grave.

Um ano antes, em comício de campanha em Jataí, “cidade perdida nos sem-fins de Goiás”, o então candidato Kubitschek fora inquirido por um popular se, se eleito, iria cumprir a Constituição Republicana de 1891 e transferir a Capital para o interior do país 77. Juscelino, que já possuía um Programa de Metas onde tal assunto não era nem remotamente aventado, não se fez de rogado, e, aproveitando a deixa, comprometeu-se em construir a nova capital e para lá mudar a sede do Governo Federal (KUBISCHEK, 2000 [1975], pp. 5-7).

Kubitschek vence a eleição e, em 1º de outubro de 1957, o Congresso Nacional aprova a Lei nº 3.273<sup>111</sup>, cujo artigo primeiro artigo estabelece que o deslocamento da Capital da União para um novo Distrito Federal se dê, impreterivelmente, no dia 21 de abril de 1960. Dia em que celebra-se a fundação de Roma e em que Tiradentes, mártir da independência brasileira, fora executado. Trata-se de uma sentença para o Rio de Janeiro: o erguimento de Brasília significará o início do fim do que Carlos Lessa (2005, p. 237-238) chama de “décadas douradas”. Os anos compreendidos entre 1920 e 1960, de boa prosperidade da cidade,

As percepções dividiam-se sobre a transferência. Parte da população, da *intelligentzia* e dos políticos cariocas faziam coro com o jornal *Correio da Manhã*, que, em 1958, perguntava angustiado: “O que será do Rio?” (MOTTA, 2001, p. 70)<sup>112</sup>. Havia, por outro lado, aqueles que defendiam que pouca coisa haveria de mudar. Afinal, estamos no Brasil, terra de maravilhosas lentidões, leseiras e cochilos.

Ao longo das décadas douradas o Rio acostumou-se a ser amado, a inspirar declarações de encantamento e admiração por suas maravilhas. Não se sentiu ameaçado pela proposta de Juscelino Kubitschek de transferir a capital. No final das décadas douradas era máxima a autossuficiência do Rio. O Rio aceitou Brasília como uma piada. Lá seria a terra do famoso “amarelo Brasília”, em contraste com a morenice carioca. O Rio, acostumado a renascer pelo Centro *à la Paris*, a afirmar-se com a Copacabana Princesinha do Mar, não acreditava numa construção que seria feita no interior desocupado (LESSA, 2005, p. 289).

<sup>111</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13273.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13273.htm). Acesso em: 20 out. 2021.

<sup>112</sup> Além do *Correio da Manhã*, que entre julho e agosto de 1958 dedicara uma série de 32 reportagens ao tema, os jornais *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* posicionavam-se frontalmente contrários à transferência da Capital. Por seu turno, o *Diário Carioca* apoiava a mudança (CURY, 2022).

Ambos, “catastrofistas” e “*relaxes*”, terão razão. O mito da terra carioca como *ville merveilleuse* resistiria à mudança de *status* político (VIDAL, 2012, p. 91). “Capital cultural”, “porta do Brasil para o mundo” e melhor versão do “*Brazilian way of life*” eram epítetos teimosos, que continuariam definindo, entre a realidade e o ufanismo, o Rio de Janeiro. Cidade que em abril de 1960 deixava de ser capital do país (ENDERS, 2015 [2000], p. 272).

Brasília, calor seco de dia, frio com vento à noite, meio sonho dom bosquiano – cinematográfico na visada cristalina – meio fato arquitetônico monumental, custaria a incorporar o papel de centro das discussões e decisões políticas do país. O escritor norte-americano John Dos Passos, esteve na nova capital no início dos anos 1960:

em Brasília, tudo era caótico. A capital fora recentemente inaugurada. Mais da metade dos gabinetes do governo federal ainda estava no Rio. Os políticos, e particularmente suas esposas e famílias, se recusavam a trocar as amenidades da antiga capital que lhes eram familiares pelas imensidades expostas ao vento do barro vermelho e ao pó das construções da fantástica nova cidade do planalto, a mil quilômetros do litoral. O novo prédio do Congresso de Niemeyer era ótimo pra se ver, mas ruim para se operar. Mesmo quando o presidente conseguia atrair senadores e deputados suficientes para Brasília a fim de conseguir quórum, achava difícil dirigi-los para uma legislação construtiva (DOS PASSOS, 1963 [2013], pp. 230-231).

Mesmo que nos inícios Brasília não passasse de uma capital cenográfica e que o Rio de Janeiro se mantivesse como “caixa de ressonância para os movimentos políticos e sociais” da nação (ENDERS, 2015 [2000], pp. 275), os cariocas seguiam amedrontados. Ao deixar de ser Capital, o Rio de Janeiro fora atirado em um limbo, ou, em hipótese mais branda, numa encruzilhada institucional.

Campo aberto a diversos experimentos políticos, o Rio de Janeiro, mais uma vez, deveria ser o laboratório de uma complexa experiência: a reinserção da “vitrine da nação” – como novo e especial membro – no conjunto federativo. Três foram as propostas então apresentadas: território da Guanabara; estado da Guanabara; município do Rio de Janeiro, incorporado ao Estado do Rio. Muito mais polêmico que a discussão sobre a transferência da capital para Brasília, o debate sobre o futuro do ex-Distrito Federal revelou, mais uma vez, os impasses e as contradições que acompanhavam a definição de uma nova identidade para a cidade (MOTTA, 2001, p. 73).

Depois de renhida refrega entre setores da sociedade contra e à favor da fusão do Município com o Estado do Rio de Janeiro, essa última proposição sai vencedora, dando origem ao Estado da Guanabara. Proposta, aliás, nada nova. Estava prevista desde a Constituição de 1946, da qual o Art. 4<sup>o</sup> define que “efetuada a transferência, o atual Distrito

Federal passará a constituir o Estado da Guanabara<sup>113</sup>”. Único caso de cidade-estado na história do país.

Como Guanabara – meio-termo institucional razoável – o Rio mantém alguns privilégios e ganha outros. Sua autonomia administrativa é assegurada, sua arrecadação amplia-se e sua população adquire o direito de escolher por voto direto o seu governador (MOTTA, 2001, 66-78). Os próceres do ex-Distrito Federal não permitiriam mesmo que a cidade fosse alijada de todos os seus poderes e prestígios centenários. A influência desses políticos, mais o temor da virulência da imprensa carioca, mais a fama de cidade de população inconformista e baderneira (via-se pela inesquecida Revolta da Vacina), revelaram-se obstáculos espinhentos para quem pretendia alienar da urbe sua capitalidade e centralidade.

É nesse contexto turbulento de perdas e ganhos que, em 1961, toma posse Carlos Lacerda, primeiro Governador eleito do Estado da Guanabara<sup>114</sup>. Com passagem por diversos veículos de imprensa, ex-vereador e ex-deputado federal, Lacerda se celebrizara como jornalista eletrificado, combativo e contundente<sup>115</sup>.

Nascido em 1914, no Rio de Janeiro, em uma família onde o pai, o avô, e o tio paternos eram políticos, Carlos Frederico Werneck de Lacerda (imagem 81) será personagem da República com uma trajetória de extremos. Comunista convicto na juventude, adulto o jornalista encarna os papéis invulgares de “o maior opositor do comunismo no Brasil” (REBELLO FILHO, 1981, p. 22) e “símbolo máximo da direita ideológica no panorama político da segunda metade do século passado” (FRIAS FILHO, 2014, p. 30).

Tribuno furibundo, sufocante, e por vezes brilhante nas argumentações, Lacerda toma tudo e todos como arqui-inimigos mortais: filosofias, correntes ideológicas, governos, partidos, políticas e políticos de carne-e-osso. Todos os presidentes que cruzam seu caminho são defenestrados, esculhambados. Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart – que, em maior ou menor grau, Lacerda ajudou a apear do poder – Juscelino Kubitschek e também os

---

<sup>113</sup> Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v5\\_1946.pdf?sequen%20ce=9&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf?sequen%20ce=9&isAllowed=y). Acesso em: 22 out. 2021.

<sup>114</sup> O advogado e diplomata José Sette Câmara, nomeado pelo Presidente da República, seria o primeiro governador da Guanabara. Mas um governador provisório, com mandato de transição entre o Rio de Janeiro Distrito Federal e o Rio de Janeiro Estado da Guanabara. Fica nesse cargo de abril de 1960 a dezembro desse mesmo ano. Ver mais em: <https://ik.cpdoc.fgv.br/biografia/jose-sette-camara-filho>. Acesso em: 27 dez. 2021.

<sup>115</sup> Além da carreira política e da prática jornalística, Lacerda ainda fundaria o jornal Tribuna da Imprensa (1949) e a relevante editora Nova Fronteira (1965).



generais Castelo Branco e Costa e Silva foram alvos da pena e da oratória do “corvo”. Apelido soturno impingindo-lhe pelo jornalista Samuel Wainer.

**Figura 81 - Carlos Lacerda. Governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965.**



Nota: Fama de polêmico e tocador de obras  
Fonte: LOEGARD, [ s.d.].

Sempre pela legenda liberal-conservadora UDN (União Democrática Nacional) e pelo Rio de Janeiro, Lacerda se elege vereador em 1947 e Deputado Federal em duas ocasiões, 1954 e 1958. É o campeão de votos nesses pleitos. Em 1960, vence as eleições para o governo do Estado da Guanabara. *Sui generis* é a situação administrativa dessa Cidade-Estado à época.

Nos anos 1950, a prefeitura carioca ostentava uma arrecadação que equivalia à soma das dos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais (PEREZ, 2007, p. 87) e ficava atrás apenas do estado de São Paulo como um todo. Mesmo quando perde o posto de Capital, em

1960, é permitido ao Rio a dupla arrecadação – de origem estadual e municipal – dos tempos de Distrito Federal. Ademais,

Lacerda era o governador anticomunista da cidade-símbolo do país, e as autoridades norte-americanas facilitaram seu acesso a recursos do programa Aliança para o Progresso e sobretudo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), criado em Washington um ano antes de sua posse no Rio para financiar projetos na América Latina. Ainda assim, de acordo com o pesquisador Maurício Dominguez Perez, os empréstimos cobriram apenas 15% do montante de investimentos. O incremento das receitas teria por origem a forte elevação de impostos (aumento real de 33% no período) e taxas (como a da água, até então mero valor simbólico), a melhoria na eficiência arrecadatória e o recurso à criação de empresas públicas<sup>116</sup>, livres de emperramento legal que paralisava a administração direta e facultadas pela Constituição estadual, feita sob influência de Lacerda (FRIAS FILHO, 2014, p. 35).

A despeito dessa bonança econômica, grassavam no Rio de Janeiro mazelas históricas. Entre elas,

o fraco desempenho da administração pública carioca, inchada de servidores; déficit elevado em quase todos os serviços públicos como água, esgoto, telefone, luz, escolas e hospitais; a falta de uma política clara e consistente com a favela e o favelado; a necessidade de expandir uma malha viária que se encontrava completamente saturada. Numa palavra, havia a clara sensação de uma cidade desgastada, incapaz de atender às necessidades mais básicas da população que se orgulhava de viver na capital (PEREZ, 2007, p. 109).

O Rio é a cidade cujo amor-próprio não conhece limitações. Cidade da *marra*, da cenografia natural realmente estonteante: sol, céu, mar, floresta e contrafortes marítimos que se assemelham a gigantes lavando os pés na baía. Colossos que foram dignos dos versos de Gonçalves Dias e de crônica de Bilac. Todos querem ser cariocas, cariocas da gema, cariocas de coração, cariocas amadores, cariocas por adoção, cariocas, simplesmente. Carioca, sim! Graças à Deus!

Essa amada “maravilha de cenário”, no entanto, permanecia refém de um incremento demográfico contínuo, caudaloso, e uma expansão urbana desigual<sup>117</sup>. Havia gente com facilidades, justamente onde já era fácil. Dirimir déficits estruturais é então incumbência primária na administração Carlos Lacerda – no que “saiu-se bem, na opinião comum até mesmo entre antigos adversários”, segundo Otavio Frias Filho (2014, p. 35).

<sup>116</sup> “Mesmo com Jango pondo o pé em cima e bloqueando suas linhas, Lacerda conseguiu criar a Cetel (Companhia Telefônica da Guanabara); a Cosigua (Cia. Siderúrgica), a Copeg (Cia. De Progresso da Guanabara – criada para estimular o desenvolvimento industrial, mas que transformou em vendedora de letras de câmbio e letras imobiliárias, para dar Lucro ao Estado); a Cocea (Cia. De Abastecimentos – semente das atuais CEASAS); deu sangue novo e estimulou a Fundação Leão XIII e a Cia. De Habitação Popular” (REBELLO FILHO, 1981, p.62).

<sup>117</sup> Contava o Estado da Guanabara com expressivos 3. 220. 225 habitantes em 1960, superado somente pela capital paulista, com 3. 674. 373 moradores. Em termos relativos, porém, a Guanabara supera São Paulo. São 2 374, 80 de cariocas por km<sup>2</sup>, contra 2. 306,57 de almas paulistanas por km<sup>2</sup> (IBGE, 1960, pp. 21, 22).

Hiperativo, montou uma equipe inovadora que deu impulso, entre dezembro de 61 e de 65, a realizações relevantes. Numa cidade em que faltavam escolas, quase dobrou o número de crianças estudando e aumentou em mais de 50% o número de professores, embora tenha generalizado o recurso a dois e às vezes a três turnos por estabelecimento. Numa cidade em que a falta d'água era cantada em samba, construiu a adutora do rio Guandu<sup>118</sup>, ligação de 43 quilômetros que resolveu um problema perene desde a época em que Tiradentes, morando no Rio em 1788, concebeu um plano para solucioná-lo. Ampliou a rede pública hospitalar em 30%. Fez erguer 12 mil casas populares para abrigar moradores deslocados pelo controvertido programa de remoções de favelas que implantou. Instalou 6 quilômetros de túneis, entre eles o Rebouças, que permitiu a conexão direta entre o norte e o sul da cidade. E deixou o esplêndido parque do Flamengo (o aterro em si era anterior; o projeto paisagístico é de Roberto Burle Marx), concebido e executado por sua amiga Lota de Macedo Soares, que o persuadiu da obra prevendo que ela o faria um governante para sempre lembrado (FRIAS FILHO, 2014, p. 35).

Os avanços se misturavam a ações popularescas e polêmicas. A mais explícita foi a translação da população das favelas da Catacumba (na Lagoa), da Praia do Pinto (Leblon) e Esqueleto (Maracanã, onde hoje é a UERJ), para conjuntos habitacionais na Zona Rural do Rio (atual Zona Oeste). Naquela época terras ermas, ao léu, *derilictus*, ao realengo, em português antigo: conjunto da Vila Kennedy (Senador Camará), Cidade de Deus (Jacarepaguá), Vila Aliança (Bangu).

Além disso tudo, Lacerda era desabusado. Após a remoção dos moradores da Favela do Pasmado (em Botafogo), para a Vila Esperança, em Vigário Geral, (Zona Norte, às margens da Av. Brasil), o prefeito incendiou os barracos vazios a fim de sanitizar o “infecto” lugar. Ganhou outro apelido: Nero da Guanabara. (LACERDA, 1978, p. 233). Era “Corvo”, era “Nero”, era “Tatu” – pela quantidade de túneis abertos em seu governo (REBELLO FILHO, 1981, p. 62) e depois o “Mata-mendigos”. Alcinha sinistra. Sinalizava que talvez Lacerda estivesse dando cabo da população de rua varejando os indigentes no Rio da Guarda. Ele negou, mas não convenceu a população, virou lenda urbana – talvez fosse mais que lenda.

“Urbanização Sim, Remoção Não” era a bandeira da FAFEG (Federação de Favelas do Estado da Guanabara), criada em 1963 (MELLO, 2013). Remoções que envolviam não apenas a “racionalização” e “higienização” da cidade.

---

<sup>118</sup> “Além de consertar canalizações que se esfarinhavam com o toque dos dedos, Lacerda legou à cidade a ‘Obra do Século’, a nova adutora do Guandu (...) boa parte cavada na rocha viva, a 60 metros de profundidade” (REBELLO FILHO, 1981, p. 59).

Acabar com as favelas implicava diretamente a construção, em larga escala, de unidades habitacionais para as famílias removidas, o que contribuiria para incrementar a construção civil. Na realidade, as favelas representavam também um mercado de dimensões consideráveis (quase um milhão de habitantes para os quais seriam necessário construir cerca de 200.000 habitações). Tal mercado demandaria a construção de conjuntos populares, empreendimento que poderia oferecer à construção civil na Guanabara um campo de ação seguro por algum tempo. Com efeito, desde o final dos anos 1950, o setor de construção civil encontrava-se, tanto a nível nacional como local, em fase de estagnação. No Rio de Janeiro, a reativação do setor esteve claramente ligada à construção habitacional (VALLADARES, 1979, p. 33).

Nesse jogo de carências, soluções e arbitrariedades mil, devemos nos concentrar no fator viário, posto que um dos primeiros usos para o Aterro do Flamengo estava ligado à mobilidade urbana. É, pois, no início do século XX, que o Rio de Janeiro dá os primeiros passos para se tornar, nos anos 1960, um “império do auto” (LESSA, 2005, p. 367), uma “sociedade da hora do rush” (LUDD, 2003, p.128). Nessa cidade trafega, em 1897, o primeiro automóvel do Brasil, de propriedade do jornalista abolicionista José do Patrocínio<sup>119</sup>.

Em 1903 o Rio tem seis automóveis; em 1907, tem 99. E em 1910, 615 veículos. Isso era, para a época, uma frota respeitável: quando o terremoto de São Francisco destruiu aquela cidade, lá foram 200 carros para socorrer as vítimas. Em 1908 houve a primeira corrida de automóveis no Rio de Janeiro, e foi criado o Automóvel Club do Brasil. Este é o mesmo ano em que Ford lança o famoso modelo T. (...) Em 1917 havia 2.213 veículos. Ao final dos anos 20 circulariam de 30 a 35 mil veículos no Rio. O primeiro ônibus apareceu em 1908. A Companhia Nacional de Auto Viação estava organizada em 1927 (LESSA, 2005, pp. 255-256).

A partir de 1956 a produção brasileira de autos dá outro salto. Uma das metas do mandato presidencial de Juscelino Kubistchek é a modernização industrial do país, e a instalação de parques automotivos são iniciativas-chave desse esforço. Em 1955 nenhum veículo é produzido no país (quando muito era montado aqui), em 1958 contabilizava-se 16 fábricas automotivas e 1.200 fábricas de autopeças em solo pátrio. Em 1957, 30.700 veículos eram *made in Brazil* (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1958, pp. 87-88).

Não por acaso, Brasília será o maior e mais duradouro ícone da administração JK: urbe anti- urbe, anti-cidadão, projetada em função de eixos viários de altíssima velocidade e sem

---

<sup>119</sup> Não só o primeiro automóvel no Brasil – um *Serpollet*, de fabricação francesa – tem estreia no Rio de Janeiro. O primeiro acidente automobilístico também ocorreu na Capital Fluminense. “Olavo Bilac, o príncipe dos poetas brasileiros, era próximo de Patrocínio a ponto de ter sido convidado não apenas para dar uma volta, mas para dirigir o *Serpollet*. Patrocínio deu algumas instruções ao amigo, que partiu de Botafogo rumo à Estrada Velha da Tijuca, no Alto da Boa Vista. O carro a vapor teria chegado aos 4 km/h antes da primeira curva, onde Olavo Bilac perdeu o controle e bateu em uma árvore. Bilac e Patrocínio não se machucaram, mas o carro teve perda total” (RODRIGUEZ, 2020, n.p).

calçadas para pedestres<sup>120</sup>. Cidade do automóvel particular e de péssimos transportes públicos. Isso até hoje.

Os guias de viagem dizem que é preciso ter um carro, e os guias estão corretos. Mas precisar de um carro em Brasília é diferente de precisar de um carro em Los Angeles, onde talvez não seja possível caminhar para o bairro vizinho, mas onde se pode ao menos andar para o prédio vizinho. Em muitos lugares de Brasília é preciso tomar um táxi para atravessar a rua” (MOSER, 2016, pp. 41-41).

Além de produto-coringa da economia, é o automóvel um símbolo novo e poderoso. Super industrializado, só-industrializado, no automóvel tudo é natureza transformada, segunda natureza (aço, vidros, borracha, combustíveis etc.). Ter e produzir automóveis é um distintivo que os países progressistas devem exibir: Nós dominamos a natureza, toda natureza. Insígnia potente não só para o país, mas, também para os indivíduos.

O deslocamento é uma necessidade e a velocidade um prazer. A posse de um automóvel é mais ainda: espécie de diploma de cidadania, a carta de motorista é a credencial desta nobreza mobiliária cujos custos são a compreensão e a velocidade máxima. A apreensão desta carta não constitui hoje uma espécie de excomunhão, de castração social? Sem ir ao ponto de ver no automóvel a versão moderna do velho mito centauresco de fusão da inteligência humana e de forças animais, pode-se admitir que é ele um objeto sublime. (...) Um compromisso extraordinário se realiza: o de estar em casa e ao mesmo tempo afastado dela. O carro constitui assim o centro de uma subjetividade nova cuja circunferência não se acha em parte alguma enquanto a subjetividade do mundo é circunscrita. Nenhum objeto, *gadget* ou aparelho da vida cotidiana, oferece tal sublimação, uma tal transformação (BAUDRILLARD, 1973 [1968], pp. 74-76).

Em perspicaz analogia, Giucci (2004, p.106) defende a semelhança da febre pelo automóvel com o vício em drogas, com dependentes, noitados e fissurados sempre em busca de estimulantes motorizados mais pesados. “Quem vende um automóvel, a não ser por obrigação ou para comprar um melhor? Perder o carro é uma calamidade e a troca geralmente implica uma vontade de superação. Hoje, em grande parte do planeta, repete-se anualmente a cobiça pelo automóvel “zero quilômetro” e seu cheiro inefável”. Desejo de narcótico, mas também erótico e pela vida desviante. Tudo surgindo praticamente no momento em que os primeiros automóveis saem das montadoras.

Nunca máquina alguma produzira uma modificação tão profunda quanto o automóvel, segundo Arciniegas. O automóvel leva ao abandono dos lares, liberta as mulheres, escraviza os homens, multiplica o poder dos contrabandistas e dos bandidos. (...) O espírito da nova máquina se encaixa perfeitamente dentro do espírito individualista, rebelde e libertário da época.

Que dizer da sensação de controle sobre o espaço e o tempo? Apertar um pedal e cruzar com toda rapidez as planícies produz uma satisfação vibrante. É a vertigem

<sup>120</sup> Jane Jacobs dedica parte considerável do seu clássico ensaio **Morte e vida de grandes cidades** (2011 [1961]) à importância das calçadas enquanto agentes de civilidade e socialização. Uma cidade descalçada é uma cidade aleijada, defende essa jornalista que pensou a cidade de forma melhor e mais integral que muito urbanista, engenheiro e geógrafo da época.

da velocidade. Vertigem que contagia até os humildes, que leva a queimar as horas e os dias, a repudiar as velhas ideias, a renunciar a certos escrúpulos e a deixar de lado detalhes morais: importa superar etapas e devorar milhas. Para conseguir essa vertigem motorizada, a juventude vende a alma. (...) A febre do automóvel mina a base moral da juventude. Quem não tem esse objeto se considera pobre, abandonado, carente, incompleto (GIUCCI, 2004, pp.108, 109).

Exagero de Giucci? Não. Nos subúrbios do Rio de Janeiro, onde fomos criados e ainda vivemos, o amor pelo automóvel é mais que um sentimento real. É um estilo de vida e uma visão de mundo. Uma quase-*Weltanschauung*.

A priorização do automóvel transforma as ruas em pistas, colocando em risco toda uma cultura e um estilo de vida urbano. “A invasão dos automóveis e a pressão dessa indústria, isto é, do *lobby* do automóvel, fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objetivo prioritário, destruidores de toda vida social e urbana”, esclarece Lefebvre (2002 [1970], p.29). Para esse ex-motorista de táxi, a rua

é o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (café, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro do espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. Quando se suprimiu a rua, viu-se as consequências: a extinção da vida, a redução da “cidade” a dormitório, a aberrante funcionalização da existência.

A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. A rua é desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior (LEFEBVRE, 2002 [1970], pp. 29-30).

Na recém instaurada Guanabara – sociedade na qual a mobilidade *espacial* é tomada como mobilidade *social* – a opção (obsessão) pelo automóvel, somada ao adensamento populacional da Zona Sul, arremessa uma parcela da cidade em estado de imobilidade viária. A supracitada Av. Beira-mar, projetada como principal via de conexão do Centro com a Zona Sul, chega aos anos 1960 estrangulada por uma frota de veículos atordoante.

Em 1959 a cidade do Rio de Janeiro tinha 103 mil veículos em suas ruas. Em 1965 são 250 mil. 360 mil em 1969 (LESSA, 2005, pp. 256-366). No ano de 1960 cerca de 100.000 passageiros tomaram algum tipo de transporte automotor (não-ferroviário) na Zona Sul em direção ao Centro. Outros 100.000 percorreram o itinerário inverso, indo do Centro para a Zona Sul (SCHNOOR, 1975, p. 69). Parte desses deslocamentos é composto pelo fluxo de veículos advindo da Zona Norte, que acessa a Zona Sul transpassando o Centro. Ali os engarrafamentos serão cotidianos (imagens 82 e 83). Até então, apenas o túnel Rio

Comprido- Laranjeiras, inaugurado em 1887 e há tempos saturado, era a única ligação direta entre estas zonas. Os túneis Santa Bárbara e Rebouças serão abertos somente em 1964 e 1967, respectivamente.

Figura 82 - Esquina das avenidas Presidente Vargas com Rio Branco. Cruzamento de engarrafamentos



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, [s/d].

Figura 83 - *Only a dream in Rio*. Copacabana em 1950.



Fonte: Autoria desconhecida,. 1950.

Como vimos em Lefebvre, a priorização do automóvel fere a socialidade heterogênea, empobrecendo as possibilidades de trocas, acordos e mesmo desacordos oferecidos pelas cidades. Não pode haver a reunião – reunião, não união – entre diferentes quando cada um se tranca em sua cápsula de sobrevivência. Essa inércia alienante torna-se pior quando se leva em conta os congestionamentos.

São eles o atestado de óbito das urbes. Desperdício de tempo, de paciência, de quantidades nababescas de energia – energia dos Homens e dos automóveis. Poluição inútil. Jogo de azar coletivo onde todos perdem, menos os vendedores ambulantes que surgem ao primeiro sinal de lentidão do trânsito e os marginais de ocasião. Nem confronto, nem encontro, puro sonho dos oportunistas. Como esperar alguma conexão quando todos – solitariamente, egoisticamente, mas igualmente respondendo ao instinto de auto-preservação e sobrevivência – se refugiam em suas capsulas de metal, em seus carros-cofre, seus carros-bunkers? Vias que cabem muito bem na definição de Marc Augé (2012, pp.35,69) de não-lugares, que são

tanto as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e dos bens (vias rápidas, nós de acesso, aeroportos), como os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são arrebanhados os refugiados do planeta (...) Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar.



Ainda para Augé (2012, p.92), ainda que lugares e não-lugares “emaranham-se e interpenetram-se”, esses também apresentam

polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se consome totalmente – palimpsestos nos quais se reinscreve sem cessar o jogo misto da identidade e da relação. Os não lugares são, todavia, a medida da época; medida quantificável e que poderíamos tomar adicionando, ao preço de algumas conversões entre superfície, volume e distância, as vias aéreas, ferroviárias, das auto-estradas e os habitáculos móveis ditos ‘meios de transporte’ [aviões, comboios, autocarros] (AUGÉ, 2012, p.70).

Com os engarrafamentos nas ruas, “principais locais públicos de uma cidade, seus órgãos mais vitais”, são anuladas em sua função (JACOBS, 2011 [1961], p. 29).

Um primeiro critério relativo à forma de uma cidade remete à capacidade de um corpo individual mover-se ao infinito. Uma cidade deve possibilitar trajetórias corporais em todos os sentidos (os quatro pontos cardeais) e em todos os níveis (o horizontal, o alto, o baixo, o subterrâneo). A condição dessa experiência infinita é o próprio quadro urbano: a infinitude dos percursos anda junto com um espaço singular. No campo ou no deserto a caminhada pode ser infinita, e a perda da orientação é seu risco. Eis por que é preciso escolher um percurso e manter-se nele. A infinitude da viagem exige nesses espaços uma bússola. Oferecendo um enquadramento para a caminhada, o espaço urbano permite, pelo contrário, aventurar-se sem se perder (MONGIN, 2009, p. 48).

É paradoxal que os congestionamentos ferem o próprio sistema econômico que os engendrou, uma vez que emperram o fluxo de pessoas e mercadorias sem o qual não é possível a produção, reprodução e acumulação de capital em velocidade ascendente. Como resultado último, os engarrafamentos corroem e desvalorizam a própria cidade.

O capitalismo é autorreferencial. Ele se move de acordo com os objetivos que lhe são próprios. Tudo que o cerca ele tende a desconsiderar e, na verdade, sendo autorreferencial, é cego para as consequências. Então se dá o processo, na verdade, de abstração e de supressão de outras questões que não ligadas ao desenvolvimento do sistema. O capitalismo é sistemicamente incapaz de perceber isso. Na verdade, ele só para quando as forças da política, geradas pelo seu próprio desenvolvimento, o obrigam a parar (BELLUZZO, 2010, p. 160).

Em discurso na Convenção do Partido Republicano, datado de 30 de julho de 1960 – cinco meses antes de ser eleito Governador do Estado da Guanabara – Carlos Lacerda já defendia o melhoramento dos transportes como prioridade máxima de seu futuro governo.

Hoje cabe-me examinar o problema do Transporte. Por que “governar é escolher”, já dissemos que cuidaremos, primeiro, dos problemas que interessam ao maior número. Por isto, daremos prioridade ao problema do Transporte. Velho problema, nunca resolvido, constantemente agravado, afeta o povo em sua própria vida e felicidade, além de criar obstáculos sérios ao progresso do Estado.

Considero ponto de honra de nosso governo para garantir transporte rápido e suficiente à população carioca, principalmente ao povo das zonas mais afastadas, que diariamente se dirige a outros pontos, principalmente ao Centro da cidade, sem saber ao certo QUANDO nem COMO nem mesmo se chegará ao seu destino. Milhões de

horas de trabalho são perdidas nesse esforço terrível: outro tanto se perde em horas que poderiam ser dedicadas ao lazer. Isto significa a baixa na produtividade, oportunidades perdidas no aperfeiçoamento do trabalhador e na convivência com a família. E tudo a ocasionar irritação, cansaço, frustração.

Para quem, como nós, considera o Homem o elemento fundamental do processo de produção, é irrisório falar em “desenvolvimento”, onde o Homem não tenha tratamento adequado, a alimentação necessária, os instrumentos indispensáveis, principalmente a Escola e o Transporte. Como trabalhar bem, se não se tem como chegar bem ao local de trabalho? Como produzir o necessário, se o trabalhador perde de três a quatro horas por dia para ser conduzido de casa ao trabalho e do trabalho à casa ? (LACERDA, 1963, p. 169)

Nenhuma surpresa, portanto, que os setores de transportes e infraestrutura viária respondam pelo segundo maior montante de investimentos feitos durante os quatro primeiros anos da administração lacerdista. Somam – entre 1961 e 1964 – 24,93% dos gastos. Bem à frente das despesas com educação e cultura (8,89%), bem-estar social (6,49%), administração pública (5,01%) e desenvolvimento econômico (3,89%). Ficando atrás apenas dos 36,11% gastos com saneamento – que inclui água, esgoto, drenagem e limpeza urbana (PEREZ, 2007, pp. 203, 204). O inchaço viário na Guanabara não era mesmo um problema de fácil solução. Ainda mais se nos restringirmos à nossa área de interesse.

Impossibilitada de recorrer aos métodos tradicionais de cirurgia urbana, devido ao alto custo das desapropriações que seriam necessárias para o alargamento das principais artérias do Flamengo, Catete, Glória e Botafogo, a administração municipal resolveu então recorrer a outro meio, também tradicional no que toca à evolução da cidade: a conquista de novas áreas do mar (ABREU, 2011 [1987], p. 131).

Neste estado de coisas, era natural que as atenções da administração Lacerda se virassem para aquela vasta área aterrada às margens da Baía de Guanabara – batizada popularmente como Aterro do Flamengo. Topônimo espontâneo vindo dos letreiros de ônibus que transitavam por suas cercanias e cujos itinerários eram (e ainda são) “Via Aterro do Flamengo” (imagem 84).

Figura 84.- Hoje, como ontem, os transportes fixam topônimos



Fonte: SCANIA, 2015.

Se, como Silva (SILVA, 2009), encaramos o mundo, as paisagens e as cidades como teatros simbólicos – *theatrum mundi* – então, alongando essa ideia, podemos dizer que o palco está montado para a entrada em cena do Parque do Flamengo, nosso ator principal<sup>121</sup>. Numa trama passada em um Rio de Janeiro convertido em canteiro de obras<sup>122</sup> e parte de sua rede viária entevada. O tempo é o da cidade-estado da Guanabara, os anos 1960. Entretanto, antes da trama principal faz-se necessária uma abertura ligeira: a construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Quando muito do que será usado no Parque do Flamengo é previamente experimentado.

Se, como Silva (SILVA, 2009), encaramos o mundo, as paisagens e as cidades como teatros simbólicos – *theatrum mundi* – então, alongando essa ideia, podemos dizer que o palco está montado para a entrada em cena do Parque do Flamengo, nosso ator principal<sup>123</sup>.

<sup>121</sup> Aqui nos aproximamos do conceito defendido por CASTELL e BORJA (1996, pp.152, 153): a de que as cidades e outros espaços são atores sociais. Atores sociais “complexos e de múltiplas dimensões (...) ator social na medida em que realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Ou seja, entre instituições políticas e sociedade civil”.

<sup>122</sup> “Um prefeito carioca tinha uma mania: gabava-se de ter conseguido realizar 60 obras de uma só vez na cidade. Pois bem: apesar de todo cerco que o Governo de Jango exercia em torno dele, Lacerda chegou a realizar mil, simultaneamente” testifica Antônio Dias Rebello Filho (1981, p. 58). Esse número, porém, nos parece um exagero. Exagero amigo, para mais, mas ainda exagero.

<sup>123</sup> Aqui nos aproximamos do conceito defendido por CASTELL e BORJA (1996, pp.152, 153): a de que as cidades e outros espaços são atores sociais. Atores sociais “complexos e de múltiplas dimensões (...) ator social na medida em que realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Ou seja, entre instituições políticas e sociedade civil”.

Numa trama passada em um Rio de Janeiro convertido em canteiro de obras<sup>124</sup> e parte de sua rede viária entevada. O tempo é o da cidade-estado da Guanabara, os anos 1960. Entretanto, antes da trama principal faz-se necessária uma abertura ligeira: a construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Quando muito do que será usado no Parque do Flamengo é previamente experimentado.

## 5.2 Museu de Arte Moderna: ensaio no espaço

Inaugurado em 1958<sup>125</sup>, o edifício do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ) será a semente arquitetônica e paisagística do Parque do Flamengo (PEREIRA, 2015). Os dois principais nomes ligados à sua concepção – Affonso Reidy e Roberto Burle Marx – repetirão a parceria no Parque do Flamengo. Criado como instituição privada em 1948, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM- RJ) tem como modelo o *Museum of Modern Art* (MoMA) de Nova York (1929). Instituição desabusadamente norte-americana, que no pós-II Guerra Mundial busca, mais que divulgar e fixar valores artísticos e artistas, age semeando “filiais” na América Latina.

Quem fornece os estatutos, o modelo de funcionamento e as primeiras obras de arte a compor o acervo do MAM-RJ – e também do MAM-SP – é Nelson Rockefeller, presidente do MoMA entre 1935 e 1958. Presidente do MoMA mas também assessor especial do presidente Dwight Eisenhower para estratégias da Guerra Fria nos anos 1950. Principal articulador do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (1941-1946) e do *American International Association for Economic and Social Development* (1946-1968). Agências com protagonismo no Brasil e que tinham como uma das ferramentas de aproximação e influência o *soft-power* artístico-cultural. Um *Big Stick* menos abrutalhado e mais sedutor.

O objetivo desses Museus de Arte Moderna do Rio e de São Paulo era forjar “a cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica” (MOURA, 1984, p. 21). Mas, era esse o objetivo oficial, de *press release*, quando o que se visava mesmo era a ampliação da

---

<sup>124</sup> “Um prefeito carioca tinha uma mania: gabava-se de ter conseguido realizar 60 obras de uma só vez na cidade. Pois bem: apesar de todo cerco que o Governo de Jango exercia em torno dele, Lacerda chegou a realizar mil, simultaneamente” testifica Antônio Dias Rebello Filho (1981, p. 58). Esse número, porém, nos parece um exagero. Exagero amigo, para mais, mas ainda exagero.

<sup>125</sup> O MAM-RJ será inaugurado em etapas. O Bloco-Escola em 1958 e o Bloco de Exposições em 1967.

zona de influência econômica, política e ideológica dos Estados Unidos ao sul do continente. Na escala doméstica as ambições dos realizadores do museu eram mais comezinhas e os propósitos mais provincianos. Mais de ordem empresarial e rentista. Ser rico e fazer mais dinheiro com arte – ou seja, “culturalizar” os lucros – era um distintivo. Demonstrava bom gosto e *status* de homem de negócio antenado com o *grand monde*. Assim o MAM – RJ, nasce também

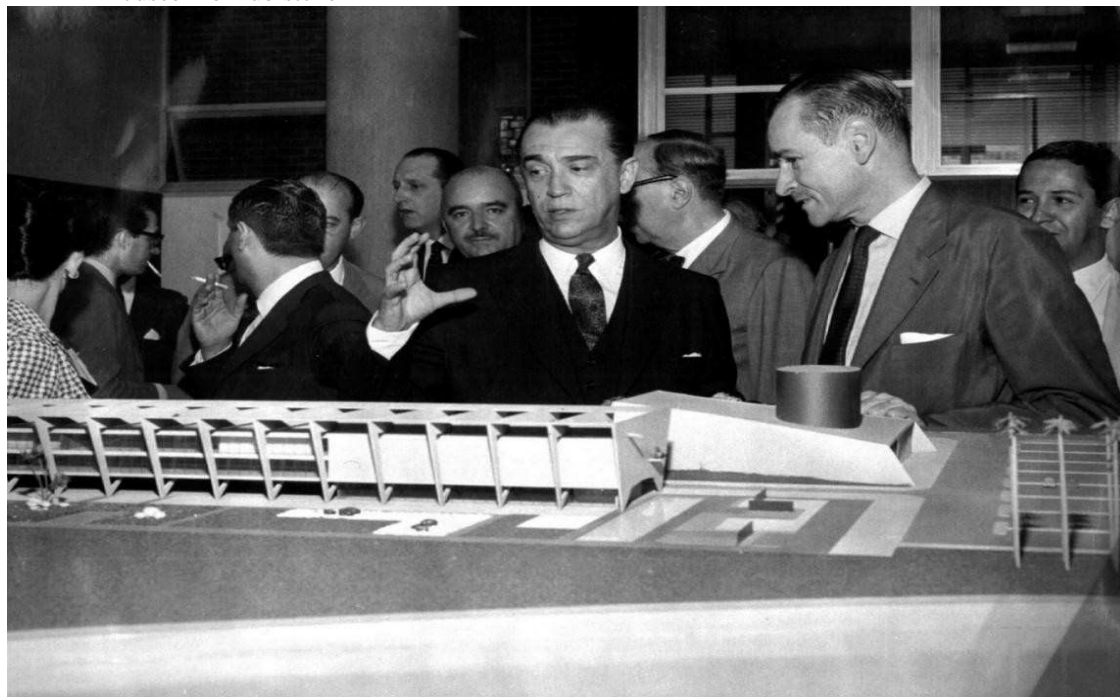
das mentes e dos bolsos de um grupo de empresários, industriais e banqueiros que cederam parte de suas coleções particulares e de seu prestígio social para divulgar a arte moderna no Brasil. Proprietários de grandes bancos (*Moreira Salles e Boavista*) e de importantes jornais da cidade (*Correio da Manhã e O Globo*) se mobilizaram em torno do novo empreendimento. Segundo Maurício Parada, o Museu de Arte Moderna seria um meio de transformar os portadores do capital econômico em agentes “capazes de intervir no processo de modernização do país”. Qualquer que fosse a intenção dos fundadores, o falar sobre a moderna arte brasileira supõe um projeto de modernidade que lhe é subjacente (SANT’ANNA, 2005, p. 257).

Uma das personagens principais na criação e edificação do Parque do Flamengo, Lota de Macedo Soares [alcunha de Maria Carlota Costallat de Macedo Soares], americanófila e amiga de Nelson Rock Rockefeller, é uma das eminências pardas por trás da implementação do MAM-RJ. Morando em Nova York, Lota trava conhecimentos com equipe do MoMA – NY, se inteirando de sua organização e funcionamento. Lota retorna ao Brasil em 1942 e registra em carta:

ter deixado *muitas coisas engatilhadas para a montagem de um museu* (...). O projeto do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi iniciado por ela, pelo seu contato com o pessoal que dirigia o Museu de Arte Moderna de Nova York. No entanto, seu nome não é mencionado entre os cariocas que incentivaram a construção do Museu (NOGUEIRA, 2008, pp. 101-102, *itálicos do autor*).

A primeira sede do MAM-RJ ocupa algumas salas do prédio do Banco Boa Vista, na Praça Pio X, projeto de Oscar Niemeyer, hoje espaço tombado. Em seguida se instala em outro edifício histórico no Centro, o Ministério da Educação e Saúde (MES). Em 1953 é doada à instituição uma área de 40.000 metros quadrados pertencentes ao então vazio Aterro do Flamengo. É quando o arquiteto Affonso Eduardo Reidy (imagem 80) é convidado pela diretora executiva, Niomar Moniz Sodré, a projetar a nova sede do museu.

Figura 80. Affonso Reidy – no primeiro plano, à direita – apresenta a maquete do MAM-RJ ao presidente Juscelino Kubistchek



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, [s/d].

São duas as principais influências desse arquiteto.

A experiência de Reidy com duas importantes e antagônicas correntes do urbanismo dos anos 1920/1930 - a de Agache e a de Le Corbusier<sup>91</sup> - não só contribuiu para seu grande interesse e desenvoltura nas questões urbanísticas, como também estabeleceu as bases que fundamentaram sua reflexão sobre a modernidade (...). De Agache, Reidy herda uma visão técnica da cidade - baseada na busca de uma *metodologia* e de “instrumentos” para dominar seus problemas; de Le Corbusier ele herda uma visão poética, baseada na busca de uma *nova concepção*, um novo programa, uma nova ideia (CAIXETA, 2002, n.p. itálicos do autor).

Inspirado por estrangeiros, Reidy utiliza princípios agacheanos e corbusianos à serviço de uma modernidade brasileira. Brasileira, quase que especialmente carioca.

Reidy é o arquiteto moderno que mais marca a cultura visual e *o espaço da cidade do Rio de Janeiro*, até por ser o mais urbanista dentre os arquitetos de sua geração. Existem três, talvez quatro projetos urbanos seus que sobrevivem com muita força. Primeiro o Aterro, que faz parte do nosso cotidiano; depois o Pedregulho, que está excêntrico, mas sempre aparece como uma memória, incrustada em Benfica; e finalmente o Museu de Arte Moderna (PEREIRA, 2002, p. 28. o itálico é nosso).

Modernamente arrojado, o MAM-RJ será um local de apreciação artística (via exposições permanentes e temporárias), e um convite à educação e ao refino das percepções estéticas (a partir de cursos e oficinas). Em termos globais é uma vitrine da arte moderna norte-americana dos anos 1950-1960, que tem seu epicentro na nova Capital financeira e cultural do mundo, Nova Iorque – nem mais Paris, nem São Petersburgo, NY (MOURA,

1984). Arte abstrata, jovem, que é uma resposta à arte canônica europeia e às imposições teóricas e ideológicas do realismo socialista do leste europeu.

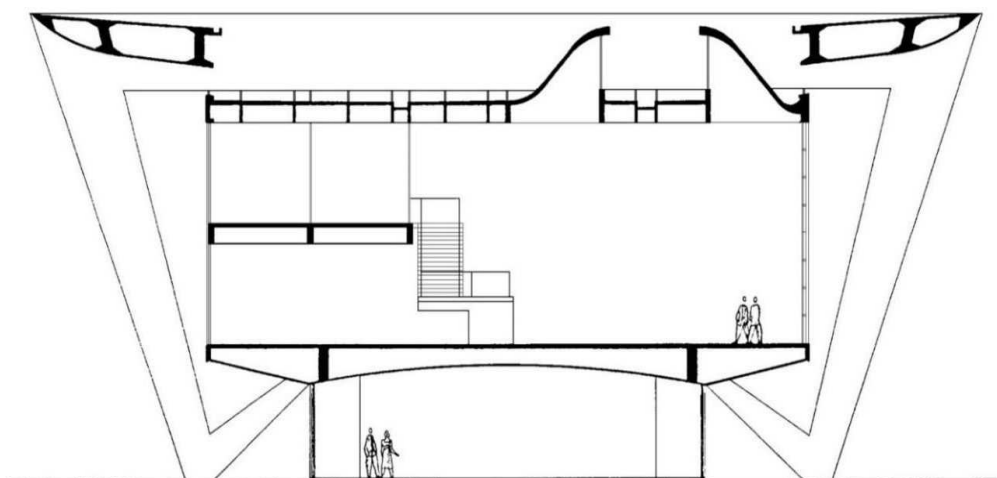
Portador de um discurso moderno e modernizador, o prédio do MAM-RJ é, em si, a mais significativa e eloquente obra em exposição no MAM-RJ. As inovações aplicadas por Reidy nesse espaço falam por si. Mendes *et al.* destaca as particularidades desse prédio-artefato.

Sobre o projeto do MAM, muito já se divulgou, valorizando, merecidamente, a inovadora proposta de programa para um museu dinâmico, dividido em setores compatíveis com seus fluxos e utilização. A implantação do edifício, com predomínio horizontal, permite sua integração à paisagem do Parque e a elevação do grande pavimento-núcleo em relação ao térreo, proporcionando a plena visão da paisagem da região de Niterói, do outro lado da Baía da Guanabara, disponibilizando uma praça coberta (...) integrada a um projeto paisagístico desenvolvido por Burle Marx, posteriormente integrado ao Parque do Flamengo (MENDES *et al.*, 2015, p. 272).

As imagens 86, 87 e 88, complementam a explicação de Migliani (2014, n.p.):

o edifício é sustentado por quatorze pórticos em concreto armado aparente posicionados a dez metros de distância entre si e formados por uma viga superior, dois pilares principais inclinados ao exterior e dois pilares menores inclinados ao interior que formam um V com os primeiros. Os pilares em V têm comprimento total de oito metros e meio. Em seção transversal, os pórticos apresentam um formato trapezoidal. Forma em planta um retângulo de cento e quarenta metros de extensão por vinte e oito metros e trinta centímetros de vão. Não há pilares no centro do edifício. Os pórticos possibilitam que o vão seja completamente livre de apoios internos. Os braços internos dos pilares em V sustentam o primeiro pavimento. A viga superior é responsável pelo apoio da cobertura e, a partir dela, os tirantes de cabos de aço estruturam os mezaninos. A flexibilidade dos recintos é também assegurada verticalmente através da descontinuidade das lajes de cobertura, gerando três pés-direitos diferentes: oito metros, seis metros e quarenta centímetros, e três metros e sessenta centímetros. Essas alturas são variáveis para que o edifício possa abrigar obras de arte de tamanhos diversos.

Figura 86 - Croqui da seção transversal do Bloco de Exposições



Fonte: REIDY, 1956-1957.

Figura 87 - O MAM-RJ em construção (1963).



Nota: A inauguração de todo conjunto será em 1967, com uma retrospectiva do pintor e escultor lituano Lasar Segall.

Fonte: fotografia sem autoria conhecida, 1963.

Figura 88 – MAM-RJ



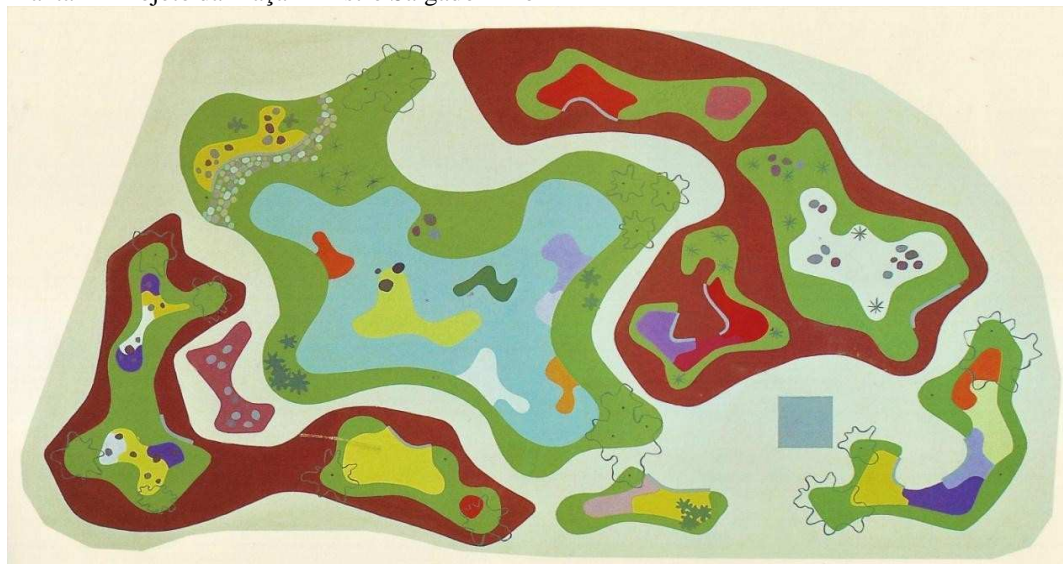
Fonte: MICHEL, 1961.



Affonso Reidy é a técnica e a arte por trás da fachada moderna do MAM-RJ. Reidy, mas igualmente Burle Marx. Sem estes dois, sem esse pai e essa mãe, o MAM-RJ, e, conseqüentemente, o Parque do Flamengo, teriam outras configurações. Pintor, arquiteto, designer de joias e objetos, será como paisagista que Roberto Burle Marx ficará conhecido mundialmente<sup>126</sup>. Antes dos jardins do MAM-RJ e do Parque do Flamengo, BM intervém no Aterro do Flamengo concebendo, em 1938, a Praça Senador Salgado Filho (planta 4). Defronte ao Aeroporto Santos que dá boas-vindas ao turista com um acento brasileiro. Nem tão tropical, com aqueles exotismos que satisfazem os turistas. Mais brasileiro mesmo, brasileiro contido.

A proposta paisagística baseava-se na ideia de produzir uma bela vitrine da vegetação brasileira e tropical, oferecendo ao visitante principalmente essências nativas pouco difundidas em espaços públicos nacionais, ou mesmo em programas de arborização urbana. A solução organizava os espaços a partir de um lago para espécies aquáticas, explorando acentuados contrastes formais, cromáticos e de textura entre os maciços arbóreos e palmeiras, balanceamentos assimétricos das escalas dos grupos vegetais e arranjos contrapontísticos entre as áreas pavimentadas com mosaico português, os gramados, os canteiros e os grupos de rochas. (...) Paulatinamente, a praça Salgado Filho tornava-se o balão de ensaio bem sucedido e preparatório do que estava por vir: o parque do Flamengo (DOURADO, 2009, p. 300, 307).

Planta 4 - Projeto da Praça Ministro Salgado Filho



Fonte: Marx, 1938.

Apesar de oficina paisagística expressiva, essa praça fica em segundo plano quando comparada à gama de experimentações cometidas no MAM-RJ. Há, de fato, uma poderosa sinergia de criatividade e inovação entre seus principais artífices, Reidy e Marx. Os dois

<sup>126</sup> Segundo Kamp (2005, p.23), Burle Marx projetou e executou no Brasil mais de dois mil jardins em sua extensa carreira. Para a listagem em ordem cronológica dos principais feitos do paisagista, consultar Leenhardt (1994, pp.121-137).

trabalham junto na concepção do Ministério da Educação e Saúde – MES [e depois MEC, Ministério da Educação e Cultura] (1937-1945), o conhecidíssimo Palácio Gustavo Capanema.

Nesse edifício, no Centro do Rio de Janeiro, “espécie de certidão de nascimento da arquitetura moderna brasileira” (PERROTTA-BOSCH, 2021, n.p.) os dois integram um grupo de notáveis: os arquitetos Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Jorge Machado Moreira, Ernani Vasconcellos, o pintor Cândido Portinari e o escultor Bruno Giorgi. Todos sob o comando de Lúcio Costa e com consultoria do ubíquo Le Corbusier. Mais que consultoria esse suíço oferece influência. Influência de sacerdote em cidade do interior, recebida como maná manado do mais alto dos céus.

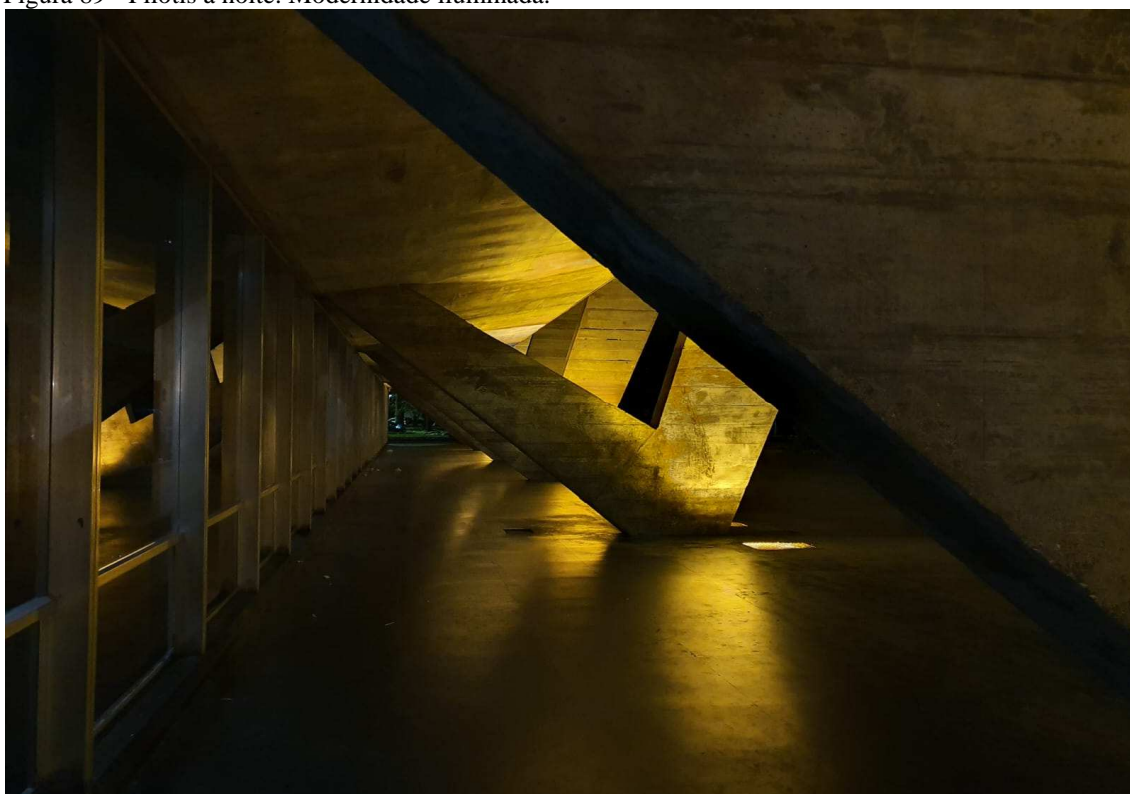
A parceria Reidy-Marx se repete em 1946 na edificação do prestigiado conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes<sup>127</sup>, localizado em Benfica, Zona Norte do Rio de Janeiro e finalmente no MAM-RJ, cujos primeiros croquis são de 1954. A escolha de Burle Marx para o paisagismo de um museu de arte moderna é acertadíssima. É ele quem efetivamente inaugura o jardim moderno. Quem traduz um movimento artístico – o modernismo – em termos espaciais (MAURIÈRES, 1994, pp. 89-91).

Para Affonso Reidy o maior desafio referente ao projeto do museu é combinar o prédio do museu aos elementos naturais da Baía de Guanabara – o mar, o céu e as montanhas – sem que se criem justaposições desarmoniosas. Para tal, Reidy apoia a estrutura principal do museu sobre pilotis, plasmando um edifício horizontalizado, que acompanha a linha do horizonte sem nunca entrar em desacordo com ela (imagens 89, 90 e 91): não se interrompe a apreciação visual da baía – imbatível em beleza cênica – nem o fluxo de passantes. Outra riqueza do projeto vem de uma contradição genialmente resolvida por Reidy. Brutalista como grande parte dos arquitetos do seu tempo, conseguiu ele imprimir ao prédio do museu um volume arquitetônico de grande leveza, que acaba suavizando seu talhe de monolito plantado em jardim. Monolito sim, mas tão bem plantado que parecia ter sempre feito parte da paisagem.

---

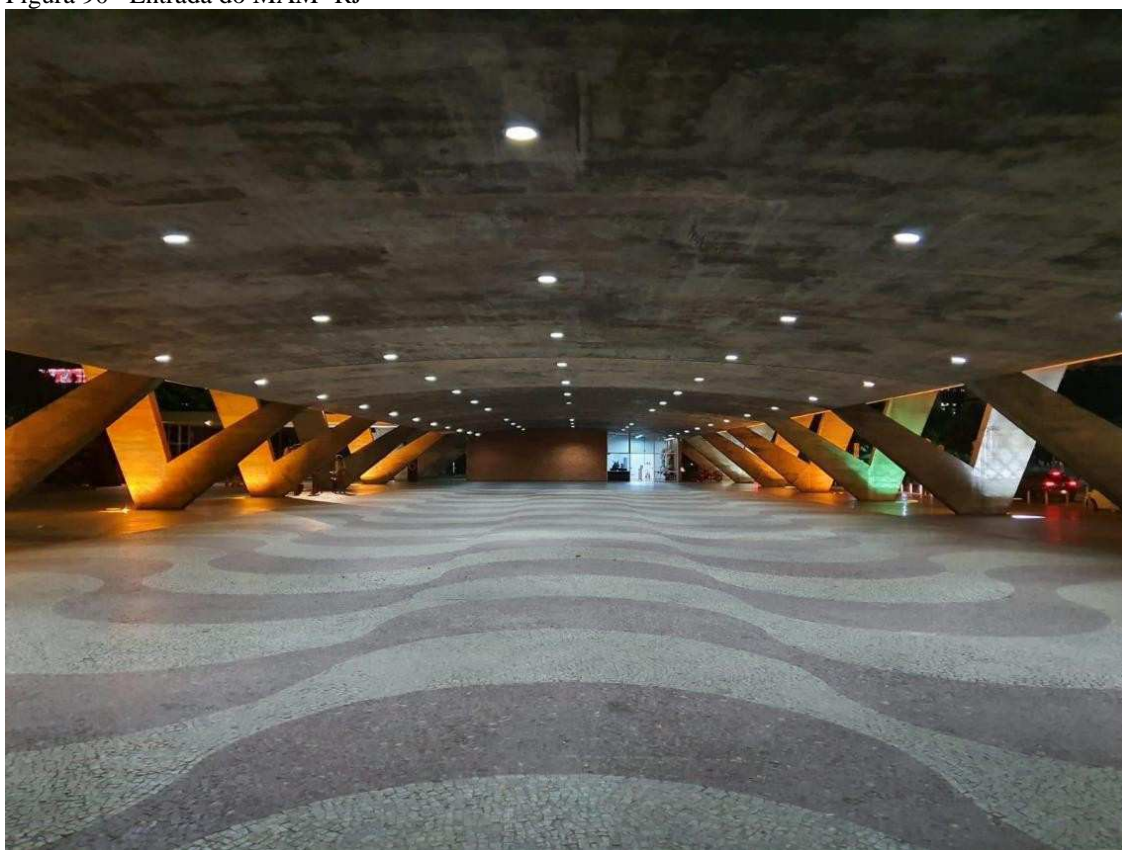
<sup>127</sup> Conhecido popularmente como Conjunto do Pedregulho, este projeto sagra-se vencedor do 1º prêmio da Bienal de São Paulo e permanece hoje “como modelo e referência na temática da habitação popular. Uma das primeiras tentativas de construir conjuntos habitacionais no país deixando clara a opção de prover uma maior dignidade à classe trabalhadora e servindo como uma espécie de eco do discurso promulgado por parte dos líderes do Movimento Moderno europeu, a partir dos anos 20, em favor de uma habitação social e coletiva” (SILVA, 2005, n.p.).

Figura 89 - Pilotis à noite. Modernidade iluminada.



Fonte: O autor, 2022.

Figura 90 - Entrada do MAM -RJ



Fonte: O autor, 2022.

Figura 91 - O MAM-RJ, hoje.



Fonte: O autor, 2022.

Burle Marx, por sua vez, ocupa-se em promover a conexão entre a baía e o centro da cidade, usando os jardins do Museu como área de transição. Seu princípio-mestre (assumidamente influenciado por Le Nôtre) é fundir mesmo o museu à paisagem circulante. Para isso o paisagista forja uma perspectiva que conduz o olhar do visitante ao horizonte, sem interferências, criando assim a ilusão de um jardim de extensão infinita (MARX, 1962 [2004], p. 60). Um tapete verde estendido a quem deseja se refugiar temporariamente da massacrante urbe carioca.

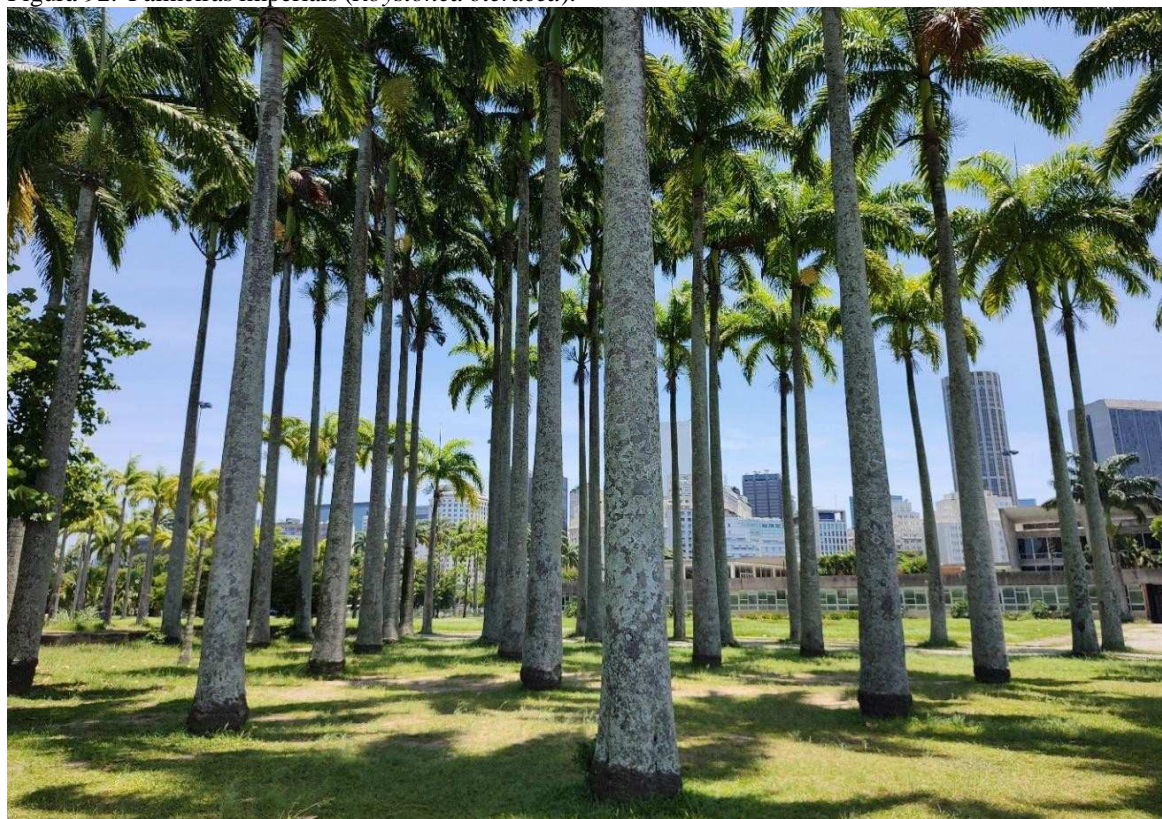
O significado do jardim nas cidades cresce, devido à íntima ligação com os problemas urbanísticos, seja ele um jardim projetado para uma escola, uma fábrica ou um hospital. Mesmo aos grandes estacionamentos deveria ser dada uma solução jardínstica, a fim de restituirmos ao homem urbano e prisioneiro das atividades imediatistas, uma vida mais digna. Quando falo em jardim de cidade, refiro-me também às praças, intimamente ligadas à arquitetura, à relação do homem e às suas múltiplas atividades.

Quando se pensa em termos modernos de planejamento urbano, uma das maiores preocupações é a de assegurar a presença de áreas verdes, para que o habitante entre em contato com a natureza e não se sinta perdido na massa de concreto que, aos poucos, vai se apoderando dos espaços livres das grandes cidades. Estas cada vez mais de desumanizam.

A poluição do ar, a falta de espaços verdes, uma urbanização desordenada, atrabiliária, têm contribuído para como poderia ser uma cidade ideal, com seus bosques, suas áreas para piqueniques, *playfields*, teatros ao ar livre, com praças onde as pessoas pudessem se encontrar, piscinas e, sobretudo, onde a imaginação contribuiria para aspectos estéticos, tão necessários à vida cotidiana (MARX, 2004, p. 210).

Para restabelecer a (re)união do Homem com a natureza – ainda que seja uma segunda natureza – Burle Marx vale-se de um repertório paisagístico robusto, único no mundo. Usa cores, texturas e formas da vegetação (imagem 92); a incidência da luz solar e das sombras; espelhos d`água e sua flora aquática (imagem 93); canteiros de desenho orgânico – muito à moda de Matisse; e jardins minerais (imagem 94), onde a forma dos seixos destacam e valorizam o verde (LEENHARDT, 1994).

Figura 92. Palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea*).

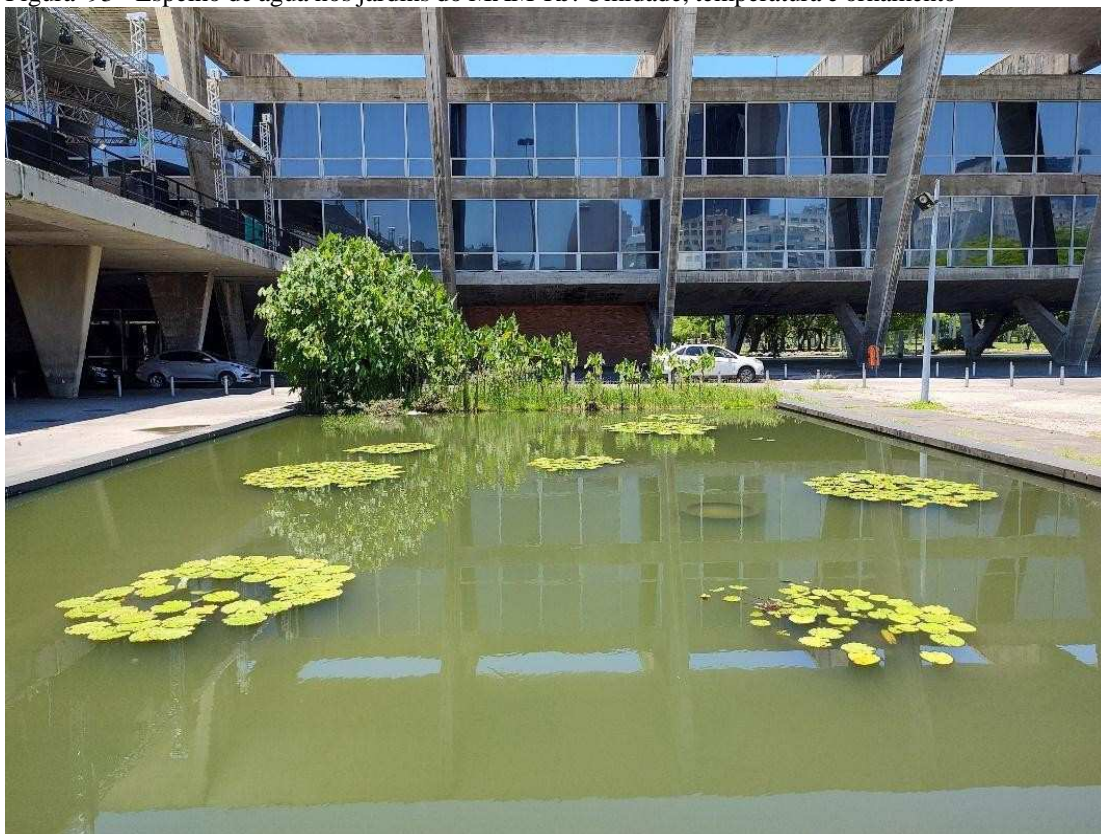


Nota: Segundo historiadores, no Brasil colonial só se podia plantar essa palmeira aqueles cujas sementes fossem diretamente presenteadas pelo Rei. Ter um exemplar, era, então, inequívoco símbolo de importância social<sup>128</sup>.  
Fonte: O autor, 2021.

---

<sup>128</sup> Ver Varzea (2005, p.113)

Figura 93 - Espelho de água nos jardins do MAM-RJ. Umidade, temperatura e ornamento



Fonte: O autor, 2021.

Figura - 94. Jardim mineral



Fonte: O autor, 2021.

Como um ramo vegetal, as soluções e inovações de Reidy e Burle Marx na execução do MAM-RJ extrapolam os limites desse espaço e se expandem por uma área de um milhão e duzentos mil metros quadrados, dando origem ao maior parque urbano do mundo, o Parque do Flamengo. Mas não sem antes vencer uma série de obstáculos.

## 6 ENFIM, O PARQUE DO FLAMENGO

Ainda que de modo não todo ostentoso, o prefixo “re” manteve-se ativo e pulsante nessa tese – algo impercebido mesmo para nós, que só atentamos para isso nesse ponto da escritura. *Leitmotiv* presente na própria re-visita à geo-história do Parque do Flamengo; presente na re-avaliação e re-afirmação teórico-metodológica de Henri Lefebvre e na premissa angular que diz que para revelar as características essenciais de um espaço devemos re-tornar ao momento de sua produção e daí datar – ou seja, re-ver criticamente seus elementos constituintes.

Guiados por essa noção empreendemos o exame de uma extensa corrente de operações que antecederam o Parque do Flamengo, legando-lhe aspectos concretos e simbólicos, técnicos e políticos. Assim, regressamos à construção do Passeio Público e da Av. Beira-mar; à destruição do Morro do Castelo e do Morro de Santo Antônio; ao soerguimento do Aterro do Flamengo e o estabelecimento do MAM-RJ. Eventos urbanos perfeitamente conectados, apesar de historicamente afastados, por um, dois séculos.

Pois, no capítulo que segue, nos concentraremos em como tais ações antrópicas – continuidades (*continuités*) – cristalizaram-se na forma do Parque do Flamengo. Além do processo de criação e edificação, também daremos conta do tombamento e alguns dos desafios enfrentados por esse fixo.

### 6.1 Projeto e edificação

Apesar do aval de Carlos Lacerda, recém empossado governador da Guanabara, a iniciativa de se construir um parque entre as Zonas Sul e Central da cidade nunca foi uma unanimidade. Em 1960, o Aterro do Flamengo já contava com alguns fixos: o Aeroporto Internacional Santos Dumont (1936), a Praça Senador Salgado Filho (1938), o parcialmente inaugurado Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro [MAM-RJ] (1958) e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (1960). Esses todos localizados no trecho entre os bairros do Centro e da Glória, sendo todo o restante do Aterro do Flamengo – do



Catete à Praia de Botafogo – ainda um espaço vazio<sup>129</sup>, mas muito cobiçado pelo capital. Entre tantos outros foi Carlota Costallat de Macedo Soares – a Lota (imagem 95) – é a grande responsável por vencer as quedas de braço, os entraves, os egos, as crises, as restrições orçamentárias e outras circunstâncias e poderes que iam contra o projeto de um parque urbano no centro da Guanabara.

Figura 95 - Carlota “Lota” de Macedo Soares. *Force majeure* por trás do projeto do Parque do Flamengo



Fonte: fotografia sem autoria conhecida, [s.d].

Mesmo sem formação acadêmica tradicional, Lota demonstra conhecimentos sólidos em arquitetura e urbanismo. O provam as duas casas que construiu na Fazenda Samambaia, na serra de Petrópolis. Em ambas fez valer seus juízos de especialista sem diploma. A primeira é projetada com Carlos Leão. A segunda – uma parceria com o jovem arquiteto Sérgio Bernardes – “transgredia o padronizado” e “resumia as ideias apaixonadas de Lota sobre arquitetura moderna” (OLIVEIRA, 1995, p. 25).

A ousadia vanguardista de Lota e Bernardes é reconhecida com o prêmio para obras de arquitetos abaixo dos quarenta anos da II Bienal de São Paulo. No júri de avaliadores

---

<sup>129</sup> Quando a construção do Parque do Flamengo se inicia, em 1961, as lentíssimas obras do Aterro do Flamengo encontravam-se ainda em curso, embora já em fase final. Imagens do início do soerguimento do Parque mostram uma pequena área próxima à Enseada de Botafogo sendo aterrada. Ambos serão finalizados praticamente juntos, em 1965.

estavam os arquitetos Ernest Rodger, Alvar Aalto e o celebrado Walter Gropius, fundador da Bauhaus. Carlos Lacerda era outro que desfrutava da amizade com aquela mulher *avant-garde*.

Lota, então com 50 anos, filha do fundador do *Diário Carioca* José Eduardo de Macedo Soares, era proprietária da fazenda Samambaia em Petrópolis e vendera a Lacerda o terreno da casa de campo usada por ele antes de adquirir o hábito de passar os fins de semana na ilha de Brocoió e antes de comprar, em 1962, o sítio do Rocio, próximo a Petrópolis. Lota, vizinha do governador até a venda da sua casa de Samambaia, era admirada por ele por sua inteligência, cultura, franqueza e energia, assim como pela criatividade que demonstrava no trato das propriedades em Samambaia. A imprensa a chamava de amiga de poetas e artistas; era fumante inveterada e colecionadora de quadros e objetos de arte (DULLES, 2000, p. 100).

Entre as afinidades divididas por Lacerda e Lota estava a admiração pelos Estados Unidos e o posicionamento político antiesquerdista. Os dois igualmente encarnam os anseios e os ideais da elite carioca da época – elite econômica, intelectual e política – da qual Carlos Lacerda dependera para vencer, de forma apertadíssima, a eleição ao governo da Guanabara<sup>130</sup>. Lacerda, ele mesmo parte da aristocracia fluminense, teria de agradar essa classe se quisesse governar a cidade sem maiores entraves. O governador já estivera do outro lado, em oposição aberta a governos, e bem sabia dos embaraços que a burguesia do Rio de Janeiro – ou seja, os políticos cariocas, a intelectualidade e a imprensa – podia oferecer.

Então fomos para a campanha; muita televisão, muito rádio, muito comício. Campanha extenuante sob certos aspectos, mas em geral muito bem recebida. Fizemos algumas inovações: por exemplo, nas Laranjeiras, bairro onde nasci, em vez de comício houve uma passeata desde o Cosme Velho, onde é hoje o Túnel Rebouças, até o Largo do Machado, onde está a escola primária em que estudei e a igreja em que fui batizado. E ali fiz o comício, tirando partido disso tudo (LACERDA, 1978, p. 2015).

O Parque do Flamengo era um aceno político a esse estrato social, a resposta à Brasília de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A “nobreza” da Guanabara – que historicamente ocupava os bairros do Centro e da Zona Sul – teria com o Parque um espaço moderno e monumental. Era, enfim, a recompensa pela perda do *status* do Rio de Janeiro como capital, e, em escala local, a abertura de uma área de lazer à altura das praias oceânicas da Nova Zona Sul, então as mais concorridas – mas de certo modo exclusivas – áreas ao ar livre da cidade.

Já assentada como diretora do projeto de construção do Parque do Flamengo, Lota propõe a criação de uma comissão de *experts*. É formado, então, o Grupo de Trabalho para a

---

<sup>130</sup> 91% dos eleitores da Guanabara compareceram às eleições em outubro de 1960 – número considerado excepcionalmente elevado. Lacerda tem 356.722 votos (35,7% do total), Sérgio Magalhães, o segundo colocado, ganha 331.592 de votos válidos (33,4%) (DULLES, 2000, p. 385).

Urbanização do Aterro<sup>131</sup>, conhecido como GT. Fazem parte dessa equipe multidisciplinar: Affonso Eduardo Reidy (arquiteto), Bertha Leitchic (engenheira), Jorge Machado de Almeida (arquiteto), Hélio Mamede (arquiteto), Sérgio Bernardes (arquiteto), Luiz Emygdio de Mello Filho (botânico) e Ethel Bauzer Medeiros (pedagoga)<sup>97</sup>.

Roberto Burle Marx não faz parte do GT, mas seu escritório de arquitetura é contratado para o paisagismo do Parque<sup>132</sup>, mesmo caso do *lighting designer* norte-americano Richard Kelly, chamado para implantar a iluminação. Ainda colaborariam com o Grupo de Trabalho, Hélio Modesto (urbanista), os arquitetos Carlos Werneck de Carvalho, Juan Derlis Scarpellini e Maria Hanna Siedlikowski, os botânicos Flávio Britto Pereira e Magu Costa Ribeiro, os desenhistas Mário Sophia e Sérgio Rodrigues e Silva, o designer gráfico Alexander Wollner e a secretária Fernanda Pinheiro (PEREIRA, 2015, p. 32)<sup>133</sup>.

Contudo, antes mesmo do início das obras, Lota e seu *ensemble* depararam-se com um obstáculo significativo. Criada em 1957 na administração do prefeito Francisco Negrão de Lima (1956-1958), a SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento) era, à época, a principal responsável pelas obras públicas do Estado da Guanabara. E foi nessa posição que no mandato do prefeito Sá Freire Alvin (1958-1960), a SURSAN, em conjunto com a Secretaria de Viação e Obras, planejou a construção de quatro pistas de alta velocidade no Aterro do Flamengo. Duas em cada sentido, com quatro faixas cada uma, totalizando 16 faixas expressas. Estas seguiriam em paralelo à Av. Beira-mar – estrangulada pelo fluxo de veículos – ampliando assim a interconexão centro-sul/sul-centro da cidade.

As obras desse corredor viário – que eliminava qualquer área livre para construção de um parque – já haviam se iniciado, em 1958, mas isso não impediu que Lota exigisse drásticas alterações no projeto. E ao ir contra a opção rodoviarista – a “psicose das pistas” (OLIVEIRA, 1995, p. 98) – Lota feria também a especulação imobiliária, dado que, entre as vias, projetava-se a construção de prédios.

---

<sup>131</sup> Conforme registrado pelo decreto estadual nº 607 de 4 out. 1961.

<sup>132</sup> O Roberto Burle Marx Arquitetos Associados era formado “pelos arquitetos Fernando Tábora, chileno; John Stoddart, inglês; Julio Pessolani, uruguaio; e Maurício Monte, brasileiro. Durante quase uma década, de 1956 a 1964 essa sociedade foi responsável por todos os projetos e exposições, além das publicações de sua obra. Por desentendimentos entre as partes, essa colaboração acabou sendo relegada ao esquecimento, mas teve um papel fundamental no conjunto da obra de Burle Marx, como ainda tantas outras parcerias pouco estudadas” (OLIVEIRA, 2015, p.67).

<sup>133</sup> Em suas memórias, Berta Leitchic coloca-se como arregimentadora desse grupo. “Quando Carlos Lacerda foi eleito governador e, 1960, escolheu a Lota de Macedo Soares para dirigir o projeto de urbanização do Aterro do Flamengo. Acontece que a Lota não era engenheira, não era arquiteta, nem urbanista; era uma mulher de grande cultura e muita imaginação, mas não conhecia os trâmites, não sabia como atuar. Então um amigo seu a aconselhou me chamar, e ela me convidou para assessorá-la. Sugerí a criação de um grupo de trabalho” (LEITCHIC, 2002, p. 43).

A área do aterro pede um especial cuidado no sentido de se conservar sua excepcional e belíssima paisagem, a brisa marítima, e transformar um simples corredor para automóveis numa imensa área arborizada e que será dentro em breve um marco da cidade tão famoso quanto o Pão de Açúcar e as calçadas de Copacabana. Lota escreveu (para o Governador) que para aproveitar as suas qualidades únicas, não se deveria construir no aterro edifícios fechados, como boates e teatros, que poderiam ser construídos em outro local (DULLES, 2000, p. 100).

Lota era irredutível em sua defesa de um parque público, não sendo intimidada por ninguém, independentemente de sua posição.

O governador teve que forçar a mão para acomodar a situação de Lota. Acontece que a Secretaria de Viação e Obras era, por sua natureza, o reduto de engenheiros e arquitetos, que teriam que reconhecer em Lota uma pessoa com conhecimentos técnicos especializados, para estar capacitada a assisti-los em um projeto de urbanização de tal envergadura. Ressabiados, preferiram entender que o decreto apenas abria um espaço de coadjuvante para uma amiga do governador, suficientemente rica para trabalhar de graça. Lota, porém, tinha entendido claramente que o aterro *era dela*. Contrariando os rígidos princípios da hierarquia dos serviços públicos, Lota começou a convocar os técnicos da SURSAN para reuniões formais sobre o andamento das obras. Havia choro e ranger de dentes, mas eles iam (OLIVEIRA, 1995, p. 96. *itálico da autora*).

Após intensos debates, vence a configuração que conhecemos, com o Parque do Flamengo cortado apenas por duas pistas<sup>134</sup>, uma no sentido Centro-Zona Sul e outra no sentido Zona Sul- Centro. A SURSAN e a Secretaria de Viação saíam do episódio com a atribuição de “tão somente executar as obras que o Grupo de Trabalho projetaria” (OLIVEIRA, 1995, p. 111).

o Grupo de Trabalho é que tomaria todas as decisões pertinentes à parte aterrada e à orla marítima. Com isso, seriam sumariamente vetados loteamentos, cessão de terras e construções em desacordo com o plano urbanístico a ser criado pelo Grupo. Mais ainda, o Grupo teria que opinar sobre a eventual aquisição ou localização de qualquer obra de arte naquela área. Dessa forma, Lota conseguiria impedir que o Aterro virasse uma Bustolândia (OLIVEIRA, 1995, p. 111).

Definidas as competências e eliminado o risco do Parque do Flamengo ser reduzido à uma *autobahn* à beira-mar, em 1962 o grupo põe-se a trabalhar em modo frenético. São 12, 16, 18 de labuta diária em um barracão de madeira que, instalado em meio às obras, fazia o papel de escritório (NOGUEIRA, 2008, p. 130), conforme revela a imagem 96.

---

<sup>134</sup> Nomeadas como Av. Infante Dom Henrique.

Figura 96 - Barracão montado no Aterro do Flamengo.



Nota: No escritório improvisado, Burle Marx, Magu Leão, Lota de Macedo Soares (ao centro) e Jorge Moreira (à esquerda) discutem o curso das obras.

Fonte: fotografia sem autoria conhecida, [s.d.].

Há uma pressa justificada: é imprescindível que o Parque do Flamengo seja inaugurado em 1965. É o último ano do mandato de Carlos Lacerda e o novo espaço será um trunfo de alta visibilidade para o político, que nutre ambições mais altas que o posto de Governador da Guanabara. Ao ser inaugurado durante as festividades do IV Centenário da Fundação do Rio de Janeiro – comemorado durante todo ano de 1965 – o Parque devia servir como um palanque a “elevantar o então governador carioca ao altar dos grandes homens que construíram o Rio quatrocentão” (MOTTA, 2001, p. 244). Contudo, para que um Central Park tropical emergisse do Aterro do Flamengo seria necessário mais do que aspirações políticas.

A despeito do monstruoso volume de entulhos gerados pelos morros do Castelo e de Santo Antônio, esses não bastaram para a finalização do Aterro do Flamengo. E sem Aterro não há Parque. Parte dessa demanda é resolvida pelos despojos de uma parcela do Morro do Querosene, localizado no Catumbi, que vêm abaixo durante os fortes temporais de 1962<sup>135</sup>.

<sup>135</sup> “Morro do Querosene balançou ontem e deve desabar hoje”, diz a chamada da primeira página do jornal *A Noite* de 27 de março de 1962. O *lead* continua: “Ainda em consequência do tremor, de terra, ocorrido em Janeiro último, começou, a desabar ontem o Morro do Querosene, no Catumbi, que hoje, segundo o engenheiro

O restante do material advém da areia do fundo da Baía de Guanabara, retirada pela draga Ster, que trabalhara no Canal do Panamá e na dragagem da Lagoa dos Patos, no Rio de Grande do Sul. Com ela em operação, 20 mil metros cúbicos de areia serão bombeados do leito oceânico diariamente. Esse equipamento será especialmente útil quando Lota e o Grupo de Trabalho optam por ratificar a Praia do Flamengo. Recorda Enaldo Cravo Peixoto, então presidente da SURSAN:

foi quando resolvemos fazer uma praia de verdade no Flamengo, e não mais aquela nesga de areia que existia antes bem em frente à Rua Silveira Martins, onde o povo se apertava. Ali havia ainda a Ponte do Presidente, um embarcadouro em frente a Catete, e um trampolim de cimento, diante da velha sede do Flamengo. Mas a faixa de areia era mínima. Nós contratamos o Laboratório Nacional de Engenharia de Lisboa, um dos mais famosos do mundo, para projetar a praia, que ficava numa área sujeita a fortes ressacas. Eles sugeriram a construção de um espigão de 120 metros, à esquerda da praia, que protege até de ondas de seis metros de altura, tamanho, aliás, nunca registrado no interior da Baía de Guanabara. Assim foi possível substituir aquela velha e pequena praia de areia amarela, por uma outra, de areia branca, de um quilômetro de extensão por 70m de largura. (PEIXOTO, 1993, pp. 87-88).

Concomitantemente à esses percalços iniciais, o Parque ganhava forma na prancheta dos dois principais nomes ligados à sua criação, Affonso Reidy, autor do projeto arquitetônico e Roberto Burle Marx, responsável pelo paisagismo. Reidy opta por criar um espaço dominado por uma perspectiva o mais horizontal possível e sem adensamentos estruturais que provoquem ruídos na paisagem. Para isso, utiliza ondulações suaves, superfícies aplainadas e espaços vazios facilmente penetrados pela claridade solar e por onde se observa a Baía de Guanabara e as montanhas cariocas. Relevo emoldurado pelo céu mais azul do mundo<sup>136</sup>.

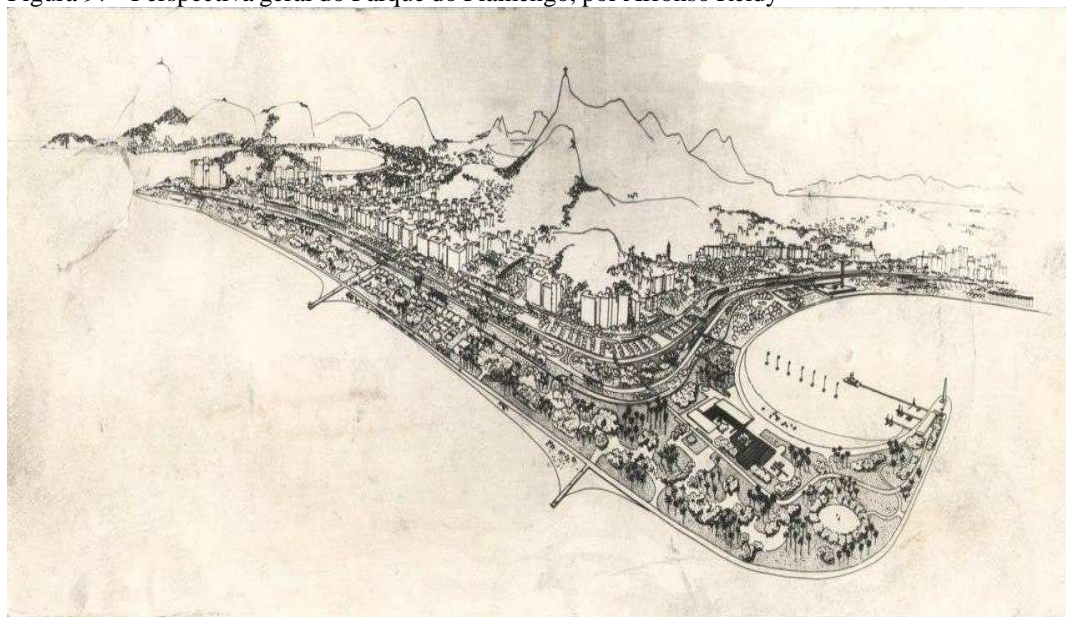
Um efeito especial, uma ilusão de ótica onde a paisagem antrópica funde-se à paisagem natural. O Parque mantém e alarga as prerrogativas arquitetônicas usadas no MAM-RJ: unir de maneira leve, fluída, orgânica e sem sobressaltos estéticos a natureza e os espaços racionalizados pela arquitetura (imagem 97). Premissas que ganham forma através de um design composto por três “seções” ou “faixas” paralelas (planta 5).

---

Carvalho Neto, secretário de viação, deverá desabar totalmente.No princípio do desabamento ocorrido ontem, dois prédios que ficam ao sopé do morro, foram soterrados, um ladrão foi preso, famílias choravam-por deixar seus lares e o deputado Amaral Neto saiu gritando: ‘Governador, Governador, o morro está caindo, vamos correr’. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1962\\_15992.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1962_15992.pdf) Acesso em 21 mar.2022.

<sup>136</sup> O que para nós era fruto de mera percepção (e alguma presunção ufanista), tornou-se fato científico. Quando estávamos na fase de revisão final dessa tese, chega-nos a notícia que o Rio de Janeiro tem, de fato, o céu mais azul entre os céus azuis. É a conclusão da pesquisa da equipe de radiação óptica do National Physical Laboratory (NPL) de Londres. Ver: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-tem-ceu-mais-azul-do-mundo-segundo-pesquisa-4571950> . Acesso em: 22 jun. 2022.

Figura 97 - Perspectiva geral do Parque do Flamengo, por Affonso Reidy



Fonte: REIDY, [s/d].

Na primeira seção, encontra-se áreas verdes, o Pavilhão Japonês, onde funciona a administração do parque (imagem 98), passarelas (imagem 99), passagens subterrâneas e o Recreio Infantil Lota Macedo Soares, que inclui a Cidade das Crianças, espaço recreacional infantil (vide o Anexo 1). Aqui também estão os campos de futebol *society* (imagem 100), *playgrounds*, postos de combustíveis (imagem 101) e estacionamentos (imagem 102) – estes últimos, situados nos limites do parque foram postos aí intencionalmente, convidando os a caminhadas (OLIVEIRA; BARROSO, 2006, n.p.).

Planta 5. Projeto definitivo do Parque do Flamengo (1960?)



Fonte: ARQUIVO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, [1960?].

Figura 98 - Pavilhão Japonês, sede da Administração do Parque do Flamengo



Fonte: O autor, 2022.

Figura 99- Passarela projetada por Affonso Reidy - Suavidade concreta



Fonte: O autor, 2022.



Figura 100 - Um dos campos de futebol *society*.



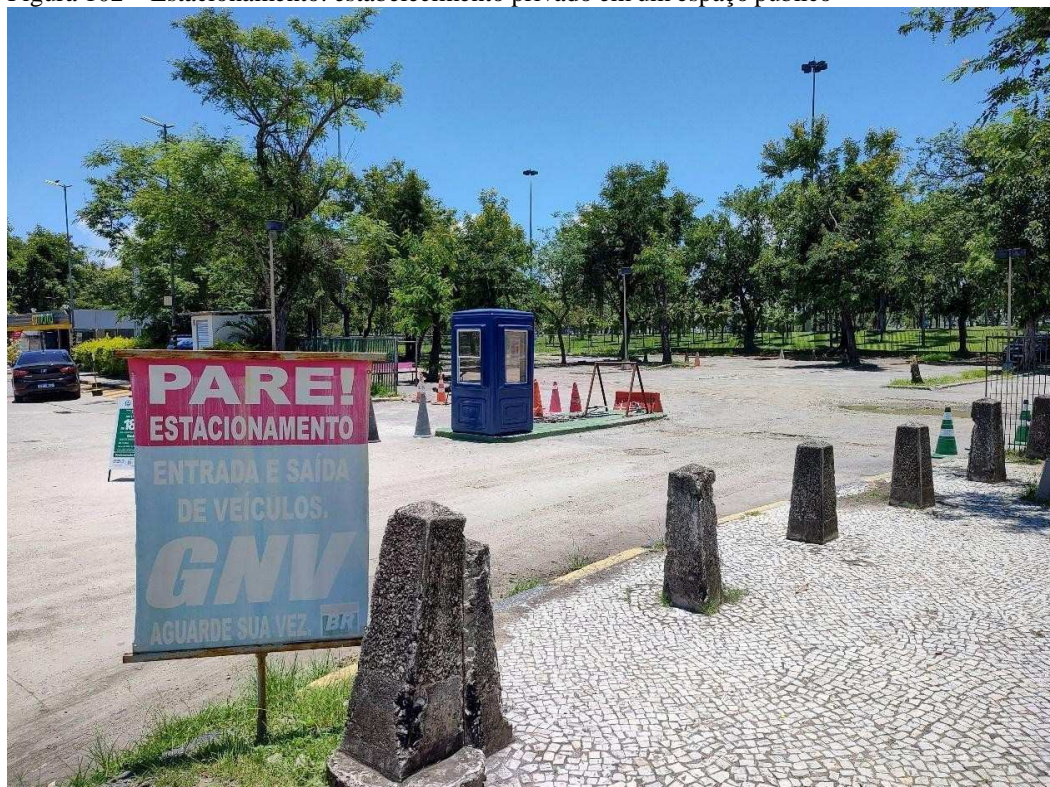
Nota: Para seu usufruto é necessário o agendamento prévio junto à administração do Parque, tamanha é a demanda por esse equipamento de lazer gratuito  
Fonte: O autor, 2022.

Figura101 - Posto de combustíveis



Fonte: O autor, 2022.

Figura 102 - Estacionamento: estabelecimento privado em um espaço público



Fonte: O autor, 2022.

A segunda faixa localiza-se entre as duas pistas da Av. Infante Dom Henrique (imagem 103) e compõe-se, nos trechos mais alargados, por passarelas para pedestres (imagem 104), áreas para contemplação e jardins centrais: “projetados com uma perspectiva profunda para serem vistos a partir dos carros e a grande velocidade”, conforme mostra a imagem 105 (OLIVEIRA; BARROSO, 2006, n.p.). Área arriscada para quem se arrisca atravessar a pé. Atropelamentos não são incomuns. Fomos, inclusive testemunhas de um deles em nossa pesquisa *in loco*. Faltam placas de sinalização. Falta disposição, e juízo, para andar até as passarelas.

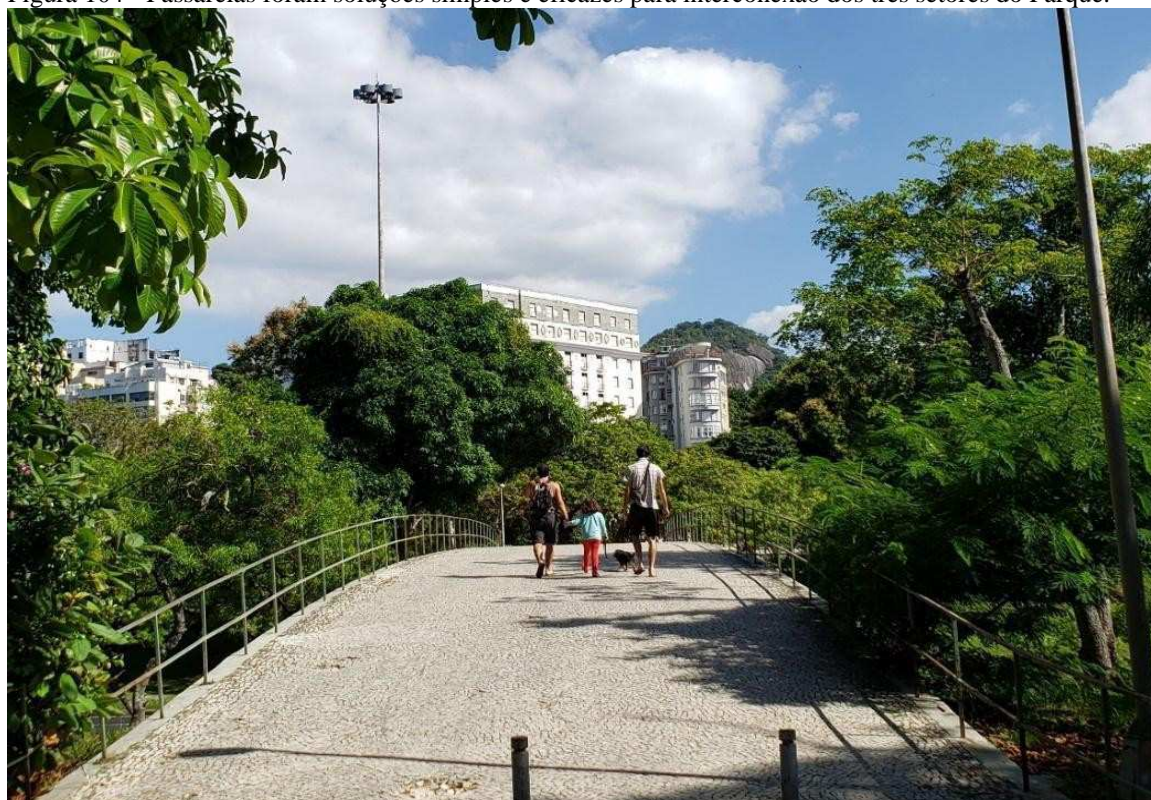
Trata-se da seção com poucos elementos e funcionalidades do Parque. Passando pelas janelas dos automóveis, esse espaço, tão repleto de simbolismos, torna-se superficial – só imagens em rápida sucessão, borrões, rascunhos de paisagem. Essa perspectiva, pobre em tudo, apenas reforça a essencialidade polissêmica, ou seja, *moderna*, do fixo em análise (STAROBINSKI, 1990).

Figura 103 - As duas pistas da Av. Infante Dom Henrique. Concessão ao rodoviário ou vitória do Parque do Flamengo?



Fonte: O autor, 2021.

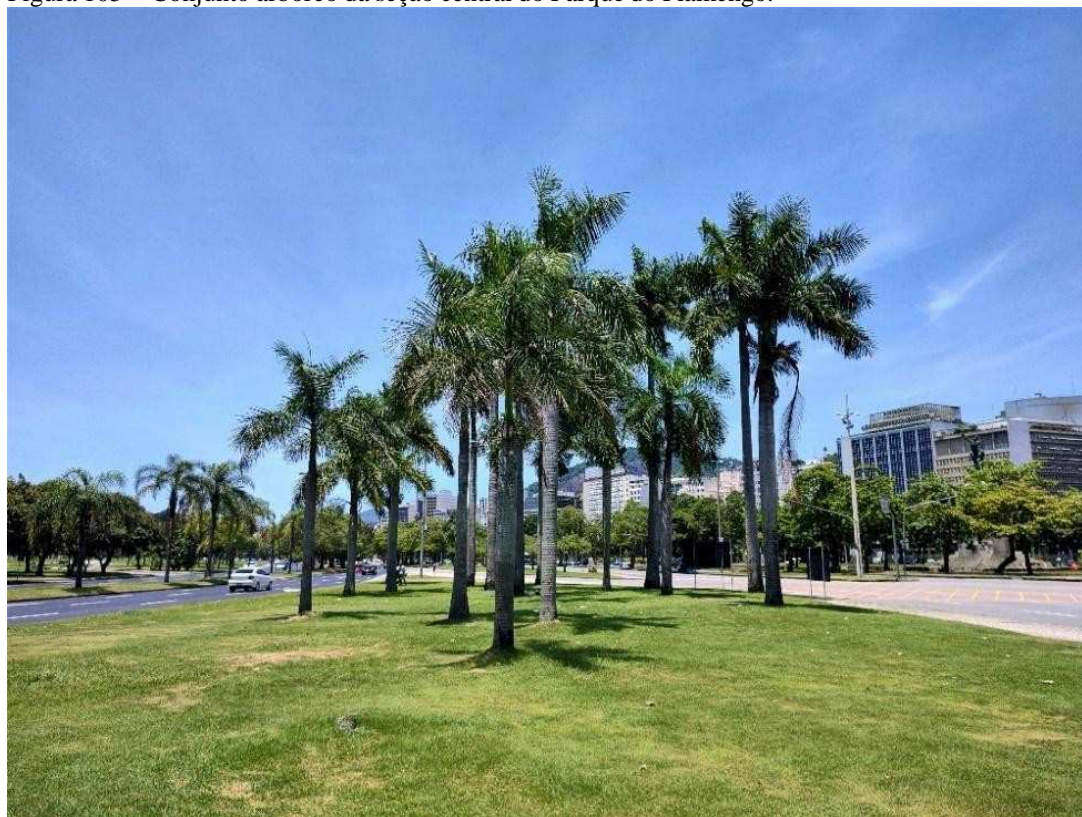
Figura 104 - Passarelas foram soluções simples e eficazes para interconexão dos três setores do Parque.



Nota: Ao fundo, no centro, parte do outrora ostentoso Hotel Glória, hoje em ruínas. O capital imobiliário, porém, nunca dorme.

Fonte: O autor, 2021.

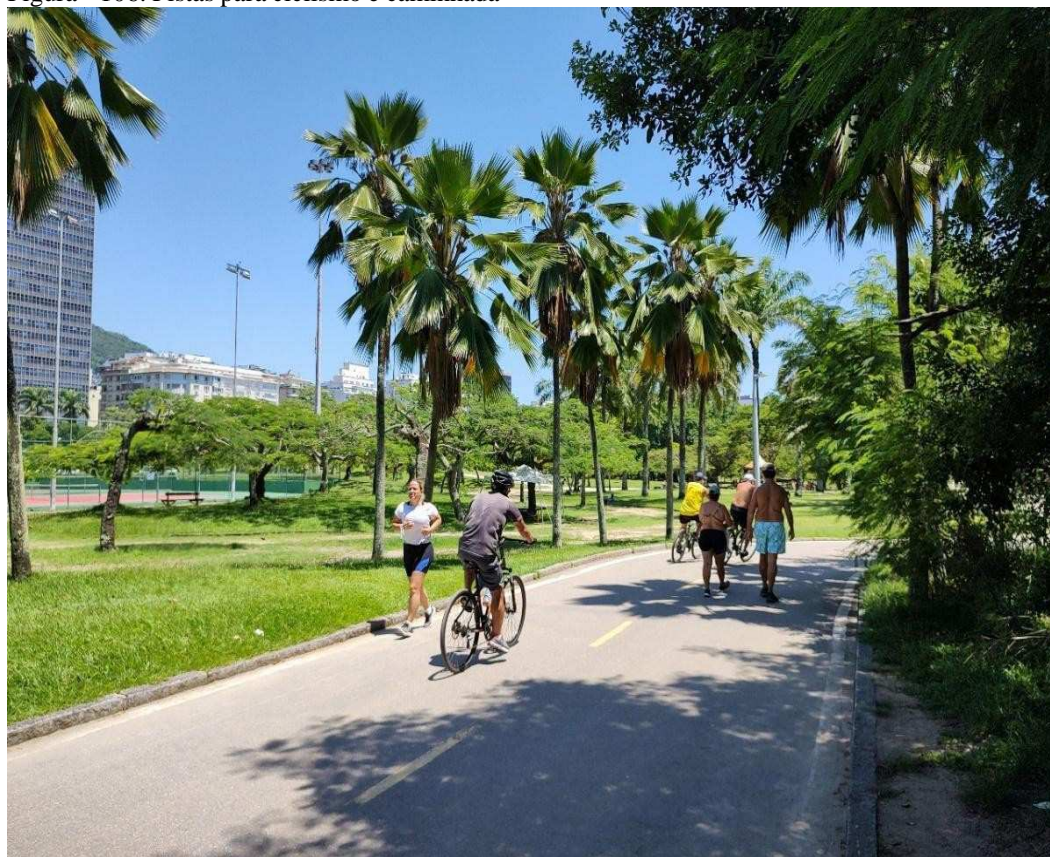
Figura 105 - Conjunto arbóreo da seção central do Parque do Flamengo.



**Nota:** Grupo de palmeiras jervás (*Syagrus romanzoffiana*). “Penca de frutos”, em língua tupi.  
Fonte: O autor, 2022.

A terceira faixa fica entre a segunda pista da Av. Infante Dom Henrique e a Baía de Guanabara. É a que reúne a maior parte dos equipamentos: pistas para pedestres e ciclistas (imagem 106), aleias para caminhadas (imagem 107), coretos (imagem 108), pista para aerodelismo e patinação, teatro de arena, teatro de marionetes e fantoches, deck sobre o Rio Carioca (imagem 109), quadras poliesportivas, quadra de tênis, tanque de nautimodelismo, academias de ginástica ao ar livre (imagem 110), academia para terceira idade, pista de skate, áreas livres para piqueniques e a Praia do Flamengo (imagens 111 e 112), remodelada.

Figura - 106. Pistas para ciclismo e caminhada



Fonte: O autor, 2022.

Figura 107- Aleia



Fonte: O autor, 2022.

Figura 108 - Coreto Estrela, projeto de Affonso Eduardo Reidy



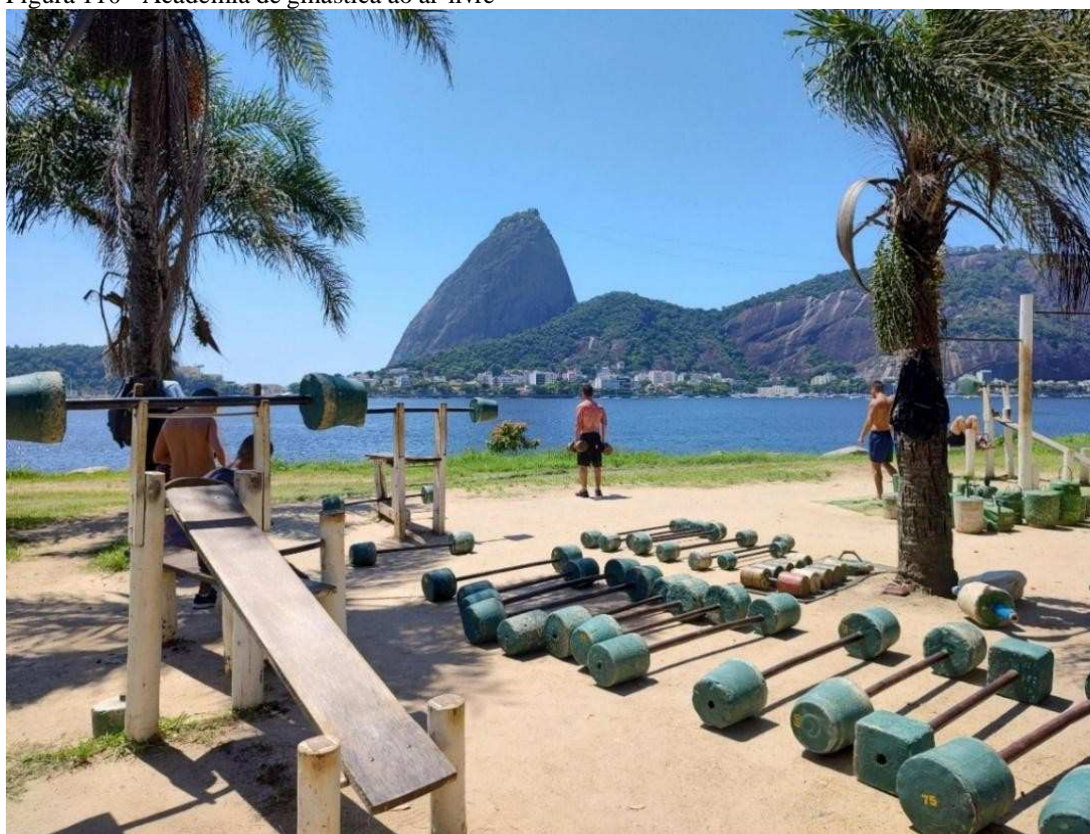
Fonte: O autor, 2022.

Figura 109 - Deck sobre o Rio Carioca



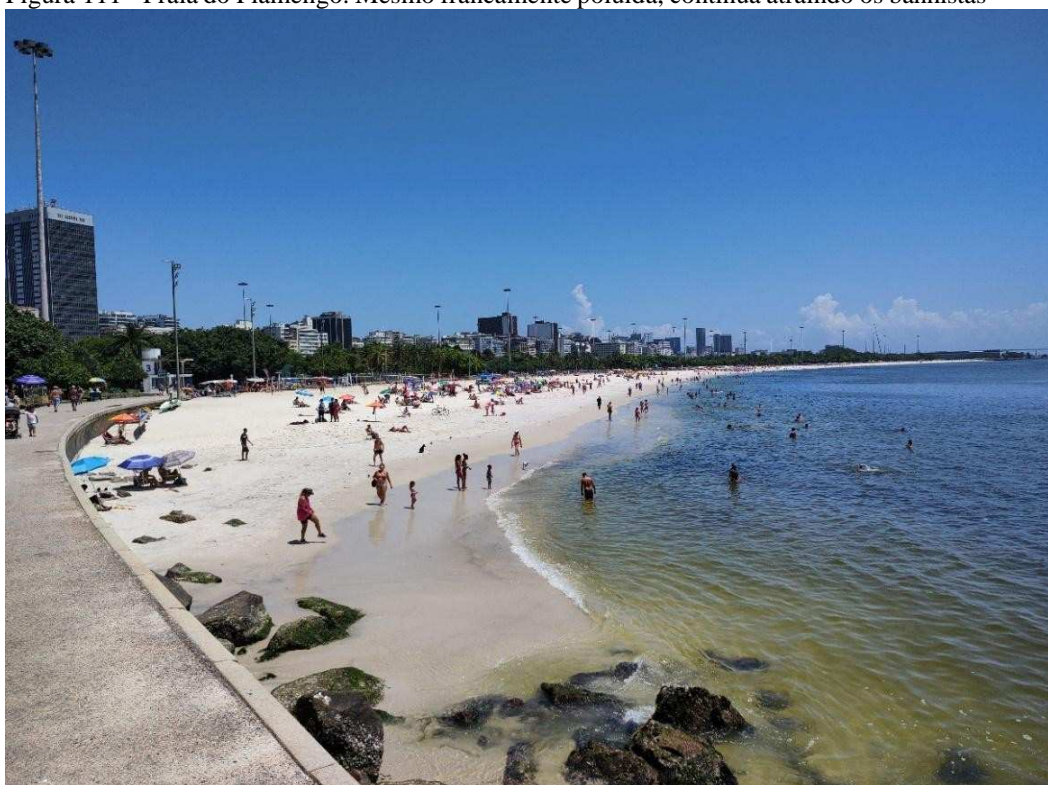
Fonte: O autor, 2022.

Figura 110 - Academia de ginástica ao ar-livre



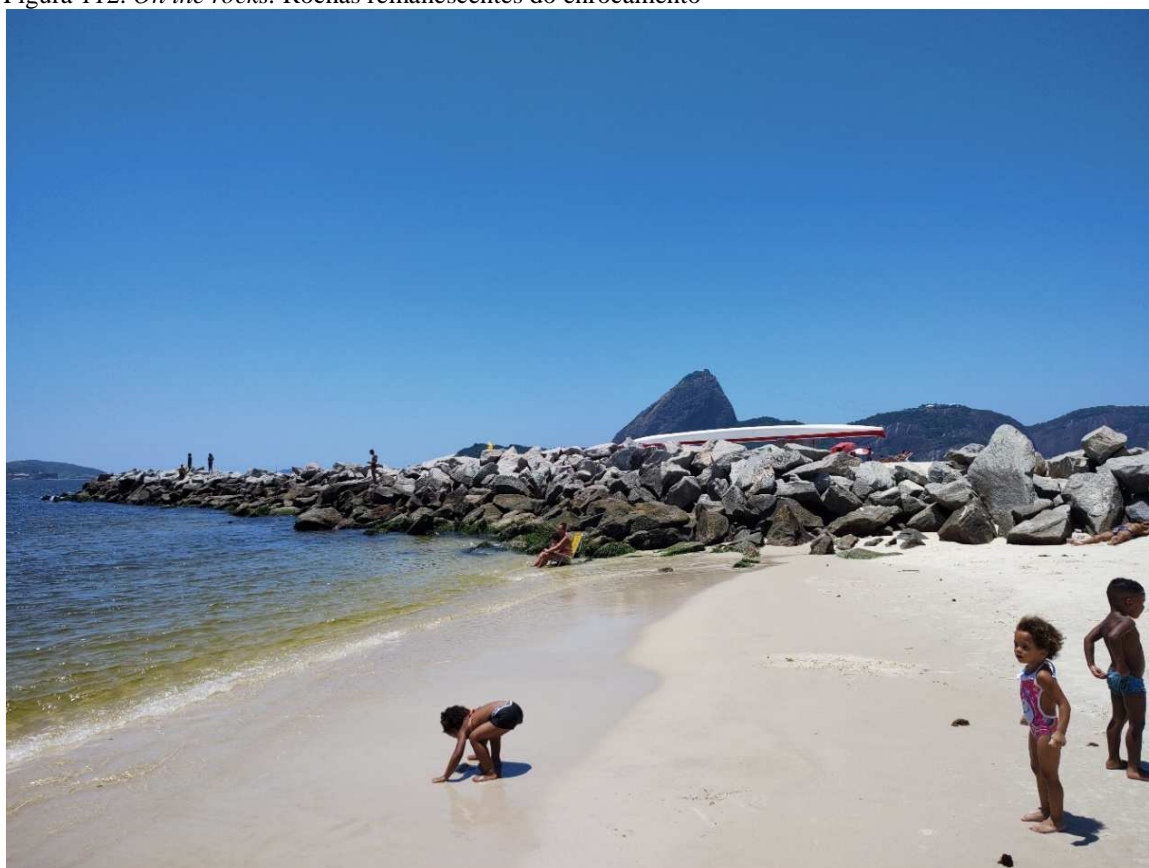
Fonte: O autor, 2022.

Figura 111 - Praia do Flamengo. Mesmo francamente poluída, continua atraindo os banhistas



Fonte: O autor, 2022.

Figura 112. *On the rocks*. Rochas remanescentes do enrocamento



Fonte: O autor, 2022.

Os dias de calor transformam a praia no *point* mais concorrido do Parque do Flamengo. Ciclistas, corredores, praticantes de *slackline* e banhistas inserem-se na paisagem. Nem as notícias de superbactérias infectando as areias e as águas afugentamos visitantes. O pessoal frequenta mesmo. Ficam à vontade. Em casa<sup>137</sup>. Um exemplo extremo do que Lefebvre chama de “inserção do corpo no espaço” – “*insertion du corps dans l’ espace*” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 131).

O público, em bom número, atrai o mercado informal: barracas de camelôs e ambulantes a vender todo tipo de bebida, sanduíches, picolé, biscoito de polvilho etc. Assadeiras improvisadas fornecem queijo coalho, churrasco e camarões. Uma barafunda frenética – há crianças, há pedintes, há boatos de tumultos, há tumultos de fato, há policiais... – que escapa, e de certa maneira transcende, ao controle socioespacial que ali devia ser ajustadíssimo. Afinal, trata-se de um espaço racionalizado arquitetonicamente, urbanisticamente e paisagisticamente.

---

<sup>137</sup> Ver <https://portal.fiocruz.br/noticia/superbacteria-e-encontrada-em-rio-que-desagua-na-praia-do-flamengo-rj>. Acesso em: 05 fev. 2022.



A lógica matemática e cartesiana dá lugar à espontaneidade do espaço social. Entretanto, as lógicas espaciais não desaparecem. Como já comentamos, toda desordem obedece a uma ordem (LEFEBVRE, 2002 [1970], p. 61) e mesmo que espaços como o Parque do Flamengo possam parecer uma “fuga” das ultras racionalizadas relações de produção cotidianas que neurotizam os cidadãos, essa percepção é ilusória.

Por meio dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com o da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas e nas regiões montanhosas. Os lugares de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho, no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares da recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoam de signos e que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo do espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado. São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. Tudo isso se lê nesses espaços, mas com dificuldades, pois o texto e o contexto estão embaralhados (como num rascunho). O que se lê mal se concebe claramente se se parte do conceito de espaço, de um lado desarticulado e separado, e do outro, organizado e re-unido pelo poder (LEFEBVRE, 2008 [1972], pp. 49-50, 157).

Comentando a prática dos habitantes da cidade se “isolarem” em passeios “campestres”, Henri Lefebvre dá-nos um exemplo válido também aos que esperam isolar-se do caótico *genius loci* urbano em áreas verdes “naturais”.

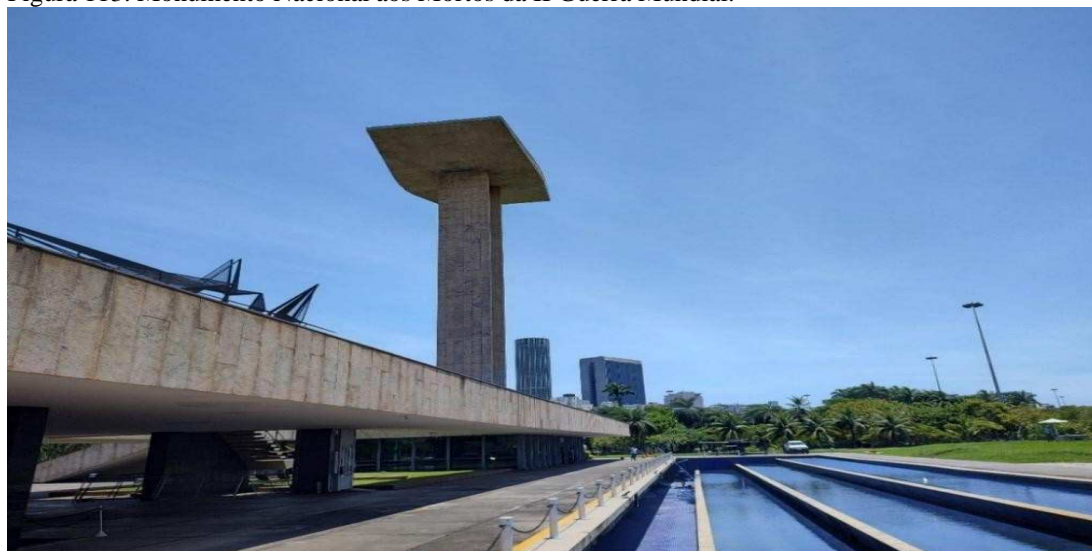
Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais contra o barulho, a fadiga, o universo “concentraccionista” das cidades. Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor da troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade”. Os urbanos carregam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade! (LEFEBVRE, 2001c [1968], p. 117)

Estão, nessa seção, também fixos graúdos: o supracitado MAM-RJ, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, conhecido como Monumento aos Pracinhas<sup>138</sup>(imagem 113); a casa de espetáculos Vivo Rio<sup>139</sup>; o restaurante Assador Rio's;

<sup>138</sup> “O espaço absoluto é (...) também e sobretudo o espaço da morte: de seu poder absoluto sobre os vivos cujo único soberano detém uma parte. O espaço das tumbas, dos monumentos fúnebres pertence, portanto, ao espaço absoluto, com uma característica dupla, beleza formal e conteúdo terrificante. A beleza formal levada ao mausoléu, ao monumento vazio ainda que prestigioso. O conteúdo político aterrorizante leva ao lugar assombrado, povoado de mortos vivos, do qual o cemitério cristão oferece um bom exemplo, ainda que ele tenha um mérito, o de democratizar a imortalidade” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 272).

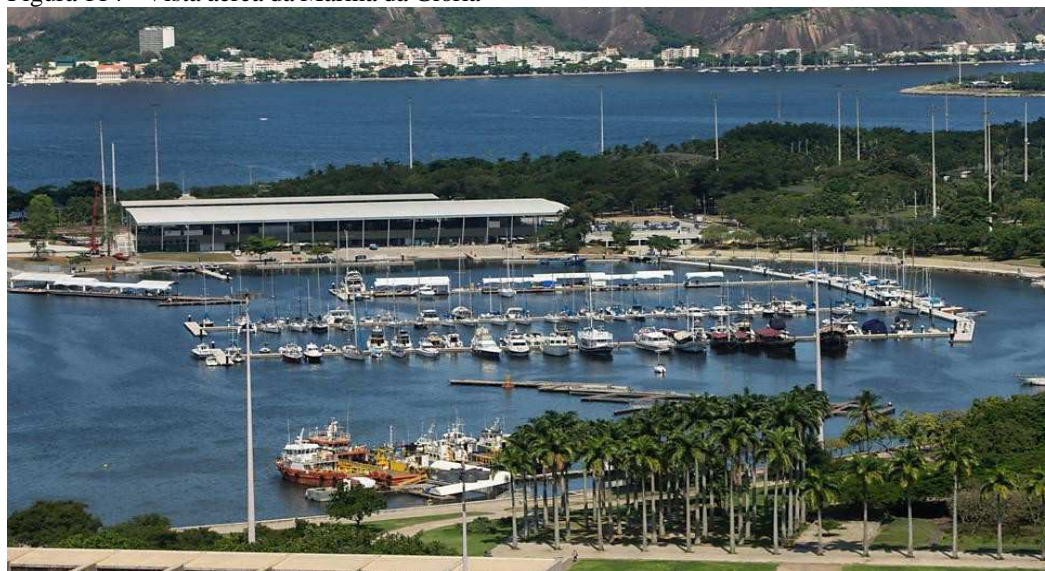
a Marina da Glória, que além das docas inclui pavilhão indoor, esplanada *outdoor* e *promenade outdoor* (imagem 114); o Monumento a Estácio de Sá (imagem 115); e a parte mais expressiva da vegetação moldada por Burle Marx.

Figura 113. Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial.



Nota: Projeto de Marcos Konder Netto e Hélio Ribas Marinho. Construído entre 1957 e 1960, este museu/mausoléu será perfeitamente assimilado ao Parque do Flamengo  
Fonte: O autor, 2022.

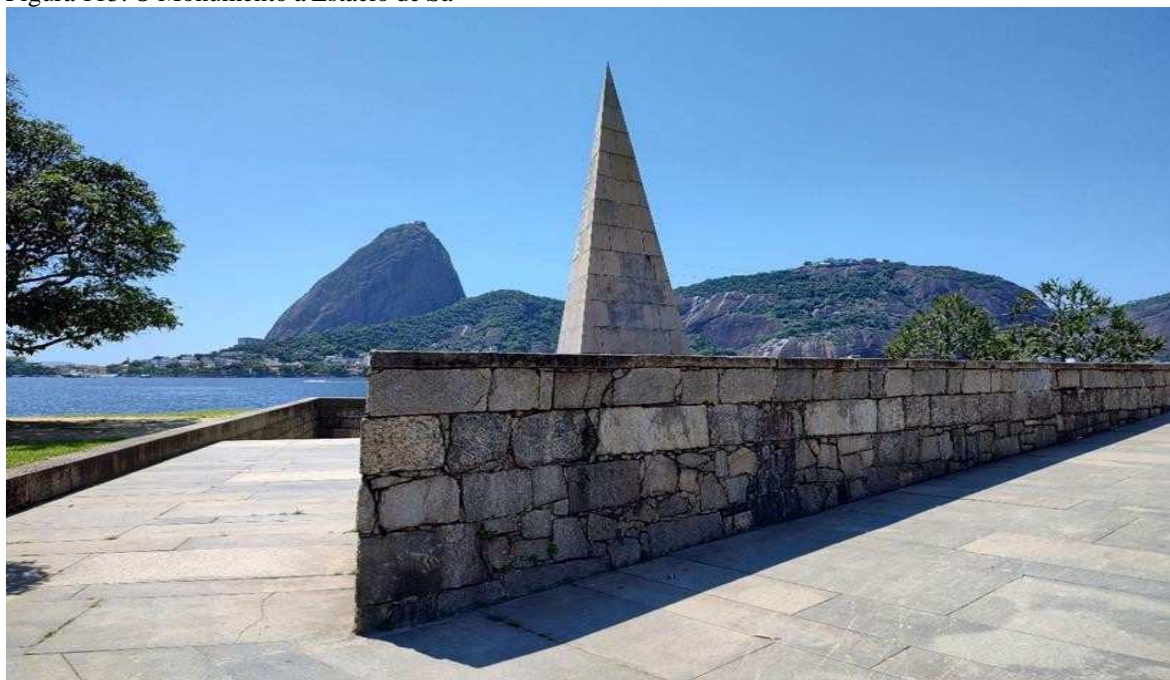
Figura 114 - Vista aérea da Marina da Glória



Fonte: BR MARINAS, 2022.

<sup>139</sup> Inaugurado em 2006, o Vivo Rio é uma casa de espetáculos contígua ao MAM-RJ. “No projeto original do complexo do Museu de Arte Moderna (MAM) haveria três blocos que seriam destinados a uma escola, a um centro de exposições e a um teatro. No entanto, não foi construída a escola e o teatro deu lugar a uma casa de espetáculos, o Vivo Rio, que pertence a uma empresa privada, e não tem relação institucional ou administrativa com o museu” (MENEZES, 2017, p. 22).

Figura 115. O Monumento a Estácio de Sá



Nota: foi projetado por Lucio Costa e inaugurado em 1973. Sob a pirâmide de granito encontram-se réplicas da lápide sepulcral do fundador do Rio de Janeiro e do marco de fundação da cidade

Fonte: O autor, 2022.

É ainda Lefebvre quem diz que, tudo que é reunido pelo fenômeno urbano – pessoas, saberes, obras, objetos, conhecimento, cultura, capitais, riquezas e símbolos – manifestam-se nos espaços monumentais, feitos esses presentes no Parque do Flamengo. Sendo o próprio Parque do Flamengo um espaço monumental. (LEFEBVRE, 2001b [1968], p. 12). Tudo que se manifesta, tem existência, mas nem tudo é facilmente legível. As desigualdades e contradições socioespaciais devem ser camufladas, ocultadas tanto quanto possível.

Exercitando a dialética, Henri Lefebvre ainda tece dois comentários a respeito dos monumentos e dos espaços monumentais – termos que este pensador usa como sinônimos.

*Contra o monumento.* O monumento é essencialmente repressivo. Se ele organiza em torno de si um espaço é para colonizá-lo e oprimi-lo. Os grandes monumentos foram erguidos à dos conquistadores, dos poderosos. Mais raramente à glória dos mortos e da beleza morta (o Tadj Mahall...) A infelicidade da arquitetura é que ela quis erguer monumentos, ao passo que o “habitar” foi ora concebido à imagem dos monumentos ora negligenciado. A extensão do espaço monumental ao habitar é sempre uma catástrofe, aliás, oculta aos olhos dos que a suportam. Com efeito, o esplendor monumental é formal. E se o monumento sempre esteve repleto de símbolos, ele os oferece à consciência social e à contemplação (passiva) no momento em que esses símbolos, já em desuso, perdem seu sentido.

*A favor do monumento.* É o único lugar de vida coletiva (social) que se pode conceber e imaginar. Se ele controla, é para reunir. Beleza e monumentalidade caminham juntas. Os monumentos projetam uma concepção de mundo no terreno, enquanto a cidade projetava e ainda nele projeta a vida social (a globalidade). No próprio seio, às vezes no próprio coração de um espaço no qual se reconhecem e se banalizam os traços da sociedade, os monumentos inscrevem uma transcendência, um alhures. Eles sempre foram utópicos. Eles proclamavam, em altura e profundidade, numa outra dimensão que a dos percursos urbanos, seja o dever, seja

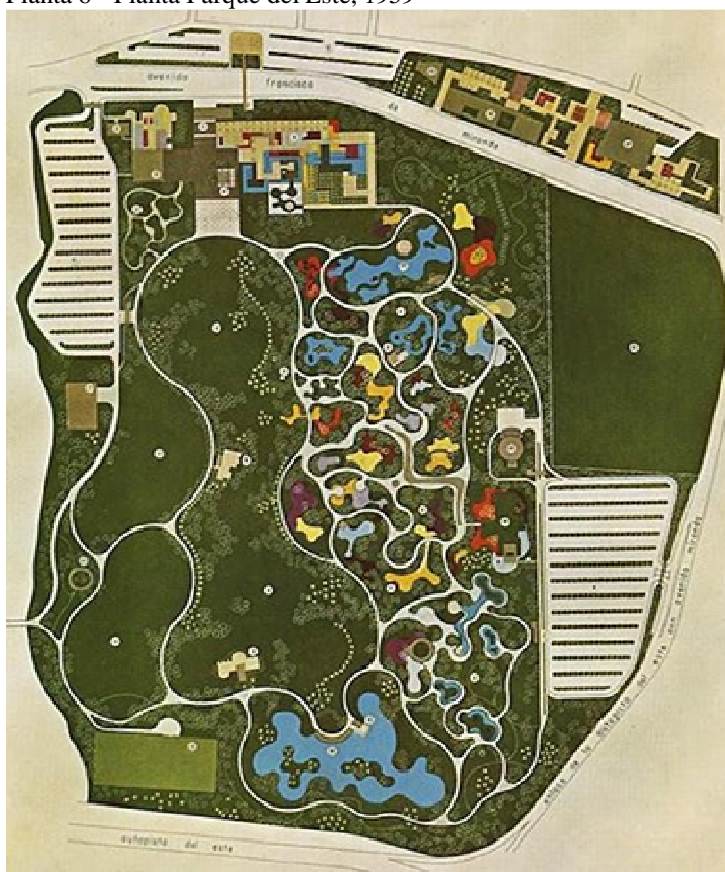
o poder, seja o saber, a alegria, a esperança (LEFEBVRE, 2002 [1970], p. 32. *itálicos do autor*).

O Parque do Flamengo será o derradeiro projeto de Affonso Reidy. Falecido em 1964, não o viu concluído. E justamente ele, o Parque, sobressai-se como o corolário de uma carreira voltada essencialmente à arquitetura moderna e a obras de caráter público. Para Burle Marx, o Parque apresenta um significado diverso. Será a realização que definitivamente leva seu paisagismo a outra escala no que tange à extensão e à complexidade espacial. Outra escala que demanda outras estratégias.

Mudança escalar que tem início com o desenvolvimento do *Parque del Este* (planta 6), área pública de cerca de 80 hectares em Caracas, Venezuela. Realizada entre 1956 e 1961, a obra transcende a marca registrada de Burle Marx do início de carreira – o forte enfoque artístico e ecológico – e apresenta uma concepção paisagística bem mais ampla e complexa que seus trabalhos pgressos, que eram basicamente jardins em residências, em prédios públicos e particulares, em sítios, em pequenos parques e praças (OLIVEIRA, 2015, p. 67).

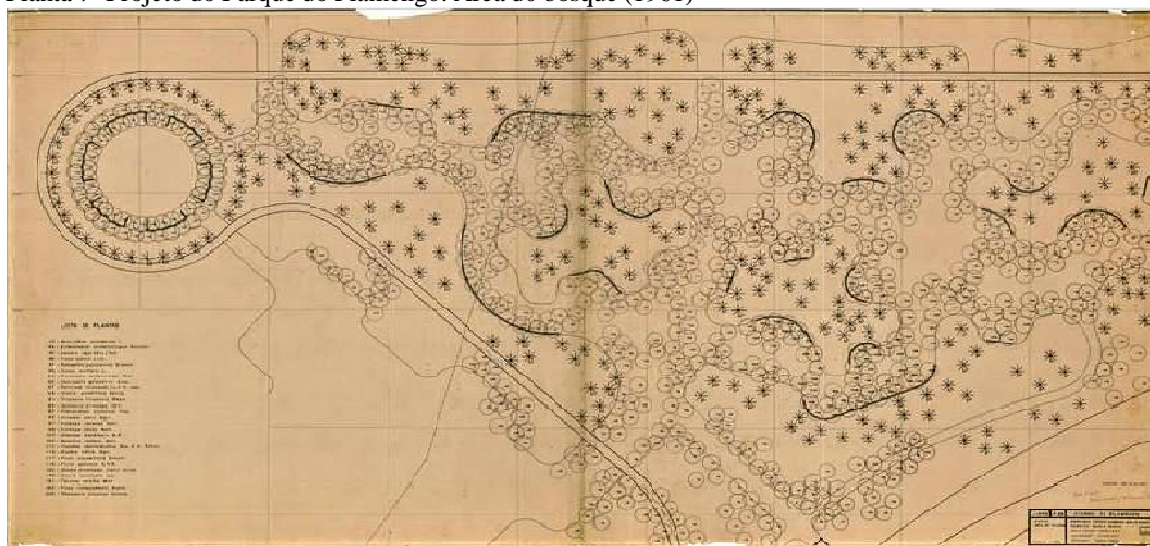
A criação do Parque del Este assinala em Burle Marx a cooperação interdisciplinar entre arquitetura, urbanismo, engenharia e botânica. Somente essa integração dá conta do projeto de um parque público, multifuncional, e de grandes dimensões físicas e simbólicas. Esse desafio faz Burle Marx pensar questões relacionadas à escala metropolitana, à integração arquitetônica com a cidade circundante, à acessibilidade, ao transporte, à segurança, à conservação e à infraestrutura. O Parque do Flamengo (plantas 7 e 8 e imagem 116) em muito se beneficia dessa experiência: conceitos, metodologias e ensaios bem sucedidos no parque venezuelano serão replicados sem pudores em seu congênere carioca.

Planta 6 - Planta Parque del Este, 1959



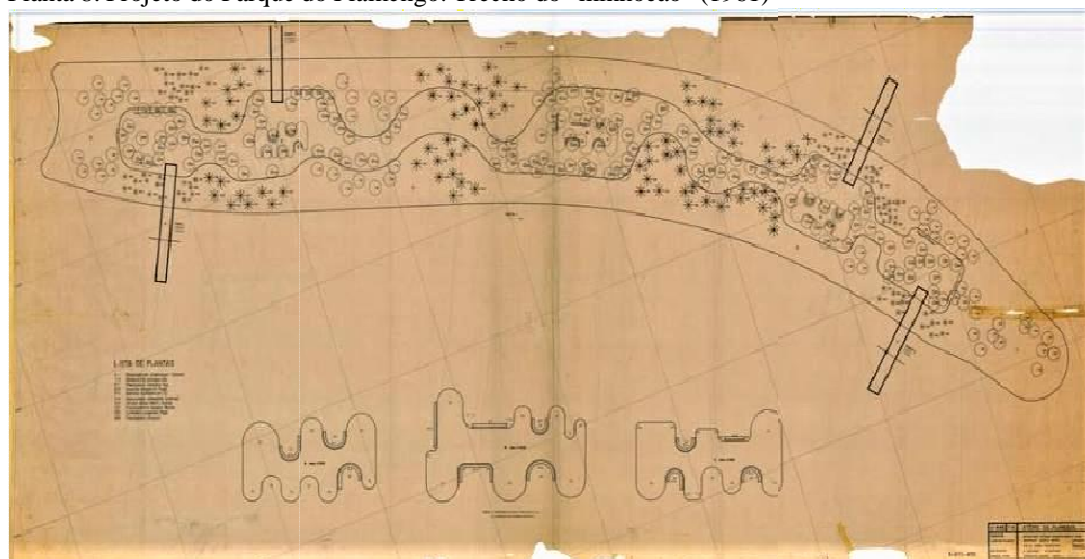
Fonte: FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1959.

Planta 7- Projeto do Parque do Flamengo. Área do bosque (1961)



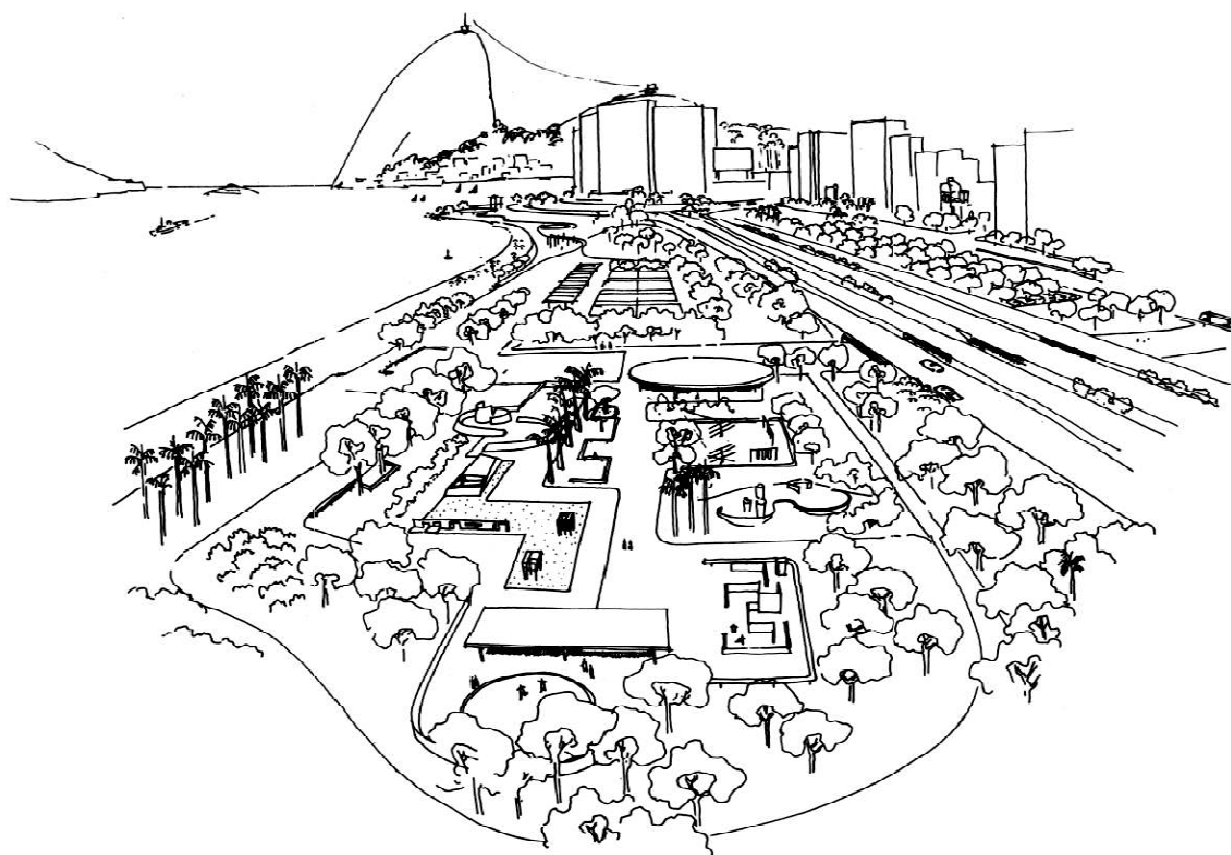
Fonte: FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1961.

Planta 8. Projeto do Parque do Flamengo. Trecho do “minhocão” (1961)



Fonte: FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1961.

Figura 116 - Croqui de Burle Marx para o Parque do Flamengo (1961)



Fonte: INSTITUTO BURLE MARX, 1961.

No paisagismo do Parque do Flamengo, Burle Marx busca plasmar um roteiro vivo e dinâmico, direcionando os passos e o olhar dos visitantes (imagens 117 a 121). Para isso divide o Parque em onze setores interconectados e neles faz uso de uma paleta botânica que originalmente contava com 240 espécies vegetais e 16.250 árvores. Dessas, 42% são espécies nativas. 31 espécies – entre nativas e exóticas – foram usadas pela primeira vez em um projeto de paisagismo no Brasil com nenhuma espécie ultrapassando 6% de ocorrência, conservando, assim, a heterogeneidade botânica (DOURADO, 2009, p. 312).

Figura 117 - Conjunto de coqueiros-da-Bahia (*Cocos nucifera*).



Nota: A vegetação, não adensada, conecta os visitantes do Parque com a paisagem da Baía de Guanabara  
Fonte: O autor, 2022.

**Imagem 118. Conhecida popularmente como Jacaré, a *Pithecellobium tortum* exibe suas formas barrocas**



Fonte: O autor, 2022.

Figura 119 - As raízes aéreas da figueira microcarpa (*Ficus micricarpa*)



Fonte: O autor, 2022.

Imagem 120. Ao centro da imagem exemplares da palmeira *Crypha umbraculifera*.



Nota: Originária do Sri Lanka, essa espécie tem apenas uma florada durante a vida – entre os 40 e 70 anos  
Fonte: O autor, 2022.



Figura 121 - Detalhe do amazônico abricó-de-macaco (*Couroupita guianensis*).



Fonte: O autor, 2022.

Autêntico “index planetário” da flora (FARAH, 2021, n.p.), o Parque assume o papel de espaço didático. Laboratório aberto a pesquisadores, cabe a ele apresentar espécies à população urbana e a partir dessa aproximação fomentar a conscientização ecológica. Como o próprio Burle Marx explica,

a missão social do paisagista tem esse lado pedagógico de fazer comunicar às multidões o sentimento de apreço e compreensão dos valores da natureza através do contato com o jardim e com o parque. No Brasil, onde há, em parte, esse desamor pelo que é plantado, a lição da experiência me ensinou que é preciso insistir muitas vezes para, através do choque entre as posições, trazer o entendimento da importância de nossa ação e contribuição, para provocar uma mudança de mentalidade. Também a nossa atitude tem um sentido projetivo, em relação ao futuro, para mostrar que houve alguém preocupado em deixar um legado valioso em estética e utilidade para os pósteros (MARX, 2004 [1967], p. 94).

Estruturalmente, a harmonia vem da baixa densidade arbórea e da composição de contrastes. Contrastes entre as formas, entre os volumes, as cores, os tons, as texturas e os efeitos de luz e sombra. É o contraste que individualiza e valoriza as características mais potentes de cada elemento vegetal. Contraste, mas também intermitência: o espaço é organizado a partir de grupamentos arbóreos engenhosamente destacados – indivíduos juntos

são melhor percebidos e apreciados que um – e de espaços abertos, como que vazados. Arranjo que só valoriza a paisagem ao entorno do Parque do Flamengo, que mesmo a alhures, é percebido como parte do Parque do Flamengo (FARAH, 1997, p. 105).

Levando em conta o que foi exposto até aqui, podemos classificar o Parque do Flamengo como um espaço público monumental. Quase que *devemos* fazer isso. As evidências se avolumam. Entretanto, essa definição fragmenta e fetichiza seu entendimento global. Recorte que interessa, sobretudo, aos especialistas, aos planejadores e àqueles que visam o controle espacial (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 136). O Parque do Flamengo não é “apenas” um monumental “refúgio” em meio a natureza para os cidadãos, como pode sugerir uma primeira mirada. Aliás, nem refúgio, nem natureza - senão uma versão planejada, racionalizada, dos dois.

Não é um refúgio, posto que não está – nem remotamente – apartado da urbe. Muito ao contrário, sua tipologia o designa como um *parkway* – uma área verde, cortada por pistas expressas que viabilizam uma conexão *intraurbana*. Tampouco é natureza, mas segunda natureza, onde plasmou-se uma geografia botânica impossível: plantas e árvores de estados, países e continentes diversos sobre o mesmo chão e sob o mesmo clima, a mesma chuva, o mesmo sol tropical.

Mesmo a noção do Parque do Flamengo enquanto *espaço público* pode ser colocada em xeque quando examinada de modo mais criterioso, como faz Angelo Serpa (2018, pp. 37, 42):

o parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Esse processo é, por um lado, o resultado de uma concepção (e da promoção) do parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado. Com a instauração e consolidação de um mercado da paisagem e do paisagismo, os novos parques são, hoje, mediadores da cultura oficial, nivelando as diferenças e fazendo emergir uma representação estática, teatralizada e simplificada da “Natureza” no contexto urbano. A segregação de grandes parcelas da população reforça a ideia de que, no contexto urbano contemporâneo, o parque público é antes de tudo um espaço com alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza esses equipamentos como bens coletivos e lugares de diversão, do entretenimento e da “Natureza socializada” (SERPA, 2018).

Entrementes às soluções arquiteturais e paisagísticas, o Grupo de Trabalho encontrou reveses que se somaram àqueles iniciais. A areia usada no aterramento da Baía de Guanabara, advinda do fundo da própria Baía, não era de boa qualidade. Carregada de sal, dificultava o plantio da vegetação. O que será resolvido com as terras advindas do

parcialmente desabado Morro do Querosene, de melhor qualidade. A destruição, por uma ressaca, do horto de um hectare construído no Parque para cultivar, aclimatar e reproduzir mudas foi outro contratempo indigesto (DOURADO, 2009, p. 312).

De autoria do norte-americano Richard Kelly – então o *light designer* mais renomado do mundo, que tinha no currículo feitos avanguardistas como a iluminação da Glass House de Philip Johnson (1949), o Seagram Building (1957), a sede mundial da IBM (1956) e o Aeroporto Internacional de Washington (1963) – o projeto de iluminação se tornaria altamente problemático.

Fora os altos honorários de Kelly (treze mil dólares americanos), previa-se a instalação de cento e doze postes de quarenta e cinco metros, pesando dezessete toneladas cada. Os maiores já usados em qualquer lugar do mundo (NOGUEIRA, 2008, p.135), cada um sustentaria 6 lâmpadas de vapor de mercúrio de mil watts. Os postes, inéditos, teriam de ser projetados e fabricados. As lâmpadas importadas. Os altos custos dessa iluminação – um bilhão e meio de cruzeiros – seriam duramente criticados pela imprensa (OLIVEIRA, 1995, p. 157), mas, graças a insistência de Lota, a visão de Kelly seria implantada (imagem 122).

122 Figura -. Iluminação do Parque posicionada acima da copa das árvores.



Nota: A intenção era emular a luz do luar.

Fonte: O autor., 2022.

Entre os próprios responsáveis pela gênese do Parque surgiram desavenças. Era muito talento, muito prestígio, mas muito ego junto. Muitas ideologias, acrescentaria Henri Lefebvre, para quem todo projeto espacial, toda técnica e todo técnico, estão, de forma assumida ou não, à serviço da ideologia e do fetichismo. Os atritos entre o Grupo de Trabalho e a SURSAN, responsável pelas partes operacional e logística da obra, foram ininterruptos: havia um descompasso teimoso entre o que era concebido pelo GT e o que se concretizava. Para a SURSAN, as pistas permaneciam como a parte mais importante do projeto, sendo os outros elementos secundários e passíveis de corte. Postura que causava “engulhos estéticos” em Lota (OLIVEIRA, 1995, pp. 105, 106, 149) que era sempre dura com essas tentativas – que pareciam mesmo picuinhas de criança pirracenta que não ganha o que pede, então desiste e decide irritar o adulto. O Parque devia ser o que o Grupo de Trabalho concebesse, ponto. Ela também querendo irritar, mais de uma vez pediria ao governador a demissão dos diretores da SURSAN.

Em dado momento, Lota e Roberto Burle Marx romperam feio uma amizade já antiga e passaram a discutir por meio de artigos em jornais. Como se recorda Fernando Tábor (2008, p. 4.), um dos membros do escritório de Marx:

Lota e o Burle começaram a separar-se quando a Lota encarregou a outros profissionais projetos que Burle tinha como seus, principalmente os *playgrounds*. A ruptura total ocorreu quando Júlio César Pessolani deixou o Burle para trabalhar diretamente com a Lota e a Prefeitura, abandonando a sociedade. O Aterro, em muitas áreas, estava fora do alcance do Burle Marx como indivíduo. Era necessário um trabalho de equipe, não só dele individualmente, apesar do seu valor. Todo mundo pensa que ele fazia tudo sozinho, era impossível. Com a sua formação, e um projeto com tantos elementos que ele não podia controlar, era indispensável um trabalho de equipe. Isso não tira, em absoluto, a genialidade do Burle. O problema era o seu terrível ego de artista, o qual não aceitava que, em um momento determinado, a equipe tivesse o mesmo valor que ele.

O projeto dos *playgrounds* ficara à cargo de Ethel Bauzer Medeiros. Psicóloga, pedagoga e especialista em recreação infantil de renome internacional. Sua concepção das áreas recreacionais era das mais modernas estava alinhada com a “filosofia” (“ideologia”, repetiria Lefebvre) espacial do Parque do Flamengo. Para Bauzer, as áreas recreativas seriam implementadas

no sentido de contemplar diferentes pessoas que poderiam frequentar o lugar, e não especificamente crianças de quatro anos: um parque mais aberto, com atividades para diferentes faixas etárias, que não ficasse especializado em um grupo, com árvores baixas que não obstruíssem a vista dos pedestres. Um lugar onde as pessoas teriam grandes espaços e não se sentissem intimidadas, ficassem bem ao ar livre e esquecessem que de que estavam no meio de um corredor de automóveis, um lugar que pudesse dar maior liberdade de locomoção para seus frequentadores e lazer para ser praticado em tempo integral (NOGUEIRA, 2008, p. 142).

Esse esclarecimento não convence Burle Marx, que sustenta, em carta publicada no jornal *Correio da Manhã*, que os *playgrounds* são “desprovidos de graça, de fantasia”, não possuem “unidade” e que Bauzer “tem um mau gosto encardido” (NOGUEIRA, 2008, p. 142). Crítica vã. Lota não abriu mão da expertise da recreadora.

A autoafirmação de Burle Marx como principal gênio criador do Parque do Flamengo alimentava desentendimentos também com Carlos Lacerda. Em 1965, o paisagista enviara uma carta ao governador queixando-se de certas deliberações de Lota de Macedo. Esta, com sua postura “ditatorial”, agindo como se fosse “a autora do projeto e entendesse de tudo”, estaria comprometendo o trabalho de paisagismo do Parque. Seria isso um descalabro, já que aquele projeto, “todos sabem aqui e no estrangeiro”, ser de SUA autoria” (NOGUEIRA, 2008, p.142). À essa missiva, Lacerda responderia também em forma de carta<sup>140</sup>.

Ser um grande paisagista não desobriga ninguém da obrigação de ter caráter. Esperar os últimos dias do nosso governo para atirar pedra na pessoa à qual a cidade deve o parque do Flamengo, não é decente. Você bem sabe que o parque do Flamengo teve sua colaboração, mas não pôde tê-la por inteiro porque os seus preços para fornecimento de plantas são inacessíveis, a quem queira fazer um parque, mas não uma exibição de novo- rico. O parque é obra de um grupo, sob a liderança de uma pessoa que defendeu esse parque e o realizou com dedicação, lealdade e bravura. Apedrejá-la agora, em vez de defender a criação de uma Fundação para defender o parque, é uma indignidade. Você não poderia ter escolhido pior ocasião para manifestar seu oportunismo (LACERDA, 2014 [1965], pp. 309-310).

Muito embora nessa ocasião defendesse Lota, Carlos Lacerda teria uma relação conturbada com a diretora do Grupo de Trabalho. Muitos altos e muitos baixos. Muito elogio, mas muita defenestração também. Testemunha de primeira hora dos acontecimentos que se desenrolavam na Guanabara, John Dos Passos (2013 [1963], pp. 239-240) apresenta a postura de Lacerda no início da implantação do Parque.

Como governador, ele mora no último andar de um velho prédio de apartamentos de frente para a baía, em um setor residencial um pouco desgastado conhecido como praia do Flamengo. A primeira coisa que faz pela manhã é ir até a varanda, olhar para baixo e ver como estão indo as obras de um de seus projetos favoritos. (...) dizem que nenhuma árvore é plantada nem uma fileira de arbustos posicionada que escape ao olhar do governador no início da manhã. Em geral, ele telefona para a dona Lota antes das oito horas para saber por que alguma parte do trabalho não está andando mais depressa. Em seguida, depois de um par de horas em seu gabinete, o governador Lacerda sai para ver pessoalmente o andamento das obras. Ele tem de ver e ser visto. As pessoas devem saber que ele está trabalhando para elas.

<sup>140</sup> A referida carta toca em outra questão sensível: o preço da grama e outras plantas usadas no Parque do Flamengo, que seriam, a princípio, adquiridas junto a Roberto Burle Marx Ltda, firma de paisagismo do próprio Burle Marx. Este, contudo, teria cobrado preços “astronômicos” por m<sup>2</sup> e fora preterido por outro fornecedor. Troca que, segundo Lota de Macedo, teria significado uma economia de mais de cem milhões de cruzeiros aos cofres públicos (OLIVEIRA, 1995, p. 173).

Esse entusiasmo, no entanto, se esvaíria com o tempo. Disposta a dotar o Parque do Flamengo do bom e do melhor, independente dos custos<sup>141</sup>, Lota colocava-se em antagonismo aberto não apenas com a imprensa – que criticava duramente o preço da obra<sup>142</sup> – mas também com o alto escalão do governo, incluindo o próprio governador. As alterações com Lacerda eram diárias e iam da escolha do material do solo usado no projeto (o pragmático Lacerda defendia o saibro, mais barato. Lota, a grama, mais cara e mais durável), à necessidade de uma Fundação. Uma entidade de caráter autônomo para proteger e administrar o Parque, independente de quem estivesse ocupando o governo. Era uma promessa que o governador protelava cumprir (OLIVEIRA, 1995). Lacerda instaura a Fundação do Parque do Flamengo apenas em outubro de 1965, nos últimos dias de seu mandato. Fundação que nasce esvaziada e com pouco poder real, seria extinta pela Assembleia Legislativa em 20 de agosto de 1966 (OLIVEIRA, 1995, p. 221).

Carlos Lacerda, além de administrar benfeitorias outras pela cidade – algumas de alta complexidade, como a do abastecimento de água – a partir de 1964 passa a ter outras prioridades. A maior delas a de ascender à presidência do Brasil. Desde o início, seu mandato como governador deveria servir como palanque para um voo maior, como o próprio confessa em artigo publicado na Revista Manchete:

nessa fase da vida me preocupa saber que, no passar do tempo, talvez a minha oportunidade de ser Presidente da República – cargo para o qual me preparei, venha quando a saúde não me ajudar e as disposições do espírito se recusarem as do corpo. Isto que alguns chamam a minha ambição, para esconder a sua, é apenas a consciência de uma tarefa a executar, de uma série missão a cumprir (LACERDA, 2001, p. 81).

Porém, o golpe militar de abril de 1964 adia as eleições presidenciais de 1965 por 21 anos<sup>143</sup>. Lacerda, em um primeiro momento, adere aos “revolucionários” que prometiam eleições livres para dali a pouco. Findo esse engodo e sem chances de candidatar-se à presidência, volta-se ele contra o governo dos generais, retomando ao seu eterno papel de

---

<sup>141</sup> Oliveira (1995, p. 218) calcula em dez bilhões de cruzeiros os custos da construção do Parque do Flamengo. Quanto a origem desses recursos, aí é um um ponto de difícil elucidação. Maurício Dominguez Perez, que se esmerou em levantar a dinâmica econômica do Governo Lacerda, entre 1961 e 1964, sustenta que mesmo que nesse período o Estado da Guanabara tenha se beneficiado de empréstimos norte-americanos (correspondentes a 15,37% dos investimentos públicos realizados), o setor de Viação e Obras Públicas não recebeu nenhuma ajuda externa, sendo seus recursos provenientes da arrecadação de impostos e taxas (PEREZ, 2007, pp. 120-145).

<sup>142</sup> Naturalmente, aqueles veículos da imprensa que se opunham à Lacerda. Para a Tribuna da Imprensa, jornal de propriedade do governador, os principais problemas relacionados à construção do Parque do Flamengo eram os mosquitos que a água empoçada nas obras fazia proliferar.

<sup>143</sup> O Governo da Guanabara seria o último cargo público ocupado por Lacerda. Em dezembro de 1970 seus direitos políticos são cassados. Faleceria em 1977. Flexa Ribeiro, seu candidato para as eleições para governador de 1965 seria derrotado de forma acachapante por Francisco Negrão de Lima.

antagonista. Em meio a esse turbilhão político, cabe uma vez mais à Lota de Macedo a incumbência de lutar pela finalização das obras do Parque do Flamengo. Segundo Dulles (2000, p. 101), a diretora do GT

defendia suas ideias com paixão e não raro vencia discussões calorosas com o governador “Cada vez que pedia demissão”, disse Lacerda posteriormente, “ela amanhecia lá em casa e dizia: ‘Você fica com essa porcaria desse negócio de esgoto, de água e de não sei o quê, você pensa que alguém vai lembrar de você por causa disso? No dia em que puxarem a descarga da privada e sair água, ninguém vai lembrar de você; quando o sujeito tiver filho na escola, nunca mais se lembrará que a escola foi feita por você. Água e escola são fatos naturais que todo governo tem obrigação de fazer. A única coisa de que vão se lembrar é que você fez o Parque do Flamengo’.

A profecia de Lota não se cumpriria e nos anos posteriores o próprio Carlos Lacerda não enxergará o Parque do Flamengo como uma de suas contribuições maiúsculas à cidade. Em seus escritos memorialísticos sobre o período como Governador da Guanabara, esse espaço é solenemente ignorado. Em *Crítica e autocrítica* (1966), nada é dito acerca do Parque. Em *Rosas e pedras de meu caminho* (2001), seleta de textos autobiográficos publicados na revista Manchete entre 1967 e 1977, o silêncio se repete. Em *Depoimento* (1978), calhamaço de significativo valor documental, onde Lacerda destrincha 40 anos de vida pública, o Parque do Flamengo não é citado, uma vez sequer.

Considero que as principais obras do meu governo, tirando as escolas, naturalmente, foram as subterrâneas. E isso foi uma outra coisa que inovamos no Brasil: nós gastamos mais e fizemos mais empenho em fazer obras que não aparecem do que naquelas que aparecem. Não fiz um estádio, inclusive já existia o Maracanã, que eu, aliás terminei... Agora, as grandes obras, as mais caras do Estado, as que levaram mais tempo e as que deram mais trabalho e aborrecimentos, são: esgoto, não me lembro mais, mas multiplicamos por algumas centenas a metragem de esgoto por habitante do Rio de Janeiro, e a canalização de rios, sem falar na obra da água (LACERDA, 1978, p. 232)

A exceção fica por conta da crônica<sup>144</sup> “O Rio já nasceu cidade”, publicada revista *Quatro Rodas* de abril de 1967.

O Museu de Arte Moderna, se tivesse um acervo, dominaria o Parque do Flamengo, obra obstinada de uma mulher, Maria Carlota (Lota) Costallat de Macedo Soares, onde ia ser quase só pista de rolamento e ela fez, com um punhado de pessoas que literalmente escravizou, que é, no gosto de hoje, o que foi na antiga laguna o Passeio Público do Glaziou, que extasiava Machado de Assis; ou a Quinta da Boa Vista (...) Parque do Flamengo, sonho obstinado de uma criatura idealista, abandonada por todos os que lhe deram sequer respeito à palavra empenhada, acompanhada apenas por uns por uns quanto admiradores fiéis de sua obra extraordinária não só pela beleza, mas pela lealdade e perseverança exemplares com que, a golpes de magnífica insolência ela a fez (LACERDA, 1967, pp.57,59)

<sup>144</sup> Este texto será republicado no livro *O cão negro* (1971).

Texto tímido, um morde-assopra, quase nada para um jornalista de verve industriosa. Pouquíssimo para um fixo superlativo, que foi chamado de a “obra do século” (OLIVEIRA, 1995, p. 167). Seja por conta dos impasses administrativos, das rugas interpessoais ou pelo cenário político tornado caótico, o certo é que mesmo iniciado com ímpeto, a edificação do Parque do Flamengo ficara em segundo, terceiro ou quarto plano na administração de Carlos Lacerda. O que só alarga a dívida dos cariocas com Lota de Macedo Soares e seu Grupo de Trabalho.

## 6. 2 Inauguração, tombamento e depois

Entre 10 e 17 de outubro de 1965, uma série de atrações são apresentadas no Aterro do Flamengo por ocasião dos festejos da Semana das Crianças. No dia 12, Dia das Crianças (também da padroeira do país, Nossa senhora Aparecida, e dia em que se comemora o descobrimento da América<sup>145</sup>) – é inaugurado o Parque do Flamengo com o nome de Parque do IV Centenário<sup>146</sup>.

Os vários componentes do Parque tinham merecido pequenas inaugurações à medida que iam sendo terminados, mas esta seria a inauguração. Lota colocou o palhaço Carequinha no coreto, Altamiro Carrilho na pista de danças e Grande Otelo para apresentar um bumba-meu-boi. Aconteceu um campeonato de pipas, ideia de Bishop, por sinal. Refrigerantes e algodão-doce para todos. Brinquedos lançados de um avião para a criançada. Todos os jornais deram destaque à festa e o JB ocupou toda primeira página do Caderno B com fotos de crianças radiantes tomando posse da cidade- miniatura. Lota chorou de felicidade (OLIVEIRA, 1995, p. 171).

Essa data, porém, não é incontestável. Encontramos em nossas pesquisas livros, sites e artigos que situam a inauguração do Parque do Flamengo no dia 17 de outubro, último dia da Semana das Crianças. Dia 12 ou 17? De fato, nenhum dos dois, pois não houve inauguração *oficial* deste espaço. Mais uma prova da falta de interesse do poder público pelo Parque nos últimos tempos da administração lacerdista. As ausências do governador em aberturas de alguns trechos do Parque que iam se inaugurando aos poucos, foram particularmente dolorosas à Lota. Reclamava em alto e bom som que para a estreia da iluminação de Richard

<sup>145</sup> O 12 de outubro é comemorado em diversos países da América Latina hispânica, cada um dando nomes e motivos variados. “Dia da Diversidade Cultural Americana”, na Argentina. No Chile é o “Dia do Encontro de Dois Mundos”, conhecido popularmente como “Dia da Raça”, nome usado também em feriado na Colômbia. No Peru comemora-se, nessa data, o “Dia da Bandeira”

<sup>146</sup> A Lei nº 1219, de 11 de abril de 1988 (RIO DE JANEIRO, 1988), dividiria o Parque do Flamengo em duas seções: o espaço entre o Aeroporto Santos Dumont e o Monumento aos Pracinhas ganhou o nome de Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, enquanto que o trecho do Monumento aos Pracinhas até o início da Praia de Botafogo, recebeu o nome de Parque Carlos Lacerda. À Lota, força motriz do projeto, restou batizar a antiga Cidade das Crianças, chamado agora Recreio Infantil Lota Macedo Soares.



Kelly – tida como “a mais perfeita do mundo” – Lacerda mandara um “suplente do suplente” (OLIVEIRA, 1995, pp. 167-168).

Um ano antes, em 1964, Lota já tinha como prioridade absoluta o tombamento do Parque do Flamengo. Caso pouco usual no país – mas não inédito<sup>147</sup> – pleiteava-se o tombamento de um espaço que se encontrava em fase de construção, ainda uma virtualidade. Para Lota e o GT era essa a “a única forma de se proteger o parque da ganância suscitada por uma área de inestimável valor imobiliário, bem como do que ela chamou de leviandade dos poderes públicos” (OLIVEIRA, 1995, p. 150). Escreveu ela ao governador:

A beleza de uma cidade vem em parte da conservação rigorosa dos elementos através dos diversos séculos: O Passeio Público século XVIII – a Praça Paris século XIX – e o Aterro século XX – apesar da Praça Paris ter sido feita no começo desse século, ela é desenhada como um jardim do século XIX e deve assim ser conservada (OLIVEIRA, 1995, p. 152).

Pressionado por Lota, Carlos Lacerda envia, em outubro de 1964, um ofício a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do DPHAN (Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)<sup>112</sup>: “Solicito a gentileza das providências de Vossa Senhoria no sentido de ser tombado por esse serviço o Parque do Flamengo” (IPHAN, n.p.). Melo Franco, então requisita à Lota detalhes do local a ser tombado. Ao que esta responde por ofício de 03 de dezembro de 1964:

A urbanização do Aterro foi concebida pelo Grupo de Trabalho com o seguinte critério: a defesa e enriquecimento da paisagem, a prestação de um serviço público para o povo carioca de caráter educacional e recreativo (...). Foi sempre a intenção do Grupo de Trabalho desde o começo da planificação, de promover a Fundação do Parque do Flamengo e de pedir ao digno Patrimônio Histórico e Artístico o Tombamento, já que graças ao apôio incondicional do Governador Carlos Lacerda pudemos chegar a quasi conclusão das obras, sem que estas tenham sofrido uma quebra de unidade do projeto, ou a disvirtuação do conceito pela qual elas foram criadas.

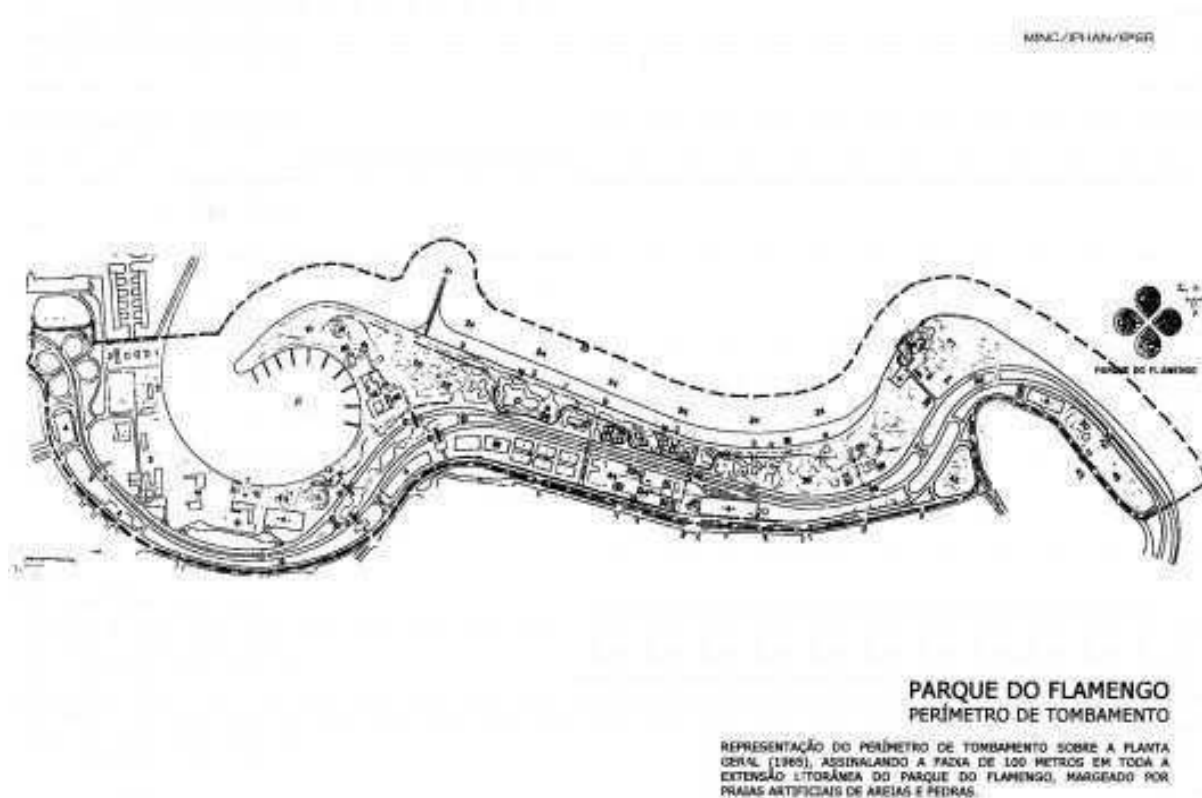
Sobretudo acreditamos que o nível tanto estético quanto social da obra venha a ser aceito pelos altos padrões que sempre nortearam o serviço do Patrimônio. Pelo seu Tombamento o parque ficará protegido da ganância que suscita uma área de inestimável valor financeiro, e da extrema leviandade dos poderes públicos quando se tratar da complementação ou permanência de planos. Uma obra que tem como finalidade a proteção à paisagem e um serviço social para o grande público obedece a critérios ainda pouco compreendidos pelas administrações e pelos particulares (IPHAN, 1964, n.p. mantida a grafia original).

De acordo com Oliveira (2017), o pedido de Lacerda e a persistência de Lota tiveram sucesso: em 28 de julho de 1965, o Parque do Flamengo é inscrito no Livro do Tombo

<sup>147</sup> “Prática parecida com essa já ocorria desde os anos 1940, com o tombamento de bens arquitetônicos projetados por esse grupo pertencente à primeira geração de arquitetos da escola carioca. Tal prática foi inaugurada com o tombamento, em 1947, da Igreja de São Francisco de Assis e suas obras de arte, projeto de Oscar Niemeyer em Belo Horizonte, até 1967 seis bens da arquitetura moderna haviam sido tombados” (CHUVA, 2017, p. 146).

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do DPHAN<sup>148</sup>. Órgão que admite seu “significado social-paisagístico”, bem como “o valor de seus elementos” (IPHAN, 1964, n.p.)<sup>149</sup>. Esse *status*, porém, não protegerá plenamente esse espaço (planta 9).

Planta 9. Planta geral do Parque do Flamengo com as delimitações da área de tombamento: do Trevo dos Estudantes, no Centro da cidade, ao início da Enseada de Botafogo. Inclui-se aí a faixa marítima de 100 metros em toda a extensão do Parque (linha tracejada).



Fonte: IPHAN, 1964.

Até sua morte, em setembro de 1967, Lota de Macedo Soares testemunharia vários dissabores em relação à conservação do Parque do Flamengo. Um evento, ocorrido logo após sua inauguração, dará a tônica do destino desse fixo. Em fevereiro de 1965, em seu segundo mês de mandato, o novo governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, fez uma visita ao Parque. Guiada pela própria Lota, a inspeção depara-se com um abandono flagrante. “Lixo e entulho, capim crescendo na grama, árvores mortas, obras paralisadas. A cada calamidade Negrão fazia uma cara escandalizada e prometia medidas reparadoras” (OLIVEIRA, 1995, p.199). Entretanto,

<sup>148</sup> Futuro IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

<sup>149</sup> Ver anexos 2 e 3.

a visita de Negrão de Lima não tinha alterado em nada o quadro lúgubre do Parque. Os secretários mantiveram o boicote geral e houve mesmo alguns atos ostensivos de intimidação. Caminhões do Estado jogaram no parque os escombros de uma barreira que ruiu na Rua Santo Amaro, e o braço de uma pessoa soterrada emergiu, apontando tético para um céu pererento. A Limpeza urbana passou a despejar sistematicamente entulho na área aterrada. A imprensa começou a chamar o Aterro de Nova Sapucaia (OLIVEIRA, 1995, p. 202).

Em seus primeiros dias de funcionamento, o Parque já se transformara, segundo Lota, em um “reduto de vagabundos e mendigos”. “E não era um escândalo que eles tomassem banho justo no tanque de modelismo naval? (OLIVEIRA, 1995, p. 204). Situações de negligência serão uma constante nas quase seis décadas de existência do Parque do Flamengo e ajudam a explicar a sua atual situação de degradação e desamparo. É o *momento histórico-genético* lefebvriano revelando-nos uma continuidade (*continuité*) sinistra (LEFEBVRE, 2001b [1970], p. 74).

Não ajuda o Parque do Flamengo o fato da Zona Sul, durante as últimas décadas, perder seus atrativos para classe média e classe média alta<sup>150</sup>. Toda orla verticaliza-se. Na luta pela orla marítima prédios reproduzem-se loucamente produzindo uma barreira formidável, que faria empalidecer o velho Morro do Castelo. Os prédios sobem de gabarito, mas perdem para os contrafortes graníticos que empilham barracos. Todos querem a vista e da brisa oceânica. Preços, no asfalto e no morro, disparam. Os bairros da Zona Sul, enfim, não fornecem mais exclusividade espacial – sua carta de naipe mais forte – ainda que, como vimos, anúncios tentem provar o contrário.

Nesse sentido, o metrô chega à essas localidades ativando um processo inverso daquele dos bondes no final do século XIX e início do século XX: ao invés de valorizar os locais onde são implantados, os trilhos do metrô os desvalorizam. Desvalorizam os guetos dourados, os apartamentos de classe média alta para cima – muito bem retratados nas telenovelas *cleans* e ultra-maniqueístas do paulistano Manoel Carlos. Os ramais do metrô conectam a Zona Sul à Zona Norte, facilitando o acesso dos “farofeiros” suburbanos ao mar. É o terror dos bem-nascidos. A segregação da distância fica menos eficaz. Contrapondo-se

---

<sup>150</sup> Todo o município do Rio de Janeiro vem, desde a década de 1960, sendo punido. À perda da centralidade, quando deixa de ser Capital Federal, soma-se um profundo corte orçamentário quando, em 1975, o Estado da Guanabara funde-se ao Estado do Rio de Janeiro. Quanto à Zona Sul, a expansão do metrô não é a única causa da queda de seu *glamour* (essa percepção brega e anacrônica, muito confundida com *dignidade*): as multidões nas praias – mais erçadas em datas festivas (feriados, carnaval, réveillon...); a violência, especialmente assustadora para os idosos, parte representativa da população desses bairros; o trânsito caótico; o fim de espaços tradicionais (cinemas, restaurantes, bares, boates) etc. Para mais pormenores sugerimos ver: OSORIO, Mauro. **Rio local, Rio Nacional: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2015.

aos protestos dos “nobres nativos” que reclamam dos “transtornos das obras” do metrô e há o deboche dos “invasores selvagens”<sup>151</sup>.

Muitos fatores contribuem para a erosão do prestígio da Zona Sul carioca<sup>152</sup>. Entretanto, a chegada do metrô em alguns bairros é mesmo um paradigma cristalinamente didático. Entre os anos 1980 e 2003 o prolongamento da linha metroviária para a Zona Sul anda em paralelo com a fuga dos consumidores de espaços de alto poder aquisitivo. Nesse mesmo período a população dessa área da cidade cai sensivelmente. Os 240 mil habitantes de Copacabana em 1960, serão 169 mil em 1991. Lagoa e Botafogo também apresentaram recuos demográficos (LESSA, 2005, p.402).

O metrô avança. Chega ao Catete, Flamengo e Botafogo, em 1981. Copacabana em 1998. Em 2003, à Ipanema, Leblon e São Conrado. Os novos empreendimentos imobiliários seguem no mesmo ritmo e sentido. Migram, na expressão vicentina, caranguejeiramente, sempre de lado, arranhando o litoral, para o sul, sempre para o sul<sup>153</sup>. Ipanema, Leblon, São Conrado.

Chegam à Baixada de Jacarepaguá, uma área de 20 quilômetros de praias desertas, dunas branquíssimas e lagoas repletas de robalos (GONÇALVES *et al.* 2005). Fora alguma criação de gado e a tímida produção de açúcar em engenhos esparsos, a baixada é um sonho redivido dos capitalistas.

É a geo-história se repetindo. “Muitas mudanças e poucas transformações, semelhante à maré, em que há muito movimento, mas sempre de ida e volta, num movimento aparentemente inovador, mas sempre igual no ritmo e no resultado” (LUZ, 1994, p.181). Uma vez mais, espaços “salubres”, com natureza marítima exuberante e distantes das muvucas do Centro e da Zona Sul, serão negociados por altos valores. Condomínios batizados como “Nova Ipanema” (1975) e “Novo Leblon” – lançado em 1976 com o *slogan* “Viva onde você gostaria de passar suas férias”<sup>154</sup> – demonstram a aspiração de um novo começo. Mas que se comece com *pedigree*. Lúcio Costa, o venerável mestre da arquitetura

<sup>151</sup> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/10/22/moradores-de-bairro-nobre-do-rio-fazem-panelaco-em-protesto-contrucao-de-estacao-de-metro.htm> Acesso em: 05 mai. 2022.

<sup>152</sup> Em 2010, 14,9% da população da população do Rio de Janeiro é de pessoas idosas, sendo considerada a segunda capital mais idosa do país. Em 2015, dos cinco primeiros bairros com maior percentual de população idosa do município carioca, três são da Zona Sul: Copacabana (1º lugar), Lagoa (2º) e Botafogo (4º). Projeções para 2065 apontam resultados semelhantes. A Diferença é a colocação de Botafogo, que passa à 3º lugar do ranking. Nessa data espera-se que dois terços da população copacabanense seja idosa. Fonte: Prefeitura do Rio. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5943906#:~:text=Os%20pesquisadores%20constatarem%20que%20o,ao%20total%20da%20regi%C3%A3o%20onde> Acesso em: 04 mai. 2022.

<sup>153</sup> SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010 (1932), p.70.

<sup>154</sup> <https://novoleblon.com.br/condominio/> Acesso em: 04 mai.2022.

brasileira, com o imbatível *know-how* de inventor de Brasília – “Brasília, cidade que inventei”, declara, sem rodeios, em sua autobiografia (COSTA, 1995, p.278) – é convidado, em 1969, para produzir o Plano Piloto para a Baixada da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá. Mais uma distinção, mais tradição, mais valor agregado.

Nesse Plano, Costa procura evitar os erros cometidos na “decadente” Zona Sul e se erigir a “Metrópole definitiva” (COSTA, 1995, p.354). A ideia central é dotar o eixo Jacarepaguá-Barra de bairros setorizados, como Brasília, ligados por vias de pedestres e automóveis. Núcleos comerciais, educacionais, e habitacionais seriam edificados espaçadamente, respeitando pelo menos um quilômetro de distância. As demandas por moradia seriam resolvidas não pelo número de prédios – número que seria limitadíssimo – mas pela forma: as construções seriam exclusivamente torres de 25 à 30 pisos. 10% de todo território seria destinado a mansões e casas, que deveriam seguir esse mesmo distanciamento. A natureza – dunas, praias, lagoas e canais – seria obrigatoriamente conservada.

Nada disso viria à luz. “*Veio o mau destino e fez – da Barra – o que quis*”, lamentou-se o autor do plano em 1995 (COSTA, 1995, p.344). O núcleo urbano-futurista que seria uma nova centralidade econômica, administrativa, cultural e arquitetônica do Rio não vingou<sup>155</sup>. Como ocorrera com a Zona Sul, a Barra da Tijuca cresce desordenadamente, as lagoas não são aterradas, mas poluem-se. *Freeways* e *shopping centers* tornam-se as marcas registradas do bairro. Tanto e talvez até mais que as praias, que também seguem poluindo-se. Os tatuís, que quando criança catávamos aos baldes – principalmente na lua cheia – desapareceram da orla, sensíveis que são aos desequilíbrios ecológicos. Os guetos dourados proliferam-se, ainda mais dourados – dourados high-tech – e mais guetizados. Agora também ecológicos, verdes, inteligentes, autossuficientes. E mais isolados. Ilhas puras. Ilha Pura é o nome de um badalado condomínio residencial do bairro.

Muito se critica a Barra por sua feição de North Miami Beach, de Palm Springs, de *city-mall*. De bairro mais globalizado que carioca, que possui uma Estátua da Liberdade e não um Cristo Redentor. Onde a rua cosmopolita rua do Ouvidor se metamorfoseou em uma avenida de shopping. São comparações fáceis e rasas. De certa forma injustas, Como se o afrancesamento do Centro do Rio fosse uma emulação de nível superior. Ou, como se a arquitetura e o modernismo do Centro e da Zona Sul não fossem já um primeiro passo para o

---

<sup>155</sup> Ver Jaguaribe (1998, pp. 135-164)

pós-modernismo da Barra da Tijuca. Como se o Shopping Rio Sul não fosse um monumento ao hiperconsumismo (e, por que não, à socialidade)<sup>156</sup>.

Destarte, faz-se útil analisar mais detidamente o *ethos* dessa parte da cidade do Rio de Janeiro, que *também é a cidade do Rio de Janeiro*. O Brasil ainda é carente de estudos dos espaços pós-modernos, e a Barra – como a já citada Av. Chile, no Centro – são campos, que, nessa vereda, oferecem muito ao geógrafo pesquisador.

Mesmo após uma ampla revitalização, executada entre 1997 e 2000<sup>157</sup>, é esse o cenário que encontramos na dezena de (re)visitas ao Parque do Flamengo efetuadas durante a feitura desta tese: árvores sem poda corretiva, danificadas (imagem 124) ou simplesmente decepadas e não repostas; falta tratamento fitossanitário; bancos destruídos (imagem 125); esculturas e monumentos vandalizados (imagem 126); banheiros públicos desativados; falta de sinalização nas pistas de caminhada e na ciclovia. *Playgrounds*, equipamentos esportivos e de recreação infantil degradados (imagens 127 e 128). Em um simbolismo aziago, a área de recreação infantil (re)batizada de Lota de Macedo, antiga Cidade das Crianças, segue abandonada. Oferece perigo ao invés de diversão. Os coretos estão abandonados, os canteiros minerais tomados pelo mato. Há lixo espalhado por todos os setores do parque.

O Jardim das Ondas (imagem 129), de padrão de gramado semelhante ao do Calçadão de Copacabana, é hoje um matagal monocromático (imagem 130). Em outras áreas, originalmente gramadas, encontramos terra seca batida (imagem 131). Os espelhos d'água, em frente ao MAM-RJ, mesmo com as águas pútridas (imagem 132), tornaram-se local de banho da população em situação de rua que ocupa o local. Igualmente poluídas estão as areias e as águas da Praia do Flamengo, que recebem *in natura* o esgoto carreado pelo Rio Carioca, curso d'água pútrido (imagem 133) em todo seu curso com exceção da nascente, no Parque Nacional da Tijuca<sup>158</sup>.

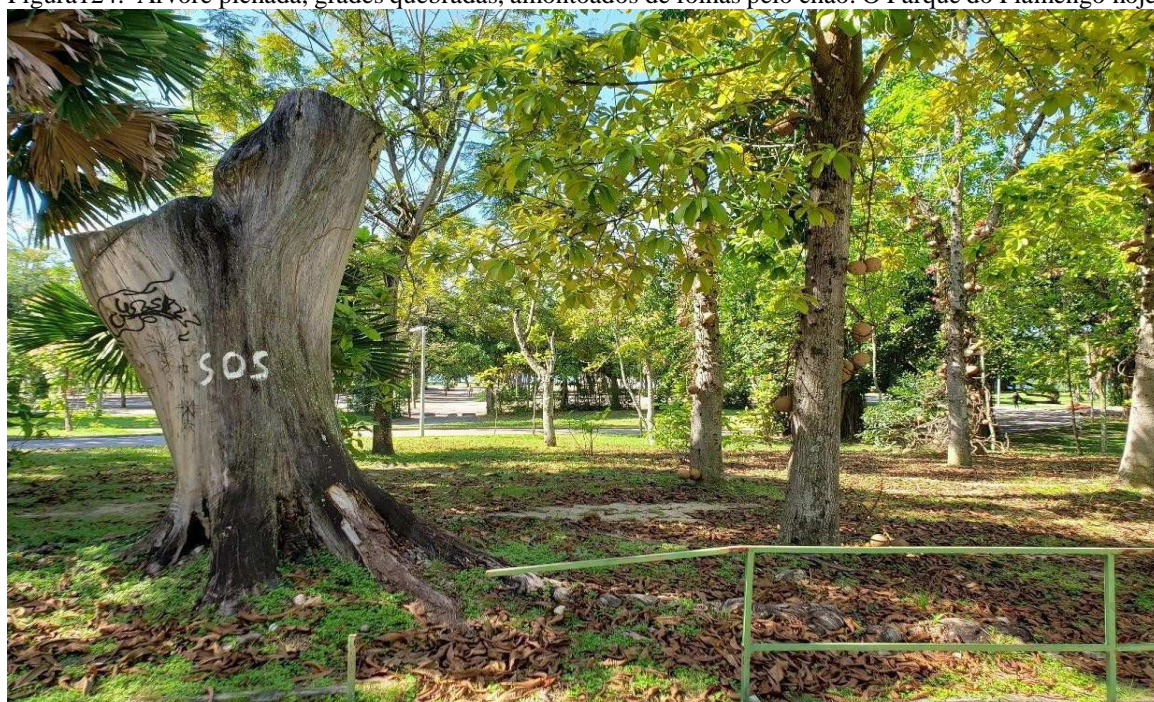
---

<sup>156</sup> “A cidade moderna em particular, atrás dos monumentos turísticos ou administrativos-culturais, parece situar a sua monumentalidade de uma maneira nova. (...) O verdadeiro monumento urbano, que aos poucos se expande desde o **começo** do século passado (a época justamente do pretense fim da história hegeliana e também da grande urbanização moderna), talvez seja a loja, a concentração de *lojas* e o *shopping center*. Já notei alhures que o shopping center é um misto de *ágora* grega e *forum* romano; muito mais do que uma amostra de mercadorias, ele é um lugar protegido de excursão, de encontro, de socialidade. E esta nova convivência se dá ao redor do objeto como verdadeiro protagonista da vida cidadina” (CALLIGARIS, 1994, p.99. *itálicos do autor*)

<sup>157</sup> Mesmo que tombado, o Parque do Flamengo sofreu pequenas alterações “oficiais” no curso de sua existência. Como consta no ofício do SPHAN n. 368, de 08 de agosto de 1988. Da inauguração até aquele ano foram edificadas 3 novos postos telefônicos e 4 edifícios de vestiários. Os postos de abastecimento de combustíveis foram recuperados e ampliados, um posto de abastecimento de embarcações foi construído, pavilhões foram adaptados, passarelas foram construídas, assim como duas quadras de tênis.

<sup>158</sup> <https://oglobo.globo.com/rio/carioca-sera-primeiro-rio-ser-tombado-do-estado-22286503> . Acesso em: 19 mar. 2022.

Figura124. Árvore pichada, grades quebradas, amontoados de folhas pelo chão. O Parque do Flamengo hoje.



Fonte: O autor, 2021.

Figura 125 - Bancos destruídos.



Fonte: O autor, 2021.

Figura 126 - Escultura interdita



Fonte: O autor, 2021.

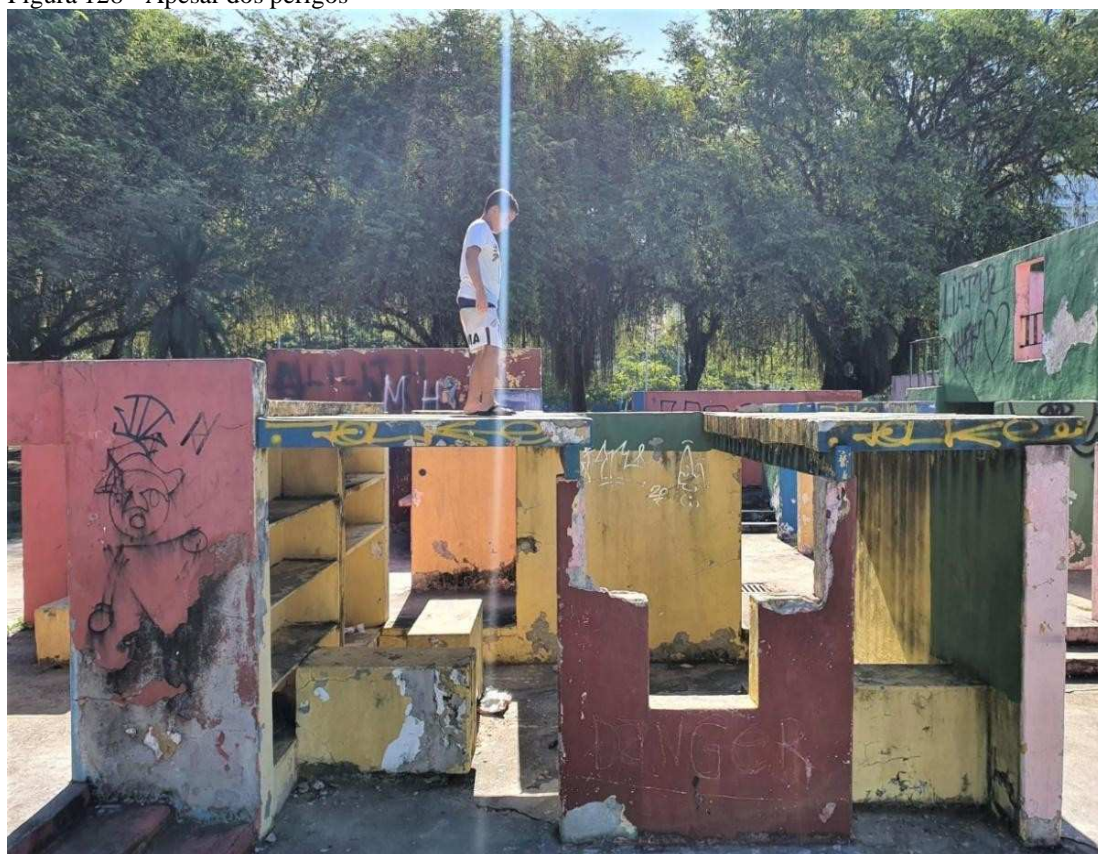
Figura 127 - Recreio Infantil Lota Macedo Soares: deterioração



Fonte: O autor, 2022.



Figura 128 - Apesar dos perigos



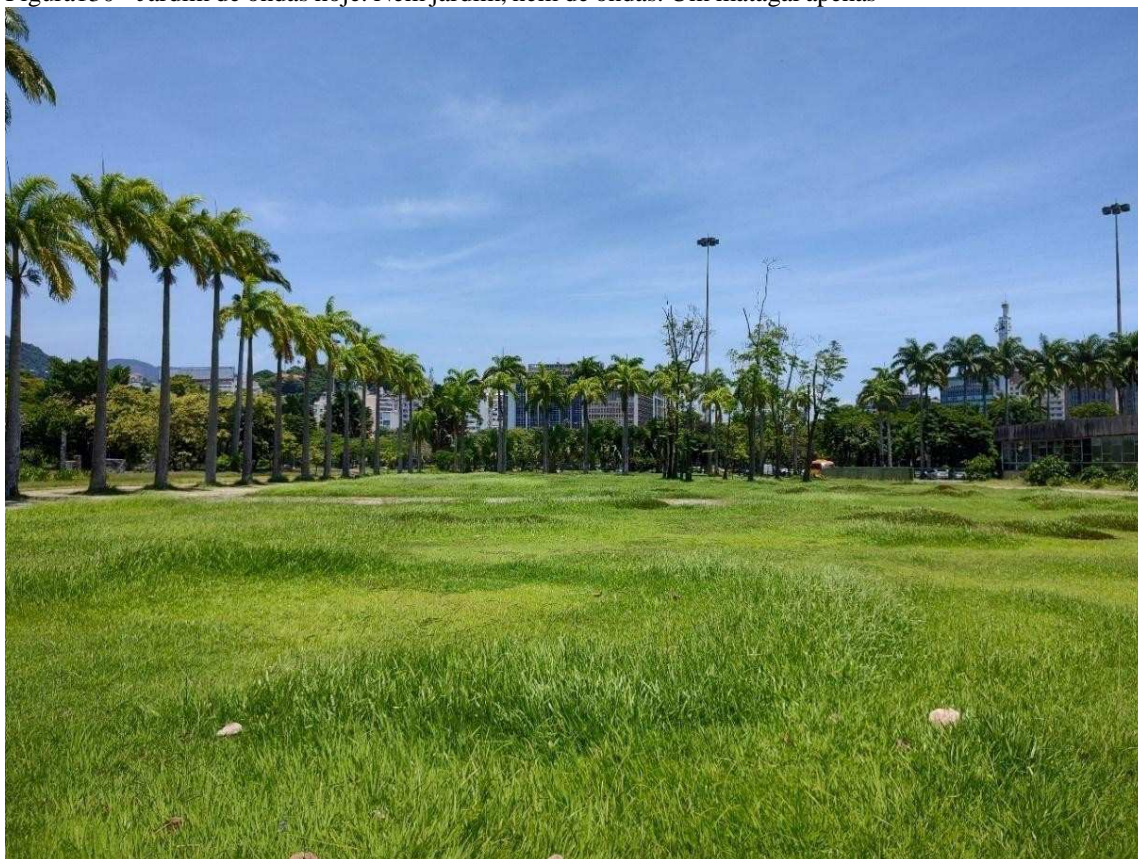
Fonte: O autor, 2021.

Figura 129 - Padrão original do Jardim de Ondas



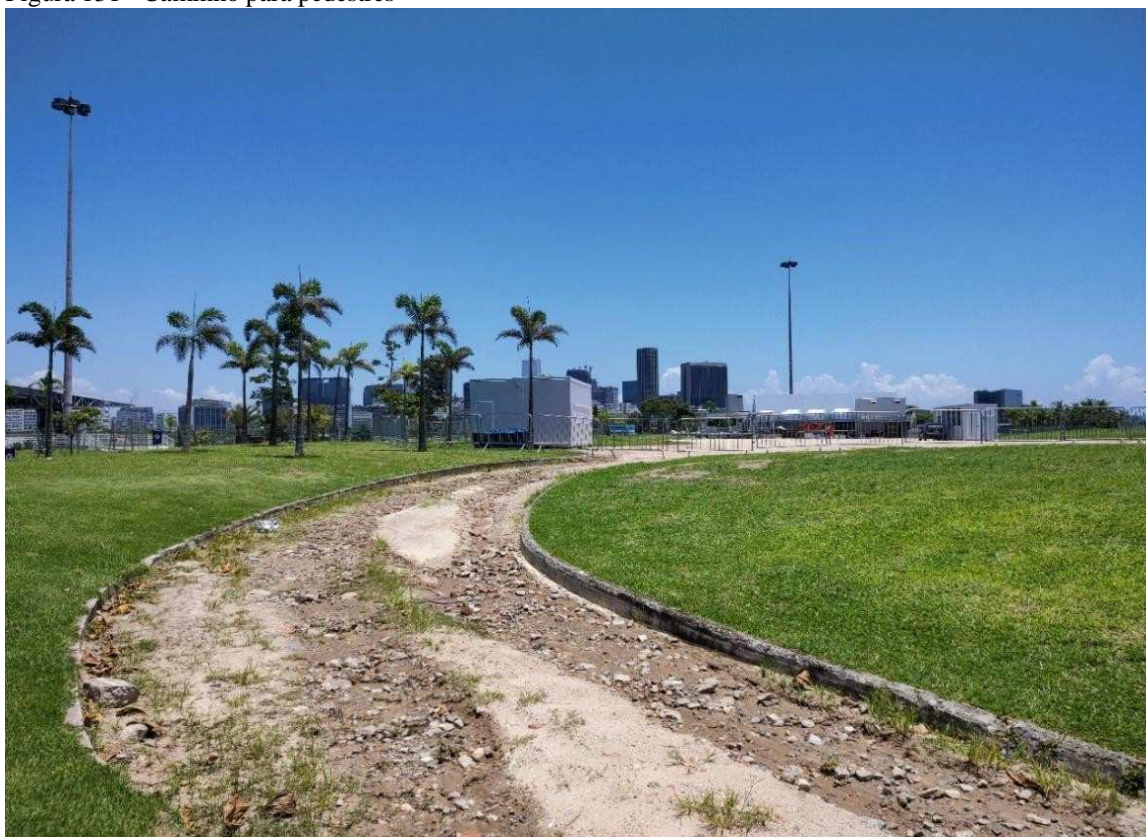
Fonte: Fotografia sem autoria conhecida, [s.d.].

Figura 130 - Jardim de ondas hoje. Nem jardim, nem de ondas. Um matagal apenas



Fonte: O autor, 2022.

Figura 131 - Caminho para pedestres



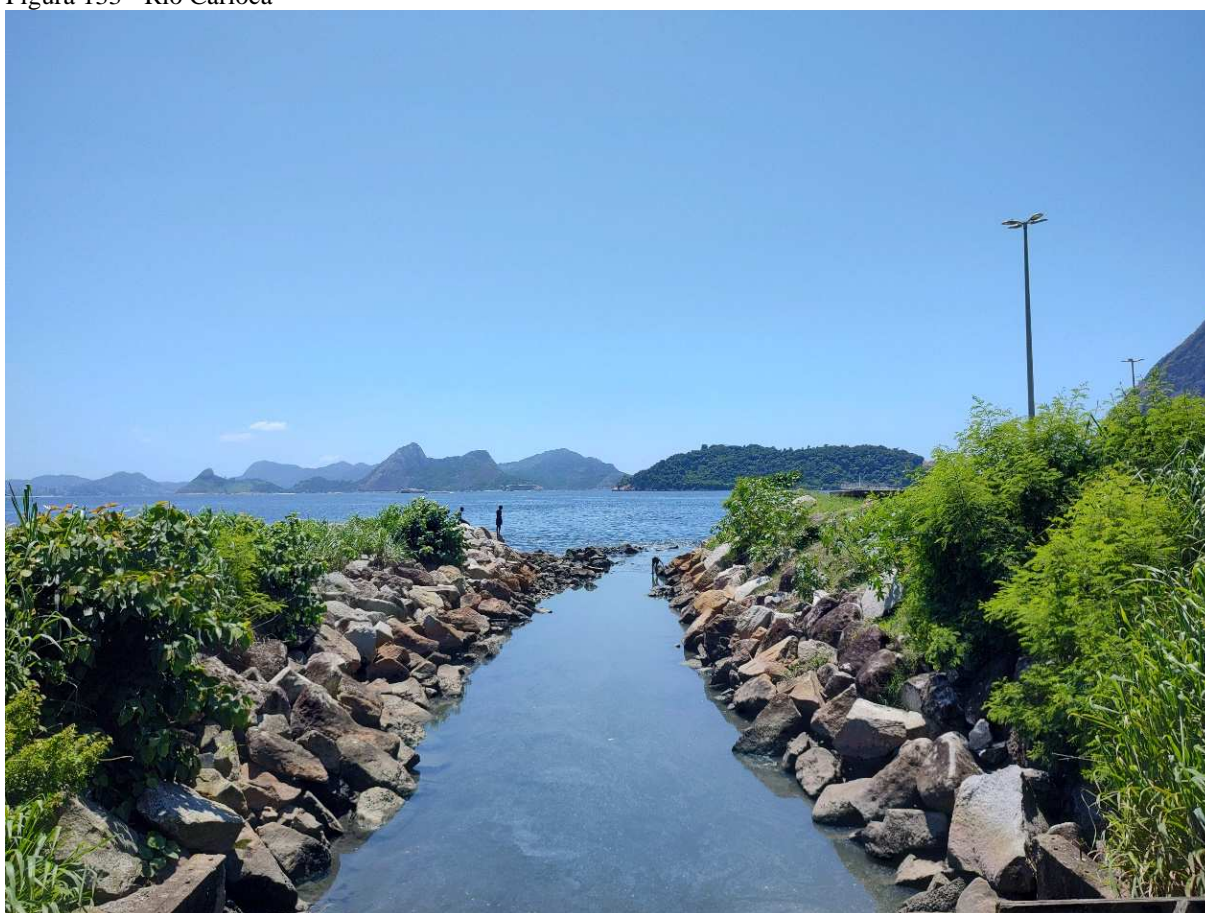
Fonte: O autor, 2022

Figura 132 - Lago em frente ao MAM-RJ. Águas poluídas, lodo, mau cheiro



Fonte: O autor, 2021.

Figura 133 - Rio Carioca



Fonte: O autor, 2021

A despeito do policiamento efetuado pela Operação Aterro Presente (braço do projeto Segurança Presente, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), a sensação de insegurança no Parque é inegável. “Evita passar por ali”, “Aqui está perigoso”, “Cuidado com aquele pessoal”, foram alguns avisos que recebemos – inclusive de policiais militares – em nossas excursões a esse *locus*. “Cuidado com o celular” foi outro alerta repetido *ad nauseam* por quem nos via registrando as imagens aqui presentes. O que explica a ausência de fotos de alguns trechos mais sensíveis do nosso objeto de análise. Não apenas possíveis meliantes chocharam nossas pretensões iconográficas. Os vendedores no Parque – ambulantes ou em barracas fixas – não se mostraram receptivos a ideia do registro fotográfico. Houveram ameaças, veladas e não veladas.

A diminuição da cobertura vegetal do Parque do Flamengo é outra preocupação. Dos 17.000 indivíduos arbóreos (240 espécies) da época da inauguração (ALECRIM, 2015, p. 34; OLIVEIRA, 2015, p. 69, 70), um levantamento de 2016, contabilizou 9.930 árvores e 176 espécies (BIOVERT, 2016, p. 12). Uma queda de 41,59% em relação às árvores e 26,6% em relação às espécies<sup>117</sup>. Cerca de 1.162 (ou 11,7%) do total de árvores são exóticas/invasoras “com elevado grau de ameaça à biodiversidade” (ALENCAR, 2016, n.p.). Se atualizados, os números podem ser ainda mais graves.

Estudo da Biovert Florestal e Agrícola, de 2016, catalogou 316 espécies de avifauna no entorno do Parque do Flamengo. Destas, 156 têm hábitos – frugívoros, granívoros, nectarívoros e onívoros – relacionados diretamente a recursos botânicos oferecidos por esse espaço. Mesmo sem estudos mais aprofundados, é certo que a diminuição da cobertura vegetal impacta a sobrevivência de tais pássaros.

O *status* de bem tombado, adquirido em 1965, não resguardou o Parque do Flamengo. Nem esse, nem dois tombamentos posteriores. Um, por iniciativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, considerou o Parque do Flamengo como área municipal de “interesse paisagístico urbanístico e cultural”, através da Lei n. 2287, de 04 de janeiro de 1995 (RIO DE JANEIRO, 1995). Em outro, de julho de 2012, a UNESCO reconhece esse espaço como Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria “Paisagem Cultural Urbana”. Um panorama de “excepcional valor universal” situado “entre a montanha e o mar do Brasil” (UNESCO, 2012)<sup>159</sup>. Junto à degradante ingerência do poder público, observamos as

---

<sup>159</sup> O Parque do Flamengo é considerado parte de um conjunto paisagístico, natural e antrópico, que reúne o Parque Nacional da Tijuca, o Jardim Botânico, o Parque Laje, o Morros cara de cão, Babilônia, Urca, Pão de Açúcar, Dois irmãos e Pedra da Gávea, os fortes São João e Santa Cruz, as praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon. “Decision 36 COM 8B.42” de 01 de julho de 2012. Documento disponível em: <https://whc.unesco.org/en/decisions/4813/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

investidas da iniciativa privada sobre esse espaço, outra constante que colocou e coloca em risco suas características e funções originais.

Mas, para avaliarmos as pressões privadas sobre o Parque do Flamengo, devemos compreender sua posição nas escalas local-nacional, mas também sua posição no contexto global onde espaços públicos encontram-se sob ataque do capitalismo neoliberal. Doutrina político-econômica que tem como uma de suas competências a transformação de tudo e de todos em mercadorias.

No mercado global de espaços (o que não é isso se não a própria globalização?), o Parque do Flamengo reflete de valor. Valioso por sua localização; valioso geohistoricamente, pensando nos espaços que nele estão contidos (o Passeio Público, a Av. Beira-mar, o Morro do Castelo, o Morro de Santo Antônio, o MAM-RJ), e valiosíssimo pelos valores investidos em sua edificação: valores econômicos, políticos, intelectuais, artísticos, técnicos, tecnológicos, sociais etc. Esse tríplice valoração o faz interessante não apenas ao Rio de Janeiro ou ao Brasil. Nem somente a Portugal e à Inglaterra, como seria nos idos coloniais. Nem especialmente aos EUA, maior parceiro do Brasil na República. O Parque, é, portanto, um bem de alto valor intrínseco e como tal é tratado. Mas, não conforme o desejo de seus idealizadores – um vetor de cidadania democrática – mas como mercadoria de grande potencial.

Na modernidade – ou pós-modernidade como preferem alguns – houveram mudanças ultravelozes e significativas nos jogos de poder. Em todas as escalas. Para Bauman (2001, pp.211, 212).

Uma mudança no conjunto é, contudo, de particular importância: a renúncia, adiamento ou abandono, pelo Estado, de todas as suas principais responsabilidades em seu papel como maior provedor (talvez mesmo monopolístico) de certeza, segurança e garantias, seguido de sua recusa em endossar as aspirações de certeza, segurança e garantia de seus cidadãos. Parece haver pouca esperança de resgatar os serviços de certeza, segurança e garantias do Estado. A liberdade da política do Estado é incansavelmente erodida pelos novos poderes globais providos das terríveis armas da extraterritorialidade, velocidade de movimento e capacidade de evasão e fuga; a retribuição pela violação do novo estatuto global é rápida e impiedosa. De fato, a recusa a participar do jogo nas novas regras globais é o crime a ser mais impiedosamente punido, crime que o poder do Estado, preso ao solo por sua própria soberania territorialmente definida, deve impedir-se de cometer e evitar a qualquer custo.

---

A “liquefação” do Estado, porém, está longe de representar o fim de seu protagonismo como agente espacial e espacializante. Se ele se “liquefaz”, é para, plasticamente, resilientemente, tomar outra forma. De exercer seu poder de outra maneira. Jogar um jogo diferente (globalizado), com regras diferentes. Troca-se as cartas e os blefes.

Ulrich Beck (2018, p.130), fala, a nosso ver mais acertadamente que Bauman, da “metamorfose institucional”, da “metamorfose do poder”. É quando o Estado mantém seu poder praticando “intervenções mínimas”, fingindo-se de morto, mas estando muito vivo. É a prática estratégica da invisibilidade. É quando “não fazer nada ativamente é a estratégia política mais barata” (BECK, 2018, p.133).

Não fazer nada – em uma lógica em que espaços são transformados em mercadorias e cidadãos em consumidores – coloca áreas públicas como o Parque do Flamengo na berlinda, posto que há aí uma patente subversão do léxico “público”. Ao invés de denotar aquilo “que serve para o uso de todos”<sup>160</sup>, passa a significar “que pode ser consumido por todos”, todos que possam pagar, naturalmente. Ecoando Lefebvre, Gomes (2002, pp. 173- 174. os itálicos são nossos) nos fala das sequelas socioespaciais surgidas com o fim dos espaços públicos,

a cidadania é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território. Esse pacto associativo é formal e pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo. A coabitação desses indivíduos ocorre assim sobre um espaço que é também objeto de um pacto formal, que instaura limites, indica usos, estabelece parâmetros e sinaliza interdições. Esse tipo de espaço normatizado é a matriz do espaço público e o principal *locus de* reprodução da vida coletiva, e toda ação social que pretenda subverter a existência desse espaço ou transformar seu estatuto é necessariamente redefinidora dos termos e corresponde um recuo do contrato inicial que funda a cidadania, recuo que é tanto da institucionalização das práticas sociais que compõem um quadro de vida democrático e cidadão quanto físico, do arranjo material que limita e qualifica as ações. Assim, podemos facilmente relacionar as mudanças na imagem da cidade, diferente daquela construída nos primeiros tempos da Modernidade, com esse tipo de recuo. Ela é hoje concebida, como soma de parcelas mais ou menos independentes, *havendo uma multiplicação de espaços que são comuns, mas não públicos.*

Tratando especificamente das metrópoles brasileiras, Gomes (2002, pp. 185, 191) discorre que em nosso país as privatizações dos espaços públicos são perpetradas tanto pelo setor informal (camelôs, quiosques, guardadores de carros, veículos de *food trucks* etc.) e clandestino (loteamentos e condomínios em áreas não edificáveis, “puxadinhos”, pequenos comércios de bairro, a ocupação de calçadas por restaurantes etc.), quanto pelos grandes investidores, que podem produzir, dentro de um espaço *público*, ilhas de consumo de alto

---

<sup>160</sup> PÚBLICO, In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [online], 2008-2021. [priberam.org](http://priberam.org)

poder aquisitivo. Nessa chave, o caso da Marina da Glória – única marina urbana do mundo – coloca a carapuça.

Ao tratarmos das ameaças e desafios que envolvem nosso objeto, evitamos uma abordagem expositiva/cronológica extensa, que nos arrastaria a um longuíssimo inventário funesto, uma antologia da degradação. Não é esse o objetivo dessa tese. O que propomos é ilustrar os processos em ação em nosso objeto e para isso optamos por nos concentrar na Marina da Glória, uma vez que esse espaço pertence ao Parque do Flamengo, dividindo com ele particularidades e problemas. Um exemplo de parte que integra e reflete o todo.

O Parque do Flamengo nasce como propriedade da União Federal, mas ao longo do tempo a maioridade de sua área é cedida à municipalidade carioca, que passa a administrar, monitorar, conservar e proteger esse espaço. Até a transferência da Marina da Glória à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 1979 (BRASIL, 1979), o equipamento conta com uma estrutura tímida que se resume à uma garagem náutica – usada também como sede – e um pequeno comércio (lojas de acessórios, lanchonete, padaria e escola de vela). A esses elementos, acrescenta-se, em 1987, onze lojas, instaladas onde anteriormente estava a garagem citada acima, que é reconstruída em outra área do Parque do Flamengo. É uma bela e explícita infração ao texto do seu tombo que reza que, à exceção de construções previstas, toda área do Parque (inclusive a Marina) é expressamente *non aedificandi*. (GIRÃO, 2011, [n.p.]).

Em 1996 a municipalidade repassa à EBTE (Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia) a concessão da Marina por um período de 10 anos e essa empresa promove outra série de expansões que, como a anterior, desvirtua características arquiteturais/paisagísticas originais do Parque do Flamengo: remove-se jardins e destrói-se pisos com mosaicos de Burrell Marx; ocupa-se o terraço-jardim do Pavilhão Amaro Machado, onde estava um mirante aberto aos visitantes. Ali é instalado um toldo para a promoção de eventos (MENEZES, 2017, p. 23).

Em 2006 inicia-se outra rodada de intervenções irregulares que incluem: a construção de uma nova e ampliada garagem náutica sobre área tombada do espelho d'água da enseada, a duplicação de uma via que já era irregular e a ampliação de um estacionamento de veículos para usuários da Marina da Glória, obra que pediu a destruição de uma área de piqueniques com a remoção de mesas e cadeiras e o corte de árvores (GIRÃO, 2011, [n.p.]).

Em 2009 a MBX, uma das empresas do grupo EBX, do empresário Eike Batista, adquire da EBTE a concessão da Marina da Glória. O IPHAN reprova então uma série de propostas: a transformação desse fixo em um “anexo” do Hotel Glória, também adquirido

por esse conglomerado (GIRÃO, 2011, [n.p.]); a construção de um shopping center à beira mar e – com vistas aos Jogos Olímpicos de 2016, a serem realizados no Rio de Janeiro – a modernização e ampliação geral da Marina, que poderia comportar, então, um público de 10 mil pessoas.

A partir de 2014, outra troca de mãos – a quarta – e a concessão da Marina da Glória passa à BR Marinas<sup>161</sup>. A batata ainda parece succulenta, mas, veremos, fica cada vez mais quente. As ampliações e “melhorias” sob esta administração, são grandiloquentes. Antes a Marina contava com 67 vagas molhadas e 73 vagas secas, agora são 240 vagas secas em hangares futuristas e 415 vagas molhadas. As áreas para eventos são reformadas e modernizadas – pavilhão *indoor* com 862 m<sup>2</sup>, esplanada *outdoor* (690 m<sup>2</sup>) e *promenade outdoor* (660 m<sup>2</sup> de área livre) – e passam a abrigar shows de artistas consagrados, festivais multimídia e feiras como ArtRio, Shell Open Air e Rio Boat Show – esse último o maior evento náutico *outdoor* da América Latina. Restaurantes de comida italiana (Bota), carnes argentinas (Corrientes 348) e asiática (Kitchen) são ali instalados. A Marina soma, atualmente, 12 mil m<sup>2</sup> de área construída e mais de 18 mil m<sup>2</sup> levando em conta a esplanada ao ar livre<sup>162</sup>.

No cômputo final, essas expansões em muito ultrapassam a área circunscrita à Marina da Glória, excedendo-se à outras áreas do Parque do Flamengo. Um exemplo: mal celebrada a nova concessão, com a tinta dos documentos ainda fresca, cerca de 300 árvores no entorno da Marina são postas ao chão para a edificação de um novo estacionamento (MENEZES, 2017, p. 13). No momento que escrevemos essas linhas (março de 2022), a BR Marinas é multada em 19,4 milhões de reais pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que pede também a imediata desocupação da Marina da Glória. O motivo alegado é desvio de finalidade do projeto. A empresa é acusada de construir e ocupar, de modo irregular, terras do Parque e o espelho d'água da Baía de Guanabara sem a autorização prévia da União<sup>163</sup>.

Outro ponto defendido pela SPU é que a Marina da Glória anda sendo gerida de modo a impedir todo e qualquer acesso e a livre circulação da população por uma área que, mesmo

---

<sup>161</sup> Criada em 2010, a BR Marinas opera a maior rede de marinas do país – oito, no momento. O foco da empresa – nascida da AC Lobato, empreiteira de construção de agências bancárias, shoppings centers, casas e condomínios – é oferecer serviços náuticos, equipamentos de lazer e espaços de consumo de alto poder aquisitivo em um mesmo complexo. <http://revista.brmarinas.com.br/books/fmoc/#p=1>. Acesso em: 01 mar. 2022.

<sup>162</sup> <https://marinadagloria.com.br/marinadagloria-2/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

<sup>163</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/governo-multa-marina-da-gloria-em-194-milhoes-pede-desocupacao-1-25401576>. Acesso em: 26 fev. 2022.



sob administração privada, deve guardar alguns aspectos de espaço público (imagens 133, 134 e 135).

Figura 133 - Acesso controlado à Marina da Glória.



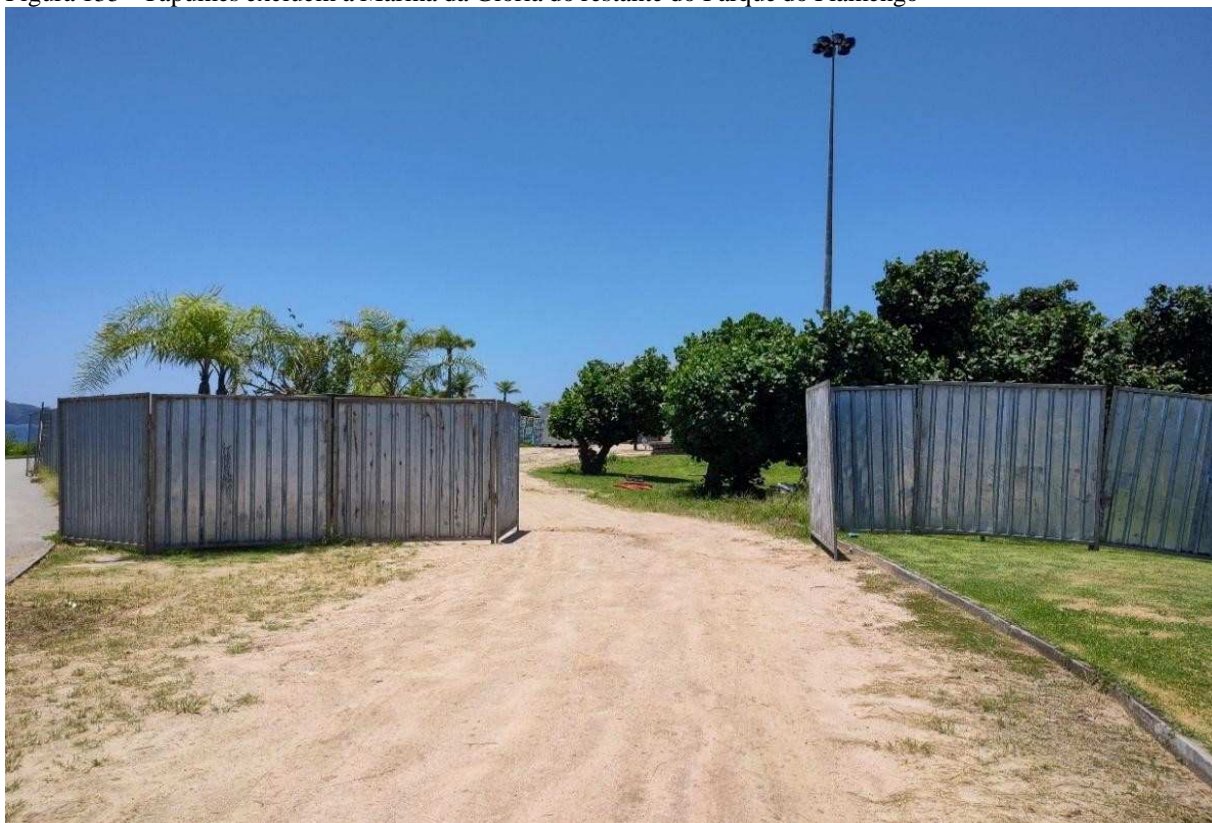
Fonte: O autor, 2022.

Figura 134 - Gradis. Muitos desses foram instalados em uma das pistas de caminhadas do Parque do Flamengo



Fonte: O autor, 2022.

Figura 135 - Tapumes excluem a Marina da Glória do restante do Parque do Flamengo



Fonte: O autor, 2022.

As “benfeitorias”, “expansões” e “revitalizações” que alteram o Parque do Flamengo – dentro e fora da Marina da Glória – nunca transcorrem de forma pacífica e condescendente. Embora geralmente tente-se fazer as obras na surdina, sem alarde, muitas vezes em horário noturno (testemunhamos máquinas iluminadas saídas de um filme de ficção científica revirando o solo e operários com capacetes com lanternas) – usuários do Parque, associações de moradores, imprensa, políticos, artistas, intelectuais e acadêmicos estão sempre a fazer salseiros. Justos, justíssimos. Não ficam quietos e as manifestações, conseguem, por vezes, embargar obras, ou ao menos parte delas. Quanto à atuação da União e da municipalidade:

considerando os acontecimentos no decorrer dos anos, constata-se a indisfarçável aspiração, dos gestores públicos, de se desembaraçarem de despesas de conservação inerentes à própria Administração Pública. Na área do Parque do Flamengo, incontáveis projetos, em nome da prefeitura, foram propostos com a finalidade de ocupar grandes e pequenas extensões ou de alterar traçados; o zelo seria transferido, gradualmente, à iniciativa privada. Trata-se de questão enraizada no próprio planejamento urbano municipal, que reluta em reconhecer o Parque do Flamengo como um parque de características especiais – aliás, um dos espaços públicos de que mais deviam se orgulhar os próprios governos federal, estadual e municipal. Cria-se um problema sociocultural mais profundo, e de solução mais difícil, ao se transferir a gestão à iniciativa privada. Ao interesse municipal de reduzir despesas soma-se o de obter novas fontes de receita (sublocação, impostos sobre novos serviços), amparados, ambos, pelo interesse privado da maximização do lucro (GIRÃO, 2011, [n.p.]).

Com efeito, os conflitos mais relevantes envolvendo o Parque do Flamengo estão relacionados ao seu perfil de bem público, tombado, que mesmo assim é assediado pela iniciativa privada, cobiçosa de um espaço altamente estratégico, um senhor espaço, estendido pelas duas áreas mais valiosas da cidade. Negligência do administrador público e a febre por espaços economicamente promissores. Uma combinação que ameaça seriamente a premissa mais sagrada desse espaço – e que era um dos sonhos de seus idealizadores: que ele fosse de todos, para todos.

Percebe-se que nessa tese, nos permitimos a pinceladas geo-históricas largas. Longas e largas. Afinal, trata-se esse de um ensaio, introdutório, disposto a responder questões básicas, as mais básicas. Assim, a partir daqui, avançamos mais um pouco e o momento Analítico- regressivo dá lugar ao momento Histórico-genético, ou seja, com o presente mais aclarado, avançamos, para o futuro.

## CONCLUSÃO

*Sit finis operis, non sit finis quarendi*, ensina-nos o Mestre Thomas Merton (1998 [1948]), p. 470). E, de fato, a premissa inicial deste trabalho – investigar o Parque do Flamengo a partir de uma perspectiva geográfica (e lefebvriana) e daí revelar suas características mais fundamentais – revelou-se mais intrincada do que prevíamos. Mais enriquecedora também.

Amparados pelo método lefebvriano, aproximamo-nos da conclusão da tese e a essência desse espaço permanece fugidia. Longe de maniqueísmos, o Parque do Flamengo oferece-se, mas como em um jogo de espelhos. Patrimônio universal *e* também produto a ser consumido por um público específico. Área verde de recreação e contemplação, mas que atua fazendo a ligação de duas zonas amplamente urbanizadas. Espaço de uso comum, mas com áreas vedadas à população. Local projetado e edificado pelo Estado como bem público e que é parcialmente explorado por agentes privados. Um espaço “natural”, porém, criado pelo Homem.

Suas dualidades, porém, não são excludentes. O Parque do Flamengo é sempre *uma* coisa *e* outra. Isso *e* aquilo. Resultados dos processos contraditórios que reproduzem-se nos (e os) espaços urbanos capitalistas. Contudo, uma característica desse objeto se destaca sem ambiguidades: o Parque do Flamengo é antes e acima de tudo, a manifestação, concreta e simbólica do poder do Estado no espaço urbano carioca.

É também essa a leitura de Ângelo Serpa ao analisar parques públicos semelhantes ao nosso objeto de análise. Considera o pesquisador que tais *loci* são majoritariamente elaborados como estratégias do Estado dirigidas às classes médias e que atuam como “suporte e produto desse mesmo Estado”.

Trabalhando para as classes médias urbanas, o Estado parece produzir apenas objetos e imagens que são, na verdade, testemunhos da desintegração e da desorganização da cidade contemporânea. Como participante de parcerias entre o público e o privado, nos campos da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, o Estado coloca em ação estratégias urbanas que não conseguem ultrapassar os limites de sua própria sombra. Desse modo, são produzidos, apenas, lugares de expulsão e de extradição, de êxtase urbano: aqueles que vêm se aglomerar ali procuram antes de tudo um sentimento de vazio de êxtase, um banquete espacial, uma greve cosmopolita, um lugar parasitário. Em um mundo onde a cultura transformou-se em lazer e diversão, existe uma distância mais social que física, separando os novos equipamentos públicos daqueles com baixo capital escolar, o que mostra que segregação espacial e segregação social nem sempre servem para designar a mesma coisa (SERPA, 2018, pp. 38-39).

Estado. Esse agente social total que, no caso da cidade do Rio de Janeiro, realizou (e realiza) espaços, alguns a favorecer certos estratos sociais (classes média, média alta e alta) e capitais (financeiros, comerciais e imobiliários). Efetivamente todas as ações urbanas que visitamos nessa investigação – fossem em tempos coloniais ou republicanos – reforçam algo já reforçado: hoje, tão vital quanto expor sua força é obscurecer sua presença. O Estado certamente estava por trás do Passeio Público, da construção da Av. Beira-Mar e dos desmontes dos morros cariocas. Em todas as ações urbanas que visitamos em nossa investigação regressivo-progressiva confirmam a força do Estado:

Esta prática, no entanto, não se inicia com o Parque do Flamengo. Vêm de tempos coloniais, com o Passeio Público, e avança pela Primeira República e a sua Av. Beira-mar. o desmonte de morros ciclópicos e a remoção de suas populações; o aterramento de lagoas, brejos, mangues e de parte da Baía de Guanabara; a criação do Aterro do Flamengo, do MAM-RJ e finalmente do Parque do Flamengo, sua praia remodelada, seus monumentos e sua (re)natureza com espécies vegetais de diversas parte do mundo convivendo em harmonia. Ainda que outros atores sociais estivessem envolvidos na edificação e mudanças posteriores desse fixo, tais participações só ocorrem com a anuência do Estado. Mesmo o grande capital privado e sua autoridade econômica, tem seus empreendimentos delimitados às necessidades e interesses desse agente espacial soberano.

O Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas representa o de uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante. Assim, o Estado tem a aparência da universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante (...) O Estado é a expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista. Nas palavras de Marx e Engels, o executivo configura-se como “um comitê para administrar os negócios coletivos da classe burguesa” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, pp. 36-37, 39).

Ao organizar a ocupação e controle dos espaços da cidade, este Estado, formado também, não raro, por atores sociais públicos *com interesses privados*<sup>164</sup>, acaba por favorecer, sempre e mais, espaços já favorecidos. Processo que Luiz César Ribeiro chama de “causalidade circular”.

<sup>164</sup> Os prefeitos Pereira Passos, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio foram alguns que mantinham suas funções públicas bem próximas aos seus negócios privados – próximas, às vezes se misturando. Esses três ou tinham empresas ou eram sócios de empresas que prestaram serviços à grandes obras públicas do Município do Rio de Janeiro, nos recorda Oswaldo Porto Rocha (1995). São esses, porém, exemplo curto, pequeno e limitado. O assunto merece uma devassa. E toma-lhe papel, e toma-lhe tinta, e toma-lhe vários volumes, vários pen-drives, várias nuvens de dados com grande capacidade, para caber tanto desmando, tanta esperteza de ocasião, tanto oportunista, tanto amigo do alheio.

Por um lado, a propriedade privada da terra dá aos grupos de alta renda financeira o controle exclusivo das zonas mais bem equipadas, portanto, mais valorizadas, graças ao processo de agregação e de segregação na utilização do solo urbano. Por outro lado, o poder social e político desses grupos os beneficia na disputa pela divisão espacial dos investimentos públicos na cidade (...)A existência dessa ordem de causalidade circular nas cidades brasileiras contribui para a instituição de um circuito de acumulação urbana composto pelos empreendedores de trabalhos públicos e os concessionários de serviços urbanos em aliança com as camadas que se apropriam da renda da terra, cujo núcleo é formado pelo setor imobiliário e pelos proprietários (RIBEIRO, 2012, pp. 107, 108).

O protagonismo do poder do Estado sobre o espaço mostra-se ainda mais evidente quando procura-se compreender o objetivo global do Estado na sociedade. Azambuja (1998, p.122) considera que a complexidade e abrangência conceitual desse ente-agente nos diversos tempos e espaços tornam uma definição total impraticável. Entretanto, um atributo do Estado – melhor seria dizer “o” atributo, mantém-se em diversas análises.

O fim do Estado é o objetivo que ele visa atingir quando exerce o poder. Esse objetivo, podemos antecipar, é invariável, é o *bem público*. A competência do Estado é variável, conforme a época e o lugar. Assim, o Estado pode chamar a si certos serviços ou permitir que os particulares o executem; mas, tanto quanto amplia como quando restringe a própria competência, o Estado visa realizar o bem público (...) variando apenas os termos, as palavras com que se quer exprimir o conceito de bem público (AZAMBUJA, 1998, p. 123. itálico do autor).

Estado que desde o início do século XX direciona seus investimentos em infraestrutura e equipamentos de lazer ao *continuum* Centro-Zona Sul, em detrimento de outras áreas do município carioca. A vasta Zona Oeste ganha seu parque nos moldes do Parque do Flamengo (um espaço público verde, de grandes dimensões e equipamentos de recreação), apenas em 2001. O Parque Natural Municipal do Mendanha, localizado entre os bairros de Campo Grande Bangu. A Zona Norte, área mais populosa do município<sup>165</sup>, conta com a Quinta da Boa Vista<sup>166</sup> desde 1910. Porém, seu segundo parque público – Parque Madureira Mestre Monarco – só virá à luz um século depois, em junho de 2012, na abertura da Conferência Rio +20. Uma espera longa demais.

Embora tais espaços sejam relevantes, em matéria de extensão, infraestrutura, equipamentos de lazer e acervos escultórico e botânico estão muito distantes –

<sup>165</sup> A Zona Oeste é a região mais extensa do Rio de Janeiro e a segunda mais populosa: são 2.371.135 habitantes distribuídos em 832 km<sup>2</sup>. Na Zona Norte vivem 2.645.526 moradores vivendo em uma área de 260 km<sup>2</sup> – ou seja, 2.851 hab./km<sup>2</sup>. Os números são de 2015 (SEBRAE/RJ, 2015, p. 6).

<sup>166</sup> Ainda que a Quinta da Boa Vista seja considerada, estruturalmente, um parque verde público, esse espaço, diferentemente do Parque do Flamengo, não foi construído e nem originalmente usado com tal função. Fora fazenda dos jesuítas, residência de particulares e residência imperial até a proclamação da República em 1889. Apenas após uma grande reforma em 1910 é que será enfim entregue à população como espaço público (MARFETAN, 2016).

quantitativamente e qualitativamente – daquilo que é ofertado pelo Parque do Flamengo. Ao que parece, entre os administradores da cidade persiste a ranheta crença colonial de “que o povo dos subúrbios e os pobres das palafitas não precisam de nenhum jardim público” (LESSA, 2005, p. 243). Carência é uma forma de violência, mais uma no Rio de Janeiro.

Destarte, o Parque do Flamengo, à semelhança de outros fixos complexos e heterogêneos, nunca foi um espaço “pacificado”, com seus atores sociais em estado de consenso. Ao invés da *pax urbana*, necessária ao modo de produção capitalista, nos deparamos com um *locus* tenso, permanentemente tenso. Por vezes bucólico, mas tenso. Tensão que surge já na produção da área aterrada que abrigará o Parque do Flamengo. Empreendimento, que, como vimos, cobrou um preço sociocultural criminoso. Intestinamente, os embates pró e contra o Parque prosseguem durante toda sua construção. Conflito entre a SURSAN e o GT de Lota de Macedo. Mais à frente, seus próprios criadores entram em confronto aberto, com Carlos Lacerda, Lota de Macedo e Burle Marx digladiando-se por motivos variados.

O método lefebvriano não se atém, porém, a uma leitura do passado através do presente, ou vice-versa. Trata-se de um *processo* dinâmico, contínuo e circular (representado, nesta tese, na forma do símbolo matemático da Lemniscata de Bernoulli  $\infty$ ) que também tem o futuro como dimensão a ser considerada. Nessa grelha metodológica – correspondente ao terceiro momento lefebvriano, o *momento* histórico-genético – e atendo-nos ao nosso objeto, podemos e devemos perguntar: quais, afinal, os possíveis destinos do Parque do Flamengo?

Ao progredirmos do passado até o presente desse espaço encontramos continuidades e padrões que nos parecem particularmente preocupantes. A primeira constante é o descaso do poder público, o mesmo poder público que o edificou. Logo após a conclusão das obras, iniciou-se um processo muito assíduo de negligência – negligência com suas estruturas, seus equipamentos e acervo botânico – que se estende até os dias atuais, como tristemente comprovamos *in loco*.

Outra constante ameaça não somente a integridade física do Parque do Flamengo, mas sua condição de *bem público não edificável*. Mesmo com *status* de espaço tombado, em diversas ocasiões a iniciativa privada almejou – e por vezes conseguiu – explorar áreas do Parque, promovendo “revitalizações” que são menos restaurações e mais desvirtuamentos do seu projeto original. Como exemplo invocamos os malfeitos das administrações privadas de um dos seus fixos, a Marina da Glória. As mudanças – “modernizações”, “ampliações”, “expansões” – destruíram áreas de jardins e locais para piqueniques; eliminaram árvores e

edificou-se sobre o espelho d'água da Baía de Guanabara, área também tombada e não edificável.

Além dessas descaracterizações, as concessionárias da Marina da Glória a alienaram do público, tornando-a disponível apenas àqueles que podem pagar (caro) aos eventos que ocorrem lá ou aos sócios que mantêm lá suas embarcações. Uma variação do que Gomes (2002, pp. 186, 188) trata por *ilhas utópicas*: espaços exclusivos onde a segurança e a homogeneidade social são tão ou mais importantes que o próprio lazer. Uma forma de segregação disfarçada de distinção, que no caso do Parque Ihe fragmenta a unidade interna e lhe amputa a função de espaço voltado ao exercício da cidadania.

Caso tais continuidades prossigam, o que antevemos é um espaço cada vez menos público. Seja pelo sucateamento estrutural a ponto de lhes impossibilitar o uso, seja pela privatização de certas áreas. Essas duas situações podem surgir, ainda, interligadas, com o Parque do Flamengo sendo entregue à iniciativa privada justamente devido a seu alto grau de degradação. Ou seja, o Estado assume sua “inépcia” (tradicionalmente traduzida como “falta de recursos”) em manter o gerenciamento e manutenção do fixo e o repassa – todo ou em parte – à iniciativa privada, que se compromete em praticar “melhorias” em troca da exploração econômica do espaço. Prática comum nas cidades sob o signo do neoliberalismo, onde espaços tendem a tornar-se mercadorias e os cidadãos clientes.

Em 16 de fevereiro de 2022 o site da Prefeitura do Rio<sup>167</sup> anunciava que a Secretaria Municipal de Conservação iniciaria obras de revitalização em todos os setores do Parque do Flamengo. A primeira das quatro etapas – com conclusão prevista para o segundo semestre de 2022 – inclui a reforma dos equipamentos de recreação infantil e das quadras poliesportivas<sup>168</sup> Nesse mesmo informe digital diz-se que

a iluminação do Aterro do Flamengo também passou por revitalização dentro do programa Luz Maravilha, Parceria Público-Privada (PPP) de iluminação pública que vai modernizar todos os pontos de iluminação do município até dezembro de 2022. Os pontos de iluminação da Avenida das Nações Unidas e das avenidas da Praia de Botafogo e da Praia do Flamengo já foram totalmente contemplados, assim como as luzes da ciclovia (RIO DE JANEIRO, 2022, online, n.p.).

Aqui nos chama atenção a menção à Parceria Público-Privada (PPP), definida juridicamente como

---

<sup>167</sup> <https://prefeitura.rio/conservacao/prefeitura-comeca-a-revitalizacao-do-parque-do-flamengo/#:~:text=As%20obras%20come%C3%A7aram%20nesta%20quarta,o%20in%C3%ADcio%20do%20segu%20semestre>. Acesso em: 16 fev.2022.

<sup>168</sup> Na última visita que fizemos ao Parque do Flamengo, em abril de 2022, não encontramos qualquer obra ou algo que sugerisse uma.



ajuste firmado entre Administração Pública e a iniciativa privada, tendo por objeto a implantação e a oferta de empreendimento destinado à fruição direta ou indireta da coletividade, incumbindo-se a iniciativa privada da sua estruturação, financiamento, execução, conservação e operação, durante todo o prazo estipulado para a parceria, e cumprindo ao Poder Público assegurar as condições de exploração e remuneração pelo parceiro privado, nos termos do que for ajustado, e respeitada a parcela de risco assumida por uma e outra das partes (MARQUES NETO, 2017, n.p.).

O controle via PPP é, pois, um possível futuro de setores ou da totalidade do Parque do Flamengo. Modalidade de administração comuníssima na atualidade que tem como principal discurso promover o equilíbrio entre a sustentabilidade e a rentabilidade, mas que põem na berlinda o caráter público dos espaços: a modalidade de PPP definida como Concessão Patrocinada<sup>169</sup> prevê uma tarifa a ser paga pelo usuário do equipamento ou serviço sob concessão.

Um retorno ao Parque do Flamengo como originalmente elaborado por Lota de Macedo, o Grupo de Trabalho e Burle Marx – um Central Park tropical exuberante, diligentemente conservado e aberto a todos – é tremendamente improvável. Mais possíveis – dado o poder do Estado em criar espaços e a facilidade com que ignora a condição de áreas *non aedificandi* do Parque do Flamengo – são novas ampliações. Com novas terras – valiosas terras – criadas sobre a Baía de Guanabara. Como vimos continuamente nessa tese, trata-se de prática usada com sucesso por mais de dois séculos no Rio de Janeiro. Mais espaço, mais renda, mas não para todos, claro.

Além da investigação que ora se encerra, o Parque do Flamengo admite novos enfoques, novas análises. Os prognósticos e futuros possíveis para o Parque do Flamengo estão longe de se esgotarem nesta tese, limitada em várias frentes. Ademais, a própria epistemologia lefebvriana é contra oferecer certezas monolíticas. Há muito a se pensar, muitas dimensões a serem abordadas (geográficas, históricas, culturais, sociológicas etc.), muito método interpretativo a ser aplicado. Ao investigador interessado sugerimos algumas perguntas:

Em relação aos frequentadores do Parque do Flamengo<sup>170</sup>:

<sup>169</sup> “As PPPs no Brasil são divididas em dois grupos: Concessões Patrocinadas, em que o parceiro privado obtém sua remuneração mediante cobrança de tarifas pagas pelos usuários somadas ao recebimento da contraprestação pública. Exemplos: contratos para construção e operação de uma linha de metrô, de uma rodovia, de estacionamento subterrâneo, dentre outros. Concessões Administrativas, nas quais a remuneração do parceiro privado é paga integralmente pelo governo, ou seja, é um contrato de prestação de serviço em que o usuário direto ou indireto é a Administração Pública. Exemplos: construção de um centro administrativo, de presídios e hospitais públicos” (PREFEITURA DO RIO, s.d. n.p.).

<sup>170</sup> Originalmente essa tese contemplava tais questionamentos, que prevíamos responder através de entrevistas e questionários aplicados aos visitantes do Parque do Flamengo. Porém, a pandemia de COVID-19 e sucessivos *lockdowns* frustraram nosso planejamento.

Quem são eles? Qual o seu perfil etário e socioeconômico? Qual a origem geográfica desses visitantes?

Com que frequência visitam o Parque e quais atividades realizam neste espaço?

Dentro de uma abordagem fenomenológica: que percepção os usuários do Parque do Flamengo possuem sobre esse espaço? Haverá vários “Parques”, um para cada usuário? Ou há um consenso?

Levando em conta o papel do Parque do Flamengo na dinâmica intraurbana da cidade do Rio de Janeiro;

O Parque do Flamengo influenciou o mercado imobiliário dos bairros – Centro, Catete, Glória, Flamengo e Botafogo – onde foi construído?

Se houve valorização do solo nessas áreas, em que medida isso se deu na época de sua inauguração?

Acerca da administração/conservação do Parque, podemos indagar:

Qual a posição do Estado (instância municipal) frente a atual condição de desalento do Parque do Flamengo? Há planos para conter e corrigir a degradação dos equipamentos e acervo botânico? Quais?

Há previsão de mais privatizações e/ou Parcerias Público Privadas (PPP) em demais áreas do Parque do Flamengo? Como isso pode influenciar a condição – juridicamente inalienável – de espaço *público*?

Oxalá essas sejam apenas algumas interpelações, dentre inúmeras outras, que sejam postas em movimento. O entendimento desse fixo grandioso que traz em si processos complexos e contraditórios é também a compreensão da cidade capitalista, e, em *lato sensu*, do próprio conceito de espaço. Inescapável e interminável ponto central de toda investigação geográfica.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A cidade e os temporais: uma relação antiga. *In*: ROSA, Luiz Pinguelli; LACERDA, Willy Alvarenga (orgs.). **Tormentas cariocas**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997. pp.15-20.
- ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro. *In*: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.). **Escritos sobre o espaço**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. pp.421-450.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2011 [1987].
- ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Vol.1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010a.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Vol.2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010b.
- ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: a origem e a expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**. Edição: v. 14, n. 37, 1994. pp. 34-46
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- ALECRIM, Michel. O Aterro e o sonho de uma cidade. **História Viva**. São Paulo, Duetto, n. 135, jan. de 2015, pp. 20-24.
- ALENCAR, Emanuel. Parque do Flamengo perde árvores. **Projeto Colabora**, 2016, n.p. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods11/parque-do-flamengo-perde-arvores/> Acesso em: 02 mai. 2022.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009 [1990].
- AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara: ocupação e avaliação ambiental**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.
- AMOROSO, Mauro. A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã. **Revista Cantareira**. Volume 1 - Número 1 - Ano 2009. pp.1-30. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27855>. Acesso em: 27 ago. 2021.

ANDRADE, Julia Santos Cossermelli de. *et. al.* Gilmar Mascarenhas e sua geografia do futebol: breves aproximações e horizontes de pesquisa. **Revista Do Departamento De Geografia (USP)**.V. 42, 2022, pp.1-11. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/203851> Acesso em: 09 nov.2022.

ANDREATTA, Verena. *et. al.* As cidades litorâneas e a origem dos “passeios marítimos”. **Do Rio Orla a Orla Conde: os projetos que transformaram a frente marítima da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019. pp. 20-59.

AQUINO, São Tomás. **Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARGAN, Giulio. **L' Europe des capitales**. Génève: Albert Skira, 1964.

ARGAN, Giulio. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ASSIS, Machado. **Isaú e Jacó**. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, 1904.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa: Letra Livre, 2012.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Globo, 1998.

BARBOSA, Francisco de Assis. Um retrato de 1890. *In*: REBÊLO, Marques (org.). **Brasil, terra e alma**: Guanabara. Rio de Janeiro: Editôra do Autor, 1967 [1945], pp.149-152.

BARBOSA, Jorge Luiz; CUNHA, Diogo; BARBOSA, Ana Thereza de Andrade. **As águas encantadas da Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro: Numa, 2021.

BARRETO, Lima. Megalomania. **Revista Careta**. Ed.636, 1920, p.37. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=24094> Acesso em: 13 mar.2022.

BARROS, Paulo César de. As grandes intervenções na área central do Rio de Janeiro: a geografia histórica do Morro de Santo Antônio sob a ótica dos projetos urbanísticos. **Revista Geo-paisagem (online)**. Ano 13, nº 25, Janeiro/Junho de 2014, n.p. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/CentroRJ.htm> Acesso em: 09 set, 2021

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1973 [1968].

BAUDRILLARD, Jean. **América**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Joge Zahar, 2001

BÉARN, Pierre. **Couleurs d'usine**. Paris: Seghers, 1951.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Não estamos mais no mundo natural e nem podemos renaturalizá-lo. *In:* ARNT, Ricardo (org.). **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010. pp.155-173.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **A modernização do Rio de Janeiro: O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro, Index, 1985. pp. 599-611.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Rio de Janeiro: da urbe colonial à cidade dividida. *In:* PINHEIRO, Augusto Ivan Freitas (org.). **Rio de Janeiro: cinco séculos de transformações urbanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. pp. 163-204.

BENEVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1975].

BERNARDES, Lysia; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: cidade e região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

BIBLIA SACRA IUXTA VULGATAM VERSIONEM. Incipit prologus hieronymi Danihele Propheta. *In:* **Bíblia Sacra iuxta vulgatam versionem**. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2007, p.1350.

BIOVERT Florestal e Agrícola. **Estudos de flora e fauna como subsídios à revitalização ambiental do Parque do Flamengo, RJ**. Rio de Janeiro, 2016.

BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Notícias, 1902-1906.

BORGES, Delane; BORGES, Marilane da Silva. **A Vila: de Isabel e Drumond à Noel**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987.

BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. As chuvas e a ação humana: uma infeliz coincidência. *In:* ROSA, Luiz Pinguelli; LACERDA, Willy Alvarenga (orgs.). **Tormentas cariocas**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997. pp.21-38.

BRASIL. **Decreto n. 83.661**, de 2 de julho de 1979. Autoriza a cessão, sob o regime de aforamento, do terreno que menciona, situado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Palácio do Planalto, 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83661-2-julho-1979-432943-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 15 nov. 2022.

BRESCIANI, Stella. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. *In:* HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: Unesp, 1998, pp.27-62.

BURNS, Edward McNall *et al.* **História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Globo, 1993[1941].

BURRO-sem-rabo [documentário]. Direção de Sérgio Bloch. Rio de Janeiro: Abbas Produções Cinematográficas; Miraset Filmes, 1996, 30min.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. Uma arquitetura para a cidade: a obra de Affonso Eduardo Reidy. **ARQtexto/UFRGS**. Faculdade de Arquitetura. nº 2 – 2002/1 - Porto Alegre. Disponível em:  
[https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs\\_revista\\_2/2\\_Eliane.pdf](https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_2/2_Eliane.pdf) Acesso em: 26 nov. 2021.

CALDCLEUGH, Alexander. **Travels in South America, during the years, 1819–20–2:** containing an account of the present State of Brazil, Buenos Ayres, and Chile. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press. 2011 [1825]. Disponível em:  
<https://play.google.com/books/reader?id=wdJYAAAACAAJ&hl=pt&pg=GBS.PA14> Acesso em: 21 out. 2020.

CALLIGARIS, Contardo. Elogio da cidade. *In*: PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994. pp.83-103.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. **Mestre Valentim**. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 1999.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro - 1666-1906**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1995

CARVALHO, Vinck Vitorio Ribeiro de. Higienizar e civilizar: a campanha sanitária no Rio de Janeiro. **Rio de Janeiro: histórias concisas de uma cidade de 450 anos**. Rio de Janeiro: SME, 2015. pp.119-126.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global. 2 vol. 2021 [1944].

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. São Paulo: Global, 2022 [1947].

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos – CEBRAP**. Nº 45, julho, 1996, pp.152-166.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CAVALCANTI, Nireu. Uma história de paixão pela cidade [16 set. 2021]. Entrevista concedida a **O Globo [online]**. Caderno Rio. Rio de Janeiro, 2021. Edição digital. Disponível em:  
<https://oglobo.globo.com/rio/nireu-cavalcanti-uma-historia-de-paixao-pela-cidade-5480529>. Acesso em: 27 nov. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, [1996].

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, imagens, cores, números**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018 [1982].

CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro, Index, 1985. pp. 569-598.

CHIAVARI, Maria Pace; ANDREATTA, Verena. Rio de Janeiro: entre o urbano e a natureza. In: DISITZER, Marcia. **Um mergulho no Rio: 100 anos de moda e comportamento na praia carioca**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012. Pp.57-60.  
CIORAM, Emile. **História e utopia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994 [1960]. CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

COHEN, Alberto *et al.* **Rio de Janeiro ontem & hoje**. Rio de Janeiro: Amazon, 1998.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Magalhães. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes. A paisagem do nome. **InterFACES. Rio de Janeiro**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes – Ano 3, n. 04 (dez. 1997). pp. 91-98. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/issue/view/1421/showToc> Acesso em: 12 abr. 2022.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 1991.

CRISTINA, Amanda *et ali.* Aterro do Flamengo. **Engenhareia** [online], 2017. n.p. Disponível em: <https://engenhareia.wordpress.com/2017/05/22/aterro-do-flamengo/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões** – Edição crítica. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1902].

CURY, Vania Maria. **Rio-Brasília: narrativas sobre a mudança da capital**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Do Cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.

DAMATTA, Roberto. Na praia, a reforma da sociedade. **O Globo**. 25 jan. 2006. Caderno Opinião, p. 7. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/roberto-damatta/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

DAMAZIO, Sylvia. **Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 [1967].

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008[1996].

DISITZER, Marcia. O Rio se abre para o mar. **Um mergulho no Rio: 100 anos de moda e comportamento na praia carioca**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012. pp. 31-56.

DOS PASSOS, John. **O Brasil em movimento**. São Paulo: Benvirá, 2013[1963].

DOURADO, Guilherme Mazza. **Modernidade verde: jardins de Burle Marx**. São Paulo: SENAC, 2009.

DULLES, John W.F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador, 2 - 1960-1977**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DUVIGNAUD, Jean. Le temps de la fête. **Le courrier de l'Unesco**. Paris: UNESCO, 42<sup>o</sup> aneé, decembre, 1989. pp.11-16.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - Tempo Brasileiro, 1983.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

ELDEN, Stuart. Introduction: a study of productive tensions. *In*: LEFEBVRE, Henri. **Metaphilosophy**. London: Verso, 2016. pp.7-20.

ENDERS, Armelle. **A História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015 [2000].

ENROCAMENTO (verbetes). **Dicionário da Construção Civil** [online]. E-civil. 2000-2022. Disponível em: <https://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-enrocamento.html> Acesso em: 22 ago.2021.

ERMAKOFF, George. **Augusto Malta e o Rio de Janeiro:1903-1936**. Rio de Janeiro: G.E. Ermakoff, 2009.

FAGUNDES, Mário José dos Santos; NETO, Agripino Souza Coelho. Relações campo-cidade e rural-urbano: da ideia de fim do rural às concepções de espaços híbridos. NETO, Agripino Souza Coelho *et al.* (orgs.). **Leituras territoriais: ambiente, planejamento e dinâmicas urbanas e rurais**. Curitiba: CRV, 2020. pp.261-276.

FAJARDO, Washington. A paisagem como projeto... e ambos como realização da cultura. *In*: MEDEIROS, Rodrigo *et al.* (orgs.). **Rio de Janeiro: capital cultural do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018. pp. 46-75.



FARAH, Ivete. A vegetação como acervo botânico no Parque do Flamengo, Rio de Janeiro. **Paisagem e Ambiente**, v. 32, n. 48, 2021. [n.p.]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/182156>. Acesso em: 3 fev. 2022.

FERNANDES, Ulisses; FERNANDES, Rodrigo. Guy Debord e a internacional situacionista: amparo à Geografia na crítica à cidade moderna. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, UFU, v.18, n. 62 junho/2017. pp. 104–113. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdeGeografia/article/view/36252> Acesso em: 17 fev. 2021.

FERNANDES, Ulisses. **A Natureza Monumental do Copacabana Palace Hotel – A Antevisão de Uma Paisagem**. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=160635](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=160635). Acesso em: 03 mar. 2021.

FERREZ, Gilberto. **Iconografia do Rio de Janeiro**. Catálogo analítico. Vol. 1. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

FILHO, Nestor Goulart Reis. A perspectiva do arquiteto sobre a cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994. pp.169-180.

FLUMINENSE (verbete). **Dicionário de latim-português**. Porto: Porto Editora, 2001. *E-book*. n.p.

FON-FON. **Semanário alegre, político, crítico e esfuziante**. Rio de Janeiro, 1907. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/fonfon/fonfon\\_1907/fonfon\\_1907.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1907/fonfon_1907.htm). Acesso em: 27 nov. 2020.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca *et al.* Destino: cidade maravilhosa. In: CASTRO, Celso *et al.* (Org.). **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. pp.13-36.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho: algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense**. São Paulo: Global, 2008 [1955].

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003 [1933].

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime do trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república**. São Paulo: Global, 2004 [1959].

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2004 [1936].

FRIAS FILHO, Otávio. O tribuna da imprensa. **Piauí**, n.º 91, ano 8, abril, 2014. pp. 30-38.

FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter L. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**. v.1, n. 1. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/8635109/2924/>.

Acesso em: 03 de out. 2020.

GALARCE, Fernando Espósito; LINARES, Federica. Cartografias [des]veladas: Situações de residualidade urbana. O caso do Morro do Castelo. **RUA** [online]. v. 26, n. 1, jun. 2020, pp.

87-110. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 27 set.2021.

GASPAR, Cláudia Braga. **Orla carioca: história e cultura**. São Paulo: Metalivros, 2004

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000 [1955].

GIRÃO, Cláudia. Parque do Flamengo, Rio de Janeiro, Brasil: o caso da marina – parte 2. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 136, set. 2011. Disponível em:

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.136/4048>. Acesso em: 18 fev. 2020.

GLAZER, Nathan. A renovação de cidades. **A ciência social num mundo de crise: textos do Scientific American**. São Paulo: Perspectiva, 1973. pp.177-185.

GOMES, Horiste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Globo, 2014.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONZALEZ, Marcos; PEIXOTO, Ariane Luna; BEDIAGA; Begonha. Horto do Colégio dos Jesuítas: notícias do primeiro jardim botânico no Rio de Janeiro. **Rodriguésia**, Volume: 74, 2023. n.p. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rod/a/YG3F6dWf5wJK6pLCmtBdFRk/?lang=pt#> Acesso em 18 mar. 2021.

GREGORY, Derek. **Geographical imaginations**. Oxford: Blackwell, 1996. GUTIÉRREZ, Emilio Martinez. Breve biografía y bibliografía de Henri Lefebvre.

**Espectros de Lefebvre**. Madrid: Urban, NS02, Setembro 2011-Fevereiro 2012. pp.7-14.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2008 [1989].

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015. *E-book*.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. HESS, Rémi. **Henri Lefebvre et l'aventure du siècle**. Paris: Métailié, 1988.

HUCHZERMEYER, Marie. Por uma leitura lefebvriana da periferia [2016]. Entrevistador: Erick Omena. **E-metropolis**. Rio de Janeiro, n. 25, ano 7, 2016, pp. 59-54. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroplites.net.br/por-uma-leitura-lefebvriana-da-periferia/>. Acesso em: 27 out. 2021.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. **O mito da praia democrática: um ensaio sobre Ipanema, sua bossa e seus banhistas**. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2019.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. **O universo social da praia: terapia, democracia e travestismos à beira mar**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, UFPE, Recife (PE). Disponível em: [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=1625&tmpl=component&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1625&tmpl=component&Itemid=171). Acesso em: 19 mar. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico – 2000**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=destaques>. Acesso em: 15 nov. 2022.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em: 28 out. 2020.

ICOMOS/IFLA. **Carta de Florença**. 1981. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenca%20CC%20A7a%201981.pdf> Acesso em: 23 nov. 2020.

ILLICH, Ivan. Energia e equidade. In: LUDD, Ned (Org.). **Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído**. São Paulo: Conrad, 2004 [1973], pp. 33-72.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1961]. JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Lisboa: Antígona, 2008.

JORNAL DO BRASIL. A Grande Avenida. Rio de Janeiro, 9 jan. 1904. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_02&pasta=ano%201904&pesq=%22Grande%20Avenida%22&pagfis=8567](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_02&pasta=ano%201904&pesq=%22Grande%20Avenida%22&pagfis=8567). Acesso em: 27 nov. 2020.

JORNAL DO BRASIL. A Grande Avenida. Rio de Janeiro, 8 mar. 1904. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_02&pasta=ano%201904&pesq=%22Grande%20Avenida%22&pagfis=8567](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_02&pasta=ano%201904&pesq=%22Grande%20Avenida%22&pagfis=8567). Acesso em: 27 nov. 2020.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1º jul. 1905. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_02&pagfis=16948](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_02&pagfis=16948) Acesso em: 11/11/2022.

KAMP, Renato. **Burle Marx**. Rio de Janeiro: RKF, 2005.

KARASCH, Mary C. **Slavelife in Rio de Janeiro 1808-1850**. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

KAWAMURA, Lili Katsuco. **Engenheiro: trabalho e ideologia**. São Paulo: Ática, 1979.

KESSEL, Carlos. **Tesouros do Morro do Castelo**: mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000 [1975]. LACERDA, Carlos. **O poder das ideias**. Rio de Janeiro: Record, 1963.

LACERDA, Carlos. **Crítica e autocrítica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.

LACERDA, Carlos. **O cão negro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LACERDA, Carlos. **O Rio já nasceu cidade**. Quatro Rodas. Editora Abril, Ano VII, nº81, abril de 1967. pp.46-59.

LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora UNB, 2001.

LACERDA, Carlos. **Cartas: família, amigos, autores e livros, política (1933-1976)**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014 [1965].

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto**: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 1991.

LAMEGO, Alberto. **O homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1964.

LEFEBVRE, Henri. **L'existentialisme**. Paris: Éditions du Sagittaire, 1946.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de laviequotidienne I**: Introduction. Paris: Grasset, 1947.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de laviequotidienne II**: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: L'Arche, 1962.

LEFEBVRE, Henri. **A irrupção**. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978 [1970].

LEFEBVRE, Henri. **Hegel, Marx, Nietzsche**. México D.F: Siglo Vientiuno, 1988 [1975].

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000 [1974].

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a (1972).

LEFEBVRE, Henri. **Du rural à l'urbain**. Perspective de sociologie rurale. Paris: Anthropos, 2001b [1970].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001c [1968].

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002 [1970].

LEFEBVRE, Henri. **Key Writings**. Being a communist. London:Continuun, 2003a [1959]. pp. 231-237.

LEFEBVRE, Henri. **Key Writings**. Retrospections. London:Continuun, 2003b [1946]. pp. 6-13.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008 [1972].

LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Canpam**: estudo de sociologia rural. São Paulo: EDUSP, 2011 [1963].

LEFEBVRE, Henri. A Internacional Situacionista: entrevista concedida à Kristin Ross. *In*: COHN, Sérgio; PIMENTA, Heyk (orgs.). **Maio 68**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2018 [1983].

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

LEENHARDT, Jacques (Org.). **Nos Jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LEITCHIC, Berta. O sonho utópico: Reidy e os modernos. *In*: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Orgs.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. pp. 40-47.

LELOUP, Jean-Yves. **Cuidar do Ser: Fílon e os Terapeutas de Alexandria**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LELOUP, Jean-Yves; BOFF, Leonardo. **Terapeutas do deserto: de Fílon de Alexandria e Francisco de Assis a Graf Dürckheim**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LENZI, Maria Isabel Ribeiro *et al.* A paisagem modificada. *In*: MAGALHÃES, Aline Montenegro (Org.). **Misericórdia**: um bairro na paisagem do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2017. pp.11-27.

LESSA, Carlos. **O Rio de Janeiro de todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LEVCOVITZ, Sergio. **Kandire: o paraíso terreal. O suicídio entre os índios guaranis do Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das letras, 1996 [1955].

LIGHT (verbetes). CORRÊA, Maria Letícia. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGHT.pdf> Acesso em: 07 jan. 2021.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1995 (1906).

LOBATO, Monteiro. **Onda Verde**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro: IBEMEC, 1978.

LOBO, Manuel Leal da Costa; SIMÕES JR., José Geraldo Simões (orgs.). **Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira**. São Paulo: Universidade Mackenzie, 2012.

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na urbanização capitalista: da política estatal à política urbana. *In*: FORTI, Reginaldo (org.). **Marxismo e urbanismo capitalista: textos críticos**. São Paulo: LECH, 1979. pp.15-51.

LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. *In*: REBÊLO, Marques (org.). **Brasil, terra e alma: Guanabara**. Rio de Janeiro: Editôra do Autor, 1967 [1951]. pp.156-160.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818**. São Paulo: Martins, 1951 [1820].

LUDD, Ned. Nós somos o trânsito! Ou everyday is a holiday! **Apocalipse Motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído**. São Paulo: Conrad, 2004. pp.123-128.

LUZ, Madel T. O corpo da cidade. *In*: PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994. pp.181-193.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, 2005 [1862].

MACEDO, Roberto. Chega a primeira leva de turistas. *In*: REBÊLO, Marques (org.). **Brasil, terra e alma: Guanabara**. Rio de Janeiro: Editôra do Autor, 1967 [1943], p.162.  
MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

MAGALHÃES, Mauro. **Carlos Lacerda, o sonhador pragmático: recordações, na perspectiva do tempo, do líder do Governo na Assembleia Legislativa da Guanabara**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo: EDIPRO, 2015 [1964].

MARFETAN, Taiany Braga. **A Quinta da Boa Vista, RJ, como espaço público favorável ao exercício da cidadania**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, UFF, Niterói, 2016. Disponível em: [http://est.uff.br/wp-content/uploads/sites/256/2020/06/dissertacao\\_taiany\\_braga\\_marfetan.pdf](http://est.uff.br/wp-content/uploads/sites/256/2020/06/dissertacao_taiany_braga_marfetan.pdf) Acesso em 03 mar. 2022.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Parcerias público-privadas: conceito. **Enciclopédia Jurídica da PUC-SP**. Tomo Direito Administrativo e Constitucional, Edição 1, Abril de 2017, online. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/32/edicao-1/parcerias-publico-privadas:-conceito> Acesso em: 11 de fev. 2022.

MASCARENHAS, Gilmar. Espaço, Tempo e Paisagem no Morro do Castelo: obsolescência e morte de um lugar. **Geo UERJ - Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 8, 2º sem. 2000, pp. 67-77.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 13-23.

MAUL, Carlos. Vilas e Avenidas. *In*: REBÊLO, Marques (org.). **Brasil, terra e alma: Guanabara**. Rio de Janeiro: Editôra do Autor, 1967. pp.135-136.

MAURIÈRES, Arnaud. “Burle Marx na história da paisagem moderna”. Entrevista concedida à Jacques Leenhardt. *In*: LEENHARDT, Jacques (org.). **Nos Jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 1994. pp.85-96.

MARX, Roberto Burle. A função do jardim. *In*: TABACOW, José (org.). **Arte e paisagem: conferências escolhidas**. São Paulo: Nobel, 2004. pp. 207-214.

MARX, Roberto Burle. O jardim como forma de arte. *In*: TABACOW, José (org.). **Arte e paisagem: conferências escolhidas**. São Paulo: Nobel, 2004 [1962]. pp.51-68.

MARX, Roberto Burle. Jardim e ecologia. *In*: TABACOW, José (org.). **Arte e paisagem: conferências escolhidas**. São Paulo: Nobel, 2004 [1967]. pp.85-96.

MARX, Roberto Burle. Paisagem, Botânica e Ecologia: perguntas à Roberto Burle Marx. *In*: LEENHARDT, Jacques (org.). **Nos Jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 1994. pp.47-68.

MATOS, Olgária. O direito à paisagem. *In*: PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994. pp.43-59.

MEDRANO, Leandro Silva *et al.* A presença de Henri Lefebvre no debate acadêmico contemporâneo da arquitetura. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**. Campinas, SP, v. 8, n. 3, p. 170-180, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8650261>. Acesso em:04 mai. 2020.

MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. "**Urbanização sim, remoção não**". **A atuação da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960-1970**. 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

MENDES, Chico *et al.* **Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.

MENEZES, Maria Lucia. O Aterro e o Parque do Flamengo. 50 anos de espaço público. Sucessos e conflitos. **Biblio 3W. Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales** Universidad de Barcelona. Vol.XXII, núm. 1.195, 2017. pp.1-33. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1195.pdf> Acesso em: 24 fev. 2022.

MERREFIELD, Andy. **Henri Lefebvre: a critical introduction**. New York: Taylor & Francis Group, 2006.

MERTON, Thomas. **The seven storey mountain**. New York: Harcourt, 1998.

MIGLIANI, Audrey. Clássicos da Arquitetura: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: Affonso Eduardo Reidy. **Archdaily** [on-line], Rio de Janeiro, 17 dez. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/758700/classicos-da-arquitetura-museu-de-arte-moderna-do-rio-de-janeiro-affonso-eduardo-reidy>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MILTON, John. **Paradise Lost**. Massachusetts:Blackwell Publishing, 2007 [1667].

MISOCZKY, Maria Ceci; OLIVEIRA, Clarice. A cidade e o urbano como espaços do capital e das lutas sociais: notas sobre a duradoura contribuição de Henri Lefebvre. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro, 52 (6), nov – dez 2018. pp.1015- 1031.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MOREYRA, Álvaro. **A cidade mulher**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2016 [1923].

MORRISON, Jim. **Uma oração americana e outros escritos**. Lisboa: Assírio & Alvin, 1986.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORRISON, Jim.Changeling. In:The Doors. **L.A. Woman**.California:Elektra, 1971. Faixa 1. CD.

MOSER, Benjamim. **Autoimperialismo: três ensaios sobre o Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

MOTTA, Marly. PASSOS, Pereira (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf> Acesso em: 17 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **A nação faz cem anos: o Centenário da Independência no Rio de Janeiro**. CPDOC/FGV, 1992a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6797/1039.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 29 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência**.

Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992b.

\_\_\_\_\_. O IV Centenário e o Parque do Flamengo. **Jardim de memórias: Parque do Flamengo, 50 anos**. Rio de Janeiro: Casa 12, 2015. Catálogo de exposição. pp.57-63.

\_\_\_\_\_. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984.



MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982 [1961].

NAJJAR, Rosana *et al.* **A arqueologia de um jardim: pesquisa arqueológica do Passeio Público do Rio de Janeiro/RJ**. *Habitus*. Goiânia, v.5, n.2, pp.455-479, jul/dez.2007.

NATUREZA. **Michaelis**: Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2015, online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/natureza/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

NAVA, Pedro. **Baú de ossos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (1972).

NAVA, Pedro. **Galo das trevas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (1981)

NEUMANN, Guilherme Borba. Jardins históricos da cidade do Rio de Janeiro: uma fotografia do diálogo entre civilização e natureza. **Dignidade Re-Vista**. [s.l.], v. 1, n. 1, p. 9, junho, 2016. pp. 68-75. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/206>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NEVES, Margarida de Souza. O povo na Rua. Um conto de duas cidades. PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994. pp.135-155.

NOGUEIRA, Nadia. **Invenções de si em histórias de amor**: Lota Macedo Soares e Elisabeth Bishop. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

NONATO, José Antonio; SANTOS, Nubia Melhem. **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

O COMMENTARIO. Revista Quinzenal: Arte, Letras, Política, Finanças, etc. São Paulo: Empresa gráfica da “Revista dos Tribunaes”, out. 1904.

O COMMENTARIO. Revista Quinzenal: Arte, Letras, Política, Finanças, etc. São Paulo: Empresa gráfica da “Revista dos Tribunaes”, jan. 1905.

O’DONNEL, Julia. Uma Copacabana para o mundo: a década de 1920 e a invenção do Rio atlântico. In: CASTRO, Celso *et al.* (Org.). **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013a. pp. 53-70.

O’DONNEL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.

OLIVEIRA, Ana Rosa. Burle Marx e a conquista das formas: as plantas, o lugar, a escala e o projeto. **Jardim de memórias: Parque do Flamengo, 50 anos**. Rio de Janeiro: Casa 12, 2015. Catálogo de exposição. pp. 65-71.

OLIVEIRA, Ana Rosa; BARROSO, Claudia Maria Girão. **SOS Parque do Flamengo**.

**Minha cidade** [online]. São Paulo, ano 06, n. 070.01, Vitruvius, mai. 2006, n. p. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.070/1947>. Acesso em: 09 mar. 2021.

OLIVEIRA, Carmem L. **Flores raras e banalíssimas: a história de Lota de Macedo Soares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA, Verônica. **Parque do Flamengo: processo de tombamento e preservação documental**. Rio de Janeiro, 2017. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação em Arquivologia, 2017. Disponível em: [VERONICA CONCEIÇÃO DA SILVA OLIVEIRA PARQUE DO FLAMENGO: processo de tombamento e preservação documental](#). Acesso em: 15 nov. 2022.

ORTÊNCIO, Bariani. **Dicionário do Brasil Central: subsídios à filologia**. São Paulo: Ática, 1983.

O MALHO. Rio de Janeiro, Anno III, n. 68, 2 jan. 1904. n.p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=1981> Acessado em 24 mar. 2021.

O MALHO. Rio de Janeiro, Anno V, n. 219, 24 nov. 1906. n.p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=8384> Acesso: 09. set. 2020.

OSORIO, Mauro. **Rio local, Rio Nacional: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2015.

PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994.  
PEIXOTO, Enaldo Cravo. “A construção de uma cidade”. Entrevista concedida a Mauro Magalhães. In: MAGALHÃES, Mauro. **Carlos Lacerda, o sonhador pragmático: recordações, na perspectiva do tempo, do líder do Governo na Assembleia Legislativa da Guanabara**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. pp. 83-94.

PEREIRA, Carlos Gustavo Nunes. **Largo da Carioca: 1608 a 1999. Um passeio no tempo**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1999.

PEREIRA, Margareth da Silva. O sonho utópico: Reidy e os modernos. Entrevista concedida a Américo Freire e Lúcia Lippi. In: FREIRE, Américo; LIPPI, Lúcia (orgs.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. pp. 26-39.

PEREIRA, Margareth da Silva. Jardim de memórias: Parque do Flamengo, 50 anos. **Jardim de memórias: Parque do Flamengo, 50 anos**. Rio de Janeiro: Casa 12, 2015. Catálogo de exposição.

PEREIRA, Margareth da Silva. O Rio de Janeiro no século XIX: cenários, formas e virtudes de uma cidade-capital. In: PINHEIRO, Augusto Ivan Freitas (Org.). **Rio de Janeiro: cinco séculos de transformações urbanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. pp.129-161.

PEREIRA, Verena Carla. A construção de um projeto para a arte no Brasil: a gênese da Fundação Bienal de São Paulo. **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, ano 4, dez. 2014. pp. 43-55.

PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara**: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisseia, 2007.

PERROTTA-BOSCH, Francesco. “9 motivos que explicam a importância do Palácio Capanema para a arquitetura nacional”. Entrevista concedida à Bruna Martins. **Casa Vogue**. Edição digital, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Edificios/noticia/2021/08/9-motivos-que-explicam-importancia-do-palacio-capanema-para-arquitetura-nacional.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PERROTTA, Isabella. A construção dos atrativos turísticos do Rio de Janeiro a partir de seus primeiros guias de viajantes. In: CASTRO, Celso *et al.* (Org.). **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. pp.36-52.

PINHEIRO, Augusto Ivan Freitas. A cidade e o tempo. **Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. pp. 21-41.

PINHEIRO, Eliane Canedo Freitas. **Baía de Guanabara: biografia de uma paisagem**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2005.

PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Edifício Avenida Central: O core geográfico do comércio de produtos de informática no Rio de Janeiro. In: PACHECO, Susana Mara Miranda *et al.* (Orgs.). **Cidade e Comércio: A rua comercial na perspectiva internacional**, pp.107-114, 2009. [online]. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/producao/avendidacentralc.pdf> Acesso em: 26 ago. 2021.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PRAIA (verbete). **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [on-line], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/prai> Acesso em: 25 nov. 2021.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Melhoramentos da Cidade projectados pelo Prefeito do Distrito Federal Dr. Francisco Pereira Passos**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903.

PREFEITURA DO RIO. **Introdução ao Conceito de PPP e Concessões**. Rio de Janeiro. s.d. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5305003/4138534/IntroducaoaoConceitodePPPeConcessoes.pdf> Acesso em: 17 dez. 2021.

IPHAN. Processo n. 748-T-64 – Parque do Flamengo. **Arquivo Central do Iphan**. Rio de Janeiro. 1964. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5515?discover?rpp=10&etal=0&query=0748-T-65>. Acesso em 18 fev. 2022.

PÚBLICO (verbete). **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [online], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/chave>. Acesso em: 24 fev. 2022.

QUATTROCCHI, Angelo; NAIRM, Tom. **O começo do fim: França, Maio de 68**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

REBÊLO, Marques (org.). **Brasil, terra e alma: Guanabara**. Rio de Janeiro: Editôra do Autor, 1967.

REBELLO FILHO, Antonio Dias. **Carlos Lacerda, meu amigo**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

RECLUS, Élisée. **Do sentimento da natureza nas sociedades modernas e outros escritos**. São Paulo: Edusp, 2015 [1860-1897].

REGO, Helena *et al.* A história da construção da orla carioca. In: ANDREATTA, Verena (org.). **Do Rio orla à Orla Conde: os projetos que transformaram a frente marítima da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019. pp.60-101.

RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, cidade de modernismos. PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994. pp.121-133.

REIS, João José. De escravo à rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. **Revista de história (São Paulo)**, n. 174, jan.-jun., 2016. pp. 15-68. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/vVQGZGLkpZPhD4z9xKD3yLq/?lang=pt> Acesso em 09 mar.2021.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e Modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). A grande transição**. São Paulo: SENAC, 2000. pp.83-120.

RENASCENÇA. Revista mensal de letras, ciencias e artes. Rio de Janeiro. nov.1904. n.p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138622&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=503> Acesso em: 04 mai. 2020.

RENAULT, Delso. **Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. Capital imobiliário no Rio de Janeiro: 1870/1930. **Espaços & Debates: revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, Ano V, 1985, n. 15. pp. 05- 32.

\_\_\_\_\_. Classes sociais e políticas urbanas no Brasil. In: D'ARC, Hélène Rivière; MEMOLI, Maurizio (orgs.). **Intervenções urbanas na América Latina: viver no centro das cidades**. São Paulo: SENAC, 2012. pp. 95-126.

RIBEIRO, Rafael Winter. Rio de Janeiro e a Avenida Beira-mar: desejo de paisagem e a cidade balneário nas primeiras décadas do século XX. **Confins**, 39, 2019. n.p.

RINBINDER, Roberto. **Árvore cidade**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2005.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei n. 1219**, de 11 de abril de 1988. Dispõe sobre a reordenação de nomes de logradouros públicos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 1988. Disponível em: <https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/280913/lei-1219-88>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei n. 2.287**, de 04 de janeiro de 1995. Tomba o Parque do Flamengo por seu interesse paisagístico, urbanístico e cultural, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 1995. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c5e78996b82f9e0303257960005fdc93/b3bee290a31902f8032576ac007336f3?OpenDocument>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RIO DE JANEIRO (Município). **Prefeitura começa a revitalização do Parque do Flamengo**. 2022. Online. Disponível em: <https://prefeitura.rio/conservacao/prefeitura-comeca-a-revitalizacao-do-parque-do-flamengo/#:~:text=As%20obras%20come%C3%A7aram%20nesta%20quarta,o%20in%C3%ADcio%20do%20segundo%20semestre>. Acesso em: 17 out. 2021.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

RODRIGUEZ, Henrique. Primeiro acidente de carro do Brasil foi a 4 km/h e envolveu Olavo Bilac. **Quatro Rodas** [online], 2020. Disponível em: <https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/primeiro-acidente-de-carro-do-brasil-foi-a-4-km-h-e-envolveu-olavo-bilac/> Acesso em 27 dez. 2021.

ROMERO, José Luis. **América Latine: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ROSA, Francisco Ferreira da. **O lupanar: Estudo sobre o caftismo e a prostituição no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.].1896.

ROSE, Lili. **Vila Isabel de rua em rua**. Rio de Janeiro: Ed. Rio,2005.

ROSSET, Clément. **A antinatureza: elementos para uma filosofia trágica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010 (1932).

SANT`ANNA, Sabrina Marques Parracho. O MAM carioca como projeto de modernidade. **Caderno CRH**, vol. 18, núm. 44, mayo-agosto, 2005, pp. 257-265.

\_\_\_\_\_. Pretérito do futuro: o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e seu projeto de modernidade. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 41, n. 1, 2010, p. 67-86.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A cidade está chegando: Expansão Urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). **Revista Crítica Histórica**. Ano II, Nº 3, Julho/2011. pp. 114-

137. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2759>  
Acesso em 06 jan. 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2012 (1982).

SANTOS, Noronha. **Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação**. V.I. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

SANTOS, Noronha. Anotações de Noronha Santos a introdução das Mémoires. **Memórias para servir a história do reino do Brasil: divididas em três épocas da felicidade, honra e glória: escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821**. Brasília: Senado Federal 2013 (1942). pp. 81-281.

SANTUCCI, Jane. **Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SARMIENTO, Érica *et al.* Cidade e imigração: a freguesia de Santo Antônio e o cotidiano dos galegos nos logradouros cariocas (1880-1930). **História**. São Paulo, v.36, e109, 2017. pp. 1-19. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/his/a/fxqZDx4XDW66bygV3rtNtRx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 24 mar. 2022.

SARTRE, Jean-Paul. Questão de método. **Os Pensadores**. Vol. XLV. São Paulo: Abril Cultural. 1973 [1957]. pp.115-197.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP—espaço e tempo**, São Paulo, Nº32, 2012. pp. 89- 109.

SCHNOOR, Jorge. **A harmonia do desenvolvimento urbano em função da rede de transporte de massa**. Rio de Janeiro: Secretaria de Divulgação do BNH, 1975.

SCLIAR, Moacyr. **Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SEBRAE/RJ. **Painel regional: Rio de Janeiro e bairros**. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015. Disponível em:  
[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae\\_INFREG\\_2014\\_CapitalRJ.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_CapitalRJ.pdf) Acesso em: 02 mar. 2022.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996.

SEGRE, R; KOATZ, Gilson Dimenstein. Morro de Santo Antônio: significado dos limites de um vazio urbano. **Anais do XV ENANPUR**. v.15, n.1. 2013, n.p. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/473/463> Acesso em: 27 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. O Largo da Carioca no Rio de Janeiro: complexidades de um espaço urbano. XII SHCU, Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **A circulação das ideias na construção da cidade: uma via de mão dupla**, 2012, XII SHCU. Porto Alegre: 2012. Disponível em: <http://www.laurd.prourb.fau.ufrj.br/artigo/o-largo-da-carioca-no-rio-de-janeiro-complexidades-de-um-espaco-urbano/> Acesso em: 27 ago. 2021.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2001 [1994].

SERPA, A. S. P. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensão social e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1983].

SILVA, Alberto Costa. “Sem África, o Brasil não existiria. Entrevista concedida à **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. Ano 1, n.º 1, julho de 2005. pp.52-57.

SILVA, Ana Cristina Mota. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o vale do Campan – estudo de sociologia real. **GEOUSP – Espaço e tempo** [online], São Paulo, v.19, n.1, jan./abr.2015, pp. 25-43. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/87696/98614/174418> Acesso em: 06 set. 2021.

SILVA, J. Romão da. **Denominações indígenas na toponímia carioca**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966.

SILVA, Maria Clara Rezende; FERNANDES, Andrea Sousa da Cunha. Uma abordagem das unidades de tratamento de rios na gestão sanitária do município do Rio de Janeiro. **Projectus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, pp. 1-14, jan.-mar. 2017. Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/projectus/article/view/25254146.2017v2n1p1/1002>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SILVA, Pedro Souza. A superintendência de urbanização e saneamento – SURSAN – do Rio de Janeiro: um estudo sobre sua formação e atuação (1957-1960). **ANPUH-Brasil**. 30.º Simpósio Nacional de História, Recife 2019. n.p. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564270798\\_ARQUIVO\\_SILVA,Pedro.ANPUH2019.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564270798_ARQUIVO_SILVA,Pedro.ANPUH2019.pdf) Acesso em 02 set. 2022.

SILVA, Rafael Freitas da. **O Rio antes do Rio**. Belo Horizonte: Relicário, 2020.

SILVA, Rafael Splinder da. O conjunto Pedregulho e algumas relações compositivas **Arquitextos**. 062.06. Ano 06, jul. 2005, [n.p.]. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.062/446> Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, Thiago Rocha Ferreira da. “Se não são ilusões, estamos num teatro”: a possibilidade da paisagem como cenário. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N.25, JAN/JUN. de 2009. pp.97-108,

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 3. Ano XXVII, julho-setembro 1965, \_\_\_\_\_; Lysia M.C. Bernardes, **Rio de Janeiro: cidade e região**. Rio de Janeiro: Secr. Mun. Cultura, 1987.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STANEK, Łukasz. **Henri Lefebvre on space: architecture, urban research, and the production of theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

STAROBINSKI, Jean. Les cheminées et les clochers (sur quelques aspects de la 'modernité'). **Magazine littéraire**, 280, 1990, pp. 26-27.

TERRA, Carlos (coord.). **Arborização: ensaios historiográficos**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Paisagens construídas: jardins, praças e parques do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significado dos nomes geográficos de origem tupi**. São Paulo: Traço, 1997.

TREBITSCH, Michel. Preface. *In*: LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life. Volume 1**. London: Verso, 1991. pp.9-28.

TURNER, Frederick. **O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e terras selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990 [1980].

ULRICH, Beck. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para novos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente: o recado do rio**. São Paulo: Unicamp, 2001.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2018 [2005].

\_\_\_\_\_. **Passa-se uma casa: análise do programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VARZEA, Mariana. Cinco sentidos. *In*: RINBINDER, Roberto. **Árvore cidade**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2005. pp.19-137.

VENÂNCIO, Renato Pinto; FURTADO, Junia Pereira. Comerciantes, tratantes e mascates. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VIDAL, Laurent. **As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital. 20 de abril de 1960**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Rio científico: inovação e memória**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.



VIEIRA FAZENDA, José. **Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

VILAS BOAS, Naylor Barbosa. **A Esplanada do Castelo: Fragmentos de uma História Urbana**, 2007. Tese (Doutorado) – Curso de Urbanismo, UFRJ / PROURB, Rio de Janeiro, 2007.

VILELLA, Milú. O MoMA e as artes no Brasil. **Folha de São Paulo**. Caderno Opinião. Online. [n.p.]. São Paulo, segunda-feira, 25 de abril de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2504200508.htm> Acesso em: 26 nov. 2021.

XAVIER, Lindolfo. Morro do Castelo. **Ilustração Brasileira. Orgam Oficial da Comissão Executiva do Centenário da Independência**. Rio de Janeiro. 20 jan. 1922. n.p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107468&Pesq=Xavier&pagfis=5191> Acesso em: 07 fev. 2022.

WEID, Elisabeth Von Der. **O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997. Disponível em: [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB\\_ElisabethvonderWeid\\_Bonde\\_elemento\\_expansao\\_RiodeJaneiro.pdf](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_ElisabethvonderWeid_Bonde_elemento_expansao_RiodeJaneiro.pdf) Acesso em: 06 jan. 2021.

WEIL, Pierre. **A neurose do paraíso perdido: proposta para uma nova visão da existência**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987  
WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1973].

#### Sites:

<http://institutoparquedoflamengo.org>. Acesso: em 03 jan. 2019.

<https://www.google.com/intl/pt-BR/streetview/explore> Acesso em: 03 jan. 2019.

[https://www.aeinstein.org/protesto\\_contra\\_o\\_uber\\_no\\_rio\\_03/](https://www.aeinstein.org/protesto_contra_o_uber_no_rio_03/) Acesso em: 05 jan. 2019.

[https://archives.seinesaintdenis.fr/pages/dl?f=customer\\_2%2Fblog%2F285j\\_assoc\\_appel\\_des\\_cent.pdf](https://archives.seinesaintdenis.fr/pages/dl?f=customer_2%2Fblog%2F285j_assoc_appel_des_cent.pdf) Acesso em: 21 out. 2019.

<http://xkiouпкиolis02.blogspot.com/2013/12/the-notions-of-space.html> Acesso em: 21 nov. 2019

<http://prooflondon.com/blogs/news/73075395-situationist-graffiti-paris-1968> Acesso em: 06 jan. 2020.

<https://oglobo.globo.com/rio/Lota-ficaria-triste-se-voltasse-hoje-10345980> Acesso em: 09 jun. 2020.

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=8384> Acesso: 09. set. 2020.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florença%201981.pdf> Acesso em: 30 set. 2020.

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra14163/vista-da-lagoa-do-boqueirao-e-do-aqueduto-de-santa-teresa> Acesso em: 05 out. 2020.

<http://www.passeipublico.com> Acesso em: 07 nov. 2020.

<http://www.geneton.com.br/archives/000457.html> Acesso em: 30 nov. 2020.

<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/317-estrada-de-ferro-d-pedro-ii> Acesso em 06/01/2021. Acesso em: 30 nov. 2020.

<https://oglobo.globo.com/rio/nos-trilhos-dos-bondes-expansao-da-cidade-15145948> Acesso em: 06 jan.2021.

<http://www.tramz.com/br/rj/th/thp1.html> Acesso em: 13 jan.2021.

<https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-do-rio-reabre-o-passeio-publico-e-devolve-mais-uma-area-verde-aos-cariocas/> Acesso em: 17 jan. 2021.

<http://brasilianafotografiagrafica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4626> Acesso em: 18 jan. 2021.

<http://brasilianafotografiagrafica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2640> Acesso em 18 jan. 2021.

<https://Acervo.oglobo.globo.com/incoming/augusto-malta-fotografiagrafo-do-rio-21456734> Acesso em: 19 jan. 2021.

<https://institutoLota.org.br/Lota-2> Acesso em 21 jan. 2021.

<http://brasilianafotografiagrafica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4990> Acesso em 04 fev. 2021.

<https://www.ucpress.edu/blog/51338/the-rhetorics-of-contagion-and-normality/> Acesso em 04 fev. 2021.

<https://riomemorias.com.br/memoria/quiosques/> Acesso em 07 fev.2021.

<http://brasilianafotografiagrafica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2780> Acesso em: 08 fev. 2021.

<http://www.faap.br/hotsites/panoramas/english.asp> Acesso em: 08 fev. 2021.

<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/9537> Acesso em 09 fev.2021.

<https://invexo.com.br/wp-content/uploads/documentacoes/20181005035755-book-digital.pdf> Acesso em: 22 fev. 2021.

<http://www.patrimovel.com.br/apartamento-4-suites-leblon-quadrissima-praia-concal-patrimovel/2031.aspx> Acesso em: 22 fev. 2021.

<http://brasilianafotografiagrafica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2453> Acesso em: 27 fev. 2021.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25359>

Acesso em 03 mar.2021.

<http://brasilianafotografiagrafica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6144> Acesso em: 04 mar. 2021.

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pagfis=14298](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pagfis=14298) Acesso em: 04 mar. 2021.

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83092015000100299](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092015000100299) Acesso em: 05 mar. 2021.

<http://bdlb.bn.gov.br/Acervo/handle/20.500.12156.3/49602> Acesso em: 11 mar. 2021

<http://www.homesinrio.com/welcome.htm> Acesso em: 18 mar. 2021.

<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/20062/praiadebotafogoatribuido> Acesso em: 26 abr. 2021

[https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3363/1/006245-2\\_IMAGEM\\_093.jpg](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3363/1/006245-2_IMAGEM_093.jpg) Acesso em: 28 abr. 2021.

<https://www.google.com.br/maps/search/Passeio+Público/@-22.9139105,-43.1772278,17z> Acesso em: 28 abr. 2021.

<https://www.google.com.br/maps/search/Passeio+Público/@-22.9123294,-43.1762193,15z>  
Acesso em: 28 abr. 2021.

<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1626655709608342-livro-rio-de-rafael-duarte>.  
Acesso em 05 mai. 2021.

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=1998> Acesso em: 24 mai. 2021.

<https://br.pinterest.com/arquivonacional/> Acesso em: 06 mai. 2021.

<https://www.riodejaneiroaqui.com/pt/planta-Centro-do-rio-1906-com-morros-do-castelo-santo-antonio-e-senado.html> Acesso em: 06 mai. 2021.

<https://wikimapia.org/22171672/pt/Senado> Acesso em: 06 mai. 2021.

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1585/calçeteiros> Acesso em: 14 mai. 2021.

<https://www.google.com/maps/place/Praça+Paris> Acesso em: 26 mai. 2021.

<https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300k6f027.htm> Acesso em: 28 mai. 2021.

<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?start=12> Acesso em 30 mai. 2021.

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pagfis=173578](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=173578) Acesso em 03 jun. 2021

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/6065> Acesso em 15 jun. 2021.

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/6392> Acessado em 15 jun. 2021.

[https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3363/1/006245-2\\_IMAGEM\\_093.jpg](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3363/1/006245-2_IMAGEM_093.jpg) Acesso em 19 jun. 2021.

[https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3363/1/006245-2\\_IMAGEM\\_093.jpg](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3363/1/006245-2_IMAGEM_093.jpg) Acesso em 19 jun. 2021.

<https://ihgb.org.br/pesquisa/mapoteca/item/105641-guia-e-plano-da-cidade-do-rio-de-janeiro.html> Acesso em: 19 jun. 2021.

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f7/Cidade do Rio de Janeiro %28Centro%29.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f7/Cidade_do_Rio_de_Janeiro_%28Centro%29.png) Acesso em: 19 jun. 2021.

<http://jpellizzer.blogspot.com/2013/06/victor-meirelles.html> Acesso em: 20 jun. 2021.

<https://bdlb.bn.gov.br/Acervo/handle/20.500.12156.3/267358> Acesso em: 06 jul. 2021.

<https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:8329926> Acesso em: 06 jul. 2021.

<https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/castelo-360o.html> Acesso em: 23 jul. 2021.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/4651> Acesso em: 29 jul. 2021.

<https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/castelo-360o.html> Acesso em: 29 jul. 2021.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/4652> Acesso em: 31 jul. 2021.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/4664> Acesso em: 06 ago. 2021.

<https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/castelo-360o.html> Acesso em: 04 ago. 2021.

<http://rio-curioso.blogspot.com/2009/06/navio-no-meio-da-esplanada.html> Acesso em: 10 ago. 2021.

<https://Acervo.oglobo.globo.com/incoming/morro-de-santo-antonio-av-chile-22212851>  
Acesso em: 31 ago. 2021.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/6047> Acesso em: 31 ago. 2021.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/5174> Acesso em: 03 set. 2021.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/5170> Acesso em: 03 set. 2021.

<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/71-um-rio-de-muitos-janeiros/3358-o-aterro-do-flamengo-marco-paisagistico>

Acesso em: 03 set. 2021.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4653> Acesso em: 04 out. 2021.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2458> Acesso em: 16 out. 2021.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13273.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13273.htm) Acesso em: 20 out. 2021.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) Acesso em: 20 out. 2021

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v5\\_1946.pdf?sequence=9&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf?sequence=9&isAllowed=y) Acesso em: 22 out. 2021.

<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2927-o-rio-de-janeiro-metamorfozes-urbanas> Acesso em: 03 nov. 2021.

<https://oglobo.globo.com/rio/a-construcao-do-parque-do-flamengo-17736982> Acesso em: 14 nov. 2021.

[http://biblioteca.aq.upm.es/biblioteca\\_digital/especiales/burlemarx.html](http://biblioteca.aq.upm.es/biblioteca_digital/especiales/burlemarx.html) Acesso em: 20 jan. 2022.

[http://biblioteca.aq.upm.es/biblioteca\\_digital/especiales/burlemarx.html](http://biblioteca.aq.upm.es/biblioteca_digital/especiales/burlemarx.html) Acesso em: 20 jan. 2022.

<https://www.institutoburlemarx.org/acervo> Acesso em: 03 fev. 2022.

<https://portal.fiocruz.br/noticia/superbacteria-e-encontrada-em-rio-que-desagua-na-praia-do-flamengo-rj> Acesso em: 05 fev. 2022.

[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marina\\_da\\_Glória\\_by\\_Diego\\_Baravelli.jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marina_da_Glória_by_Diego_Baravelli.jpg) Acesso em: 08 fev. 2022.

<https://oglobo.globo.com/rio/rio-tem-ceu-mais-azul-do-mundo-segundo-pesquisa-4571950>  
Acesso em: 22/02/2022

<https://portal.fiocruz.br/noticia/superbacteria-e-encontrada-em-rio-que-desagua-na-praia-do-flamengo-rj>

Acesso em: 05 fev. 2022

[https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?msa=0&mid=1vVCJqoFHAABKljwLxYj\\_alNJ7E&ll=-22.927283259090444%2C-43.173142&z=14](https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?msa=0&mid=1vVCJqoFHAABKljwLxYj_alNJ7E&ll=-22.927283259090444%2C-43.173142&z=14) Acesso em: 14 fev. 2022.

<https://whc.unesco.org/en/decisions/4813/> Acesso em: 18 fev. 2022.

<https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/271557/lei-2287-95> Acesso em: 22 fev. 2022.

<https://uffpaisagismo.wordpress.com/2016/02/26/jardins-do-mam-rj/> Acesso em: 22 fev. 2022

<https://oglobo.globo.com/economia/governo-multa-marina-da-gloria-em-194-milhoes-pede-desocupacao-1-25401576> Acesso em: 26 fev. 2022.

<http://revista.brmarinas.com.br/books/fmoc/#p=1> Acesso em: 01 mar. 2022.

<https://marinadagloria.com.br/marinadagloria-2/> Acesso em: 01 mar. 2022.

<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5515?discover?rpp=10&etal=0&query=n°+748-T-64> Acesso em: 04 mar. 2022.

<https://universospanta.com.br/faq> Acesso em: 05 mar. 2022.

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=1998> Acesso em: 24 mar. 2021.

[http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1962\\_15992.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1962_15992.pdf) Acesso em 21 mar.2022.

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/441549> Acesso em 23 abr.2022

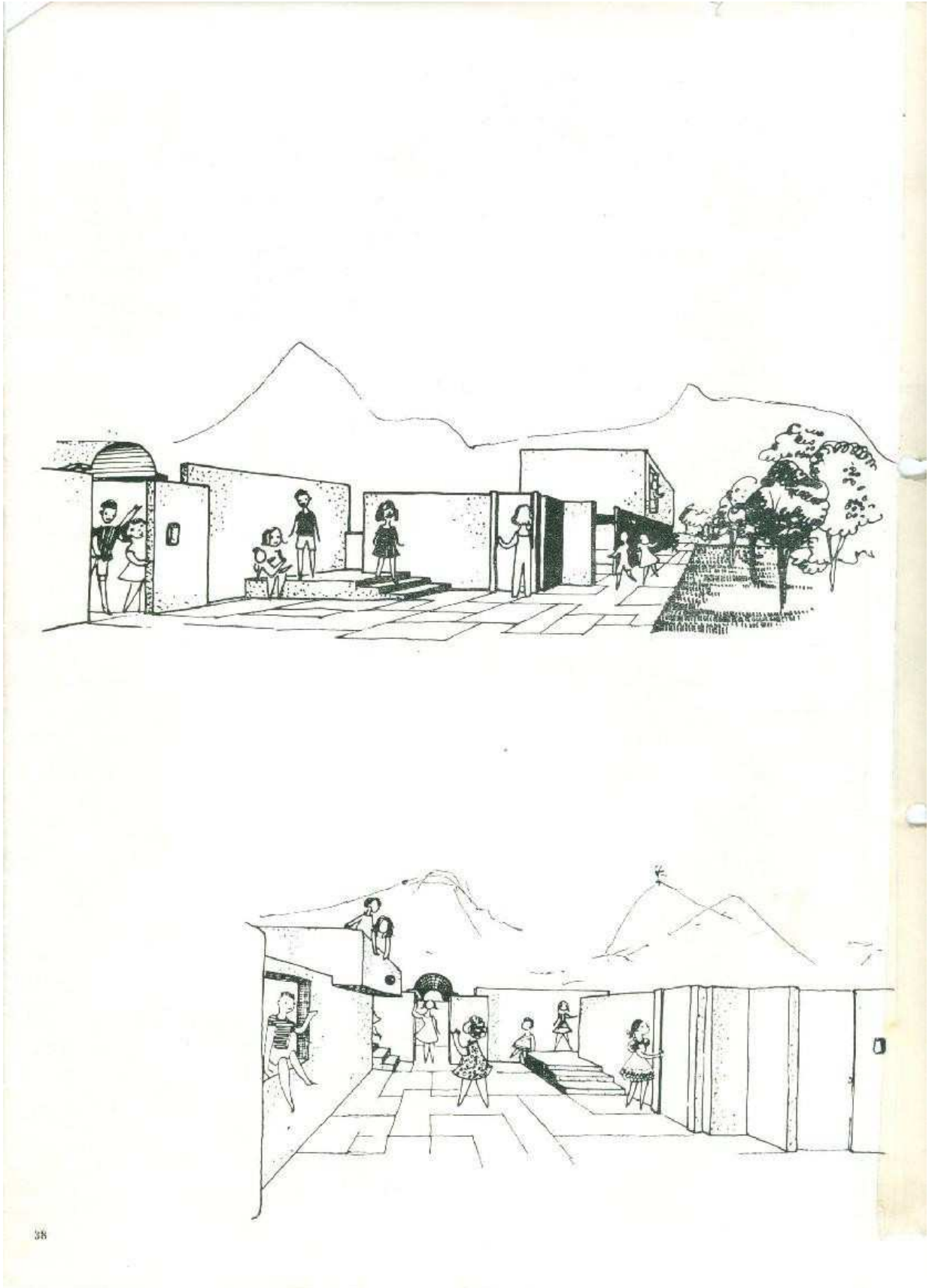
[https://www.metrorio.com.br/Estacoes?p\\_ponto=17](https://www.metrorio.com.br/Estacoes?p_ponto=17) Acesso em: 01 mai. 2022

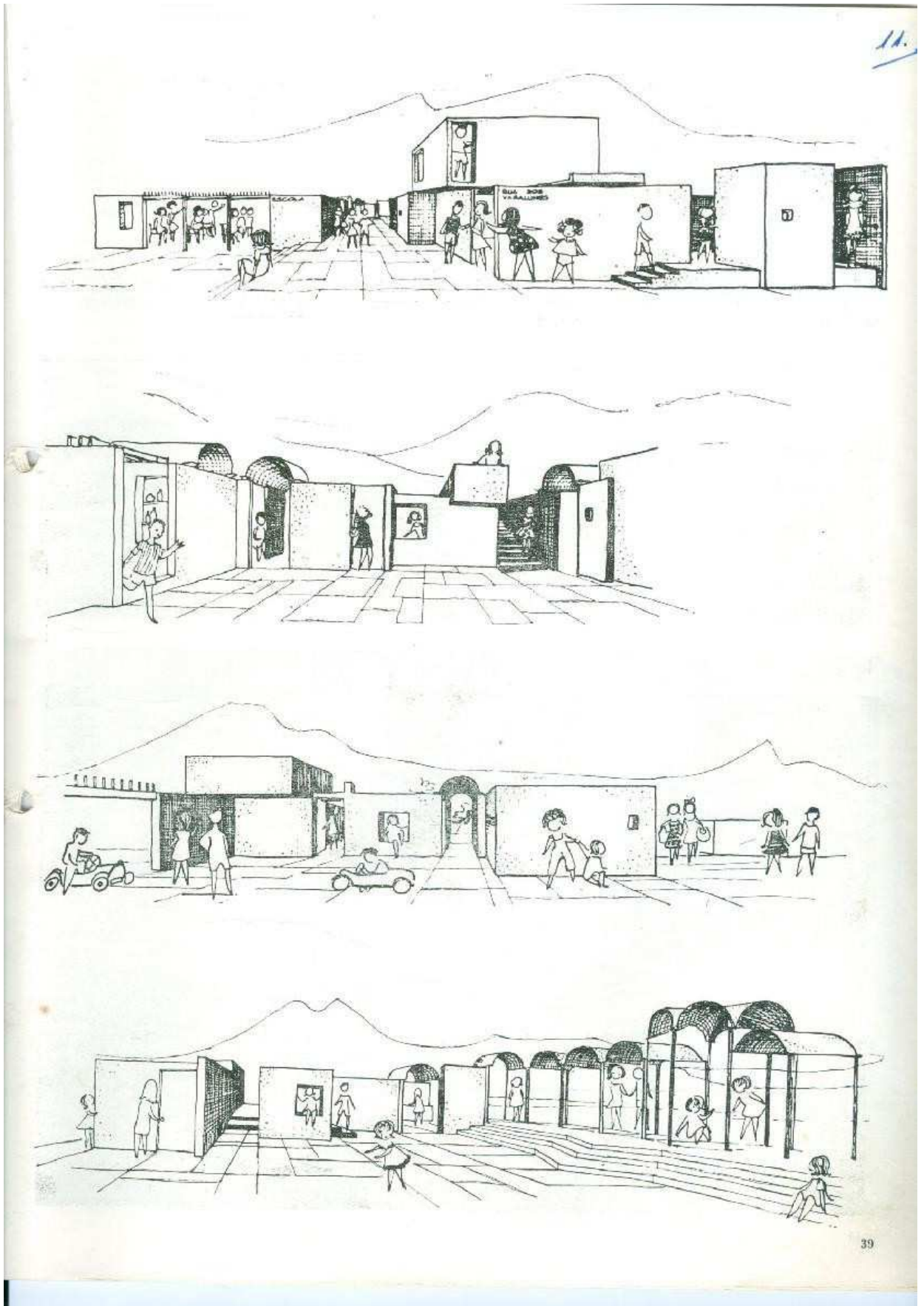
<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5943906#:~:text=Os%20pesquisadores%20constataram%20que%20o,ao%20total%20da%20regi%C3%A3o%20onde> Acesso em: 04 mai. 2022.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/10/22/moradores-de-bairro-nobre-do-rio-fazem-panelaco-em-protesto-contrucao-de-estacao-de-metro.htm> Acesso em: 05 mai. 2022.

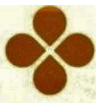
<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/autor-do-sorria-voce-esta-na-barra-critica-uso-comercial-do-slogan-11639646> Acesso em 05 mai.2022

ANEXO A - Croquis da Cidade das Crianças (chamada hoje de Recreio Lota Macedo Soares)





## ANEXO B – Relação dos elementos arquitetônicos tombados em 1965.



33.  
Em 20. 10. 1965  
A pedido de Sr. Pires  
*[Signature]*

PARQUE DO FLAMENGO

nº 1 - Clubes náuticos reunidos em 3 ou 1 edifícios.  
nº 2 - Garage da Fundação do Parque do Flamengo - 1 edifício.  
nº 3 - Pavilhão - sede da Fundação - edifício de 1 andar 400m<sup>2</sup>.  
nº 4 - Estacionamento (8) e abastecimento (2) Shell


a) aeroporto - 3 bombas de gasolina - 1 posto.  
b) Antonio Carlos - 3 bombas de gasolina - 1 posto e 1 contrô  
le (100 vagas).  
c) Rio Branco - 1 contrôle (90 vagas).  
d) Monumento aos mortos (148 vagas).  
e) Glória - 4 bombas de gasolina - 1 posto e 1 contrôle (212  
vagas).  
f) 2 de dezembro - 4 bombas - 1 posto e 1 contrôle (320 vagas)  
g) Morro da Viúva - 3 bombas - 1 posto e 1 contrôle (132 " )  
h) Privativo do restaurante (62 vagas).

Abastecimento (2)

Botafogo - 7 bombas e um posto  
Marítimo - 2 bombas

nº 5 - Museu de Arte Moderna - Teatro e dependências  
nº 6 - Viaduto Paulo Bittencourt.  
nº 7 - 2 sanitários públicos  
nº 8 - Monumento aos Pracinhas.  
nº 9 - Estação do trenzinho (2).  
nº 10 - Pista do trenzinho.  
nº 11 - 2 pistas de aerodelismo.  
nº 12 - Passarela para pedestres (4).  
nº 13 - 2 sanitários públicos.  
nº 14 - Grandes ripados - alojamentos (encarregados)  
nº 15 - Gaiolas de pássaros.  
nº 16 - Grandes aquários e peça d'água para plantas aquáticas.  
nº 17 - Marinas  
nº 18 - Rock-Garden  
nº 19 - Telefones públicos  
nº 20 - Área de piquenique, bancos, mesas e cestas.  
nº 21 - Espigão para defesa da praia e área para pescaria.  
nº 22 - Praia de 1.500m.  
nº 23 - Pista de dança e pequenos espetáculos.



- 
34.  
*Alfredo K. Ruzic*  
*RK*
- nº 24 - Cabines para mudança de roupa (6)
  - nº 25 - Escultura (3).
  - nº 26 - Coretos (2).
  - nº 27 - Tanque de Modelismo Naval.
  - nº 28 - 8 áreas de pelada.
  - nº 29 - Playground - entrada.
  - nº 30 - Pavilhão do playground.
  - nº 31 - Aldeia das meninas.
  - nº 32 - Campos de volei.
  - nº 33 - Biblioteca infantil.
  - nº 34 - Áreas de brinquedos.
  - nº 35 - 8 campos de volei e basquete.
  - nº 36 - Grande brinquedo ao ar livre.
  - nº 37 - Pequeno pavilhão para o Livro Eterno.
  - nº 38 - Teatro de Marionetes e Fantoques.
  - nº 39 - Túnel para trenzinho.
  - nº 40 - Restaurante.
  - nº 41 - Jardim formal.
  - nº 42 - Monumento a Guatemoc.
  - nº 43 - Playground do Morro da Viúva - entrada.
  - nº 44 - Pavilhão do playground.
  - nº 45 - Escolinha de tráfego.
  - nº 46 - Passagens subterrâneas - 2 de Dezembro, Tucuman e Mórro da Viúva - com sanitários

---

A iluminação do PARQUE DO FLAMENGO foi planejada pelo engenheiro-iluminista, RICHARD KELLY, em fevereiro de 1965.

*Alfredo K. Ruzic*  
*RK*